



**Universidade
Federal
Fluminense**

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL
TESE DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA SOCIAL

RICARDO AUGUSTO DOS SANTOS

**Pau que nasce torto, nunca se endireita!
E quem é bom, já nasce feito?
Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugenismo em Renato
Kehl (1917–37).**

NITERÓI – RJ
2008

RICARDO AUGUSTO DOS SANTOS

Pau que nasce torto, nunca se endireita!
E quem é bom, já nasce feito?
Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do
Eugenismo em Renato Kehl (1917–37).

Tese apresentada ao Programa de Pós-
graduação em História da Universidade
Federal Fluminense, como requisito parcial
para obtenção do grau de Doutor em
História.

Área de concentração: História Social.

ORIENTADORA: Prof.a. Dr.a. Magali Gouveia Engel

Niterói
2008

S237 Santos, Ricardo Augusto dos.

Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito?
Esterilização, saneamento e educação: uma leitura do eugenismo em Renato
Kehl (1917-37) / Ricardo Augusto dos Santos. – 2008.

257 f. ; il.

Orientador: Magali Gouveia Engel.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense,
Departamento de História, 2008.

Bibliografia: f. 250-257.

1. Eugenia – Brasil – História. 2. Saúde pública – Brasil. 3. Brasil –
Relações raciais. 4. Educação. I. Engel, Magali Gouveia. II. Universidade
Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia III. Título.

CDD 363.920981

RICARDO AUGUSTO DOS SANTOS

Pau que nasce torto, nunca se endireita!
E quem é bom, já nasce feito?
Esterilização, Saneamento e Educação.
Uma Leitura do Eugenismo em Renato Kehl (1917–37)

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Professora Doutora Magali Gouveia Engel
Departamento de História – Universidade Federal Fluminense

Professora Doutora Sonia Regina de Mendonça
Departamento de História – Universidade Federal Fluminense

Professor Doutor Marcelo Badaró Mattos
Departamento de História – Universidade Federal Fluminense

Professor Doutor Luiz Antonio Teixeira
Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz

Professor Doutor Nilson Alves de Moraes
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Professor Doutor André Luiz Vieira de Campos (Suplente)
Departamento de História – Universidade Federal Fluminense

Professor Doutor José Roberto Franco Reis – (Suplente)
Fundação Oswaldo Cruz

Niterói
2008

Aos meus pais, Celestino e Lourdes.

À minha esposa, Ana.

Ao Danilo, meu querido filho.

AGRADECIMENTOS

Muitos são os que me ajudaram nesse trabalho, que não sei se é um ponto final ou se é um caminho novo que se inicia. Em especial agradeço:

À orientadora Magali Engel. Sem você este projeto não seria possível.

Aos amigos Pedro Marinho e Théo Lobarinhas.

Aos professores Sonia Mendonça, André Campos e Marcelo Badaró.

A todos da Casa de Oswaldo Cruz, em especial, as colegas Ana Luce, Laurinda Rosa e Renata Borges.

“... país que nasce torto não endireita nem a pau. A receita (...) para consertar o Brasil é a única que me parece eficaz. Um terremoto de 15 dias, para afofar a terra; e uma chuva de... adubo humano de outros 15 dias, para adubá-la. E começa tudo de novo. Perfeita, não?”.

Monteiro Lobato em carta a Renato Kehl em 1936

“Apesar da rotina e dos fetichistas, a esterilização se tornará, futuramente, uma realidade, também no Brasil.”

Renato Kehl em janeiro de 1934

“Você é negro puro, eu sou branco puro, por isso somos capazes e inteligentes. A maioria dos brasileiros, infelizmente, porém, é mestiça, sangue fraco, Maria-vai-com-as-outras, pouco inteligente. Resultado: de vez em quando o país sai dos trilhos. Compete ao Exército repô-lo no caminho certo. Feito isso, voltamos aos quartéis”.

Major do Exército, durante um “interrogatório” ao historiador Joel Rufino dos Santos, preso em 1967.

RESUMO

Este é um estudo sobre a Eugenia no Brasil. O movimento eugenista foi exuberante em nomes, títulos, instituições e publicações. Renato Kehl é a figura central para a nossa análise. Mas, não o deixaremos sozinho. Um intelectual carrega idéias, argumentos, dialoga e relaciona-se com outros atores. Sendo assim, para marcar a existência de um campo eugênico no Brasil visitaremos as idéias de outros intelectuais como o sanitarista Belisário Penna, o escritor Monteiro Lobato, o antropólogo Roquette-Pinto, o zoólogo Octavio Domingues, entre outros.

Kehl foi um dos principais agentes sociais do campo eugênico brasileiro. Desde as primeiras décadas do século XX até a data de sua morte, em 1974, ele esteve envolvido com o debate sobre a pertinência da eugenia como o remédio para os vários males da sociedade. Participou da fundação de associações, organizou congressos e criou periódicos que promoviam a divulgação das idéias sobre a regeneração racial e social do país. Uma das principais marcas do discurso de Kehl era o seu pessimismo quanto ao futuro da nação brasileira. Para ele, a miscigenação racial conduziria o Brasil para uma catástrofe. Assim, somente com procedimentos eugênicos, como a educação higiênica e a esterilização, o país poderia tornar-se uma nação moderna e próspera.

ABSTRACT

This is study about Eugenics (improvement of human hereditary) in Brazil. This particular movement was exuberant in terms of associated names, titles, institutions and publications. Renato Kehl is the central element for our analysis. But we will not let him alone. A intellectual person carries ideas, arguments, and put them in dialogue with other elements. Therefore, to highlight the existence of an eugenic field in Brazil, we will explore ideas of other intellectuals such as the specialist in public sanitation Belisário Penna, the writer Monteiro Lobato, the anthropologist Roquette-Pinto and the zoologist Octavio Domingues, among others.

Kehl was one of the main social agents in the field of Brazilian eugenics. Since the first decades of the XXth Century to the day of his death, in 1974, he was involved with the debate of eugenics , wondering if it was relevant as a remedy to many problems of the society. He created many associations, organized various conferences and also created magazines that promoted ideas such as racial and social regeneration of the country. One of the main characteristics of Kehl's speech was exactly his negative thoughts about the future of Brazil. For him, racial miscegenation would lead Brazil to a huge catastrophe. Then, only with eugenic procedures, such as hygienic education, discrimination and forced sterilization, the country could became a modern and prosperous society.

SUMÁRIO

1. Introdução	12
2. Capítulo I. Pensamento Social no Brasil	26
2.1. Estado e Raça	36
2.2. Belisário Penna	46
2.3. A Viagem Científica Neiva-Penna	52
2.4. A Regeneração do Jeca	65
2.5. O Presidente Negro	72
3. Capítulo II. A Eugenia no Brasil	89
3.1. Racismo Científico	100
3.2. O Manifesto Eugenista	110
3.3. Instituições, Intelectuais e Periódicos	118
3.4. Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929	131
3.5. O Branqueamento	156
4. Capítulo III. Um Eugenista nos Trópicos	168
4.1. O Médico Renato Kehl	175
4.2. Eugenia e Imigração	190
4.3. Reversibilidade da Degeneração Racial	197
5. Considerações Finais	220
6. Anexos	233
6.1. Lista de Periódicos	
6.2. Artigos de Renato Kehl	
6.3. Artigos de Octavio Domingues	
6.4. Livros de Renato Kehl, Octavio Domingues e Roquette-Pinto	
6.5. Lista dos trabalhos apresentados no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia	
6.6. Caderno de Imagens	
7. Referências Bibliográficas	248

1.

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objetivo o estudo da Eugenia no Brasil. Pesquisas sobre a eugenia ainda permanecem restritas a determinadas regiões. Frequentemente, ela é associada ao nazismo, ignorando-se a existência das idéias e práticas eugenistas, que ultrapassaram fronteiras ideológicas e geográficas.¹ O exemplo norte-americano² ainda é desconhecido, assim como o eugenismo na América Latina é pouco estudado. Portanto, esse texto é concentrado na análise das idéias e estratégias eugênicas em torno das quais se organizou a sociedade brasileira, durante o século XX. Consideramos que, na atual conjuntura histórica, é oportuno um projeto que contemple a diversidade de interpretações sobre o tema. Em países como Brasil e Argentina, existe uma produção recente que trata de maneira superficial as influências que o eugenismo provocou. Essa literatura aborda os textos de alguns intelectuais eugenistas, porém não se demonstra a particularidade desses agentes sociais. No Brasil, recentemente, foram realizados alguns trabalhos acadêmicos sobre o eugenismo nacional. Com alguma frequência, analisam as obras de diversos intelectuais e, especialmente, os livros,

¹ Durante o simpósio *The History of Eugenics: Work in Progress* realizado nos Estados Unidos, discutiu-se o caráter mundial das idéias e práticas eugenistas. Desse evento resultou artigos que foram apresentados no livro *The Wellborn science: eugenics in Germany, France, Brazil, and Russia*. Stepan publicou, nesse volume, seu primeiro texto sobre a eugenia brasileira, que foi fruto de estudos realizados durante os anos 80, quando também saiu o trabalho, “Eugenesia, genética y salud pública: el movimiento eugenésico brasileño y mundial”, na Revista *Quipu*, em 1985.

² Há evidentes exceções. BLACK (2003) e STERN (2005) realizam investigações instigantes a respeito da Eugenia nos Estados Unidos. O primeiro reconstitui a trajetória da “caçada aos fracacos” nos EUA. O segundo é um livro fundamental que desmistifica a idéia de que o eugenismo norte-americano tido como “pesado”, desapareceu ou ficou “leve” depois da Segunda Grande Guerra.

artigos e panfletos do médico Renato Kehl (1889-1974), tido como o expoente máximo do movimento eugênico no Brasil, mas não ampliam a análise, não destacam as nuances do pensamento social desse intelectual e, tampouco, dos outros autores brasileiros que compartilharam das idéias eugenistas. Erroneamente, consideram um ator social como paradigma ou modelo explicativo. Kehl, assim como os demais agentes sociais, não produzia suas idéias como um Robinson Crusó numa ilha.

Cumprindo indagar: o pensamento eugênico brasileiro foi diferente do anglo-saxão? Conforme alguns textos demonstraram, a recepção da Eugenia no Brasil e nas demais nações da América Latina teve características distintas de países como EUA, Suécia, Inglaterra e Alemanha. Todavia, alguns críticos, equivocadamente, concluem, por exemplo, que a eugenia germânica ou a norte-americana foi a verdadeira, a que teve laços com a ciência da genética, enquanto a nossa (latina) foi branda, falsa ou mesmo não existiu. Koifman (2007) analisou essas leituras apressadas, chamando atenção para os equívocos cometidos: “Além dos problemas relativos à falta de cuidados com o anacronismo, os críticos não levam em conta, justamente, as particularidades que o eugenismo tomou em diferentes países” (KOIFMAN, 2007:37). Portanto, não cabe negar totalmente a validade das investigações realizadas, mas é necessário fazer algumas perguntas: a eugenia latina foi menos eugenista ou mais leve do que as outras? Foi um conjunto equivocado de idéias? Remando contra essas interpretações, constatamos que, no Brasil, entre o início do século XX e as décadas de 20 e 40 existiu um movimento eugênico que permitia a associação entre esterilização, saneamento e educação. E quase todos os intelectuais eugenistas não escaparam dessa hibridização de estratégias.

O presente trabalho tem como título *Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação. Uma Leitura do Eugenismo em Renato Kehl (1917-37)*. Portanto, resta evidente que este médico é a figura central para a nossa análise. Mas, não o deixaremos sozinho. E ele não falava isoladamente. Um intelectual carrega idéias, argumentos, dialoga e relaciona-se com outros atores. Kehl foi um dos principais agentes sociais do campo eugênico brasileiro. Desde as primeiras décadas do século XX até a data de sua morte (1974) ele esteve envolvido com o debate sobre a pertinência da eugenia como o remédio para os vários males da sociedade brasileira. Participou da fundação de associações, organizou congressos e criou periódicos que promoviam a divulgação das idéias sobre a regeneração racial e social do país. Mas, muitos intelectuais acompanhavam-no. Kehl não esteve solitário. O movimento eugenista foi exuberante em nomes, títulos, instituições e publicações. Ao longo do texto, vamos marcar os posicionamentos dos

intelectuais, em especial do sanitarista Belisário Penna e do escritor Monteiro Lobato, sem esquecer do antropólogo Roquette-Pinto, do zoólogo Octavio Domingues (1897-1972), do sociólogo Oliveira Vianna e do político Alberto Torres.

Quem foi Renato Ferraz Kehl?

O médico Renato Ferraz Kehl nasceu em Limeira, interior do Estado de São Paulo, a 22 de agosto de 1889, filho de Joaquim Maynert Kehl e Rita de Cássia Ferraz Kehl. Exerceu a clínica médica em pequeno consultório na capital paulista durante alguns anos. Dedicando-se aos princípios da Eugenia fundou a Sociedade Eugênica de São Paulo, a primeira dedicada ao estudo e veiculação dos ideais eugenistas aparecida da América do Sul com 140 membros (quase todos médicos). Lutando pela difusão das suas idéias, Renato Kehl realizou conferências no Brasil, publicou mais de 30 livros, além de inúmeros artigos em jornais. Durante os anos em que exerceu cargos na administração pública (1919-1927), dentro do Serviço de Profilaxia Rural e no Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), ajudou a organizar o serviço de educação sanitária da Inspetoria da Lepre e das Doenças Venéreas, subordinado ao DNSP, tendo sido também o responsável pelo Museu de Higiene que esse setor apresentou na exposição comemorativa do Centenário da Independência (1922). No Departamento de Saneamento e Profilaxia Rural (DNSP) trabalhou durante três anos (1919-1922) como inspetor sanitário rural e também como chefe do posto médico-sanitário em Merity, passando depois para o serviço de Educação e Propaganda Sanitária (1923-1924). Tendo-se exonerado do DNSP em 1927, ingressou na companhia Bayer.

Como dissemos, não discordamos totalmente das contribuições e interpretações realizadas nos últimos anos por pesquisadores e professores sobre a eugenia brasileira. Chamamos atenção, inclusive, para o bom nível dos trabalhos. Mas, proporemos alguns questionamentos e teceremos considerações. Em primeiro lugar, afirmamos que a formação do campo eugênico relaciona-se com a estrutura de classes de cada país. A maioria das pesquisas não aponta esse fato. Quando o editor britânico da *Eugenics Review*³, Mister Trounson, citado por Nancy Stepan, declarou que “a abordagem brasileira é mais sociológica

³ Esse editor dizia que a eugenia brasileira tinha múltiplas interpretações. Depois de ler vários textos de eugenistas brasileiros, o britânico concluía: “Aparentemente os brasileiros interpretam a palavra eugenia de forma menos restrita que nós e a fazem-na cobrir muitas coisas que chamaríamos de higiene e sexologia elementar; e não se traça uma distinção muito clara entre condições congênitas devidas a acidentes pré-natais e doenças estritamente genéticas (...) Conflitos familiares, educação sexual e exames e atestados pré-nupciais parecem ser os assuntos que mais interessam aos eugenistas brasileiros, enquanto a genética e a seleção natural e social são bastante negligenciadas. A abordagem é mais sociológica que biológica”. (STEPAN, 2005:76).

que biológica”, ele estava afirmando que a eugenia nacional era menos científica. Mas, será que a abordagem britânica era totalmente ausente de intenções sociais? Ou, por que não dizer, será que ele estava atribuindo uma inocência ideológica à eugenia inglesa, justamente por considerá-la mais científica? Para olhos britânicos, as idéias eugênicas brasileiras podiam ser um conjunto equivocado. Desprovida de uma sistematicidade e envolvida com problemas de ordem moral. Segundo esse ponto de vista, a eugenia no Brasil estava preocupada com questões menores como a puericultura, a beleza física e a higiene íntima.

No entanto, contrariamente a essas afirmações, existiu efetivamente uma articulação social e política que permitia a associação entre Esterilização, Saneamento e Educação. Nancy Stepan, a primeira e principal pesquisadora a oferecer uma interpretação geral sobre a Eugenia na América Latina, não ignorou a especificidade da Eugenia em terras latinas. Contudo, para esta autora, explicando o caso brasileiro, a justificativa para a originalidade das idéias e práticas eugenistas abaixo da linha do equador era que “em virtude de seu clima tropical e de sua população mestiça o Brasil representava tudo que os europeus consideravam disgênico”⁴. Assim, estava explicado porque não foram adotadas medidas radicais eugênicas ou “verdadeiramente” eugenistas no Brasil: devido ao fato de o país ser uma nação de mestiços. Afinal, quem seria excluído? Condenado? Por este viés, não tivemos a preponderância da chamada “eugenia negativa”. Trata-se de opinião muito próxima daquela que condenava totalmente a “raça nacional”. A forte mestiçagem inviabilizaria o Brasil como nação. Mas, esta não era a expressão daqueles que consideravam como superior uma ínfima parte da humanidade? Uma suposta e quase mítica superior raça ariana? Veremos, pois, porque estas argumentações se confundem.⁵

A principal obra da historiadora Nancy Stepan publicada no Brasil é *A Hora de Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. O livro foi editado pela primeira vez em 1991, mas a edição brasileira, iniciativa da Editora da Fiocruz, data de 2005. Nele, a autora recupera o desenvolvimento das idéias eugênicas na América Latina e, em particular, as experiências do México, Argentina e Brasil. Neste e em outros trabalhos dessa historiadora citados pela literatura historiográfica brasileira que trabalha o tema da eugenia, Stepan situa suas hipóteses. Embora não ignore a especificidade e originalidade da Eugenia Latina, sem

⁴ STEPAN, Nancy Leys. *Eugenia no Brasil, 1917-1940*. In: HOCHMAN, Gilberto & ARMUS, Diego(orgs.) *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, pp 335. Esse trabalho é tradução do artigo publicado na Revista *Quipu*.

⁵ Haveríamos que formar um povo a partir do que tínhamos. Não havia, entre nós, uma mítica raça ariana a representar o ideal racial.

incorrer em menosprezo à contribuição das idéias eugênicas desses países, uma parte significativa dos argumentos de Stepan é inconsistente. Um ponto especial deve ser destacado, com o propósito de rebatê-lo.

Para Stepan, mas também para Souza (2006) e Diwan (2007), teria havido uma suposta exacerbação radical das propostas de Renato Kehl no decorrer dos anos 20. Esses autores identificam uma alteração no pensamento de Kehl em direção a uma eugenia negativa. Por esta interpretação, Kehl, a partir de um determinado instante, teria radicalizado suas impressões, desejando um modelo de eugenia mais identificado com ações como a esterilização compulsória. Também a partir dessa ruptura, ele teria modificado sua opinião sobre a miscigenação. Com a radicalização, teria se tornando mais intransigente e pessimista a respeito da mistura de raças. Apesar do bom texto de Stepan, o argumento principal para a apontada mudança radical é fraco. Poder-se-ia dizer, não sem um pouco de ironia, que se trata de uma explicação geneticista. A professora da Universidade de Columbia em Nova Iorque tenta assim explicar a suposta ruptura do pensamento de Kehl: “(...) as origens alemãs de Renato Kehl, líder dos eugenistas brasileiros, podem ter sido, em parte, responsáveis pela exacerbação de seu racismo” (STEPAN, 2005: 168). Souza (2006), por seu turno, embora critique, em alguns pontos, acertadamente a obra de Stepan, também recorre a argumentos com os quais não concordamos. Por exemplo, menciona-se, por várias vezes, ao longo de seu texto, que Kehl teria sofrido uma virada em sua trajetória. Ao longo do texto, detalharei esta minha discordância. Houve, sem dúvida, alterações no seu discurso. Mas, isto não representou uma modificação do seu pensamento, tampouco uma revolução dentro do campo eugênico.

A Eugenia chegou ao Brasil por intermédio dos livros e artigos produzidos em numerosa quantidade nos EUA e na Europa. Por aqui, encontrou solo fértil. Casou-se muito bem com um conjunto variado de idéias. Algumas delas existiam, pelo menos desde a metade do século XIX e tentavam explicar a experiência histórica em torno das populações escravas. Outras, espetacularmente desenvolvidas após 1870, almejavam construir um mundo moderno e científico, colocando o Brasil nos trilhos do progresso. Certamente, um dos motivos mais importantes para o desenvolvimento do eugenismo nas três primeiras décadas do século XX estava na preocupação com o controle da população de ex-escravos que estavam em processo de proletarianização. É bastante evidente a inquietação de Kehl e de seus interlocutores com os fatores identificados pelo eugenismo nacional como disgênicos, ou seja, contrários à formação do povo bonito, forte e saudável.

Que condições adversas e disgênicas eram essas que impediam a formação de um Brasil novo? Entre várias outras, o crescimento desordenado das cidades; a proclamação da República, que também não havia resolvido os problemas que os intelectuais apontavam como cruciais, pois, segundo os reformadores críticos, eles impediam a formação de uma grande nação; a abolição da escravidão e conseqüente processo imigratório para as cidades, compondo um contingente de pessoas procurando moradia e trabalho em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

Assim, de uma maneira ampla, os intelectuais se perguntavam: como produzir boas colheitas quando as sementes e o solo não são bons? Idéias que já estavam embutidas em autores norte-americanos e europeus, representantes do pensamento social e político que no século XIX, afirmavam a degeneração do Brasil devido à promiscuidade e sua liberdade sexual nos cruzamentos raciais, produzindo seres inúteis e híbridos. É certo que considerações completamente pessimistas quanto ao futuro da nação miscigenada seriam rebatidas pelos intelectuais identificados com o movimento sanitaria e, inclusive, com o eugenismo. Aliás, os autores do campo eugênico, os intelectuais que produziram suas obras nos marcos fronteiriços da Primeira República e do Estado Novo (1889-1945), notadamente os sanitaristas, ao contrário dos adeptos do chamado racismo científico, consideravam e trabalhavam para tornar o Brasil viável e os brasileiros capazes. Por exemplo, Roquette-Pinto escreveu em 1927:

Tudo quanto se tem apurado, no laboratório de antropologia do Museu Nacional, confirma [que] (...) a nossa população mestiça, quando sã, não apresenta nenhum caráter de degeneração física ou psíquica. (...) não denunciam absolutamente nenhuma inferioridade biológica. Quanto ao que raça pode dar como energia moral (...) são o melhor instrumento de que ela não fica a dever nada aos povos fortes (ROQUETTE-PINTO, 1927: 202).

Esse é um ponto interessante e importante para compreendermos as tramas desse emaranhado de idéias: a ambigüidade e a complexidade das propostas eugenistas. Por exemplo, sem dúvida, Roquette-Pinto refutava a negatividade oriunda unicamente da mestiçagem, mas desde que não houvesse “nenhum caráter de degeneração física ou psíquica” nos indivíduos. Ao longo do trabalho, serão consideradas as características principais dos intelectuais eugenistas. À exceção pioneira de Stepan, a historiografia da eugenia tende a considerar como autênticos somente os discursos eugênicos advindos de intelectuais brasileiros fortemente alinhados com os modelos estrangeiros. Assim, na maioria dos trabalhos acadêmicos sobre eugenia, Kehl é identificado como eugenista brando, em sua

primeira fase, depois, paulatinamente tornar-se-ia mais radical. Octavio Domingues é considerado um eugenista mendelista. Roquette-Pinto é apresentado como adepto do mendelismo, mas com face anti-racista, principalmente a partir dos anos 30. Rótulos à parte, o cenário é bem mais matizado e complexo. Frequentemente, vários autores representantes do pensamento eugenista ou fortemente influenciados pelas idéias eugenistas são ignorados como bons exemplos para estudar a repercussão dessas idéias. Há duas boas razões explicativas. Em primeiro lugar, os pesquisadores contemporâneos ainda trabalham com os conceitos formulados pelos autores estudados. Em segundo, o paradigma eugênico anglo-saxão influencia as análises operadas pela historiografia sobre eugenia. Por meio de uma leitura tradicional, qualquer proposta fora do modelo paradigmático não será considerada eugênica ou mesmo compreendida enquanto negação das idéias eugenistas. Daí a identificação quase direta entre nazismo e eugenia, o que constitui flagrante equívoco. Como explicar as experiências eugenistas acontecidas na Suécia social-democrata, que até os anos 70 do século XX praticou a esterilização compulsória? Ou nos EUA, que em 1906 já realizava a esterilização em homens e mulheres e consagrava a eugenia nas suas políticas públicas?

A primeira crítica a fazer é que tal visão reproduz os padrões estrangeiros clássicos. Recentemente, foram publicados textos que desmistificam um pouco esse olhar monolítico, quase sempre fruto de pouco trabalho de pesquisa documental ou amparado em teoria inadequada. As análises que vão sendo superadas afirmam que devido ao fato de os eugenistas dos EUA pregarem a esterilização, não defendiam práticas como a educação física, o saneamento e a higiene como fatores de eugeniização da raça. Talvez a ênfase fosse muito menor do que no Brasil, mas, por outro lado, na sociedade americana era grande a preocupação com o matrimônio entre as pessoas. Então, havia sim uma mínima preocupação com esses fatores “sociais”. Talvez, a grande diferença seja que no Brasil, acreditou-se que era necessário e possível salvar (regenerar) a raça e melhorar o país por meio dessas práticas educativas e sanitárias. Também é comum supor que após a Segunda Guerra, a eugenia norte-americana desapareceu. Contudo, esta é mais uma visão equivocada sobre a questão. (SOUZA, 2007)⁶.

Esta tese está dividida em três capítulos. No primeiro, reconstruirei o panorama que norteava os intelectuais eugenistas do período. Procurarei analisar o contexto dos atores no

⁶ Nesta resenha escrita por Souza (2007), podemos ver como as idéias eugênicas sofreram modificações, mas não desapareceram nos EUA após 1945. O livro comentado é STERN, Alexandra Minna. *Eugenic nation: faults and frontier of better breeding in modern America*. California: University of California Press, 2005.

início do século XX, sobretudo em relação ao que eles pensavam a respeito dos conceitos de nação, estado, raça e progresso. Como argumentamos, as idéias eugenistas foram formuladas e apropriadas como símbolos capazes de auxiliar tanto no processo de regeneração da raça nacional como da modernização da sociedade. Nesse contexto, o Estado deveria influir e conduzir o acasalamento e a reprodução humana. Nesta parte, falarei do relatório da expedição ao interior do Brasil empreendida por Belisário Penna e Arthur Neiva como um documento revelador dos problemas do país. Tratarei da metamorfose que o personagem Jeca Tatu sofreu como um elemento crucial para perceber a influência que as idéias racistas deterministas, sanitaristas e, por fim, eugenistas, exerceram sobre a sociedade da época.

No segundo e terceiro capítulos, faço um mapeamento dos pontos mais importantes da trajetória das idéias eugenistas no Brasil. Não constitui objeto desta tese a análise dos meandros da aludida oposição científica entre mendelistas e neolamarckistas, por sua irrelevância para a compreensão da história social e mesmo da sociedade da época. Reconhecemos as divisões e divergências envolvendo o debate teórico dentro do campo eugenista, mas será tarefa da história, pelo menos da história social, investigar em minúcias os modelos teóricos e científicos? Creio que não. Deixaremos esta parte aos colegas da história da ciência. Consideramos ser mais instigante indagar que acordos tornaram possível uma conciliação de interesses entre os agentes. Achamos, antes, de fundamental importância pesquisar as repercussões da suposta divisão entre os eugenistas adeptos das várias teorias.

Afinal, que projetos políticos permitiram a não-radicalização e não-adoção de experiências mais “duras”, tendo em vista as ações realizadas, por exemplo, nos EUA, Suécia e na Alemanha? Trataremos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia realizado no Rio de Janeiro como um acontecimento especial, onde as disputas por espaço político dentro do campo intelectual eugênico redundaram em tomadas de posição por parte dos membros do campo eugenista. Existia uma divisão entre os intelectuais e uma definição um pouco distinta sobre a influência, ou não, do meio sobre a hereditariedade.

Os adeptos do eugenismo formavam um grupo fortemente organizado, institucionalizado e estruturado o bastante para dominar várias áreas da política, educação e cultura. Convém não esquecer o número expressivo de periódicos, associações profissionais e culturais que esses intelectuais criaram. Tampouco deve-se negligenciar a importância política que tiveram. Afinal, era por intermédio de agências como a Sociedade Eugênica de São Paulo, a Liga Brasileira de Higiene Mental, a Liga Pró-Saneamento do Brasil e periódicos como o

Boletim de Eugenia que esses intelectuais, principalmente médicos, formulavam, veiculavam suas idéias e formavam um grupo que pressionava politicamente o Congresso Nacional. Inúmeras tentativas, algumas bem sucedidas, de transformar a legislação, marcando o controle do Estado sobre as vidas dos indivíduos e, em especial, sobre a reprodução. No Folheto *Certificado medico pré-nupcial. Regulamentação eugênica do casamento*, uma separata do periódico *Brazil-Médico*⁷, publicado em 1930, Kehl realizou um pequeno inventário das movimentações políticas no Congresso para regulamentar as leis sobre o casamento civil durante as primeiras décadas do século.

Nas conjunturas das décadas de 1930, 40 e 50, vários desses intelectuais eugenistas ocuparam posições importantes nas administrações governamentais. Koifman (2007) observa que, embora as políticas públicas ou as orientações dos governos mudem ao longo do tempo, os funcionários permanecem durante várias gestões à frente das “repartições”, onde efetivamente são cumpridas as determinações contidas nas políticas públicas. Este autor demonstra que o eugenismo influenciou e regulamentou fortemente o controle sobre a entrada de estrangeiros no país durante muitos anos⁸. Vários intelectuais que exerceram cargos nos chamados escalões inferiores da administração pública não são considerados dignos de estudos e análises. Em sua tese de doutorado, Koifman demonstra a importância de Ernani Reis (1905-1954). Aparentemente um funcionário público de escalão inferior, ele era, contudo, um intelectual com forte presença no governo e que, freqüentemente, publicava em jornais e participava de inúmeros programas radiofônicos nas emissoras de rádio da época.

Destacarei em especial, a trajetória biográfica e intelectual de Kehl, sobretudo entre os anos de 1917 e 1937. Analisarei a rede de relações dos intelectuais eugenistas, suas instituições, livros e periódicos, por meio dos quais eles se empenharam na organização e divulgação do movimento eugenista. Se Lobato e Penna ocupam espaços relevantes, Octavio Domingues e Roquette-Pinto são também interlocutores fundamentais para Kehl. Octávio Domingues (1897-1972) estudou na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz de 1915 a 1917, trabalhou no Ministério da Agricultura e foi professor da Escola de Agronomia da Amazônia. Entre 1919 e 1924, lecionou na Escola de Agronomia e Veterinária do Pará, e, na ESALQ, de 1925 a 1936. Foi ainda professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de

⁷ Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

⁸ Comumente atribui-se uma característica a-histórica ao Estado e aos homens. Por exemplo, diz-se que o Estado Novo *realizou* ou que após o seu término, uma determinada época totalmente diferente *começou*. Assim, considera-se, por um lado, que o Estado tem um comportamento quase humano. Num momento, ele é bom, depois, ele é mau. Assim, criou-se uma ilusão de que ao final do Estado Novo, após 1945, tivemos o início de uma era justa, pacífica e democrática, o que é, no mínimo, um equívoco.

Piracicaba e da Escola Nacional de Agronomia (ENA) no Rio de Janeiro. Foi diretor de ensino agrícola da ENA, trabalhou no Instituto de Zootecnia do Rio de Janeiro e no Departamento Nacional de Produção Animal. Octávio Domingues foi sócio fundador da Sociedade Brasileira da Zootecnia e presidente da mesma de 1951 a 1968. Roquette-Pinto, médico e antropólogo, figura de destaque na intelectualidade brasileira. Mas, é preciso ressaltar, em inúmeras ocasiões, os três personagens atuaram em conjunto. Discordando ou não, trabalharam em comissões governamentais e nos periódicos. Estiveram juntos no grupo de trabalho criado após a Constituição de 1934, para estudar a questão da imigração, sob a coordenação do sociólogo Oliveira Vianna, participaram do Boletim de Eugenia que circulou entre 1929 e 1933 e da Comissão Central Brasileira de Eugenia, que seria um órgão centralizador das políticas e ações públicas para a seleção eugênica dos indivíduos. Analisando as correspondências do Fundo Renato Kehl, vê-se que as divergências científicas e políticas eram maiores com Roquette-Pinto do que com Domingues. Entretanto, não consideramos que a diferença de opinião fosse capaz de alterar o ideal da criação de um Brasil novo.

Julgamos que nossa contribuição ao debate historiográfico sobre a Eugenia Brasileira será demonstrar a articulação da educação higiênica, das ações de esterilização e do combate às doenças para a formação de uma nação e um povo educado, higiênico e forte. Mesmo Kehl, reconhecido como um eugenista radical, favorável às técnicas de esterilização involuntária de “incapazes mentais” e criminosos desde antes da criação, em 1920, do DNSP (Departamento Nacional de Saúde Pública), foi também defensor do saneamento e da educação higiênica como fatores que propiciariam a cura dos males dos brasileiros, quase sempre pobres, doentes, feios e desprovidos de cultura científica. No início da década de 1920, ele já declarava a importância e o valor dos ensinamentos da educação higiênica e demonstrava que estava a par das ações desenvolvidas na Alemanha:

E, devo frisar, quase nada se obtém em campanha sanitária, quando se não conta com a colaboração popular. Em todos os países cultos a campanha de propaganda de higiene e educação sanitária é tida em alta conta, não se medindo esforços nem despesas para torná-la o mais eficiente possível. Quem ignora os esforços e os grandes resultados colhidos com a organização americana, nesse sentido? E na Alemanha? Neste país até as folhinhas de arrancar são empregadas com a divulgação de conselhos higiênicos. Como se sabe, lá como aqui, são muito apreciados os pensamentos, máximas,

versinhos, impressos no verso das folhinhas (...) a propaganda é uma grande auxiliar de todo empreendimento.⁹

Ao longo da tese, exploraremos a ação intervencionista da educação no projeto eugênico de Kehl. Isto nos ajuda a entender um pouco mais sobre a especificidade da eugenia nacional. Kehl tinha, a esse respeito, uma visão bastante particular das funções que a educação higiênica e a educação sexual desempenhariam na construção nacional do povo brasileiro. A investigação das idéias eugenistas em Kehl, e também, na trajetória de outros intelectuais, deve ser apurada com critério rigoroso. A concepção de educação preconizada por Kehl apresentava-se integrada ao modelo de transformação da sociedade. De maneira simplificada, podemos resumir que ele manteve durante a sua vida (com pequenas variações) propostas de intervenção eugênica do seguinte tipo: para as classes cacogênicas e disgênicas da sociedade¹⁰, ele receitava ações eugenistas, defendendo a esterilização para conter a “selvagem” proliferação dos seres degenerados, mestiços, doentes; para todos que pretendiam casar-se, o exame pré-nupcial, terminando na proibição do casamento ou geração de filhos entre os que demonstrassem ser degenerados ou perigosos para a sociedade; e, para os membros da classe aristogênica, educação higiênica e sexual para garantir uma descendência sadia.

De maneira bem ampla, podemos definir que os planos de eugenistas e sanitaristas consistiam em eugenia preventiva (controle dos fatores disgênicos pelo saneamento ambiental), em eugenia positiva (educação, incentivo e regulação da procriação dos capazes) e na eugenia negativa (evitar a procriação dos considerados incapazes). O objetivo era modernizar o país e apagar os símbolos da degeneração. Dos sanitaristas, que negavam as teses da inata indolência tropical, vieram os remédios para um futuro promissor: a educação higiênica e as ações públicas sanitárias. As condições sanitárias teriam de modificar-se para que, transformando os indivíduos, os seus descendentes fossem beneficiados. Eugenistas e sanitaristas entendiam que as reformas das políticas públicas de saúde aprimorariam a capacidade hereditária. Práticas associadas com a eugenia exemplificam a filiação neolamarckista: campanhas contra o alcoolismo e as doenças sexualmente transmissíveis. Em suma, coexistiam teorias que adotavam uma seleção racial capaz de embranquecer a

⁹ *Pelo Maior Bem! Elevando a significação dos problemas nacionais de higiene e educação sanitária. O que nos vai mostrar a Diretoria de Saneamento.* Entrevista com Renato Kehl. *Jornal A Noite*, 30 out. 1922. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

¹⁰ Para Kehl, a aristogenia representava os seres eugenicamente superiores; enquanto, os tipos inferiores constituíam a classe cacogênica. Esses, por ventura, poderiam assumir uma forma bastante degradada, ou seja, a disgênica.

população, produzindo um “tipo nacional”, com teses de que o futuro eugênico seria resultado do saneamento das áreas rurais e urbanas, além da educação higiênica que propiciaria a criação e manutenção da nova ordem. Essa amplitude de técnicas eugênicas não consistia em interpretação errônea de teorias científicas originais, nem mesmo numa cópia importada sem critério, mas sim na construção de um pensamento eugênico brasileiro.

Eugenistas e sanitaristas, como tantos outros grupos do campo intelectual da época, não formavam conjuntos homogêneos. Por exemplo, uma significativa parcela de eugenistas negava a influência do meio. Ou, pelo menos, alinhava-se em torno de uma leitura que afirmava a impossibilidade de transmissão hereditária de características adquiridas. Contudo, simplificadamente, talvez seja mais relevante para a nossa análise, dividi-los em dois conjuntos. Um, que aceitava a transformação das gerações futuras por meio da alteração do meio – via combate dos fatores disgênicos, isto é, degenerativos, como as doenças venéreas e o alcoolismo – outro, negando, ou, ao menos, argumentando que essas causas ocupavam um espaço secundário. No entanto, tal divisão, se em algum momento ficava evidente, em outros, no seio da disputa por espaços políticos e culturais, transformava-se numa fronteira bastante maleável.

Ao longo dos capítulos, discutiremos a arquitetura das idéias eugenistas. Trata-se de tarefa complexa, mas é certo que, ao final, serão encontradas algumas respostas. Fugiremos da narrativa linear que explica a eugenia através de uma suposta radicalização de suas propostas. Assim, as origens européias de Kehl e suas viagens ao velho continente, além da ascensão¹¹ das idéias nazistas e totalitárias, justificariam que o eugenista de Limeira (SP) tivesse teoricamente assumido a esterilização como alavanca para a superação da história. Sem dúvida, mudanças aconteceram na trajetória de Kehl. Encontramos sensíveis alterações. E não estamos negando que elas existiram. Mas, também encontramos em Belisário, em Lobato, em Roquette-Pinto (1884-1954). Porém, as modificações não estremeceram o campo intelectual brasileiro. E muito menos o eugenista ou sanitarista. As diferenças percebidas estiveram contidas dentro das fronteiras do pensamento social e político¹². A trajetória de Kehl sustenta esta argumentação. Encontramos referências seguras com respeito ao controle do Estado na

¹¹ Não se trata de negar a simpatia que Kehl nutria pelas idéias autoritárias e totalitárias. Em carta destinada a Oliveira Vianna, em 25/06/1937, ele deixou registrado esse sentimento: “Percorri uma parte da Suíça e agora depois de viajar pelo sul da Alemanha, instalei-me em Berlim, onde estou observando os magníficos progressos do III Reich”. Fundo Pessoal Oliveira Vianna, Casa de Oliveira Vianna.

¹² Em sua grande maioria, as pesquisas sobre o tema – Eugenia – consideram, equivocadamente, que as transformações se processaram sem tensões, sem conflitos e ausente de articulações políticas entre os agentes envolvidos.

procriação humana entre 1918 e 1921. Também há citações dele a respeito da esterilização e da necessidade de exames médicos prévios ao casamento. Portanto, não está nas viagens de Kehl à Europa a explicação da radicalização. E, por outro lado, mesmo com a acentuação em torno da “eugenia negativa”, que não negamos, pois efetivamente houve uma alteração, ele não abandonou a crença na tarefa regeneradora da Eugenia, que seria executada pela tríade Saneamento-Educação-Eugenia. Afinal se, sob um aspecto, Kehl, teria sofrido uma “virada” em suas proposições, não seria mais plausível dizer que foi o conjunto de suas propostas que se radicalizou? Aachamos que esta explicação corresponde aos movimentos de Kehl e de seus interlocutores. Em instigante dissertação de mestrado, Reis (1994) demonstra como a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) abraçou uma eugenia mais radical. Todos os membros do campo ansiavam por mais eugenia. E ansiavam por mais educação, mais saneamento, mais esterilização, mais controle do Estado sobre a massa de indivíduos que crescia. Era o medo da multidão.

É necessário não ceder a tentações simplistas de enfeixar em poucas palavras a totalidade do pensamento de um autor. Não é razoável supor que quatro décadas de trabalho de Renato Kehl podem ser resumidas em poucas linhas. Na verdade, mesmo durante as décadas de 1950 e 1960, quando as questões por ele defendidas não tinham o mesmo impacto, ainda era rotineira a sua contribuição intelectual em jornais. No decorrer do trabalho, selecionaremos período e textos, buscando apreender sua trajetória. Sobre este ponto de vista, encontramos apoio em Luiz de Castro Faria (2002), Jair de Souza Ramos (2003) e Michel Foucault (2002).

Como principal nome do eugenismo nacional, Kehl dedicou-se à divulgação e, principalmente, à organização do movimento eugenista. Ao longo de sua vida, ele construiu e manteve uma rede de interlocutores, onde encontramos personalidades do meio intelectual brasileiro, instituições nacionais e internacionais e nomes do movimento eugênico dos EUA e Europa¹³. Sempre debatendo o futuro racial do brasileiro e a identidade nacional. Mesmo após a década de 1940, com o fim da II Grande Guerra, momento em que, sem dúvida, a Eugenia sofreu um duro golpe, Kehl continuou escrevendo e publicando seus artigos na imprensa até os anos 60.

¹³ No Fundo Pessoal Renato Kehl, encontramos cartas com Charles Davenport, considerado o principal intelectual da Eugenia nos EUA.

Esta tese é resultado de uma investigação de fontes realizada em arquivos e bibliotecas. Vale-se muito, no entanto, de dois fundos¹⁴ documentais que estão sob a guarda da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. São os fundos pessoais de Renato Kehl e Belisário Penna. Reúnem desde correspondências pessoais até recortes de jornais, além de documentos oficiais oriundos das funções administrativas e políticas que os dois médicos exerceram. Os documentos analisados são livros, artigos, folhetos e cartas. Vários textos de Kehl e de outros autores foram utilizados como fontes. Destacamos os trabalhos “Lições de Eugenia” do próprio Kehl, editado em 1929, “O Problema Vital” de Lobato e o “Saneamento do Brasil” de Penna, esses últimos publicados em 1918. Merecem lembrança ainda, os “Annaes de Eugenia”, e o volume I das “Atas e Trabalhos”, que são as conferências e textos apresentados no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia realizado em 1929.

O recorte temporal da pesquisa marca o período de propaganda e tentativa da institucionalização, por parte dos intelectuais situados nas agências que veiculavam a eugenia, que tentavam tornar o eugenismo uma política de Estado. Em 1917, Kehl realizou uma conferência sobre Eugenia, o que teria estimulado sua vontade de lutar pela implantação da agenda eugênica em terras brasileiras. E, em 1937, Kehl lançaria vários textos comemorando os 20 anos de campanha eugênica. Enfim, estudo o pensamento social e político e as idéias com os quais os intelectuais se envolveram no período analisado. Procuro investigar o cenário, sobretudo em relação ao que os pensadores denominavam como questões ou problemas nacionais. Desenvolverei o argumento de que a Eugenia era assumida, veladamente ou não, como um instrumento para auxiliar o processo de construção de uma nova nação. Apresento a história do movimento eugenista no Brasil. Explicito a trajetória intelectual e política do agente principal. Enfatizo suas relações com outros autores, sua rede nacional e internacional de interlocutores. Após a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo, seu nome passou a ser identificado com o campo eugênico.

¹⁴ Recentemente, tive acesso ao fundo documental do Congresso de Eugenia de 1929/Museu Nacional. Deste importante evento, somente foi publicado um volume de suas atas. Do conjunto de documentos, sob a poeira do tempo, aparecem autores desconhecidos. Ver no Anexo D, a lista de todos os trabalhos apresentados no evento.

2.

CAPÍTULO I

PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL

Só um fator; uma força, um instrumento, um órgão, uma vontade, uma inteligência com a função de promover a ação nacional, de manter a vida do país, no que o interessa em conjunto e permanentemente: é o aparelho político administrativo, com seus vários órgãos. (TORRES, 1982: 117).

(...) porque também é lei antropológica que os mestiços herdem com mais freqüência os vícios que as qualidades dos seus ancestrais. Os mestiços desta espécie são espantosos na sua desordem moral, na impulsividade de seus instintos, na instabilidade de seu caráter. O sangue disgênico, que lhes corre nas veias, atua neles como a força da gravidade sobre os corpos soltos no espaço: os atrai para baixo com velocidade crescente. À medida que se sucedem as gerações. Os vadios congênitos e incorrigíveis das nossas aldeias, os grandes empreiteiros de arruaças e motins das nossas cidades são os espécimes desse grupo. (VIANNA, 1987a: 104).

Muitas das críticas dos intelectuais eugenistas ao Estado, à sociedade brasileira e à administração pública nacional ainda permanecem em nosso tempo. E começaram a serem realizadas antes deles. A burocracia administrativa era vista ineficaz ou corrupta, onde predominavam interesses políticos, partidários ou pessoais em detrimento de interesses

nacionais e mesmo a ausência da idéia de nação¹⁵. Por exemplo, durante 40 anos, um dos membros do campo eugênico, o médico mineiro de Barbacena Belisário Penna apontou tais fatos como resultados do corpo social doente. No entanto, ele não foi o único a estabelecer as características prejudiciais à nacionalidade. A partir do início do século passado, um número imenso de reformadores sociais apareceu. O próprio genro de Penna, Renato Kehl, também estaria entre eles e colocaria esses fatos como efeitos nefastos de um governo de políticos ladrões e incompetentes:

A nossa mocidade de brasileiro patriota não conheceu o dia bem aventurado do Brasil sem crise política ou econômica e reintegrado na moralidade administrativa e governamental. Fazemos parte da geração revoltada deste começo de século. Como disse Alcântara Machado, ‘a rapaziada da minha idade, que abriu os olhos neste século, cresceu e se formou num ambiente feito de desânimo, de tragédia e de negação. Principiou encontrando a república desmoralizada.’(...) aprendi a xingar os administradores e odiar os políticos. Tudo podre, tudo péssimo, o país governado por ladrões e ineptos (...) Diante do Brasil assim só se justifica por parte da geração nova uma atitude de indignação e revolta. (KEHL, 1933:19).

A construção da idéia de nacionalidade no Brasil tem merecido atenção das ciências sociais tanto nas perspectivas que acentuam determinações de caráter político ou econômico, como nas que enfatizam o imaginário social. Os estudos sobre o tema destacam a importância das primeiras décadas de experiência republicana na organização dos projetos nacionais. Apesar do debate em torno da nação brasileira anteceder a independência política realizada em 1822 e se aprofundar no fim do século XIX, é entre 1900 e 1940 que projetos de nação se intensificam delineando matrizes de pensamento que influenciariam as ações e o ideário político por um longo período. Uma dessas correntes, talvez a mais importante, diz respeito ao papel tutelar do Estado em sua relação com a sociedade. Uma característica a ser ressaltada é que a literatura produzida em torno da temática se detém nas obras de representantes do pensamento social que exerceram maior influência nas políticas de construção do Estado centralizador. Ênfase especial tem sido atribuída à produção intelectual de autores que preconizaram um modelo de organização política alternativo ao liberalismo formalmente consagrado na Carta Constitucional de 1891. Alberto Torres e Oliveira Viana, entre outros,

¹⁵ Conforme demonstra Carvalho (2002:44) analisando a obra do Visconde do Uruguai: “Muitos dos males apontados por Uruguai relativos à política nacional, como a distância entre governo e povo, a burocracia absolutista e ineficaz, a mania de esperar tudo do Estado, o sufocamento dos municípios, a inadequada distribuição de responsabilidade entre municípios, províncias e governo central, o empreguismo, o empenho, o clientelismo, o patronato, o predomínio dos interesses pessoais e de facções, a falta de espírito público, a falta de garantia dos direitos individuais, continuam na ordem do dia, posto que atenuados.”

destacam-se entre as referências do que se convencionou denominar pensamento autoritário no Brasil.

Como características gerais desta fração do pensamento social e político brasileiro durante o período chamado de Primeira República, apontamos a defesa de uma ordem autoritária, a repulsa ao individualismo e do papel primordial que o Estado deveria assumir na organização da sociedade. No entanto, o processo de afirmação das concepções autoritárias que explicava os males da sociedade brasileira e propunha remédios amargos contou com a participação ativa de intelectuais de origens e trajetórias diferentes. Refiro-me a diversos intelectuais que, sem serem reconhecidos como expressões mais significativas desse pensamento social crítico do liberalismo do período (1889-1930), atuaram como divulgadores das teses sobre o papel do Estado. Este é o caso do grupo de médicos que lideraram a campanha para o “Saneamento do Brasil”. Uma obra que deveria constituir-se na redenção econômica e moral do país e de sua população. Basicamente, as transformações do pensamento nacional no período podem ser compreendidas como a formação de um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio administrativo e político da sociedade.

Partidários da função diretiva que o Estado¹⁶ deveria assumir na organização e administração racional da sociedade, os intelectuais do campo eugênico formularam as idéias das funções que o aparelho estatal deveria exercer no país e, principalmente, acrescentaram os argumentos científicos ao debate. Os participantes da campanha nacionalista do saneamento do país, alguns também integrantes dos movimentos pela reforma educacional, afirmavam a possibilidade de progresso e superação dos problemas sociais pela intervenção do Estado no planejamento e, principalmente, na condução das políticas de saúde e educação. Elegendo as precárias condições de vida da população, notadamente nas áreas rurais, como o mais grave problema nacional, os defensores do “Saneamento do Brasil” e, por extensão, da sua eugeniação, propunham a reforma dos serviços públicos e uma reorganização do país de acordo com princípios racionais, científicos e centralizados nacionalmente. No trecho seguinte, Kehl, inclusive, distingue dentre os médicos e homens de ciência àqueles que seriam homens de Estado. Esses indivíduos resolveriam o importante problema da “doença”:

A saúde assentar-se-á, então sobre duas bases: a higiene, que afastará as causas dos males e a eugenia, que selecionará os indivíduos, tornando-os

¹⁶As transformações ocorridas no pensamento social do período devem ser consideradas como, basicamente, a formação de um sistema ideológico onde a legitimação da autoridade estatal era princípio da própria sociedade.

mais sólidas unidades da raça. O problema da doença será, pois, resolvido, em um futuro não remoto, não pelos médicos e homens de ciência, mas pelos de Estado. (KEHL, 1919: 76).

Ruralismo e cientificismo são conceitos importantes para compreendermos o conteúdo da proposta nacionalista veiculada pelos sanitaristas e eugenistas. No que se refere à primeira, baseava-se na defesa da vocação de um país caracterizado pela riqueza de recursos naturais, vastidão do território e abandono a que eram relegadas as populações rurais. No âmbito deste texto, não iremos aprofundar as várias características dos diversos pensadores. Por exemplo, encontramos em Alberto Torres a afirmação de que a terra era base da riqueza nacional. Segundo indicam seus escritos, ele acreditava numa divisão internacional das riquezas mais equilibrada e justa, ainda que isto implicasse numa posição subalterna: “Nosso país tem de ser, em primeiro lugar, um país agrícola. Fora ridículo contestar-lhe esse destino, diante de seu vasto território”.(TORRES, 1978: 207).

A partir de meados do século XIX, várias linhas filosóficas do pensamento europeu – positivismo, darwinismo e evolucionismo – incrementavam o pensamento social e político nacional, sustentados pela divulgação de um conhecimento científico. Conceitos erigidos por intelectuais europeus alcançavam grande repercussão, fornecendo justificativas baseadas no critério pretensamente universal, isto é, científico. Assim, se explicavam as diferenças sociais das nações “inferiores” frente às sociedades européias e dos Estados Unidos da América. A raça passou a ser uma noção discutida em obras que celebravam o racismo científico, prevendo para o Brasil um futuro nebuloso.

Portanto, diante da realidade tropical, nada ou pouco havia que fazer. A responsabilidade pela condição nacional cabia ao aviltante cruzamento dos portugueses com as duas outras raças que entraram em nossa formação: a indígena e a negra. Tudo explicado, tudo perfeitamente resolvido. Como só a raça branca criava progresso, havia pouca esperança para as raças inferiores. Talvez continuar o cruzamento com os brancos superiores. De fato, essas verdades eram plenamente aceitas e, definitivamente, também nunca foram totalmente refutadas. Em 1897, o Ministro Joaquim Murinho em relatório enviado ao Presidente, testemunhava:

“Não podemos, como muitos aspiram, tomar os Estados Unidos da América do Norte como tipo para nosso desenvolvimento industrial, porque não temos as aptidões superiores de sua raça, força que representa o papel principal no progresso industrial desse grande povo”.(MOOG, 1978:04).

Consideramos que a tese da desqualificação das populações miscigenadas está ligada às interpretações sobre o desenvolvimento do capitalismo nos EUA. Haveria uma predisposição genética dos povos. Assim, os Estados Unidos da América do Norte evoluíam natural e diferentemente das demais nações. Portanto, nessa perspectiva, os habitantes que viviam na Península Ibérica, América do Sul e África, não conheciam a noção nobre do trabalho. Estava explicada a diferença entre os países, principalmente em relação aos da América Latina. Os elementos formadores do sub-continente (português, indígena e africano) eram exploradores e aventureiros, e as virtudes burguesas não eram características desses povos. O personagem Jeca Tatu, indolente e preguiçoso, está retratado nessa imagem. O Jeca extraía da natureza a mandioca, pois esta não exigia maiores trabalhos com cultivo e colheita. Era necessário apenas enfiar a mão na terra. Por outro lado, os demais povos eram vistos como trabalhadores previdentes e com idéias empresariais.

Esses princípios foram retomados e rediscutidos nas décadas de 1920 e 1930. Um arsenal de argumentos racistas exaltando uma raça supostamente eugênica ganhava um clima propício para a divulgação da produção dos mais importantes nomes do pensamento social brasileiro. Identificamos como componentes de uma grande linha ou corrente, as figuras de Silvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866-1909), Alberto Torres (1865-1917), Oliveira Vianna (1883-1951) e Nina Rodrigues (1862-1906). Esses intelectuais forneceram as categorias que alimentaram as obras de um grande número de autores. Um elemento unia a todos: vários dos elementos conceituais constitutivos de seus textos são originários dos trabalhos anteriores de intelectuais como Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), Lapouge e Gustave Le Bon. Dentre eles, sem dúvida, o mais famoso, foi o primeiro. Embora Hannah Arendt afirme que ele não teria tido tanta influência, sendo somente recuperado na primeira metade do século passado (SCWARCZ, 2000:257). No entanto, o pensamento do Conde constituiu uma referência para uma infinidade de intelectuais e sua inserção no debate sobre o valor das etnias é inegável: “(...) de inducciones em inducciones, tuve que penetrarme de esta evidencia: que la cuestión etnica domina todo los demais problemas de la historia”. (GOBINEAU, 1937: 15). Sua principal obra, o *Essai sur l'inégalité des races humaines*, foi escrita com o claro objetivo de provar a superioridade da raça branca, elevando a raça ariana à origem e realização da civilização. Oliveira Vianna e Alberto Torres, guardadas as diferenças, beberam nessas águas, crentes em uma hierarquia humana baseada em critérios biológicos. Nada que surpreenda, pois, afinal, até Manoel Bomfim (1868-1932), que negava e refutava peremptoriamente o *gobinismo*, fazia menção às metáforas organicistas. O médico sergipano

dividia nações e classes sociais em parasitas e parasitadas. Acreditava nos efeitos desastrosos do parasitismo. Ele destruía o organismo atingido e decretava a decadência moral do parasita. Oliveira Vianna pagaria um alto preço pela influência que sofreu do chamado arianismo, enquanto Alberto Torres criticaria a chamada ciência antropológica européia e os teóricos do racismo científico.

Os intelectuais eugenistas justificavam a necessidade de haver um Estado centralizador devido à ausência de laços de solidariedade e de uma autêntica idéia de nacionalidade no país. Como não tínhamos organização e cultura moderna, ao contrário dos países ocidentais, seria preciso adotar um Estado forte. As formas políticas liberais transplantadas eram uma aberração. Além de vários problemas de adaptação, idéias e instituições alienígenas produziam, na verdade, um poder excessivo em autoridades locais. A proposta política que unificava os pensadores Alberto Torres, Oliveira Vianna, Belisário Penna entre outros, resumia-se, em grandes linhas, a uma crescente centralização política e ao aumento da autoridade do Estado. No âmbito desse trabalho, não pretendemos estudar todos os autores da época, tampouco esgotar a análise num escritor específico. Também não iremos discutir os possíveis erros e acertos desse ou daquele intelectual. Oliveira Vianna, por exemplo, foi interpretado como um arauto do Estado Novo e até do golpe militar de 1964 e é visto também como um sociólogo que entendeu o Brasil. A complexidade desses autores é imensa. Apesar de inúmeras coincidências, cada um deles é possuidor de uma obra única e vasta. Este capítulo é uma tentativa de construir uma plataforma para análise.

Entre os participantes que mais se destacaram na defesa do saneamento como etapa para o desenvolvimento social e econômico e da participação do Estado e dos intelectuais e cientistas neste processo estão os médicos Belisário Penna e Renato Kehl. Presentes na direção de agências estatais, na organização de associações profissionais e científicas, além de participantes em movimentos políticos durante as décadas de 1910 a 1940, eles foram agentes sociais extremamente importantes. Penna, por exemplo, atuou em departamentos governamentais e círculos intelectuais dedicados a políticas de saúde e de educação durante as décadas de 1910 e 1920, aderiu à Revolução de 1930, teve uma curta passagem pelo Ministério da Educação e Saúde e filiou-se ao Integralismo.

Miceli (1979) aponta que os intelectuais desse período eram representantes das famílias abastadas, algumas em decadência econômica. Muitos eram filhos de proprietários de terras, mas sem capital financeiro. Graças aos conhecimentos adquiridos nos cursos superiores

(Medicina, Direito e Engenharia) e relações pessoais, gradativamente passaram a ocupar postos relevantes na administração pública. Principalmente, foram os responsáveis pela condução das políticas de saúde e educação. Segundo Miceli (1977), a capacidade de manejar capitais simbólicos, acumulados pelo conhecimento científico, em articulação com a rede de relações pessoais (amizades, casamentos), permitia operar com desenvoltura entre os cargos de poder e prestígio. Para Miceli, esses intelectuais eram parentes pobres das oligarquias, mas estas famílias haviam acumulado vastas experiências nos departamentos públicos de grande importância. Os fatos comprovam que exercer funções em alguns postos da administração estatal poderia representar um aumento estupendo dos rendimentos pessoais financeiros para seus ocupantes. No acervo do Fundo Pessoal Oswaldo Cruz/COC, vários documentos demonstram que os membros das cinco expedições científicas executadas pelo Instituto Oswaldo Cruz ao interior do país entre 1911 e 1913 receberam altas quantias para realizarem essas viagens¹⁷.

Intelectuais cujas trajetórias são paralelas a de Renato Kehl, Monteiro Lobato, Penna e Arthur Neiva são, de certa forma, facilmente identificados com o eugenismo. Curiosamente, do próprio campo eugênico nacional surgem dois nomes que demonstram o caráter singular da história cultural brasileira. São citados por uma ampla bibliografia como membros de um movimento de teor anti-racista. Trata-se do zoólogo Octavio Domingues e do antropólogo Roquette-Pinto. Nos anos 30, Roquette-Pinto realmente integrou iniciativas nacionalistas e anti-racistas no contexto do crescimento de um movimento antinazista. No entanto, ao longo da tese, procuraremos discordar e dialogar com a literatura historiográfica e sociológica que consagra miticamente alguns intelectuais. Por exemplo, textos recentes, tratam o intelectual Roquette-Pinto como um opositor do eugenismo. No entanto, mesmo durante o Congresso de Eugenia, no qual se manifestou de certa maneira, contrário às afirmativas racistas de Renato Kehl, ele não abandonou totalmente a concepção vigente sobre os problemas de raça: “do ponto de vista moral, no entanto, é preciso reconhecer que os mestiços manifestam acentuada fraqueza: a emotividade exagerada, ótima condição para o surto dos estados passionais”.¹⁸

Um outro intelectual foi mitificado e quase endeusado pela sociedade brasileira: Monteiro Lobato. Sua representação foi construída a partir da trajetória do indivíduo. Homem de múltiplas faces, Lobato foi escritor e empresário. Nacionalista e autoritário, deixou

¹⁷ Esses dois importantes textos de Sergio Miceli estão republicados em *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

¹⁸ PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Atas e trabalhos*. Rio de Janeiro: v. 01, 1929, p. 138.

impressões sobre a vida brasileira carregadas de uma visão preconceituosa. Não devemos, pelo menos, por enquanto, examinar a veracidade de suas opiniões. Existe uma distância entre o mito e o homem real. Se podemos caracterizá-lo como um eugenista de boa cepa, também é correto, assinalar que atirou com certa pontaria nos intelectuais e políticos da “República Velha”, que possuíam sobre o “povo” outras leituras igualmente carregadas de preconceitos. Vários livros com críticas dessa comunidade de intelectuais engajados ao governo republicano foram publicados entre 1910 e 1930. Estes textos dão o balanço dos anos de política republicana levado a cabo por escritores da geração nascida no final do século XIX. Um bom exemplo destes trabalhos é a coletânea “À Margem da História da República” organizada por Vicente Licínio Cardoso. A primeira edição desta obra apareceu em 1924. São pequenos artigos de autores bastante representativos dessa crítica autoritária à República instalada em 1889. Os seus autores são Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Jonathas Serrano, Jose Antonio Nogueira, Nuno Pinheiro, Oliveira Vianna, Pontes de Miranda, Ronaldo de Carvalho, Tasso da Silveira, Tristão de Athayde e Vicente Licínio Cardoso.

Nessa pequena passagem de Alberto Torres, retirada do livro *A Organização Nacional*, podemos analisar uma síntese das idéias desse grupo:

A política de uma nação é uma política orgânica, o que vale dizer: uma política de conjunto, de harmonia, de equilíbrio. No quadro incongruente de nossas instituições-sistema forasteiro-inadequado à nossa índole e ao nosso caráter, e que por isso não se executa (...). (TORRES, 1978:158)

O projeto de uma nação civilizada e moderna se desvanecia diante desses olhos críticos¹⁹. Para tais autores, o desconhecimento das condições reais do Brasil pela maioria dos seus habitantes, incluindo-se os políticos, empresários e os demais intelectuais, e a adoção de modelos institucionais estrangeiros, foram apontados como entraves para a construção da verdadeira nacionalidade brasileira e o conseqüente progresso social. A presença do pensamento de Alberto Torres, marcado pela denúncia do artificialismo²⁰ das nossas instituições, foi fundamental para a configuração intelectual desses grupos. Como podemos averiguar no trecho retirado de “Preliminares para a Revisão Constitucional” de Pontes de

¹⁹ “Evidentemente, deve haver uma causa mais profunda, que explique tamanha incapacidade e tão longo e continuado insucesso. Esta causa existe e é, como já assinalamos, o desacordo entre o idealismo da Constituição e a realidade nacional”, VIANNA, Oliveira, “O idealismo da Constituição” In: *À Margem da História da República*, Brasília, UNB, 1981, p. 109.

²⁰ “Temos sido um país ao qual tem faltado organização e educação econômica, capital, crédito, organização do trabalho, política adaptada ao meio, a índole da gente; um país desgovernado em suma”. (TORRES, apud LEMOS, 1995).

Miranda, incluído neste volume já citado e importantíssimo para entendermos a conjuntura, *À Margem da História da República*:

Não queremos eliminar o Estado, mas regenerá-lo. Em vez de política especulativa, como a dos utopistas de 1889 a 1891, a política científica e experimental, eficaz e prática, que evitará as formidáveis calamidades que nos esperam, quando, dentro de dez anos, esmagados pela casca artificial e despótica dos dirigentes, sem organização do trabalho e da indústria, a população brasileira, acrescida da imigração incessante, começar a inquietar-se e apresentar os problemas políticos nas suas soluções radicais e utópicas: o socialismo puro ou anarquismo. (CARDOSO, 1981:13).

Para Alberto Torres, advogado e político fluminense, nascido em Porto das Caixas (RJ), a realidade nacional poderia ser desvendada (e organizada) desde que se abandonassem os modelos importados e fosse adotada uma análise científica dessa realidade. Os nossos males seriam resultado da maléfica combinação do desconhecimento dos dados reais e a cópia de modelos políticos estrangeiros. Tais idéias, de certa forma, colocavam em dúvida a onda *civilizatória* européia, orgulhosamente denominada de *belle époque*. O modelo liberal estava sob o fogo cruzado dos que advogavam a reforma da estrutura política. Para essa corrente interpretativa dos problemas nacionais, era preciso dar um basta àquela mentalidade artificial que dirigia o país com os olhos voltados para o mundo estrangeiro. Uma parte dos representantes dessa parcela de pensamento social nacionalista se perguntava: mas por que a importação de idéias estrangeiras? O que impede de serem criadas instituições políticas a partir da nossa realidade? A indicação de Alberto Torres é esclarecedora:

O Brasil é um país que nunca foi organizado e está cada vez menos organizado. Sua ordem aparente e sua legalidade superficial correspondem, na realidade, a uma perda constante de forças vivas: o povo – longe de se haver constituído, social e economicamente (...). (TORRES, 1978:160).

Um país a que faltam tais requisitos não é uma nação, e não é mesmo uma soberania, senão no rótulo jurídico. Nos carecemos de organização, e precisamos nos organizar, não como instituição jurídica, segundo os modelos de outros, mas como nacionalidade, como corpo social e econômico, não devendo copiar nem criar instituições, mas fazê-las surgir dos próprios materiais do seu país: traduzir em leis suas tendências, dando corretivos a seus defeitos e desvios de evolução. (TORRES, 1978: 168.)

Criar o povo e a nação brasileira deveriam ser as tarefas desses grupos intelectuais. Este era o sentimento que animava os diferentes autores. Para eles, a necessidade de uma elite ilustrada crescia na medida em que o povo não era organizado politicamente. Afinal, não possuíamos instituições, afirmava enfaticamente Oliveira Vianna. Daí a inviabilidade da nação: “(...) todo o fracasso do idealismo contido na constituição de 24 de fevereiro tem, em

síntese, esta causa geral: somos um povo em que a opinião pública, na sua forma prática, na sua forma democrática, na sua forma política, não existe”. (VIANNA, 1981:110-111). Em *O Idealismo da Constituição*, o mais famoso artigo dessa obra coletiva de críticos da experiência republicana, Vianna anunciava:

Não há nenhuma classe entre nós realmente organizada, exceto a classe armada. Essas grandes classes populares-que são os órgãos principais da elaboração da opinião britânica – não tem aqui organização alguma, ou tem uma organização rudimentar, sem eficiência apreciável sobre os órgãos do poder(...). Quando(...) algumas frações delas se organizam (...) Centros Industriais, Sociedades Agrícolas, Associações Operárias(...) ainda assim esses pequenos núcleos de solidariedade profissional não têm espírito militante, nem poder eleitoral próprio, nem influência direta sobre os órgãos do poder. (VIANNA apud CARDOSO, 1981: 112).

As interpretações de Oliveira Vianna e Alberto Torres privilegiavam a organização e a ação do Estado, conferindo-lhe um caráter baseado no pressuposto de uma sociedade de organização frágil, um povo culturalmente e politicamente despreparado para exercer papel ativo. Ao expressarem um anseio de fortalecimento do poder estatal, diversos intelectuais como Vianna e Torres ajudaram a consolidar uma determinada idéia de Estado. Afinal, esses homens desejavam um Estado capaz de erradicar os males do passado e controlar os processos sociais de mudança²¹. Para Oliveira Vianna, o aparelho estatal seria responsável pela formação do povo. E, de acordo com as idéias do campo eugênico, isto era possível, desde que fosse realizado um diagnóstico correto. Para os eugenistas, de maneira geral, o objetivo e o desejo era que o Estado controlasse toda a política de reprodução humana. Renato Kehl elogiava, com frequência, os avanços europeus no campo da seleção eugênica. Em viagem pela Europa, em 1937, manifestou sua concordância com a política nazista de extermínio, em carta para Oliveira Vianna. E, no mesmo período, encontramos mais um retrato desse fascínio de Renato Kehl pelas conquistas européias sobre o controle humano:

Eu próprio, embora firme da realidade prática dos objetivos eugênicos, nunca poderia imaginar que, vinte anos após, iria encontrar a eugenia no pé em que está na Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, países escandinavos (...) nos EUA, onde a eugenia era quase generalizada nas escolas e onde se estabeleceram leis de caráter nitidamente eugênico. Eis, porém que a Alemanha, com o atual reich, toma a dianteira. A Alemanha, com os seus institutos e tribunais eugênicos é o país que, com mais energia e decisão, cuida atualmente do melhoramento eugênico do povo.²²

²¹ Intelectuais próximos a Oliveira Vianna e Alberto Torres duvidavam que a República pudesse ser origem de uma nação moderna, pois existiria um abismo entre o país real e o país legal.

²² KEHL, Renato. *Correio da Manhã*, 4 mar. 1937. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

Veremos a seguir, como os intelectuais conciliaram seus desejos de formação de um novo povo sob os desígnios do Estado.

2.1 Estado e Raça

Estreitamente ligado a Kehl, Oliveira Vianna diante das pesquisas antropológicas e biométricas efetuadas por Edgard Roquette-Pinto, João Batista de Lacerda e Fróes da Fonseca durante as décadas de 1920 e 1930, no Museu Nacional, o filho de Bacaxá (RJ) declarou sobre a importância das análises sociológicas: “Há uma anamnese das nações como há uma anamnese dos indivíduos – e tão necessário, no governo dos povos, o conhecimento daquela para a determinação de qualquer política reformulada, como desta para a exata diagnose de qualquer caso clínico”. (VIANNA, 1959:126). Dessa forma, Vianna demonstrava sua crença no poder analítico da ciência para a compreensão dos problemas sociais, econômicos e políticos. E, para a resolução das questões. Mas, quando teria se iniciado o relacionamento entre Vianna e Kehl? Em correspondência datada de 01/09/1931, encontramos algumas respostas. Nesta carta, Oliveira Vianna respondia a Kehl sobre uma consulta feita em nome da Comissão Central Brasileira de Eugenia. Na missiva, o sociólogo fluminense afirmava que não podia atender a solicitação requerida pelo médico eugenista. Renato Kehl enviara a Vianna um questionário indagando sobre a situação eugênica dos grupos étnicos nacionais. Era uma pequena lista com perguntas sobre a quantidade e qualidade dos povos e raças no Brasil. Esse interrogatório havia sido enviado a vários intelectuais. Tratava-se de um exercício de mapeamento eugênico da população brasileira a partir de um inventário das raças. Respondia Vianna a Kehl: “Não lhe digo meu pensamento sobre o questionário porque estou com um livro quase pronto, onde o seu questionário se acha respondido com detalhes completos (...) e terá então a resposta ao questionário que teve a gentileza de me mandar”²³. O livro a que se refere Oliveira Vianna na carta é *Raça e Assimilação*. Foi lançado em 1932. Num trecho dessa obra, Vianna afirmava sua crença no poder dos saberes eugênicos:

Em relação ao negro puro, minha opinião-a que falta ainda a base de estudos psicométricos definitivos (porque os já feitos, e são numerosos, não me parecem ainda bastantes) – é de que, para certos tipos de inteligência superiores, ele revela, na sua generalidade uma menor fecundidade do que as raças arianas ou semitas, com que ele tem estado em contato.(1959:195).

²³ Carta de Oliveira Vianna a Renato Kehl, 01/09/1931. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

E, em relação ao Estado, como deveria ser portar, diante dessas populações? Podemos definir que, em linhas gerais, os autores do pensamento social autoritário e nacionalista desejavam que o Estado fosse administrado por técnicos e cientistas. Afinal, a sociedade brasileira era “comprovadamente”²⁴ formada por indivíduos pobres e doentes. Portanto, totalmente incapazes de construir os laços de solidariedade comunal formados durante séculos pelas sociedades das outras nações. Além disso, para esses autores, os setores importantes da sociedade, que deveriam ser os alicerces, estavam iludidos e dominados, de um lado, pelos mecanismos da *politicalha* e, por outro, por vícios cosmopolitas. Se esses intelectuais não chegavam a constituir um grupo homogêneo, no entanto possuíam vários pontos de identificação. Por exemplo, pode-se afirmar que os membros desse grupo eram intelectuais que criticavam o modelo constitucional de 1891. Porém, existia uma variedade de projetos políticos em disputa naquele momento histórico. Em suma, freqüentemente, os analistas que estudam o período reconhecem somente uma crítica autoritária. Achamos que isto é um equívoco. Vários projetos políticos de organização da sociedade estavam em pauta.

Por exemplo, Oliveira Vianna²⁵ considerava que o sufrágio universal, o liberalismo e o federalismo (pontos importantes e presentes na Constituição de 1891) eram princípios transplantados de países como a França, Inglaterra e EUA. Acusava que tais artificialismos institucionais, por não serem orgânicos, causavam prejuízos ao Brasil. Esses princípios abstratos, implantados em sociedades de características diferentes dos países originários das idéias, manifestavam seu caráter artificial com resultados desastrosos²⁶. Em *A Organização Nacional* e *O Problema Nacional Brasileiro*, ambos publicados em 1914, Alberto Torres apresentava um estudo e um plano para a superação da contradição entre o país legal e o país real. Para ele a inadequação entre a Carta Constitucional Republicana de 1891(fundada em princípios abstratos e importados) e a realidade nacional (que julgava ser necessário investigar) era responsável pela desorganização do país.

Portanto, é possível encontrar características semelhantes nos textos dos autores amplamente citados como nacionalistas e autoritários: a construção do Estado como “órgão” central e administrativo da sociedade; o nacionalismo das propostas; o estudo da história colonial e imperial; as críticas à República Velha; as propostas alternativas para o futuro; a

²⁴ Daí a importância das investigações empíricas sobre o “povo” brasileiro. Qual era a nossa verdadeira identidade? Éramos indolentes e incapazes? Ou doentes e pobres.

²⁵ Cumpre reiterar que Alberto Torres e Oliveira Vianna possuem várias diferenças.

²⁶ “Esta ideologia era uma mistura um tanto internacional e, por isto mesmo, heterogênea do democracismo francês, do liberalismo inglês e do federalismo americano. Tinha seus crentes e também tinha os seus fanáticos: o que não parecia ter eram os seus céticos e os seus negadores”. (VIANNA, 1981:105)

utilização de instrumentos sociológicos; além das críticas ao formalismo constitucional. Para esses teóricos sociais, algumas conclusões eram evidentes. No Brasil, não foram criadas organizações e instituições sólidas e o pouco que tínhamos conseguido havia sido destruído após a Proclamação da República. E, como consequência final, os habitantes do país continuavam improdutivos e inúteis.

Mas, como era esta realidade que os intelectuais afirmavam conhecer? Como esses intelectuais, que quase nunca saíam das cidades aonde habitavam, Rio de Janeiro e São Paulo, podiam falar dos problemas brasileiros? Em que eles se baseavam para as suas afirmações sobre o lastimável estado de doença e pobreza do país? Uma resposta pode ser encontrada na repercussão de um relatório. Na segunda década do século XX, o relato de uma viagem ao interior do Brasil realizada por um sanitarista e um cientista²⁷, Belisário Penna e Arthur Neiva (1880-1943), traçou um inventário das condições de saúde dos habitantes do imenso país. O documento ganhou imensa²⁸ publicidade por meio da campanha do escritor Monteiro Lobato em prol da reformulação da saúde pública. A ressurreição²⁹ vivida por Jeca Tatu que, de caboclo indolente se transformou em ativo empresário, graças a um eficaz tratamento médico, deveria servir de exemplo. Questões como saúde pública, educação e condições sanitárias foram incorporadas à temática política, inserindo-se no amplo debate sobre a reconstrução nacional.

Um certo sentimento de desencanto com a República³⁰, que não resolvera os problemas essenciais, estimulava a elaboração de um diagnóstico científico garantindo a salvação do país. O relatório Neiva-Penna expunha as feridas. Onde está o progresso? Por que ele não veio? Por que permanecemos na pobreza enquanto outros povos utilizam as novas técnicas do mundo industrial? Era dessa maneira que os intelectuais interrogavam-se perante a realidade. Perturbados diante de uma realidade que identificavam como caótica, os reformadores sociais projetavam uma sociedade ideal, onde os médicos fossem os

²⁷ Além do sanitarista e do cientista, viajaram na expedição Neiva-Penna, alguns auxiliares e um fotógrafo, José Teixeira.

²⁸ O relatório teve uma grande repercussão, provocando comentários de políticos e intelectuais. Gilberto Freyre, Lobato, Oliveira Vianna e Lima Barreto deixaram – em suas obras imortais – opiniões marcantes sobre a expedição Neiva-Penna.

²⁹ Vários personagens surgiram em torno da figura do Jeca Tatu de Lobato: o Cearense Ildefonso Albano criou o “Mané Chique-Chique”. O Paraense Rocha Pombo, o “Jeca Leão”. Um, era herói no Sul do país, o outro, no Nordeste. Eram, ambos, homens fortes e inteligentes. O próprio Kehl criou o “Jeca Bravo” ou “Jeca Valente”. Caso dessem comida ao Jeca e ele se livrasse dos parasitas de seu corpo, o jeca de Kehl ficaria regenerado. O personagem “Jeca Bravo” é citado por Kehl em alguns textos e no livro “A Cura da Fealdade”.

³⁰ Devemos refletir sobre essa afirmação, pois é possível interpretar que a desilusão e o desencanto com “A República” fossem manifestações de específicos grupos de intelectuais frente a determinados projetos políticos.

administradores e assessores do Estado. Os intelectuais eugenistas ansiavam por uma ordem social em perfeito funcionamento, isto é, projetavam seus desejos em direção à construção de uma nação sem conflitos sociais. Mas a República brasileira não obedecia totalmente aos diagnósticos. A sociedade utópica orientada por uma ordem racional, desprovida de interesses e paixões, insistia em esfacelar-se em crescentes e múltiplas particularidades.

Mesmo diante do quadro negativo, a construção da nação permanecia como um ideal a ser alcançado. E os intelectuais guiados por uma crença na força das novas disciplinas que explicavam o mundo, ansiavam por uma maior participação política. Para seguir em frente, era preciso conhecer o país e interpretá-lo. Esses intelectuais almejavam a reforma da República e trabalhavam para executá-la. Para eles, diante do quadro caótico, não se poderia criar uma nação moderna. Existia um abismo entre o país legal e o país verdadeiro. Deveria imperar a racionalidade imbuída dos princípios da organização e produção capitalista, concebida sob o comando da eficiência, atingindo a esperada modernidade. Eliminar-se-ia, assim, a doença e a miséria. Porém, esse ideal perdia-se na imensidão do território. Permanecíamos presos ao passado da humanidade. Não pertencíamos à civilização ocidental, berço da sociedade industrial. Precisávamos urgentemente de uma salvação nacional. Kehl e os demais eugenistas e sanitaristas³¹ não escaparam dessas fronteiras do pensamento. E assim, pretenderam salvar o país das doenças físicas e mentais, através de reformas que seriam controladas por administradores da política eugênica. Para Kehl, a única salvação para este Brasil triste e deserdado era a política eugênica e sanitária conduzida pelos administradores da vida:

Cada dia que passa, mais se nos firma a convicção de que só uma política eugênica, dirigida por administradores de escol, poderá melhorar a situação econômica, política e social do Brasil. Enquanto este grande país se mantiver em mãos de estadistas de compadrios, de estadistas improvisados, amalgamados em conluios e em solidariedades inconfessáveis – enquanto o Brasil for governado por um núcleo de parceiros coniventes em atos que concorreram para chegarmos a este estado da falência quase geral (...) seremos um povo de tristes e deserdados. (KEHL, 1933: 20).

Em suma, esse era o retrato do Brasil fotografado pelo pensamento eugenista: triste, pobre, doente e sem organização política. Um trágico retrato, onde a razão científica não podia se reconhecer. Em tal cenário, a República viu surgir inúmeros reformadores de

³¹ Renato Kehl tinha uma visão mais pessimista sobre a mestiçagem do que os demais intelectuais sanitaristas ou eugenistas. Para ele, somente a ação sanitária ou educativa não transformaria a realidade. Além disso, acusava o catolicismo de não permitir atos de natureza eugênica mais radical, como a esterilização realizada de forma compulsória e ampla.

políticas. Médicos, advogados, engenheiros e educadores refugiaram-se na idéia de que o Estado poderia e deveria organizar a sociedade. E esses atores ofereciam as idéias e seus serviços. Entre a comunidade de letrados imbuídos de crença nas novas técnicas científicas, consolidou-se o tema da reforma. Durante os anos 1910 e 20 essa mensagem representou um esforço de colocar nas mãos do Estado a tarefa de recompor a unidade do país e torná-lo viável³². É evidente que os intelectuais possuíam um modelo de Estado e buscavam aumentar a representação dos seus grupos na condução das políticas impetradas, ainda que elas fossem parcialmente aplicadas. Afinal, toda a discussão provocada pelo relatório, alçou o tema das condições sociais das populações ao debate político. Contudo, muito pouco foi realmente modificado para que a vida dessas pessoas melhorasse.

Portanto, não concordamos com as investigações que naturalizam o Estado. E muito menos com as análises que apontam as ações estatais como uma extensão administrativa do bem público. Foram as lutas pela ampliação dos direitos sociais e trabalhistas que forçaram a(s) república(s) democrática(s) a incorporarem palavras como Questão Social e Democracia em seus discursos e práticas. Desta maneira, torna-se evidente que Liberalismo e Democracia não são sinônimos, nem por si só representam realidades tão complexas. O Estado no Brasil não chegou com as caravelas de Pedro Álvares Cabral e tampouco com os cavalos de Getúlio Vargas. Por exemplo, existe uma historiografia consolidada e tendenciosa que identifica as origens da Previdência Social no país com a criação dos Institutos de Previdência Social (os IAPs) ou com a Lei Eloy Chaves que foi criada através do Decreto-Lei 4.682 de 24 de janeiro de 1923. Este Decreto era voltado, inicialmente, para os trabalhadores das empresas de estrada de ferro existentes à época.

As referidas interpretações tendem a ignorar ações estatais e, principalmente, as iniciativas das associações classistas dos trabalhadores anteriores à política assistencial Varguista. Igualmente, por mais precário que fosse o alcance das ações governistas na área dos serviços básicos de saneamento, elas existiam. É verdade, que se limitava quase sempre a “jogar um pouco de terra” nos lagos de água suja pela Cidade Maravilhosa. Essas iniciativas dependiam, em grande parte, da vontade de particulares. Mas, temos de reconhecer que tais ações ocuparam um tempo e um espaço e representavam desejos de algum grupo social. Nos

³² Inclusive, em parte das obras desses autores transparece um tom saudosista do período monárquico. Muitos lamentavam o esvanecimento da “unidade nacional” e de uma “paz social” perdida, segundo eles, com as agitações abolicionistas e republicanas. Vale lembrar que, nesse período, cidades como São Paulo e Rio de Janeiro tiveram um número razoável de manifestações populares e operárias almejando melhorar as condições de vida ou mesmo alterar o caráter das relações sociais.

últimos anos, padecemos, dentro das ciências sociais, de um ponto de vista *a priori* para definir o Estado, quase sempre apresentado como um bloco de vários órgãos administrativos, vazios de atores sociais portadores de interesses e do qual emanariam de uma forma natural as políticas públicas.³³

Para os homens da República das Letras, a saúde e a educação tornaram-se a via adequada para a inscrição do Brasil na sociedade dos países ricos. Mas, para isto, seria muito necessário o auxílio dos médicos e cientistas, demonstrando que, para atingirmos a modernidade, seria preciso educar o povo. O discurso sobre a saúde do povo apontava as precariedades do regime. Naquele contexto fértil de idéias, estruturaram-se correntes interpretativas que passaram a conferir à educação o papel de força propulsora da sociedade. Segundo a análise realizada por esses autores, um dos nossos maiores problemas era a ausência de educação formal em grandes parcelas da população; daí, a conclusão de que promover uma reforma nos serviços educacionais era altamente necessário para o progresso do Brasil. O tema adquiriu destaque em torno de projetos de reestruturação nacional e de afirmação das bases da nacionalidade. Assistiu-se ao surgimento de um amplo movimento³⁴ de “entusiasmo pela educação”. Ao lado, a saúde figurava como elemento fundamental para a regeneração nacional. Desde o início do século, a questão sanitária vinha ocupando um espaço nas políticas públicas, com destaque para a reforma urbana que o prefeito Pereira Passos implantara na cidade do Rio de Janeiro.

Mas, se a crítica autoritária ao liberalismo político e administrativo e ao governo republicano se dirigia pelos símbolos da pobreza e da doença, essas palavras eram também dirigidas aos fazendeiros, políticos e industriais, porque para os representantes do pensamento social nacionalista e autoritário, esses homens eram dominados pela corrupção (segundo as palavras de Kehl, Penna e Lobato, essa era uma doença que grassava em solo pátrio) e incapazes de seguir princípios racionais para a reorganização dos serviços públicos de educação e saúde da sociedade brasileira. Para frações do pensamento social marcadamente antiliberal, os dirigentes e administradores precisavam, urgentemente, reformar a sociedade. A *política* dos políticos nacionais não conseguiria estabelecer diretrizes para a sociedade. Apenas a política isenta de interesses, expressaria integralmente os ideais nacionais.

³³ Ver os livros MENDONÇA (2005) e MENDONÇA (2006), onde encontramos trabalhos consistentes criticando esse ponto de vista dominante nas denominadas ciências humanas.

³⁴ Ver “A Educação na Primeira República” de Jorge Nagle, In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano*. São Paulo, DIFEL, 1985.

Esse projeto político pode ser assim resumido: a politicalha republicana era desorganizada e a Nação deveria ser orientada por uma política livre de paixão ou interesse, ou seja, científica. Teríamos uma administração pública seguindo critérios objetivos e centralizados. Nessa perspectiva, os problemas de educação e saúde pública não foram simples questões técnicas. Elas possuíram uma dimensão política: a construção da Nação. A educação passou a ser o caminho adequado para a reforma do Brasil e pressupunha a cooperação entre as classes, uma consciência nacional para a formação da Nação. As novas ciências e técnicas contribuiriam de maneira decisiva para melhorar as condições de vida dos habitantes que viviam de forma irracional, sem princípios corretos, de maneira confusa e, quando em conflito com os órgãos de direção da sociedade, ameaçadoramente perigosos para a unidade da sociedade³⁵. Além disso, eram presas fáceis para as outras idéias igualmente perigosas e alienígenas: anarquismo e comunismo.

Para esses intelectuais, a modernização do Brasil e a reforma do Estado deveriam sofrer influência da ciência, cuja vulgarização era notável naquele período. Eis o modelo que seria necessário para encaminhar uma solução aos destinos da República. Na década de 20, a mensagem da regeneração da República construiu um discurso que, apresentando-se como neutro, pretendeu arrancar a República de suas indefinições através de uma transição pacífica. A adesão ao projeto da nação, seria resultado da conquista das consciências. Abra-se qualquer estudo dedicado à história das idéias no Brasil e, invariavelmente, quando mencionada a geração de intelectuais da Primeira República, a ênfase recairá sobre as obras de Alberto Torres e Oliveira Vianna. Não se quer negar a importância desses autores, pelo contrário, julgamos que seus textos apontam as fronteiras das importantes parcelas do pensamento social brasileiro nacionalista e autoritário. São, no entanto, parte significativa de um universo. O que se deseja demonstrar é que estes pensadores são parte desta interpretação, mas não o todo.

Para estes grupos, naquele contexto social, a dicotomia país real *versus* país legal retratava o momento político. As instituições republicanas eram analisadas como efeitos do modo equivocado de percepção da realidade. Assim como o modelo de conhecimento era criticado, a política governista também o era. A maneira de conduzir a república respondia pelas mazelas sociais que assolavam o país: a politicalha, o despreparo, a irresponsabilidade

³⁵ Os conservadores *de plantão* negam a existência da rede específica e institucionalizada de relações sociais: as classes sociais. No presente texto, adotamos o conceito *gramsciano* de Estado Ampliado. O Estado como uma condensação de relações sociais. O Estado não é um ente supra-histórico pairando acima das classes, assim como não é apenas coerção, mas também consenso. Aliás, adotamos o conceito de classes sociais enquanto um conjunto de redes relativamente estáveis e hierarquizadas de relações institucionalizadas.

das elites e a corrupção. O modo de conhecimento da realidade era combatido porque sendo incapaz de apreender objetivamente o Brasil, propunha ordená-lo através de estruturas políticas oriundas de realidades que não diziam respeito ao país real. Daí a percepção de que o autoritarismo poderia traduzir-se em pensamento próprio para o país. Mas o que distinguiria a política orientada pela ciência daquela dominada por interesses espúrios? Kehl diria sobre a necessidade de novos nomes para dirigir o governo, a seguinte frase, demonstrando mais uma vez a intrínseca articulação dos intelectuais eugenistas a esse pensamento social:

Dizem que os governos são formados pelos elementos de elite do país. Oliveira Vianna assim o afirma. Engana-se, porém, em relação ao nosso. Queremos crer, ou melhor, devemos proclamar não ser de elite o elemento que vem se perpetuando nos postos de comando (...) Há gente melhor do que essa que nos governa. (KEHL, 1933:19).

Para vários dos autores eugenistas, entre eles Renato Kehl, Belisário Penna e Monteiro Lobato, a política deveria significar a resolução dos graves problemas sociais. Esta política seria resultado de um estudo correto da realidade e indicador seguro de uma solução, guiada por uma análise objetiva. A política deveria ignorar a dinâmica das forças sociais. Sua ação decorreria da visão do verdadeiro Brasil. Portanto, uma questão técnica. A política deveria deslocar-se dos políticos – que manifestavam interesses individuais e classistas – para os técnicos, profissionais que orientados pelas idéias científicas expressariam necessidades nacionais. As instituições políticas adequadas teriam que ser as indicadas pela própria realidade. Portanto, os problemas nacionais seriam resolvidos após a descoberta da realidade nacional. O conhecimento objetivo da realidade levaria ao modelo político apropriado. E adotado o modelo político correto, não existiria o conflito social, resultado da inadequação das instituições políticas republicanas em solo brasileiro. Em resumo, para Kehl, era explicitamente imperioso e necessário, fazer o “saneamento político”:

Instruir o povo é desvendar-lhes o palco róseo da vida, é mostrar-lhes o valor da saúde, o caminho da honra e do trabalho. As idéias pregadas pelos evangelistas da harmonia social, só encontrarão terreno semeável onde reinar a saúde, em terras de indivíduos eugênicos. Cumpre, pois sanear fisicamente para em seguida **fazer o saneamento político** [Grifo nosso]. (KEHL, 1920:19).

Esse discurso, no setor da saúde pública, definiria um modelo que, com o objetivo de promover a elevação da capacidade produtiva dos trabalhadores levou a uma nova atribuição social do médico³⁶. O Brasil, identificado por esses médicos como uma terra de curandeiros e

³⁶ No campo médico é inegável que o profissional recebia uma melhor remuneração ao buscar suas novas atribuições, especialmente, em alguns casos, na administração pública. Por exemplo, a renda recebida pelos

aproveitadores, sofreria uma mudança, condição da industrialização e modernização da sociedade, um processo que garantiria a paz social e elevaria as condições de vida da população a cargo do Estado.

A visão do trabalhador rural nacional presente na maior parte dos discursos era aquela que foi adotada por Monteiro Lobato nos artigos do livro *O Problema Vital*. O Jeca Tatu era um indolente, mas não totalmente incapaz. Ainda haveria, sem dúvida, quem afirmasse que o trabalhador nacional era deficiente por influência do clima e da raça. Mas, o novo projeto era otimista. Ele dizia: o homem pobre e doente é, sobretudo, uma vítima indefesa da doença, da ignorância e da deficiência ou do vício de alimentação. Preserve-se das doenças, alimente-se convenientemente, dê-lhe instrução e a produção do seu trabalho igualará à dos mais robustos lavradores europeus. Os caipiras, caboclos e mestiços que escapam das doenças nada deixam a desejar quanto ao vigor físico e à resistência aos mais árduos dos estrangeiros. Para Kehl, a eugeniação do Brasil seria uma redenção bíblica do país:

Não há, pois, obra mais benemerita e altamente valiosa, que a propaganda sanitária de ensinar aos indivíduos a se protegerem contra as doenças contagiosas, a obedecer aos princípios de higiene individual, a manter as habitações e suas redondezas limpas, inculcando-lhes no espírito a razão da prosperidade de certos colonos, como os alemães e polacos, no Paraná e Santa Catarina, em contraste com a pobreza e doença dos nossos patrícios que, entretanto, vivem nas mesmas regiões, e portanto sob um mesmo clima. (...) No dia em que a propaganda de higiene conseguir que o povo brasileiro compreenda a significação da campanha de saneamento, iniciada promissora e entre nós, colaborando para esse patriótico “desideratum”, de reabilitação sanitária, poder-se-á dizer que o Brasil é realmente o seio de Abraão dos tempos presentes.³⁷

Porque somos doentes e miseráveis, enquanto outras nações gozam dos benefícios do mundo moderno e civilizado? Perante a República, Penna, Kehl e Lobato interrogaram-se dessa maneira. O retrato do Brasil doente era a resposta. Um retrato cruel. Uma imagem que a percepção culta não podia reconhecer. A consciência de um Brasil rural e desconhecido era um guia para a produção intelectual do período. Somente o conhecimento do país verdadeiro forneceria dados para a análise e posterior organização da nação. Assim, as teses sanitaristas esperavam superar os entraves para a superação da miséria e erradicação das doenças. Mas,

membros das expedições científicas superava, em muito, qualquer salário recebido pelos clínicos nas cidades brasileiras. Sobre a remuneração desses profissionais, ver Coelho, 1999.

³⁷ *Pelo Maior Bem! Elevando a significação dos problemas nacionais de higiene e educação sanitária. O que nos vai mostrar a Diretoria de Saneamento.* Entrevista com Renato Kehl. Jornal *A Noite*, 30 out. 1922. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

para conhecermos o pensamento social da época, é necessário analisar melhor os intelectuais Penna, Kehl e Lobato. Examinaremos as concepções que os orientaram. Elegemos seus textos como fonte privilegiada para a análise dos temas abordados pelo movimento sanitarista. Eles dão um testemunho fundamental. Por meio deles popularizou-se a idéia – particularmente nos meios urbanos – de que o Brasil, por intermédio de uma reforma das políticas públicas de saúde e educação impulsionada pela ciência da higiene, transformar-se-ia num exemplo de grande nação.

No contexto da época, a opinião dos sanitaristas sobre a realidade nacional, opunha-se às teorias que atribuíam uma herança climática e/ou racial negativas para a construção da nacionalidade. O discurso em torno das qualidades potenciais e positivas das populações rurais provocou uma mudança a respeito do que se pensava sobre o país. A idéia de uma integração nacional via ação saneadora nos corpos dos indivíduos e no corpo social impregnou o ambiente intelectual daqueles que pensavam a formação de uma nação. É importante lembrar que esses homens viveram e produziram em período conturbado, de reorganização política do país e implantação de uma nova ordem social. Por exemplo, a participação dos intelectuais da Liga Pró-Saneamento do Brasil, nesse momento de profundas transformações políticas, trazendo a idéia do saneamento e principalmente da educação higiênica como etapa necessária para a construção da nação, assumiu uma importância inquestionável. Do início do século até o final da década de 1930, a presença do médico-sanitarista foi fundamental para a definição e implementação das políticas públicas de saúde e educação. Ao acompanhar a sua atuação desse profissional constatamos a possibilidade de recuperar a construção das políticas sociais públicas, bem como a crescente participação dos atores eugenistas e sanitaristas.

Identificados com o campo eugenista, os intelectuais ganharão no período após a Revolução de 30, e especialmente com o Estado Novo, algo que estava ensaiado durante os anos 20: o manto protetor do Estado ou das suas instituições. Em 1931, Renato Kehl participou da criação da Comissão Central Brasileira de Eugenia, cujo principal objetivo era lutar para implantar a Eugenia nas políticas públicas. Seus membros eram Renato Kehl, Ernani Lopes, Gustavo Lopes, Porto-Carreiro, Cunha Lopes, Salvador de Toledo Piza Junior, Octavio Domingues, Achilles Lisboa e Caeta Coutinho. Após 1930, com o governo provisório, Belisário Penna foi nomeado Diretor do DNSP e depois, em duas oportunidades, tornar-se-ia Ministro da Educação e Saúde Pública. Em 1934, no âmbito do Ministério do Trabalho seria criada uma comissão para estudar e definir uma política oficial que regulamentasse a

imigração para o país com base na eugenia. Presidido por Oliveira Vianna, desse grupo fizeram parte Renato Kehl e Roquette-Pinto.³⁸

Vejamos a trajetória de um dos atores mais importantes do período. Além de sua importância inquestionável para a análise dos movimentos, Penna é um dos autores do relatório Neiva-Penna, que constitui um documento chave para entendermos a formação do campo eugênico.

2.2 Belisário Penna

Belisário Augusto de Oliveira Penna nasceu em Barbacena (MG), em 29 de novembro de 1868, filho do Barão e Visconde de Carandaí e de Lina Lage Penna. Ingressou, em 1886, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, transferindo-se no último ano para a de Salvador, na Bahia, onde colou grau em novembro de 1890. Retornando a Minas Gerais, clinicou em Barbacena e Juiz de Fora. Nessa última, em 1903, foi eleito vereador, participando do Congresso Industrial, Comercial e Agrícola reunido em Belo Horizonte, sendo escolhido relator da Comissão de Comércio. No ano seguinte, transferiu-se para o Rio de Janeiro e prestou concurso para inspetor sanitário da Diretoria Geral de Saúde Pública. Aprovado, foi nomeado e designado para exercer as suas funções na 6ª Delegacia de Saúde. Alguns anos depois, designado por Oswaldo Cruz, juntamente com Arthur Neiva do Instituto Oswaldo Cruz, percorreu o norte da Bahia, sudeste de Pernambuco, sul do Piauí e nordeste de Goiás, com o fim de estudar as condições sanitárias. As experiências dessa viagem pelos sertões foram decisivas para a sua visão do país. O contato de Penna com as condições miseráveis da população marcaram-no fortemente. Transformou-se num incansável pregador do saneamento rural e da educação higiênica como a única possibilidade de superação dos problemas sociais. Em 1913, Belisário Penna solicitou uma licença de seis meses e, por conta própria, percorreu os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para estudá-los, como fizera em relação aos estados do Norte. Depois, reassumiu o cargo de Inspetor Sanitário do Rio de Janeiro, passando a trabalhar nos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro. Em Vigário Geral, instalou, em março de 1916, o primeiro posto de profilaxia rural do Brasil, que mais tarde seria transferido para as localidades de Parada de Lucas e Penha. A partir de novembro de 1916 iniciou, pelo jornal *O Correio da Manhã*, uma campanha pelo Saneamento

³⁸ Consultar KOIFMAN (2007).

do Brasil, escrevendo os artigos que mais tarde constituiriam o livro publicado com este nome. Em maio de 1918, durante a presidência de Wenceslau Brás, com a criação do Serviço de Profilaxia Rural, Penna seria nomeado para a sua direção. Nesse cargo, ele instalou e dirigiu dez postos sanitários nos subúrbios e zonas rurais do Distrito Federal. Na mesma época, fundaria a Liga Pró-Saneamento do Brasil, realizando conferências em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Em virtude da autonomia concedida pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores ao Serviço de Profilaxia Rural, este teve seus recursos aumentados e pôde estender sua assistência médica às áreas do Estado do Rio de Janeiro limítrofes com o Distrito Federal. Em 1920, com a criação de uma antiga demanda dos sanitaristas, um órgão (centralizado e nacional) que fosse responsável pelas ações públicas para a área da saúde, Penna foi nomeado Diretor do Departamento de Saneamento e Profilaxia Rural, subordinado ao recém-criado Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), onde foram instalados serviços de profilaxia em 15 estados durante a sua gestão. Trabalhando em São Paulo, em carta aberta aos filhos, apoiou a revolta tenentista de 5 de julho de 1924. Preso, foi enviado para o Rio de Janeiro, ficando detido por seis meses no quartel do Corpo de Bombeiros. Foi suspenso de suas funções como Delegado de Saúde, sendo reintegrado ao serviço público apenas em 1927. Como Chefe do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária, percorreu os estados de Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte até ser requisitado em 1928 pelo governo do Rio Grande do Sul para ali organizar um centro de educação sanitária. Transferindo-se para o Sul, iniciou um período de intenso trabalho. Merece destaque nesse momento seu engajamento na Revolução de 30. Após a vitória do movimento, foi nomeado Diretor do Departamento Nacional de Saúde e em setembro de 1931, Penna assumiu interinamente o Ministério da Educação e Saúde, criado depois da Revolução de 1930. Filiou-se, em 1932, à Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado, tornando-se membro da *Câmara dos 40*. Belisário Penna faleceu em 4 de novembro de 1939, isolado e solitário em sua fazenda, no interior do Estado do Rio de Janeiro, para onde havia se retirado após sua aposentadoria, nas imediações da cidade de Vassouras.

Os registros históricos assinalam que Penna, a partir de 1904, quando se envolveu com as intervenções governamentais nas ações sanitárias públicas, teve um papel decisivo para marcar a importância dessas atividades, desde a sua emergência como responsabilidade estatal. Daquele ano até meados da década de 30, Penna esteve sempre ligado à direção dos órgãos governamentais, intervindo na sociedade com a criação de entidades científicas e

políticas. Participou da formação não só de um setor público voltado para controlar as ações coletivas da saúde e educativas, mas também na formação de um grupo profissional e técnico com práticas próprias, ou seja, os educadores e sanitaristas, que deram capacidade intelectual e executiva aos projetos.

Mas, Penna tem sua importância realçada devido à autoria do relatório da expedição. O relato da viagem Neiva-Penna forneceu os símbolos que ajudaram a formular um país moderno, saudável e culto. O diário da empreitada contribuiria para o diagnóstico definitivo do Brasil – o país é pobre, doente e analfabeto – e para a solução: somente com o esforço dos cientistas e intelectuais no trabalho de construção da nação, empreendidos na reforma dos serviços de saúde pública e educação, seríamos, enfim, uma grande nação³⁹.

Percorrendo o interior do país, as expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz desempenharam um papel fundamental no debate sobre os problemas nacionais, influenciando as análises e propostas do movimento sanitarista em relação ao saneamento. Essas viagens forneceriam muitas das representações sociais que ainda hoje impregnam o imaginário social. O diagnóstico da realidade fez com Belisário qualificasse de forma especial sua pregação pela idéia do saneamento. Não se via como mais um intelectual a falar e a escrever, mas como alguém que conhecera de perto a doença e a realidade nacional⁴⁰.

O tema do combate às doenças não serviu apenas de justificativa para expedições científicas e campanhas de saneamento, mas como ideologias de construção nacional. Falar dos sertões abandonados, habitados por um povo analfabeto, pobre e doente, mas capaz de produzir, depois de saneado e curado, tornava-se necessário para convencer os políticos, intelectuais, escritores, fazendeiros e industriais de que, acima das diferenças que marcavam o país, havia os interesses nacionais. As expedições científicas exerceram, portanto, um ato simbólico extremamente relevante: um projeto de construção da nacionalidade. A ciência orientaria os peregrinos da modernização. Em nome desse projeto justificavam-se as iniciativas higienizadoras e educadoras: saneamento dos corpos, cidades e instituições. Esse era o projeto do “edifício da nacionalidade brasileira”. Um ideal a ser perseguido. A

³⁹ Extremamente relevante foi a contribuição das imagens fotográficas nesse processo. Não se tratava mais de operar as representações sociais somente com discursos textuais, mas com imagens fotográficas, “traços da realidade” que os próprios viajantes retiraram. Sobre este assunto, consultar o *Álbum A Ciência a Caminho da Roça* (1991) e o artigo *Monteiro Lobato e a fotografia como Diagnóstico*, de Thielen & Santos (1989).

⁴⁰ Frequentemente Penna retornaria a esse ponto. Sempre enfatizando a comprovação empírica dos seus discursos. “Fazendo tal afirmativa não me guio por informações escritas ou faladas, mas por verificação pessoal no norte, no centro e no sul do país”. (PENNA, 1918:07).

construção da nação brasileira nascia sob o signo da doença. Doença da miséria e da ignorância.

Ao atribuir uma condição inferior do país em relação às outras nações devido à ausência de saúde e educação, Penna e os demais sanitaristas e eugenistas apresentavam uma solução original para a tragédia⁴¹ nacional, recusando os determinismos biológico, climático e geográfico ainda predominante no pensamento social brasileiro. Como sintetizou Lobato, optando entre o racismo biológico que declarava a inelutável condição inferior e as idéias eugenistas/sanitaristas que pregavam a possibilidade de mudança, assumindo a via reformista: “... porque o nosso dilema é este: ou doença ou incapacidade racial. É preferível optarmos pela doença” (LOBATO, 1957a: 297). O projeto de construção nacional propugnado pelos intelectuais reservava um lugar de destaque aos médicos. Destes, dependeria, em grande parte, a recuperação dos sertões e dos homens. Dessa maneira, Penna narrava sua militância em prol dessa “missão patriótica e messiânica”:

Estou prosseguindo na tarefa que me impus de percorrer este imenso hospital, de estado em estado, de cidade em cidade, de vila em vila, de fazenda em fazenda, levando o facho da higiene, a fim de ensinar a nossa gente a se libertar da preguiça verminótica e da degradação sífilítica e alcoólica (...).⁴²

O contato da suposta e verdadeira realidade nacional propiciado pela viagem científica e sua repercussão através da publicação do relatório na imprensa, cujos símbolos mais relevantes foram o Jeca Tatu regenerado e a frase “... o Brasil é ainda um imenso hospital”, de Miguel Pereira, forneceriam os elementos fundamentais da plataforma que Penna utilizaria para transformar-se num “caixeiro-viajante” da ciência e da educação higiênica. Entre 1923 e 1924, a convite do Estado de São Paulo, ele escreveria dois livros sobre “higiene brasileira” e, em 1927, foi convidado pelo laboratório privado de produtos médicos *Dault, Oliveira & Companhia* para criar e dirigir uma seção de educação sanitária com o intuito de divulgar os produtos médicos dessa empresa. Boa parte desses remédios era direcionada ao tratamento das endemias rurais.

No entanto, em 1928, Penna seguiu para o Rio Grande do Sul para organizar o serviço de higiene e propaganda daquele estado, vindo ainda a participar das articulações da Revolução de 30. Depois de vitorioso o movimento, foi empossado como diretor do

⁴¹ Porque somos miseráveis se o país é tão rico? Porque conhecemos tantos problemas, se nossas florestas são plenas de riquezas. Porque somos um povo doente e pobre?

⁴² Carta de Penna a Lobato, em 1928. Fundo Pessoal Belisário Penna, COC/Fiocruz.

Departamento Nacional de Saúde Pública e ainda ocuparia interinamente, por duas ocasiões, a pasta do Ministério da Educação e Saúde Pública. No período subsequente ao triunfo do movimento político que conduziu Vargas à Presidência, criaria vários projetos afins ao seu plano de educação sanitária. Dentre eles um selo (taxa) para financiar os gastos com educação e saúde e os lactários infantis. A Inauguração do primeiro lactário de higiene infantil deu-se em 15/4/32, quando Penna era Diretor do DNSP e Ministro Interino da Educação e Saúde Pública.

Um dos principais momentos do “caixeiro-viajante da higiene⁴³”, foi quando ele ofertou a 2ª edição do livro *Saneamento do Brasil* a Washington Luís, então presidente do Estado de São Paulo, pois, segundo Penna, “este livro foi escrito para ser lido pelos homens de responsabilidade na direção do país”. Em correspondência datada de 21/07/1923, Washington Luís respondia e propunha a Penna que nas dez escolas formadoras de professores do estado, justamente na cadeira de higiene, o ensino fosse fundamentado sob a ótica de Belisário Penna. São Paulo contava então, segundo W. Luís, com 240.000 crianças estudando no ensino básico, instruído por professores formados nessas escolas. Penna aceitou e, até ser preso em 1924, concluiria dois livros: *Higiene para o povo. Amarelão e maleita*, pela editora de Monteiro Lobato, publicado e destinado aos alunos e ao público em geral; e um livro de educação higiênica escolar, destinado aos professores. Este nunca foi publicado.

Seria um curso de higiene brasileira, sem pretensões a fazer sábios, mas no qual seriam propagados conhecimentos rudimentares para preservação da saúde e conseqüente fortalecimento dos brasileiros. Essas crianças de agora são os dirigentes de amanhã.⁴⁴

Mais me agrada ainda o querer V. Excia. ‘Um curso de Higiene Brasileira, sem pretensões a fazer sábios’, mas capaz de propagar conhecimentos

⁴³ “Não se sabia onde acabava o apóstolo e onde começava o charlatão; onde terminava o higienista e principiava o caixeiro-viajante do vermífugo, naquela bolinha humana de largura igual à altura que percorreu o Brasil como uma espécie de pregador, de mestre, de camelô, de messias, de orador popular, de empresário e redentor – gozado e sublime! – falando a crianças, a adultos, a velhos; discursando nos grupos escolares, nos ginásios, nas faculdades, nas ruas, nos cinemas (como assisti em Belo Horizonte, aí pelos anos 20, no Odeon, onde ele urrava: ‘Dizem que sou caixeiro-viajante! Sou! Sou o caixeiro-viajante da Higiene! Sou e Sou!’ orando a analfabetos e a governantes; nas fazendas, nas cidades; ao norte e no sul – ensinando seu evangelho: ‘Botina, Necatorina e Latrina! Nada de pés descalços por cujas solas penetra a larva filariforme depois da terceira muda... Botina, meus senhores! Abaixo os remédios caseiros, as receitas de comadre, as garrafadas... Necatorina, meus amigos! Necatorina e só Necatorina... Necatorina Merck, Cápsulas gelatinosas de tetracloreto de carbono puríssimo, fabricadas por Merck, nos laboratórios na Alemanha, representados no Brasil exclusivamente por Daudt, Oliveira e Cia. E, sobretudo nada das cagadas ao vento dos campos, à margem dos rios, em touceira de banana... Buraco no chão, fossa sanitária, latrina, sempre latrina, só latrina, minhas excelentíssimas senhoras!’”. (NAVA, 1983:283). Pedro Nava, em um dos seus livros memorialísticos, rememorou a figura do sanitarista Penna, um orador inflamado em sua missão messiânica e patriótica em prol do saneamento do Brasil.

⁴⁴ Carta de W. Luís a B. Penna, em 1923. Fundo Pessoal Belisário Penna, COC/Fiocruz.

rudimentares para preservação da saúde e conseqüente fortalecimento dos brasileiros.⁴⁵

Porém, a confecção de um Plano de Educação Higiênica formulado por Penna não começara nessa passagem por São Paulo. Desde as campanhas sanitárias do início do século XX ele demonstrara a necessidade de incutir nos indivíduos a propaganda dos valores da higiene. Sintomaticamente, em longa e analítica carta a Monteiro Lobato, podemos acompanhar a lógica de sua argumentação. Nessa carta, Penna recorria e valorizava a memória dos feitos do movimento sanitarista e da expedição científica, aos estados do nordeste e centro-oeste do país:

Foi depois dessa viagem [da expedição] que me capacitei de ser completa a ignorância de nossa gente, letrada e iletrada, de comezinhos preceitos de higiene, a causa primordial da doença endêmica multiforme e generalizada com predominância das verminoses, do impaludismo e da sífilis, que deprimem e degenera, física, mental e moralmente a nossa gente, macabramente agravada pela cachaça, trapaça e desgraça (...) Desde então aguardei que uma voz autorizada bradasse a verdade, para sair a campo com os dados colhidos em todas as regiões do país. Essa foi a de Miguel Pereira, em outubro de 1916, dizendo ser o Brasil ‘um imenso hospital’ (...) Desde então, saí a campo pelo *Correio da Manhã*, escrevendo uma série de 13 artigos sobre saneamento rural, reunidos em 1918 – *Saneamento do Brasil* – cuja imensa repercussão devo sobretudo a sua pena vigorosa na série de artigos no *Estado de São Paulo* comentando-o, e enfeixados depois no Problema Vital.⁴⁶

Muito antes dessas viagens patrocinadas pelo estado republicano ao interior do país, inúmeras expedições percorreram o Brasil em busca de informações e fatos que pudessem explicar a diversidade e a complexidade natural e social do imenso país. Cientistas e aventureiros viajaram por várias regiões realizando pesquisas, colhendo amostras, catalogando ou simplesmente anotando observações. No entanto, uma marca dos que se embrenharam pelas cidades e localidades mais distantes sempre foi a constatação e a surpresa diante da miscigenação racial. Quase todos os relatos dos viajantes tocaram nesse ponto, reprovando-o: “*Isto não é uma nação. E nem será!*”. Segundo esse pensamento, uma das causas para a nossa condição, paralisados para sempre na barbárie, era a miscigenação. Assim, descreiam da caminhada brasileira para o topo da civilização. Como esse quadro era visto por parte dos intelectuais, o que pensavam sobre o assunto? Vejamos, a seguir, um relato e um comentário acerca dessa constatação:

⁴⁵ Carta de B. Penna a W. Luís, em 1923. Fundo Pessoal Belisário Penna, COC/Fiocruz.

⁴⁶ Carta de Belisário Penna a Monteiro Lobato em 1928. Fundo Pessoal Belisário Penna, COC/Fiocruz.

Agassiz, por exemplo, um viajante suíço que esteve no Brasil em 1865, concluía em seu livro *Viagem ao Brasil*: ‘Quem quiser ter um exemplo do que é a degeneração e a mistura racial extremada, venha ao Brasil e terá a prova da degeneração local’. Como ele, Ingenieros e outros cientistas estiveram no país a fim de comprovar esse estranho ‘espetáculos das raças’. Mas se é fácil entender a posição dos viajantes estrangeiros, é muito mais difícil explicar por que os teóricos nacionais vão assumir esse tipo de interpretação. Afinal, significava reconhecer que a miscigenação, extremada entre nós, levaria ao nosso próprio fracasso futuro, como nação. (SCHWARCZ, 1996:172).

No passado havia-se formado a base da intensa miscigenação étnica que seria o tema central dos intelectuais. A miscigenação explicaria ou ao menos tornaria possível a compreensão dos diferentes olhares e tensões que buscavam encontrar soluções para o país e seu povo. Novas interpretações sobre a mestiçagem racial e suas condições sociais enchiam de expectativas o cenário que se afirmava no cotidiano. É este cenário que cientistas, bacharéis, engenheiros, enfim, intelectuais tentariam entender e modificar. Nas últimas décadas do século XIX e início do XX, várias missões científicas rasgaram o país. Entusiasmados pelas conquistas técnicas, especialistas em ciências excursionaram pela imensidão do território brasileiro. Porém, vamos falar das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz. É o relatório de uma delas que nos interessa: a expedição Neiva-Penna.

2.3 A Viagem Científica Neiva-Penna

Oswaldo Cruz havia ocupado o cargo de Diretor Geral da Saúde Pública de 1903 até 1909 e, nesse período, realizou-se uma exaustiva inspeção sanitária por vários portos brasileiros. Em 1910, o médico Antônio Cardoso Fontes foi enviado à cidade de São Luís, no Maranhão, para combater um surto de peste bubônica. Na mesma época, Carlos Chagas dirigiu uma campanha contra a malária em Itatinga, São Paulo, onde a Companhia Docas de Santos construía uma usina hidrelétrica. Logo depois, auxiliado por Arthur Neiva e Rocha Faria, Carlos Chagas realizaria o mesmo serviço em Xerém, na Baixada Fluminense (RJ), onde a Inspetoria Geral das Obras captava mananciais de água para o abastecimento do Rio de Janeiro. No ano de 1907, Carlos Chagas tinha sido chamado para desempenhar missão de identificação e profilaxia, ao lado do próprio Belisário Penna, em Minas Gerais, onde a malária dificultava os trabalhos de prolongamento da linha da Estrada de Ferro Central do Brasil até Pirapora. Na ocasião, teve sua atenção despertada para o barbeiro, um inseto muito comum nas habitações rurais daquele estado. Após algumas investigações, verificou que o

inseto era o vetor de uma tripanossomíase desconhecida, batizada mais tarde, em sua homenagem, com o nome de Doença de Chagas. Em 1910, Oswaldo Cruz inspecionou as obras da Usina Hidrelétrica que uma companhia estrangeira estava construindo em Ribeirão das Lages, no estado do Rio de Janeiro, uma vez que sobre ela pesavam as acusações de responsabilidade pelo surto de malária naquela região. Nesse mesmo ano, Oswaldo Cruz viajou em companhia de Belisário Penna à Amazônia, convidado pela empresa norte-americana que construía a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Em seu retorno, Oswaldo Cruz parou em Belém onde foi convidado pelo Presidente do estado do Pará a dirigir uma campanha contra a Febre Amarela naquela capital.

Diferentemente dessas missões sanitárias que visavam resultados mais imediatos, em áreas reduzidas, as cinco expedições científicas realizadas entre 1911 e 1913 pelo Instituto Oswaldo Cruz foram longas e percorreram grandes áreas. Essas expedições médico-científicas produziram, através dos diários de viagem, um sólido inventário das condições e dos modos de vida das regiões visitadas. É possível recuperar, no relatório da expedição Neiva-Penna, o impacto que a ciência provocava naqueles sertões abandonados:

É um povo atrasado ainda de alguns séculos. É possível que tenhamos deixado uma lenda de homens que tinham comércio com o capeta. Causava assombro a nossa iluminação a acetileno. Não compreendiam os infelizes como o contato da chama dum fósforo pudesse provocar a luz, sem a presença dum pavio. Os nossos utensílios de cozinha, as camas, as malas, eram objetos de admiração. O microscópio infundia receio. (NEIVA & PENNA, 1999:201).

Entre setembro de 1911 e fevereiro de 1912, Astrogildo Machado e Antônio Martins, respectivamente pesquisador e farmacêutico do Instituto Oswaldo Cruz, percorreram os vales do São Francisco e do Tocantins com os técnicos da Estrada de Ferro Central do Brasil, os responsáveis por estudos para um prolongamento que, a partir de Pirapora, deveria alcançar a cidade de Belém, no Pará. Nos meses de março a outubro de 1912, a serviço da Inspetoria das Obras contra a Seca, três expedições exploraram o Nordeste e o Centro-Oeste do Brasil. Para o Ceará e o norte do Piauí, dirigiram-se João Pedro de Albuquerque e José Gomes de Faria. Adolfo Lutz e Astrogildo Machado desceram o Rio São Francisco de Pirapora até Juazeiro, visitando também alguns de seus afluentes. A serviço da Superintendência da Defesa da Borracha, Carlos Chagas, Pacheco Leão e João Pedro de Albuquerque inspecionaram boa parte da bacia amazônica, no período de outubro de 1912 a março de 1913.

Das cinco expedições científicas realizadas pelo IOC durante esse período, a viagem de Arthur Neiva e Belisário Penna foi a mais longa e a que percorreu a área mais extensa. Eles e seus companheiros de viagem percorreram em cavalos, burros e a bordo de trens, quatro mil quilômetros entre os meses de março a outubro de 1912. Essas viagens deixaram marcas profundas no pensamento dos membros das expedições e, posteriormente, influenciaram os demais intelectuais que tiveram acesso aos relatórios e contato com as fotografias. Monteiro Lobato, comentando as imagens fotográficas – *instantâneos cruéis*, segundo sua expressão – realizadas durante a expedição pelo fotógrafo José Teixeira, escreveria a respeito: “(...) bastou isso para que o problema brasileiro se visse, pela primeira vez, enfocado sob um feixe de luz rutilante. E instantaneamente vimo-lo evoluir para o terreno da aplicação prática”. (LOBATO, 1957a:297). No relatório, encontramos uma visão crítica e impiedosa da interpretação ufanista do trabalhador rural. Segundo a narrativa desse documento, essa visão do interior do país realizada pelos intelectuais alheios da verdadeira realidade seria um conjunto de “(...) falsas informações dos que viajam por essas regiões, pintando em linguagem florida e imaginosa, quadros de intensa poesia da vida bucólica, feliz e farta”. (NEIVA & PENNA, 1999:222).

Segundo Penna e Neiva, a realidade diagnosticada e retratada pela expedição era um pouco mais realista e dolorosa: “Povo indolente, como, aliás, em todo o Brasil. Não se vê um quintal plantado, nem legumes, nem verduras. Raríssimas as árvores frutíferas”. (NEIVA & PENNA, 1999:198). Após a prolongada viagem de vastas experiências e observações de cunho sociológico, eles formularam um duro diagnóstico a respeito da verdadeira identidade cultural e social do país. É de se supor o impacto que as descrições causaram nas pessoas que, gradativamente, foram tomando contato com o texto e com as fotos do interior do país:

(...) Almas é um arraial maior que o Duro e muito mais antigo com as casas, porém em ruínas, e em ruína a sua pequena e miserável população, assolada pela moléstia de Chagas, que aí tem todas as modalidades graves. É um pandemônio, e se DANTE houvesse visto coisa semelhante, antes de descrever seu imortal Inferno, teria nele descrito mais um quadro dos mais impressionantes e sugestivos. (NEIVA & PENNA, 1999:209).

A análise do texto e imagens das expedições permite verificar o choque de um suposto observador urbano e moderno, em contato com uma realidade desconhecida e rural, registrando os indivíduos e seus hábitos, suas casas, suas doenças e seus instrumentos de trabalho. Sob a perspectiva social do grupo de cientistas poder-se-ia dizer que se tratava do Brasil “legal” a olhar para o Brasil “real”: “População paupérrima, de vida quase puramente vegetativa. Casas de taipa, cobertas de telha, sem o mínimo conforto, sem mobiliário, dormem

em redes...” (NEIVA & PENNA, 1999:188). Nesse sentido, o que se apregoava era a necessidade de um saber pronto a instrumentalizar a ação política, ou seja, conhecer o território nacional, mapear as doenças, a miséria e suas riquezas, tendo em vista sua exploração e utilização de acordo com os interesses da nação. Como declarou Oliveira Vianna, justificando a razão para a pesquisa e a formação de dados sobre o país:

Só os inquéritos diretos de diversas regiões do país fornecerão os elementos para a coordenação necessária: inquéritos sobre a parte física e sobre a parte dinâmica; inquéritos com alto critério técnico e com preocupações sociológicas... (VIANNA apud LUCA, 1999:117).

Para os intelectuais, as expedições do Instituto Oswaldo Cruz haviam revelado a face desconhecida e forneciam uma prova irrefutável das reais condições do Brasil. Dentre todas as expedições, a realizada por Penna e Neiva seria a mais famosa, talvez por possuir uma documentação (textos e fotos) repleta de observações sobre as comunidades visitadas. Depois dessa viagem, eles tornaram-se defensores incansáveis do saneamento das áreas rurais do Brasil, buscando apoio para a construção da futura nação, que aconteceria com a mudança das condições de saúde da população rural:

Não agradará certamente a franqueza com que expomos nossa impressão, mas julgamos ser isso um dever de consciência e de patriotismo. É indispensável dizer a verdade embora dolorosa e cruciante e não iludir de forma alguma a nação para que não sofram os jovens de hoje a triste desilusão por que nós passamos quando através dos livros e romances havíamos imaginado um país privilegiado, de terras ubérrimas, matas infindáveis, jazidas auríferas e diamantíferas, inesgotáveis pedras preciosas rolando pelos leitos dos seus rios, povoados seus sertões por uma raça forte e destemida, um paraíso enfim (...) Os sertões que conhecemos, quer os do extremo norte quer os centrais, quer os do norte de Minas são pedaços do purgatório. (NEIVA & PENNA, 1999:222).

Vários políticos, escritores e profissionais de educação e saúde foram influenciados por essas palavras. Em particular, o escritor Monteiro Lobato, que aderiu à campanha pelo saneamento rural e “criação da consciência sanitária nacional”. A partir da regeneração do Jeca Tatu, o habitante do interior do país não seria representado como um homem improdutivo, fruto de uma indolência natural, mas um trabalhador doente, dominado por agentes infecciosos, parasitas e, por isso, incapaz. Ou melhor, estava incapacitado. E sua condição não era (apenas) herdada naturalmente. A preguiça era considerada uma herança genética, um resultado do cruzamento com raças inferiores. Porém, através da higiene, da eugenia e de um projeto pedagógico o homem improdutivo para o trabalho do mundo moderno poderia superar as deficiências.

O relatório expôs as condições de pobreza, doenças e analfabetismo de toda a região percorrida. Não existia nenhuma forma de assistência médica naquelas regiões. São abundantes os registros sobre as práticas curativas primitivas a que os habitantes recorriam diante das doenças. O que havia, entre os moradores das áreas percorridas, era uma confiança generalizada na medicina rústica: “Como tratamento dão ao paciente uma mistura de alho, sal e urina, e introduzem-lhe na boca a chave do sacrário da igreja mais próxima.”(NEIVA & PENNA, 1999:187). Os médicos da expedição surpreenderam-se com os medicamentos que as pessoas utilizavam para curar-se das conjuntivites: “O tratamento aqui é o seguinte: moem entre duas pedras um grão de chumbo de caça, misturam o pó com suco de limão e sarro de cachimbo, e aplicam nos olhos essa mistura infernal”. (NEIVA & PENNA, 1999:195). Diante do isolamento, não faltavam os que se aproveitavam da situação. No trajeto percorrido, os sanitaristas encontraram inúmeras vítimas dos charlatões vendedores de poções mágicas. As análises dos médicos surgem carregadas de preconceitos em relação, por exemplo, às concepções e práticas de cura disseminadas entre os habitantes das zonas rurais:

O pobre homem mostrou-nos uma garrafa com o seguinte rótulo: ‘Possão anti-periódica para cura de todas as febres’ (Assinada Dr. BARROSO). Que lhe venderam por um bom dinheiro como infalível. Beberam ele e a filha quatro colheradas, cada um, da tal droga e quase morreram vitimados por vômitos e diarreia abundante. (NEIVA & PENNA, 1999:196).

O relatório apresentava aspectos da organização social encontrada nas regiões: instabilidades familiares, faltas de registro de nascimentos e óbitos, ausência de qualquer exigência legal para a realização de enterros. Sob a perspectiva cultural dos autores, as comunidades visitadas eram “povos primitivos”. A leitura do texto transmitia uma denúncia das condições de vida. O tom indignado foi eficaz, pois o efeito produzido foi considerável do ponto de vista simbólico e político. Políticos e intelectuais passaram a discutir sobre a miséria das populações camponesas e suas conseqüências negativas para a construção da nação. Mas, é certo que pouco se fez para efetivamente mudar aquela situação. Teriam estes cientistas realizados diagnósticos equivocados? “Pelo que temos observado em nossas viagens através de muitos estados do Brasil, parece-nos haver grande exagero na enumeração das riquezas minerais do Brasil (...).” (NEIVA & PENNA, 1999:221).

Fizeram recomendações erradas?

A exploração inteligente da terra, seu povoamento por homens aptos e conscientes, dando-lhes meios de comunicação rápida com os centros consumidores, instrução e noções exatas e práticas de profilaxia das moléstias regionais, todas elas evitáveis, por meio duma assistência racional

e contínua, e por leis sábias de acautelamento e aperfeiçoamento das raças. (NEIVA & PENNA, 1999:221).

O movimento político pelo saneamento das áreas rurais concentrava suas atenções na rejeição do determinismo negativo (influência degenerativa de clima, raça e geografia) e na melhoria das condições de vida e, no caso, voltando-se para a erradicação das graves endemias que assolavam os sertões⁴⁷. No relatório, as deficiências do trabalhador rural foram atribuídas à ausência de um saneamento que o protegesse das trágicas doenças tropicais:

Descoberto, Amaro Leite e Pilar, extremamente decadentes, com suas populações na totalidade constituídas de negros e mestiços, inutilizada pelo terrível flagelo que é a moléstia de Chagas, não atingindo nenhuma delas a 400 habitantes. Além desses arraiais, pequenos lugarejos de meia dúzia de habitações, algumas fazendas e pobres casebres esparsos à margem da estrada e à beira dos riachos, cujos habitantes são também, na sua maioria, pobres vítimas da tiroidite, da ancilostomíase e do impaludismo. Enfim, a solidão, a miséria, o analfabetismo universal, o abandono completo dessa pobre gente, devastada moralmente pelo obscurantismo, pelas abusões e feitiçarias, e física e intelectualmente por terríveis moléstias endêmicas. (NEIVA & PENNA, 1999: 220).

Depois da veiculação dessas notas do diário de viagem, a construção da Nação seria possível por meio do diagnóstico dos “Sertões”. Se o país estava doente, improdutivo para os padrões de modernidade, eficiência e racionalidade econômica e social capitalista do século XX, o aumento da produtividade aconteceria a partir da modificação das condições de habitação e saúde das populações rurais. Com a mudança de percepção, passou a ser determinante encontrar o verdadeiro Brasil, pois para a construção da nação era necessário conhecer para integrar nacionalmente. Percorrer o território brasileiro foi considerado um ato absolutamente fundamental para compreender a identidade nacional. Era preciso conhecer o país; conhecer suas doenças para o diagnóstico e a cura. Com essas preocupações, a ciência tomava literalmente o caminho da roça. Há um depoimento interessante de Lobato sobre a necessidade de conhecer *in loco* para uma verdadeira análise dos problemas. Ele fala do contato direto com a realidade que o homem de responsabilidade pública deveria possuir. Com entusiasmo, Lobato acompanhou o cientista Arthur Neiva em uma excursão que este realizou quando era Diretor do Serviço Sanitário Paulista (1917-1920) à Iguape (SP), onde se desenvolvia uma campanha contra a malária e a ancilostomíase:

Penetramos na mata, alguns quilômetros fora da cidade. Vi-o apear-se e acender a lanterna elétrica e correr a luz pelo couro do cavalo em procura das

⁴⁷ Depois, os médicos responsáveis pela administração da saúde pública, elegeriam três endemias como as principais que atacavam o “povo brasileiro”: a malária, a ancilostomíase e a doença de Chagas.

anofelinas que incontinenti acudiram àquele inesperado banquete. Encontrou as anofelinas da espécie perigosa. Tinham o ninho na água depositada pelas chuvas nas bromélias parasitas. Estava liquidado o caso. Regressamos e no outro dia ordens precisas eram dadas para matar de vez a malária de Iguape em seu derradeiro reduto. (LOBATO apud RIBEIRO, 1993:208).

Para Lobato isto significava:

Pela primeira vez em São Paulo um Diretor do Serviço Sanitário esquecia as suas funções burocráticas e fazia ciência pessoalmente à moda de Oswaldo. Este fato ilustra a ‘maneira’ de Artur Neiva. Não se limita a organizar um serviço; vai ver, cheirar, apalpar; identifica-se com ele, apaixona-se, e com o exemplo transmite aos seus auxiliares aquele fervoroso interesse sem o qual todo serviço encrua em caquetismo burocrático. (1993:208).

Alguns registros da expedição destacam o total desconhecimento das populações sobre a noção de nacionalidade. Os membros da comissão imaginavam encontrar entre os indivíduos das localidades visitadas, uma idéia ou sentimento de nação, assim como percebiam os homens cultos, porém, este conceito – nacionalidade – inexistia naquelas regiões distantes:

Raro o indivíduo que sabe o que é o Brasil. Piauí é uma terra, Ceará outra terra, Pernambuco outra e assim os demais estados (...) Perguntados se essas terras (Piauí, Ceará, Pernambuco, etc.) não estão ligados entre si, constituindo uma nação, um país, dizem que não entendem isso. (NEIVA & PENNA, 1999:191).

Os membros da expedição científica Penna-Neiva demonstraram uma preocupação com as condições de educação e cultura nas localidades visitadas. Condições que, segundo os expedicionários, não existiam. O analfabetismo era endêmico. Podemos recuperar no texto a paisagem social e cultural encontrada:

Procuramos em Cachoeira do Roberto algum jornal da Bahia ou Pernambuco, não encontramos. Nessas paragens não se lê; vive-se absolutamente fora do convívio do resto do mundo. (NEIVA & PENNA, 1999:188).

Uma igreja de arquitetura banal, pequeno mercado muito pobre, algumas casas comerciais. Duas escolas públicas, mal acomodadas e pouco frequentadas (...) (1999:191).

O arraial tem uma capela regular, mas muito pobre. Uma ou outra vez, nunca mais de duas vezes ao ano, há missa. Há uma escola particular pouco freqüentada. (1999:189).

Os membros da missão preocupavam-se em observar os instrumentos de trabalho, inclusive, fotografando-os. É expressivo o número de fotografias que registram os instrumentos de trabalho. É também considerável a quantidade de imagens em que as pessoas

foram documentadas em seus próprios locais de trabalho. Porém, o diário apenas assinalou em pequenas passagens, comentários sobre as relações de trabalho encontradas:

(...) rapazes pobres de 12 a 16 anos são atraídos por fazendeiros, barraquistas ou tropeiros, com promessas falazes e contratados com consentimento dos pais. Decorrido algum tempo é apresentada a nota da dívida do infeliz, que não pode ser saldada. Aparece, então, um abnegado que se prontifica a pagar a dívida do rapaz, mediante a sua escravização ao generoso pagador. (NEIVA-PENNA, 1999:199).

Em alguns momentos do texto, os autores do diário da viagem concluíam que os indivíduos eram vítimas da miséria. Mas, no entanto, o relato fazia uma ressalva, afirmando a potencialidade positiva da raça encontrada: “... E, apesar de tudo isso, uma raça resistente, aproveitável, vigorosa e digna de melhor sorte. O tipo do vaqueiro das caatingas é um símbolo de destreza, de agilidade de força e de resistência”. (1999:200). Anotavam suas observações como se realizassem, em laboratório, algumas análises:

Toda a região percorrida é muito atrasada. Não há noção de conforto relativo, nem de asseio: analfabetismo em mais de 80% da população, pobreza e quase miséria gerais. Foi bem dolorosa nossa impressão da região percorrida e muito penosa e desconfortável nossa excursão, pela escassez ou ausência mesmo de recursos, pelo atraso e ignorância de seus habitantes, embora hospitaleiros e de índole pacífica e prestimosa. É uma região que, embora há séculos habitada, ainda se encontra impermeável ao progresso, vivendo os seus habitantes como povos primitivos. Vivem abandonados de toda e qualquer assistência, sem estradas, sem polícia, sem escolas, sem cuidados médicos nem higiênicos. (1999:199).

As páginas do diário de viagem trazem comentários sobre a opinião que as populações tinham das suas próprias condições e modos de vida. Um sertanejo, interrogado sobre o isolamento em que vivia, demonstrando uma possível consciência respondeu enfaticamente: “isso aqui é uma sepultura aberta!”. Os códigos lingüísticos das populações foram descritos, demonstrando preocupação com os símbolos culturais diferentes dos expedicionários. A certa altura do diário de viagem, os autores traduzem o discurso de um homem, quando este fala sobre o estado de saúde de sua mulher:

Foi a seguinte a informação prestada: ‘A muíe tá zangada da mãe do corpo (útero) pr’o via de ter lavado corpo (*tomado banho*) quando tava de boi (*menstruada*). A coisa supitou pr’a riba (*suspensão*) e o mês não voltou. Toda volta de lua a barriga fica empaixada (*timpânica*) e ela não deseste (*defeca*). Já tomou duas purgas, uma de azeite e outra de pinhão e uma porção de mezinhas – tá na mesma. Já me aconselharam benzedura, porque até parece coisa mandada (*feitiço*)’. (NEIVA & PENNA, 1999:211).

As fotografias veiculadas no relatório causariam um grande impacto e repercussão, ao revelarem um Brasil doente e pobre que vivia à margem da civilização que as cidades do litoral, em particular a capital da República, supunham personificar. A partir da publicação desse documento, Penna, Kehl e os demais atores seriam os principais agentes e formuladores das políticas públicas de saúde, principalmente depois da criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, no início de 1920. Portanto, são personagens fundamentais para entendermos a época. Neste contexto político, Penna percorreu todos os tons do pensamento autoritário. Médico, autodenominado sociólogo, ele era, fundamentalmente, um importante ator político do período. Além de sua militância em prol do saneamento do país, foi vereador em Juiz de Fora e militante de vários partidos, participante ativo das articulações para a eclosão da “Revolução de 30”, Penna foi membro do governo de Vargas e chegou a participar do Integralismo. Ficou célebre a sua carta aberta a Prestes, quando esse líder rompeu com a Aliança Liberal. No seu Manifesto de Maio (1930), o comandante da *Coluna Prestes* condenava a “revolução das oligarquias”, propondo um programa de reforma agrária e antiimperialista. Em sua carta, publicada em vários jornais, Penna demonstrava a sua concepção política através de uma visão organicista da sociedade: “Entregar o governo do País a soldados, marinheiros e proletários ignorantes, doentes, sem personalidade e sem rumo na vida é querer transformar o ventre em cérebro, os órgãos vegetativos em psíquicos”.⁴⁸ Nesse momento crítico, um conjunto de intelectuais engajou-se na atividade política, buscando a construção de uma identidade nacional distante da “politicalha” e da “politicagem”.⁴⁹ A participação desses intelectuais inseriu-se no período compreendido entre os anos 20 e a instauração do Estado Novo, em 1937. Esse quadro favoreceu o surgimento de projetos políticos radicais e a polarização se revelou por intermédio da configuração de movimentos como a Ação Integralista Brasileira (AIB).

⁴⁸ PENNA, Belisário. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 05 jun. 1930. Carta aberta de Penna a Luiz Carlos Prestes. Fundo Pessoal Belisário Penna, COC/Fiocruz.

⁴⁹ Penna utilizava em seus textos as palavras “Politicalha” e “Politicagem” para criticar os “desmandos” da República Velha. Embora sua produção intelectual concentre-se entre 1916 e 1932, o relatório de 1903, como representante do comércio de Juiz de Fora (ele foi vereador nesta cidade), no Congresso Industrial, Comercial e Agrícola de Belo Horizonte, do qual foi o relator da Comissão de Comércio, já enunciava a crítica que repetiria por toda a vida: “... esse povo, curvado e abatido sob o peso das múltiplas contribuições lançadas pela União, pelo Estado e pelas municipalidades, estas em sua grande maioria inteiramente alheias aos interesses gerais, inscientes de sua missão econômico-administrativa, e entregues à mais desbragada politicagem, que mais que todas as crises econômicas, tem prejudicado nosso país, depreciando e aviltando o caráter do seu povo.” PENNA, Belisário. Relatório apresentado ao Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. Belo Horizonte, 1903. Fundo Pessoal Belisário Penna, COC/Fiocruz.

Penna, Khel e Lobato foram colaboradores intensos dos jornais. Publicaram centenas de textos. Cabe destacar que a produção de Lobato foi menor, mas, no entanto, foi muito original. E, embora a quantidade de artigos e livros de Penna e Khel seja alta, em muitas oportunidades os trabalhos desses dois constituem-se de variações sobre os mesmos temas. Como desenvolvimento da campanha pelo “Saneamento do Brasil”, Penna escreveria no jornal *Correio da Manhã* uma série de 13 artigos que, em 1918, seriam publicados em livro. Ele tornara-se um crítico das idéias ufanistas que exacerbavam as supostas qualidades positivas do sertanejo, da riqueza do solo e do próprio país, uma visão que se opunha ao Brasil real que ele conhecia. Ao perceber o relatório da missão científica como o documento que comprovava a verdadeira identidade nacional, Penna pensava, assim, corroborar a frase de Miguel Pereira sobre o país: “(...) o Brasil é ainda um imenso hospital”.

Não esmoreça o eminente professor na patriótica campanha iniciada e conte com a colaboração de todos aqueles que não se deixam mais iludir pelas fantasias e devaneios mentirosos de romancistas e poetas, descrevendo os nossos sertões como pedaços de terra da promessa, onde reinam a fartura, a saúde e a alegria, quando ao contrário são eles em geral, a sede da miséria, da doença, da tristeza e do aniquilamento físico e moral do homem (...) vegeta o sertanejo na miséria, idiotado pela moléstia de Chagas, ou cachetizado pela malária ou pela ancilostomíase, inteiramente abandonado à sua trágica sorte, sem assistência de espécie alguma. (PENNA, 1918:08).

O determinismo biológico e o racismo científico que fundamentavam as teorias raciais sobre a miscigenação consideravam que a incapacidade social dos brasileiros explicava-se por fatores hereditários de natureza biológica, pela influência do clima e da geografia⁵⁰. De maneira diferente, os intelectuais influenciados pelo movimento sanitarista, definiriam o caboclo como incapaz e inferior, porém “vítima indefesa da doença, da ignorância, da deficiência ou vício de alimentação”. Se educado, alimentado e curado das doenças, a produção de seu trabalho seria como a de qualquer trabalhador europeu. Segundo esse ponto de vista, era um equívoco atribuir exclusividade negativa às razões da degenerescência racial. E os intelectuais desse grupo, sempre enalteceriam a observação empírica, fonte da verdade irrefutável porque possível de ser documentada. Nesse trecho, Penna demonstra estreita ligação com as idéias de Alberto Torres:

(...) foi depois da verificação pessoal, demorada e conscienciosa dessas calamidades universais no nosso território, que no meu espírito, sucumbido ao peso desse cataclisma nacional, arraigou-se a convicção, a certeza de que

⁵⁰ Como reconhecia e afirmava Gobineau: “Es imposible no tener algo en cuenta la influencia reconocida por muchos sabios a los climas, a la naturaleza del suelo, a la disposición topográfica, sobre el desarrollo de los pueblos...” (GOBINEAU, 1937: 57).

é à miséria e à doença, múltipla, generalizada e incontida, mais do que à ignorância, que devemos todos os defeitos que se nos apontam, de indolência, de desânimo, de indiferença e de fatalismo, arrastando-nos todos eles, à ausência de organização social. (...) (PENNA, 1918:31).

Diagnosticando a degeneração racial do povo brasileiro, intelectuais sanitaristas e alguns eugenistas não a associavam a uma herança genética e hereditária, mas a um produto de causas que prejudicavam as potencialidades do povo brasileiro. Nesse sentido, a nação poderia salvar-se por meio de um plano de saúde, eugenia e educação.

Além do otimismo exagerado e inconsciente, a doença e o analfabetismo são as calamidades que vão destruindo as forças vivas da nação e arrastando-a para a insolvência, e quiçá para a queda da sua soberania. A prova está feita, o alarma está dado (...) (PENNA, 1918:24).

Não só o habitat influi, poderosamente, no tocante à vitalidade humana, como também as condições de higiene e de alimentação. Protegida a saúde, implicitamente tem os indivíduos a possibilidade de viver muito mais do que outros, em situação contrária. (KEHL, 1929: 27).

(...) aos que dizem: a mestiçagem é um mal (...) costumo responder: a mestiçagem só é um mal quando realizada ao deus-dará dos infortúnios, sem eira nem beira, sem higiene e sem eugenia, sem educação e sem família. (ROQUETTE-PINTO, 1982: 23).

Para este grupo, especialmente, Lobato, Penna e Kehl, os políticos brasileiros viviam do suborno, da fraude e das negociatas. Segundo eles, os dirigentes políticos não tinham olhos para ver o perigo de uma catástrofe social. A anarquia política e social vigente após a Proclamação da República era o prenúncio de grandes tragédias sociais que podiam levar ao “bolchevismo”. A preocupação era que o estado de irracionalidade social poderia constituir-se em ameaça à integração física da nação. O país poderia sofrer uma revolta, um perigo que não era percebido pelos intelectuais iludidos. Em carta a Afonso Penna Junior, após lamentar as interferências políticas em sua gestão à frente do Departamento de Saneamento e Profilaxia Rural, Penna manifestaria essa opinião, atribuindo parte da responsabilidade sobre a ausência de qualquer ato concreto contra o precário estado de saúde da população à inadequação das idéias liberais à República brasileira. Nesta correspondência ele comunicava suas intenções e motivos para pedir demissão do cargo de diretor do departamento. Penna afirmava que o Departamento Nacional de Saúde Pública e o próprio Instituto Oswaldo Cruz eram “duas repartições de confusões, de desordem; dois ninhos de intrigas, de picuinhas, de competições pessoais, onde não há trabalho regular, nem disciplina, nem respeito, nem justiça”. Ele diz que havia feito tudo para impedir “que essa anarquia atingisse os serviços de minha diretoria”, e concluía:

Nem por isso mudarei o meu feitio moral. Nem arrefecerá o meu amor a esta terra. Continuarei na luta, sem dar quartel aos hipócritas e velhacos que teimam em desagregar o bloco brasileiro e transformá-lo em várias patriazinhas insignificantes. Para lá caminhamos a passos largos numa carreira vertiginosa de estreito e mesquinho regionalismo, de colossais negociatas. E completa cegueira dos grandes problemas nacionais – o de saúde e da educação. Estou até estimando o que vai passando contra a minha pessoa, porque, liberto das peias de um cargo público de confiança, terei outro desembaraço para intensificar a campanha pelo saneamento moral, complemento indispensável da já feita em prol do saneamento físico. **O Brasil está urgentemente necessitado de um Mussolini. Vou tentar a empresa.** [grifo nosso].⁵¹

No momento, nosso intuito não é construir biografias desses intelectuais, mas seria interessante, em estudo futuro, examinar as críticas que, assim como os demais atores (Carlos Chagas e Kehl), Penna sofreu quando estava à frente de cargos políticos e administrativos. Um dos mais severos críticos dos sanitaristas, o escritor Lima Barreto, em crônicas publicadas nos jornais e revistas cariocas, disparava comentários corrosivos contra Penna e o cientista Carlos Chagas. Em texto intitulado “A superstição do Doutor” ele falou que “Sob o pretexto de saneamento do interior, um jovem sábio, o senhor Belisário Penna, anda fazendo propaganda da criação de um Ministério da Saúde Pública. Este moço é um caso típico de presunção doutoral...”. (BARRETO, 2004:350). No fundo documental de Penna, na série “Recortes de Jornais”, encontram-se inúmeras menções às nomeações políticas para correligionários e parentes que Penna fazia. Vários médicos do movimento sanitarista, durante a década de 1920 e após 1930, ocuparam postos importantes na administração pública. Belisário Penna, por exemplo, desempenhava funções nos serviços de saúde pública desde as campanhas sanitárias do início do século passado e, após a Revolução de 30, seria nomeado diretor do Departamento Nacional de Saúde e ministro interino, em duas ocasiões, da pasta da Educação e Saúde Pública. As possibilidades de acesso aos cargos públicos importantes continuavam a depender das estratégias dos grupos políticos e/ou familiares conforme o grau de proximidade aos grupos dominantes. No mesmo período, na passagem dos anos 20 para os anos 30, Lobato era adido comercial nos EUA. Em algumas cartas trocadas nesta época, Kehl e Penna “sugerem” a Lobato a possibilidade de uma oportunidade de trabalho naquele país, graças às boas relações que o escritor estava fazendo em Nova York. Curiosamente, Kehl na metade da década de 1920, abandonou o DNSP para ingressar na companhia BAYER de remédios. Inclusive, foi por meio de um convite feito pela empresa de produtos farmacêuticos que Renato Kehl viajou a Europa por seis meses em 1928. Portanto, os três personagens, Lobato, Penna e Kehl, mantiveram relações pessoais e profissionais com empresas de

⁵¹ Carta de Penna a Afonso Penna Junior, 16/11/1922. Fundo Pessoal Belisário Penna, COC/Fiocruz.

produtos médicos e farmacêuticos: a companhia produtora do Bio-tônico Fontoura, a Bayer, a Merck e a Dault, Oliveira & Companhia. Podemos supor, que era vantajoso financeiramente tentar salvar o país.

O projeto de sociedade ideal estava baseado em princípios racionais e científicos. À crença no poder transformador da ciência, somava-se a visão do Estado como órgão capaz de realizar as reformas e, além disso, esse trabalho deveria ser conduzido por uma elite técnica. Afinal, eram os cientistas, os técnicos que se empenham no estudo das causas perturbadoras da harmonia dos homens, aconselhando as ações que lhes parecessem aplicáveis para o aperfeiçoamento do indivíduo e da sociedade. Assim, o projeto médico e educativo baseava-se numa reorganização realista da sociedade, semelhante ao que outros intelectuais propugnavam⁵².

O problema do saneamento geral do Brasil e da sua população é mais do que higiênico e médico, mais do que regional, mais do que social e humanitário; ele é o magno problema nacional, e só começará a ter execução no dia em que a nação compreender a necessidade inadiável de sair da desorganização e da desmoralização política, em que se deixou afundar, e estabelecer as bases de uma verdadeira Organização Nacional, dentro ou fora do sistema republicano, baseado nas suas tradições, nas suas tendências e nas suas principais e por enquanto únicas e seguras fontes econômicas – a terra e o homem do país. (...) (PENNA, 1918:65).

O projeto político e médico visava uma integração nacional e o fortalecimento do Estado, que geraria uma nova identidade nacional. A construção da identidade representava a realização da nação pelo reconhecimento das características distintas e próprias da sociedade brasileira⁵³. A idéia da participação nacional na civilização moderna pressupunha o desenvolvimento da identidade. Para tanto, tornava-se imprescindível integrar a nação, a fim de harmonizar os conflitos sociais. A análise política que os intelectuais autoritários faziam da

⁵² “Para estes intelectuais havia uma única palavra de ordem: dar um fim ao hiato que a República criara entre o ‘país político’ e o ‘país real’ e assim propor, instituições que correspondessem à ‘realidade nacional’”. (PÉCAULT, 1990:42).

⁵³ Com a entrada de Penna no integralismo, o reconhecimento de características próprias da sociedade brasileira seria ressaltado: “Do exposto posso responder que sou integralista, porque já o era desde mais de vinte anos; porque creio em Deus e pratico a moral cristã; porque não sou um instintivo e quero o primado do espírito sobre a matéria; porque não sou regionalista e amo com igual afeto os patrícios de todas as regiões do nosso Brasil, que quero unido, integrados numa só aspiração, num só sentimento; porque amo a família, célula mater da sociedade, que, sem ela, não passa de um rebanho de animais, como ora acontece na Rússia; porque, finalmente, tenho plena e absoluta confiança em Plínio Salgado, o criador e o Chefe Nacional do Integralismo, predestinado por Deus para libertar o Brasil do regionalismo destruidor da Pátria, da sua escravização ao capitalismo internacional e da calamidade da peste bolchevista”. PENNA, B. *Porque sou integralista*. 29/06/1937. Fundo Pessoal Belisário Penna, COC/Fiocruz. Não há referência sobre uma possível participação de Kehl no Integralismo, embora em várias entrevistas aos jornais ele houvesse declarado que estava à espera da ajuda dos integralistas na tarefa de salvar a nação através da Eugenia.

República apontava, dentre outros aspectos, para a inadequação do regime republicano à realidade brasileira. Diziam que era uma planta exótica, importada por pessoas que só tinham olhos para o que vinha do estrangeiro. Para eles, o regime republicano estaria, entre nós, fadado ao fracasso:

(...) tudo isto cópia do estrangeiro, do que nada tem conosco: a eletividade dos juízes, o júri, o municipalismo, o federalismo, os princípios abstratos de liberdade (...) Tínhamos o milagre da unidade e quisemos dividir-nos como estavam os norte-americanos que batalhavam pela união, que não a tinham como a tivemos e por imitação sacrificamos. (TORRES apud LEMOS, 1995:16).

Consideramos que uma das contribuições deste trabalho consiste na análise da participação do movimento sanitarista⁵⁴ na adoção de idéias e práticas de educação higiênica e, ao mesmo tempo, nas interpretações sobre o Estado e a sociedade. Em outras palavras, julgamos relevante relacionar as imagens simbólicas às políticas de saúde pública e de educação. Assim, dedicaremos algumas linhas sobre esse personagem das letras nacionais: o Jeca⁵⁵. Realizaremos uma investigação das representações sociais e literárias sobre o país, destacando um aspecto pouco presente na literatura acadêmica, que examina a difusão dos textos, sem uma pesquisa rigorosa⁵⁶ das condições históricas de produção do pensamento social e político. Portanto, sem a devida articulação da identidade cultural com a criação dos tipos sociológicos, que em vários momentos, foram retratos dessa identidade: Jeca-Tatu, Macunaíma, Policarpo Quaresma e outros. Como outros autores já observaram, a imagem negativa do camponês transformar-se-ia após o contato de Lobato com os membros do movimento pela criação da consciência sanitária nacional, como Belisário Penna, Arthur Neiva e Renato Kehl (SKIDMORE, 1976 e THIELEN & SANTOS, 1989).

2.4 A Regeneração do Jeca

Da eugeniação dos mentores depende a eugeniação nacional. Impregnemos, saturemos o espírito do nosso povo de um ideal. Sacudamos os jecas moles e apáticos. (KEHL, 1920: 107).

⁵⁴ Sobre movimento sanitarista consultar LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revam, 1999; HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento*. São Paulo: Hucitec, 1998.

⁵⁵ Alguns trabalhos foram realizados no intuito de analisar a importante contribuição de Lobato para a nossa história cultural. Enio Passiani (2001) apresentou dissertação de mestrado em Sociologia na qual descreve a influência de Lobato no campo literário brasileiro.

⁵⁶ Sobre a construção do personagem Jeca, ver CAMPOS (1986) e ALVES FILHO (2003).

Nascido como um símbolo do trabalhador rural, em artigo escrito por Monteiro Lobato para *O Estado de São Paulo*, Jeca tornou-se sinônimo de homem do interior. Inclusive, por meio de sua narrativa, uma empresa de produtos farmacêuticos, difundiu um tônico, propagando os seus valores terapêuticos, chegando a circular em milhões de exemplares nas páginas do folheto “Jecatatzinho”. A presença do homem da roça em campanhas de educação higiênica, especialmente as direcionadas ao controle das endemias rurais, ajudou a popularizar os cuidados com a higiene individual e a saúde pública nas primeiras décadas do século XX. Caricatura do homem do interior, o Jeca é um dos mais conhecidos personagens de nossa cultura. De caboclo preguiçoso, parasita e indolente à vítima da doença, a trajetória do matuto desenvolvido por Lobato está relacionada ao papel conferido às políticas públicas de saúde e de educação no desenvolvimento econômico e social do país. Trata-se de uma forte representação social da identidade nacional, em que se articula o retrato pobre, ignorante e doente da sociedade, especialmente dos trabalhadores rurais, à regeneração e salvação do povo por meio da ação do Estado. Lobato foi uma personalidade central do campo intelectual, sendo possível perceber em sua trajetória duas atividades, escritor e empresário editorial, que visavam a um objetivo: a ampliação do número de leitores, por meio da renovação da linguagem literária, pela modificação na distribuição e comercialização, causando um impacto no incipiente mercado, ao produzir livros com o farto uso de desenhos e cores (PASSIANI, 2001).

Monteiro Lobato, em 1918, publicou *O Problema Vital*, reunindo em livro uma série de 14 artigos veiculados pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Os artigos evidenciam uma mudança de perspectiva quanto à análise do “homem rural” brasileiro. Ao criar o Jeca Tatu, um modelo do homem do interior, Lobato estava alinhado com o pensamento social dominante na passagem do século XIX para o século XX. Esse pensamento político adotava as teorias científicas surgidas na Europa para pensar a nacionalidade brasileira. Para tais idéias, a raça, o clima e a localização geográfica determinavam a evolução e a hierarquia das sociedades humanas. Nesse momento, Lobato prosseguia denunciando uma determinada corrente de interpretação dos elementos nacionais, denominada por ele de “caboclismo”, e atribuindo ao mestiço, espécie degenerada em sua origem e totalmente adaptada ao meio, a responsabilidade por todos os problemas do universo rural. O Jeca era indolente, incapaz de participação na política e na produção fabril do mundo moderno. Não possuía qualquer noção de pátria ou de nação. Era, portanto, incapaz de evolução e de progresso.

Contudo, o enfoque mudaria. E o diagnóstico seria outro. Se o determinismo biológico representava um problema grave, uma herança genética, o saneamento poderia transformar a realidade. Assim, não é casual o fato de que o Jeca Tatu só passasse a acreditar no médico depois de olhar, através de uma lente, os vermes penetrando no seu pé⁵⁷. Monteiro Lobato, seu criador, mostrava-se um entusiasta do discurso científico de sua época, especialmente da microbiologia e da parasitologia. É por meio da ciência médica que o personagem literário, adquiria sua cidadania⁵⁸. A primeira aparição do Jeca data de 12/11/1914, num texto enviado por Lobato a *O Estado de S. Paulo* com o título de “Velha Praga”, no qual Lobato se insurgia contra as queimadas e descrevia o modo de vida dos caboclos de sua propriedade.

Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, semi-nômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando(...) vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão (...) de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se. (...) O caboclo é uma quantidade negativa. (LOBATO, 1957:271).

Neste artigo, aparecem os nomes de Manoel Peroba, Chico Marimbondo e Jeca Tatu. Porém, segue-se um novo texto, novamente publicado no mesmo jornal, com o título de “Urupês”, onde Lobato dá um panorama mais completo do Jeca e do seu modo de vida, em oposição a uma literatura que exaltava o camponês brasileiro. Para Lobato, então fazendeiro no interior paulista, a explicação para a apatia, a indolência e a incapacidade produtiva do Jeca encontrava-se nas facilidades de sobrevivência proporcionadas pela mandioca, milho e cana, e concluía:

Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade! Da terra só quer a mandioca, o milho e a cana. A primeira, por ser um pão já amassado pela natureza. Basta arrancar uma raiz e deitá-la nas brasas. Não impõe colheita, nem exige celeiro. O vigor das raças humanas está na razão direta da hostilidade ambiente. O caboclo é soturno. Não canta senão rezas lúgubres. Não dança senão o cateretê aladainhado. No meio da natureza brasílica, tão rica de formas e cores, onde os ipês floridos derramam feitiços

⁵⁷ “Mas Jeca não podia acreditar numa coisa: que os bichinhos entrassem pelo pé. Ele era ‘positivo’ e dos tais que ‘só vendo’. O doutor resolveu abrir-lhe os olhos. Levou-o a um lugar úmido atrás da casa e disse: — Tire a botina e ande um pouco por aí. Jeca obedeceu. — Agora venha cá. Sente-se. Bote o pé em cima do joelho. Assim. Agora examine a pele com esta lente. Jeca tomou a lente, olhou e percebeu vários vermes pequeninos que já estavam penetrando na sua pele, através dos poros. O pobre homem arregalou os olhos, assombrado. — E não é que é mesmo? quem ‘havera’ de dizer!... — Pois é isso são Jeca, e daqui por diante não duvide mais do que a Ciência disser. — Nunca mais! Daqui por diante nha Ciência está dizendo e Jeca está jurando em cima! T’esconjuro! E pinga, então nem prá remédio...”. (LOBATO, 1957:333).

⁵⁸ “A Concepção de progresso de Lobato ligava-se ao espírito científico, ao emprego do microscópio e ao uso do remédio de laboratório, prescrito pelo doutor. O Jeca emergiria de sua miséria, por meio da ciência, do remédio científico, da casa higiênica e da botina, todos resultantes do moderno, do progresso e do espírito científico”. (RIBEIRO, 1993:210).

no ambiente e a inflorescência dos cedros, às primeiras chuvas de setembro, abre a dança dos tangarás; onde há abelhas de sol, esmeraldas vivas, cigarras, sabiás, luz, cor, perfume, vida dionisiaca em escachôo permanente, o caboclo é o sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas. Só ele não fala, não canta, não ri, não ama. Só ele, no meio de tanta vida, não vive. (LOBATO, 1957:289-292).

Em uma correspondência enviada ao seu amigo Godofredo Rangel em 20 de outubro de 1914, portanto, poucas semanas antes da primeira carta enviada ao jornal, há mais uma descrição indignada de Lobato sobre o caboclo. Nela, ele realiza uma síntese de suas idéias. Apesar de longa, é esclarecedora, porque descreve o processo de criação do sombrio e apático Jeca Tatu:

Atualmente estou em luta contra quatro piolhos desta ordem – ‘agregados’ aqui das terras. Persigo-os, quero ver se os estalo nas unhas. Meu grande incêndio de matas deste ano a eles devo. Estudo-os. Começo a acompanhar o piolho desde o estado de lêmnea, no útero duma cabocla suja por fora e inçada de superstições por dentro (...) Contar a obra de pilhagem e depredação do caboclo. A caça nativa que ele destrói, as velhas árvores que ele derruba, as extensões de matas lindas que ele reduz a carvão. Havia uma gameleira colossal perto da choça, árvore centenária – uma pura catedral. Pois ele derrubou-a com três dias de machado – atorou-a e dela extraiu (...) uma gamelinha de dois palmos (...) Como aproveitou a gameleira, assim aproveita a terra. Queima toda uma face de morro para plantar um litro de milho (...) o piolho, afugentado, vai parasitar um chão virgem mais adiante. A nossa literatura é fabricada nas cidades por sujeitos que não penetram nos campos de medo dos carrapatos. E se por acaso um deles se atreve e faz uma ‘entrada’, a novidade do cenário embota-lhe a visão, e ele, por comodidade, entra a ver o velho caboclo romântico já cristalizado – e até caipirinhas cor de jambo (...) O meio de curar esses homens de letras é retificar-lhes a visão. Como? Dando a cada um, uma fazenda na serra para que a administrem. Se eu não houvesse virado fazendeiro e visto como é realmente a coisa, o mais certo era eu estar lá na cidade a perpetuar a visão erradíssima do nosso homem rural. O romantismo indianista foi todo ele uma tremenda mentira; e morto o indianismo, os nossos escritores o que fizeram foi mudar a ostra. Conservaram a casca (...) Em vez de índio, caboclo. (LOBATO apud LANDERS, 1988:43).

Alguns anos depois, Lobato lançaria uma publicação com o mesmo nome do segundo artigo publicado no jornal paulista: o livro *Urupês*, reunindo contos seus anteriormente editados, e incluindo os textos *Velha Praga* e *Urupês*, páginas militantes contra o homem indolente e preguiçoso. No entanto, naquela conjuntura Lobato estava progressivamente participando da campanha pelo saneamento das áreas rurais. Ele tomara contato com os médicos Arthur Neiva, Belisário Penna e Renato Kehl, membros participantes do movimento sanitário. Assim, surgia um novo Jeca Tatu, o Jeca dos artigos de *O Problema Vital*. O “Jecatuzinho da Ressurreição” padecia dos mesmos males, mas após entrar em contato com a ciência médica, sanitária e eugênica, curava-se das moléstias que o levavam a ser

indolente; este Jeca tornava-se trabalhador, enriquecia e transformou-se em exemplo para os vizinhos. Essa narrativa foi publicada com o título de “Jeca Tatu - a ressurreição”, e ficaria conhecida como *Jecatatusinho*, chegando a circular em milhões de exemplares através dos produtos farmacêuticos Fontoura. Era um pequeno folheto que o laboratório produtor do “vinho reconstituente” bio-tônico Fontoura distribuía junto com o remédio. Totalmente inspirada no Jeca, essa peça publicitária foi considerada pelas empresas de propaganda e *marketing* brasileiros, o maior produto já veiculado pelo mercado, sendo impossível dizer quantos números foram lançados. Jeca, por ter tomado muito remédio, acabou ficando forte, empreendedor e sadio. Pronto para o mundo do trabalho. Recentemente, o produto foi alvo de críticas, por possuir álcool em sua fórmula.

Mas, se Jeca mudava, o seu criador também mudaria. Marisa Lajolo afirmou que “Monteiro Lobato parece ter percorrido quase todas as posições ideológicas disponíveis para um intelectual do seu tempo”. (LAJOLO, 1983) A autora menciona uma personagem que seria uma continuidade do Jeca Tatu: o Zé Brasil – publicado pela Editorial Vitória, em final dos anos 40, o texto foi apreendido na época. Este Jeca era compreendido não como preguiçoso nem como um mero doente, mas como um trabalhador explorado. “Coitado deste Jeca. Tal qual eu. Tudo o que ele tinha eu também tenho. A mesma opilação, a mesma maleita, a mesma miséria e até o mesmo cachorrinho” (LOBATO, apud LAJOLO, 1983). A figura do caipira nacional aparecia pela terceira e última vez na obra de Lobato. Neste momento, superando a intolerância patronal presente no primeiro (Velha Praga e Urupês) e a ótica paternalista no segundo Jeca (*Jecatatusinho*). Marisa Lajolo conclui:

Se o itinerário é plausível, o autor de *Urupês* parece ter corrigido progressivamente os desvios de uma má consciência. Se suas primeiras baterias se assentam com intolerância patronal frente ao camponês, se esta intolerância é substituída pela solução paternalista para um problema de saúde pública, o texto final – o de zé-brasil – aponta para uma análise da infra-estrutura, isto é das condições de produção e das relações sociais por ela instauradas no Brasil de Lobato. (LAJOLO, 1983).

Como entendermos a mudança do primeiro para o segundo Jeca? Algumas respostas podem ser buscadas nos artigos escritos para *O Estado de S. Paulo* durante 1918, que foram reunidos no volume *O Problema Vital*, por decisão conjunta da Sociedade Eugênica de São Paulo e da Liga Pró-Saneamento do Brasil, graças às relações pessoais e intelectuais que o autor mantinha com Renato Kehl e Belisário Penna – Kehl, inclusive foi o autor do prefácio. Thielen & Santos (1989) sugerem que o ponto de inflexão dessa transformação foi o contato de Lobato com o diário de viagem de Neiva e Penna. No artigo “Início de Ação”, publicado

em *O Problema Vital*, Lobato refere-se a essas imagens fotográficas ao falar de idéias capazes de mudar a realidade:

A idéia do saneamento é uma. Bastou que a ciência experimental, após a série de *instantâneos cruéis* que o diário de viagem de Artur Neiva e Belisário Penna lhe pôs diante dos olhos, propalasse a opinião do microscópio, e esta fornecesse à parasitologia elementos para definitivas conclusões, bastou isso para que o problema brasileiro se visse, pela primeira vez, enfocado sob um feixe de luz rutilante. E instantaneamente vimo-la evoluir para o terreno da aplicação prática. E a idéia-força caminha avassaladoramente.(LOBATO, 1957a:297).

Se, em *Urupês e Velha Praga*, Lobato atribuía preponderância às teses raciais e climáticas para a pobreza, chegando a culpar o trabalhador por sua condição, nos artigos de 1918 refletia sobre a questão nacional do saneamento. É através de uma explicação científica que Lobato, preocupado com a força de trabalho improdutiva, mudaria a sua concepção do caboclo. A ineficiência do Jeca Tatu não era mais uma questão de inferioridade racial, mas sim um problema médico e sanitário. O homem do campo é doente. Ele é pobre porque é doente e, assim, não produz. A epígrafe do livro *O Problema Vital* é elucidativa: “O Jeca não é assim, está assim”. Esta mudança de concepção passava pela crença positiva de Lobato na ciência:

O nosso problema, verificado que foi o mau estado da população nativa, é simples e uno: sanear. Para sanear é forçoso, preliminarmente, convenceremos o país da sua doença; e em seguida fazer dessa idéia o programa de todos os governos, a idéia fixa de todos os particulares. Tudo mais rola para plano secundário. Sanear é a grande questão. Não há problema nacional que não se entrose nesse. (LOBATO, 1957a:272).

Lobato acreditava, sobretudo, no poder da ciência experimental biomédica perante as doenças, vistas estas como o grande obstáculo ao progresso. Tratava-se de superar e modificar a realidade com o auxílio da ciência.

Depois dos estudos de Carlos Chagas, Artur Neiva, Oswaldo Cruz, e depois das veementíssimas palavras de Belisário Penna, governo nenhum, nenhuma associação, nenhuma liga pode alegar ignorância. O véu foi levantado. O microscópio falou. A fauna mentirosa dos apologistas que vêem ouro no que é amarelo e luz na simples fosforescência pútrida, que recolha os safados adjetivos que velaram durante tanto tempo os olhos da nação. (LOBATO, 1957a:257).

Em outro artigo, Lobato reafirmaria e consolidaria esta visão. Nesse momento, para Lobato, o caboclo não era um homem decaído por força de uma preguiça e/ou indolência, mas

um indivíduo doente e, por isso, improdutivo. Clamando contra a existência de milhões de vítimas da ancilostomíase, Lobato se compadeceu daqueles Jecas.

A inteligência do amarelado atrofia-se, e a triste criatura vira um soturno urupê humano, incapaz de ação, incapaz de vontade, incapaz de progresso. Retrato do nosso caboclo quem o dá perfeito, com fidelidade fotográfica, é o médico ao desenhar o quadro clínico do ancilostomado. Tudo mais é mentira, retórica, verso. Esses heróicos sertanejos, fortes e generosos, evolução literária dos índios plutárquicos de Alencar; essa caipirinha arisca, faces cor de jambo, pés lépidos de veada, carne dura de pêssego; licenças poéticas de poetas jamais saídos das cidades grandes. (LOBATO, 1957a:234).

Ressaltando o caráter revelador da ciência, Lobato asseverava que a imagem fotográfica é fiel à realidade por ela representada. Essa concepção acompanhou todo o desenvolvimento da fotografia e contribuiria para o seu constante uso como documentação. No caso analisado, em oposição à subjetividade dos discursos ufanistas, estaria a objetividade e a neutralidade da fotografia, capaz de retratar e diagnosticar a verdadeira realidade nacional, assim como o médico sanitarista. Ao participar da campanha pelo saneamento, é provável que Lobato tenha progressivamente desenvolvido suas idéias a respeito de alguns temas, entre eles, a identidade nacional e a composição física, étnica e moral do povo brasileiro. Portanto, no presente trabalho, consideramos apenas o que os intelectuais pensaram a respeito de como formar uma nação moderna e próspera a partir dos brasileiros pobres, doentes e analfabetos. Estimamos que os agentes sociais pensaram as propostas de progresso do país inseridas em um contexto social e histórico específico. Por isso, em nossa análise, recortamos um determinado discurso teórico e político desses autores. Como nesta polêmica carta, citada por Skidmore (1976) e atribuída⁵⁹ a Lobato:

Num desfile, à tarde (...) perspassam todas as degenerescências, todas as formas e má-formas humanas – todas menos a normal (...) Como consertar essa gente? Que problemas terríveis o pobre negro da África nos criou aqui, na sua inconsciente vingança! Talvez a salvação venha de São Paulo e outras zonas que intensamente se injetam de sangue europeu. Os americanos salvaram-se da mestiçagem com a barreira do preconceito racial. Temos também aqui essa barreira, mas só em certas classes e certas zonas. No Rio, não existe. (LOBATO, apud SKIDMORE, 1976:199).

⁵⁹ Segundo Skidmore “(...) essas passagens racistas da carta de Lobato de 3/2/1908 foram suprimidas na versão da correspondência de Monteiro Lobato publicada nas *Obras Completas* (...)”. (SKIDMORE, 1976:307)

Porém, em nenhum outro texto conhecido de outro autor encontraremos uma louvação tão explicitamente ufanista sobre a eugenia e sua capacidade de transformar a sociedade como no romance *O Presidente Negro* de Monteiro Lobato.

2.5 O Presidente Negro

Em 1926, um ano antes de embarcar para os EUA, onde ficaria até 1931, como adido comercial do Brasil, Lobato lançou o texto “O Choque das Raças” ou “O Presidente Negro”. Um romance futurista. Uma ficção científica. A história que saiu inicialmente em folhetim, publicada no jornal *A Manhã*, narra uma disputa presidencial nos EUA de 2228, culminando com a eleição de um presidente negro. O trabalho sairia em livro no natal de 1926. É uma obra impregnada de eugenia. Eugenia em estado puro e cristalino. Uma nota publicada no jornal *A Manhã* do dia 3 de setembro de 1926, anunciava a chegada nas páginas impressas do periódico: “É um hino à Eugenia, às leis espartanas, e é um brado d’armas em prol do princípio mágico que está fazendo da América do Norte um mundo dentro do mundo – A Eficiência”.

Alguns dos trechos desse romance apresentam uma síntese das idéias eugenistas. Nele, vamos encontrar críticas à filantropia e à previdência social, comentários sobre a idéia de regular a união sexual, a presença da educação higiênica e eugênica como maneira de uniformizar os comportamentos humanos e o elogio da eficiência industrial capitalista norte-americana. Narrando as maravilhas da nação americana no futuro totalmente eugenizada o romance descreve:

(...) não parava aí a intervenção seletiva. Se um ‘pai autorizado’ pretendia casar-se, tinha de apresentar-se com a noiva a um Gabinete Eugenométrico, onde lhes avaliavam o índice eugênico e lhes estudavam os problemas relativos à harmonização somática e psíquica. (LOBATO, 1961: 282).

O Choque das raças ou *O Presidente Negro*⁶⁰ é o único romance de Monteiro Lobato. Escrito em três semanas, inicialmente foi publicado em partes pelo jornal carioca. No ano seguinte, Lobato seguiria para os EUA como adido comercial. Nesse texto, Lobato realiza um romance, onde no futuro distante, os EUA enfrentariam o seu mais grave problema racial: a

⁶⁰A primeira edição em livro do romance trazia a seguinte dedicatória: “A Arthur Neiva e Coelho Netto, dois grandes mestres no trabalho, na ciência e nas letras”.

eleição de um presidente negro⁶¹. O livro foi esquecido⁶². Talvez devido ao seu conteúdo extremamente real e cruel. Trechos inteiros descrevem atos violentos praticados contra os negros pelos brancos, como prova da evolução eugênica dos Estados Unidos da América no futuro. Porém, passados 80 anos, o que permanece atual é a crítica eugênica aos *pesos mortos*. Segundo a ficção lobatiana a eficiência resolveria todos os problemas do povo americano. O que a eficiência americana não resolvesse, a eugenia solucionaria. Para o famoso escritor nacional de livros infantis, esses dois princípios salvariam a humanidade. Mas, quem eram os *pesos mortos*? O vadio, o doente e o pobre. A eficiência e o ideal de produtividade organizariam o trabalho e a eugenia criaria o trabalhador e cidadão produtivo. Em vez de castigar os parasitas improdutivos e combatê-los com punição, remédio e esmola, vigoraria na cidade eugenista, eficiente e futurista de Lobato aquela mesma crença alardeada por Kehl e Penna numa sociedade governada por médicos. Assim, a solução estaria na eugenia, higiene e eficiência, com vistas a eliminar as cargas inúteis que sobrecarregavam a sociedade científica e capitalista.

Uma outra menção importante: em *O Presidente Negro*, há todo o receituário eugenista. A preocupação não estava somente na raça ou na cor da pele. Era necessário controlar o casamento dos mais aptos e evitar a procriação dos inaptos. Nos casos necessários, utilizar a esterilização. Durante o período em que Lobato permaneceu nos EUA como adido comercial, ele enviou inúmeras cartas aos seus amigos. Nessas missivas, ele manifestava todo o seu poder crítico com comentários ácidos sobre o Brasil. Ao que parece, autorizado pela intimidade da correspondência e distância física dos países, ele disparava contra tudo e não poupava ninguém. Tanto ou mais que em seu romance *O Presidente Negro*, ele demonstrou, íntima e privadamente, sua admiração pela eugenia. Encontramos na correspondência enviada por Lobato para Renato Kehl e Arthur Neiva toda a sua carga de preconceitos. Trata-se de uma concepção de construção de nação/sociedade civilizada, saudável, bastante autoritária sob todos os pontos de vista:

Não creio, meu caro Renato, que possas editar teu livro aqui. Não pode haver país onde a eugenia esteja mais proclamada, estudada, praticada, 'livrada' do que este. O número de estudos especializados que sobre tal assunto aparecem é enorme e manuais como o teu circulam, aos centos e estão em todas as escolas. A idéia está tão adiantada que já começam a aparecer 'filhos eugênicos'. Uma senhora de alta sociedade meses atrás ocupou durante vários dias a *front page* dos jornais mexeriqueiros graças à audácia com que, rompendo contra todos os preconceitos, resolveu ter um

⁶¹ Sobre este romance na obra de Lobato, ver HABIB (2003).

⁶² Recentemente, o romance foi reeditado.

filho eugênico segundo todos os preceitos da ciência e sem se ligar legalmente a nenhum homem. Escolheu um admirável tipo de macho, fê-lo estudar sob todos os aspectos e achando *fit* para o fim que tinha em vista fez-se fecundar por ele. Disso resultou uma menina que está sendo criada numa *farm* especialmente adaptada para *nursery* eugênica e lá vai ela conduzindo a sua experiência de ouvidos fechados a todas as censuras (...) Seu exemplo já foi imitado e dentro de alguns anos a ciência terá alguns fatos novos a estudar.⁶³

É possível supor que essas páginas preconceituosas demonstram que Lobato, Penna e Kehl estavam produzindo e veiculando idéias que, naquele momento, eram a expressão de um certo racismo à brasileira, que reproduzia a hierarquia social. Inegavelmente, Lobato realizou um *mea culpa* em sua opinião sobre o indolente e apático homem tatu e sua incapacidade. No texto “Uma Explicação Desnecessária”, publicada na quarta edição do livro *Urupês*, em 1919, Lobato assumia uma cristalina revisão ao implorar perdão ao pobre e doente Jeca⁶⁴. Mas, para sempre, publicamente ou no âmbito privado, manteria um olhar desconfiado para aqueles, que ele, como os demais intelectuais eugenistas, chamaria de “brasileiros ineficientes”.

Cumpre-me, todavia, implorar perdão ao pobre Jeca. Eu ignorava que era assim, meu caro Tatu, por motivo de doenças tremendas. Estás provado que tem no sangue e nas tripas um jardim zoológico da pior espécie. É essa bicharia cruel que te faz papudo, feio, molenga, inerte. Tens culpa disso? Claro que não. Assim, é com piedade infinita que te encara hoje o ignorantão que outrora só via em ti mamparra e ruindade. Perdoa-me, pois, pobre opilado (...). (LOBATO, apud LEITE, 1996:82).

As idéias sanitaristas que pretendiam organizar a sociedade eram um conjunto desconexo de abordagens. Boa parte delas originadas numa espetacular veiculação das conquistas científicas. As interpretações doutrinárias do darwinismo social⁶⁵ tiveram no Brasil, de forma bastante ampla, uma aplicação relacionada ao contexto histórico, dando-lhes novos significados. Assim, o cientificismo ordenava as diferenças e explicava a inferioridade inata ou não das populações mestiça e negra (REIS, 2000). Indubitavelmente, Kehl, Penna e Lobato procuravam subsídios nas correntes científicas dominantes para fundamentar suas

⁶³ *A Eugenia na América*. Carta de Monteiro Lobato a Renato Kehl, Nova Iorque, 8/7/1929. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

⁶⁴ Em carta de Lobato para Vianna em 15/04/1928, quando o escritor estava nos EUA como adido comercial do Brasil, ele demonstra a ligação recorrente e explicativa que os intelectuais teriam com a noção de raça, ainda que em alguns momentos este conceito seja trabalhado e modificado: “O que vim buscar neste país, sabes o que foi? Um desânimo infinito-a certeza do que eu suspeitava, que a raça é tudo e que não temos raça...”. Lobato terminou a correspondência num tom de lamento: “(...) Gobineau, Gobineau (...)”. Fundo Pessoal Oliveira Vianna, Casa de Oliveira Vianna.

⁶⁵ Sobre a aplicação das idéias de Darwin nas sociedades humanas e, especialmente, sua difusão no Brasil, consultar REIS, 1994, op. cit.

conclusões sobre os problemas nacionais⁶⁶. O cientificismo (ou divulgação e vulgarização da ciência) se traduzia na priorização e hipertrofia da ciência, supervalorização do pensamento científico e a supremacia da pesquisa empírica sobre a especulação filosófica. Esse conjunto de idéias a respeito de ciência no Brasil não constituía um corpo homogêneo.

A doutrina do darwinismo social era uma corrente de pensamento que esteve em voga entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX. Seus adeptos pregavam ser possível transplantar a regra da sobrevivência dos mais aptos, com que Darwin explicou a competição pela vida entre os animais, para analisar a sociedade humana. Entre os pensadores europeus do século XIX que terão larga penetração no Brasil na virada do século – influenciados pelos darwinistas sociais e também adeptos de um determinismo biológico fortemente condenatório da miscigenação racial – podem-se destacar Agassiz e Gobineau, autores que inclusive estiveram no Brasil. Segundo Reis (2000), a doutrina do darwinismo social teve no Brasil, de forma geral, um uso inusitado, relacionado ao contexto nacional que lhe sugeria novos significados, servindo para justificar as hierarquias e diferenças sociais existentes, apontando para a inferioridade natural de largos setores da população, sem impedir, entretanto, que se pusesse em pauta o tema da viabilidade dessa nação mestiça.⁶⁷

Portanto, a principal preocupação dos intelectuais era com a questão racial e com a intensa miscigenação. Por quê? Segundo as idéias cientificistas e naturalistas na Europa e no Brasil, a forte miscigenação étnica acontecida no país conduzia para uma degeneração racial que inviabilizaria uma “caminhada para o topo da civilização”. Assim, a miscigenação representava um obstáculo para a construção da nação e desenvolvimento do país. Embora a vertente pessimista da hibridação racial seja expressiva no Brasil, sua recepção no país, segundo Reis (1994), caracterizou-se por uma apropriação em muitos casos original e seletiva. Introduzida de forma a justificar um certo modelo de identidade nacional e de hierarquia social, era freqüentemente adaptada.

Esta interpretação vinha colocando os intelectuais nacionais num impasse: como dar conta da possibilidade de se estabelecer uma autêntica nacionalidade no Brasil, se continuava se adotando teorias cuja ‘aceitação’ levavam ao próprio descrédito e à confirmação da inviabilidade futura dessa nação? (REIS, 2000:137).

⁶⁶ “Em vez de absorção passiva ou mera repetição, o que implicaria negar ao Brasil chances de futuro, ocorreu um esforço de apropriação, um trabalho de interpretação, reelaboração e mesmo de luta com princípios que nos eram francamente desfavoráveis”. (LUCA, 1999:157).

⁶⁷ Reis (2000) trabalhou a presença e o uso social das idéias cientificistas no Brasil. Trata-se de um trabalho sobre o discurso eugênico na Educação.

Como os intelectuais do campo eugênico nacional resolveram estas questões? Como solucionaram o impasse? Adotando perspectivas que modificaram os modelos deterministas do racismo científico, que condenavam o futuro da nação brasileira, sob o argumento de possuir um cruzamento biologicamente incapaz do negro, branco e índio. A partir daí, um conjunto de discursos apontaria o abandono da saúde e da educação como o fator principal dessa degenerescência racial e social. Haveria uma chance para o impasse, para a tragédia nacional, pois solucionados os problemas advindos da ausência de uma educação higiênica estaríamos a um passo da consolidação do projeto de uma nação moderna e industrial. Monteiro Lobato e seu Jeca recuperado pela ciência são as referências mais visíveis dessa mudança de concepção. Influenciado pelo contato com os membros do movimento sanitarista e pela leitura do relatório, Lobato transformou seu personagem indolente. Este, depois de tratado pelo médico, tornar-se-ia trabalhador produtivo, feliz e saudável. A raça estava doente. Para Kehl, a Eugenia era o remédio (completo e total) da raça.

A Eugenia é, como dizem, os alemães, a Higiene da Raça. Enquanto a Higiene e a Medicina Social cuidam do Indivíduo isolado ou conjuntamente, isto é, no propósito de melhorar suas condições próprias e coletivas, a Eugenia, agindo por antecipação, poder-se-á, talvez, dizer se esforça para que ele venha fazer parte da família humana como elemento equilibrado e útil. (KEHL, 1929: 51).

Desse modo, para afastar qualquer risco de incertezas no processo de branqueamento da nação, foi necessário que os intelectuais se apropriassem do conhecimento científico em voga no mercado das idéias, que era a eugenia. A adoção das regras e conceitos do eugenismo assumia uma confortável razão universal e científica para o inevitável branqueamento dos corpos e mentes. Depois da ação, em conjunto, efetuada pelo trio Saneamento, Educação e Eugenia (esterilização) seria impossível não haver as mudanças necessárias. Seduzidos pela idéia de um conhecimento científico que anunciava medidas decisivas para resolver o problema da mestiçagem racial no Brasil, condição de possibilidade de construção da nação, os intelectuais brasileiros, sobretudo os médicos vão aderir à causa eugênica. Dessa forma, para o pensamento eugenista caberia aos homens ilustrados transformar os processos de seleção e aperfeiçoamento racial, que funcionavam naturalmente, em um instrumento racional, biológico e social de construção da raça saudável e de uma nação hígida física e mentalmente. Como definiu Renato Kehl, citando Francis Galton: “O que a natureza realiza às

cegas e impiedosamente, deve o homem fazer precavida, rápida e suavemente”.⁶⁸ Mas, então, o que fazer com os nossos pobres caipiras?

A nossa gente rural possui ótimas qualidades de resistência e adaptação. É boa por índole, meiga e dócil. O pobre caipira é positivamente um homem como o italiano, o português, o espanhol. Mas é um homem em estado latente. Possui dentro de si grande riqueza de forças. Mas força em estado de possibilidade. E é assim porque está amarrado pela ignorância e falta de assistência às terríveis endemias que lhe depauperam o sangue, catequizam o corpo e atrofiam o espírito. O caipira não “é” assim. “Está” assim. Curado, recuperará o lugar a que faz jus no concerto etnológico. (LOBATO, 1957: 285).

Mas, era necessário, primeiro, convencer as elites, depois, o povo. Uma das críticas de Lobato em *O Problema Vital* dirigia-se às classes dirigentes da sociedade que, segundo ele, parasitavam o organismo social, assim como as doenças tropicais prejudicavam os corpos dos habitantes dos “sertões”. Um desses parasitas seriam os proprietários rurais, incapazes de cuidar da saúde dos trabalhadores⁶⁹.

Quem ausculta o sentir íntimo dum brasileiro, seja um puritano ou um velhaco, ouve sempre os mesmos conceitos: não há salvação – estamos condenados ao desaparecimento – apodrecemos antes de amadurecer – o caráter está em crise – governar é roubar, e fazem eles muito bem – tolo é quem não aproveita – honestidade é sinônimo de ingenuidade – se vamos à garra mais dia menos dia, viva o presente! – grande tolice pensar no futuro – depois de mim venha o dilúvio – gozemo-nos do que há enquanto isto é nosso – o desmembramento está aí, toca a aproveitar, etc. A súpula desses conceitos converge nesta idéia sintética: falimos como povo, como raça – e falimos moral, intelectual e fisicamente. (LOBATO, 1957:259).

Mas, segundo Lobato, eram também responsáveis pela miséria e doenças no Brasil, os bacharéis, intelectuais e políticos distantes da análise realista e da necessária ação política para superar o estado social e econômico deficitário. Lobato deixava bastante evidentes as razões para a sua mudança de ênfase, realizando a análise crítica que para sempre faria da sociedade brasileira:

Disto se conclui que a República dos Estados Unidos do Brasil é um gigantesco hospital que em vez de lidado por enfermeiros é dirigido por bacharéis. E conclui-se ainda que é tempo dos sofistas de profissão cederem

⁶⁸ GALTON apud KEHL, In: *Boletim de Eugenia*, Ano III, n.30, junho de 1931. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

⁶⁹ Esta visão organicista das sociedades humanas era muito comum naquela conjuntura. Penna a utilizava costumeiramente para explicitar seu pensamento e seus projetos: “A sociedade é um organismo, como o do homem, que exige energia de trabalho dos seus aparelhos e constante vigilância dos seus órgãos para funcionar com regularidade e proveito”. Trecho da Conferência realizada na Associação Brasileira de Educação, “A Educação Rural. O Problema Brasileiro e sua enorme importância social e econômica”. Junho de 1931. Fundo Pessoal Belisário Penna, COC/Fiocruz.

o passo **aos cientistas de verdade**. [grifo nosso] É ridículo, e mais que ridículo, fatal permanecer uma enfermidade desta ordem coalhada de legistas discutindo chicanas à beira de milhões de entrevados. O bacharel do Brasil faliu. (LOBATO, 1957:243).

Lobato, em *O Problema Vital*, comentaria os artigos escritos por Belisário Penna para o jornal *O Correio da Manhã*, entre os meses de novembro de 1916 e janeiro de 1917, reunidos no livro “O Saneamento do Brasil”. Depois desta obra, Penna produziria centenas de textos. Entre 1916 e 1939, Penna escreveu livros, conferências e artigos de jornal. Nessa publicação, Penna afirmava que os grandes males do Brasil eram a ignorância e a falta de saúde do povo. Para o seu autor, a miséria nacional devia-se à mais completa ausência de educação higiênica entre as populações urbanas e rurais carentes de ensinamentos e hábitos higiênicos. O livro divide-se em duas partes. Na primeira, encontramos os artigos publicados na imprensa; na segunda parte, Penna expunha a etiologia, o tratamento e os métodos de profilaxia das principais endemias rurais (malária, doença de Chagas e ancilostomíase), propondo o esboço de um plano de saneamento rural. Sua publicação tornou-se possível, graças à inclusão nas páginas finais do volume de anúncios de publicidade das poucas e iniciantes empresas de produtos médico-farmacêuticos. A renda advinda da comercialização destinava-se a fornecer fundos à Liga Pró-Saneamento do Brasil, da qual Penna fora fundador.

No livro, Penna analisou a insalubridade rural e urbana, os problemas de alimentação e higiene, bem como as endemias que assolavam a população brasileira. Concluía que somente a implantação de uma consciência sanitária nacional levaria ao saneamento e ao bem-estar social. Sempre afirmando que não eram o clima e nem a raça os fatores principais e determinantes das doenças e miséria.

O nosso atraso e desorganização são atribuídos à indolência e à malandrice do povo brasileiro, por motivo do clima e da raça. É falso, falsíssimo esse conceito, desmentido pelo nosso passado de labor profícuo, de atividade constante, de feitos brilhantes, de organização regular, e de administração honesta, quando entregue a mãos capazes. (PENNA, 1918:97).

Mas, Belisário Penna não deixava claro qual seria o modelo do progresso. Em alguns momentos, defendia reformas nas estruturas de produção agrícola. Mas, não definiu quais seriam estas mudanças. Tampouco explicitou um planejamento para a indústria. Suas críticas direcionavam-se a uma generalizante política nacional. O certo é sua atenção com a constituição do novo trabalhador, que pressupunha o aprendizado de habilidades e comportamentos adequados ao novo mundo do trabalho. A inclusão do trabalhador no mundo da produção industrial exigia sua transformação em cidadão produtivo, e que as razões da

apatia, indolência e incapacidade para o trabalho deixassem de ser atribuídas a ele próprio. Em vez de fator determinante e invariável, a constituição física e moral do homem passou a ser entendida como algo a ser moldado. Tudo era adaptável, passível de organização, a partir de critérios e pressupostos ancorados na dominação técnico-científica⁷⁰. Concepções bem próximas daquelas defendidas por Renato Kehl, ao afirmar, por exemplo, que:

No nosso país, onde campeiam, quase sem peias, doenças endêmicas e epidêmicas, o índice mórbido é, infelizmente, formidável. Nestas más condições não é de esperar o seu progresso de acordo com as possibilidades e riquezas desta prendada terra da promessa. A política salvadora será, pois, aquela que conduzir o povo à regeneração física, intelectual e moral, isto é, será a política sanitária, e o combate ao analfabetismo, completado pela política eugênica”. (KEHL, 1929:12)⁷¹.

Os intelectuais sanitaristas e eugenistas clamavam por uma política⁷² salvadora, resultado da observação da realidade, indicadora de uma solução, totalmente imune às determinações da política comprometida com interesses privados: *a politicalha ou politicagem*, como eles a definiam. A ciência deveria significar o estudo da realidade; e a política, por sua vez, tornava-se a aplicação deste conhecimento à resolução dos graves problemas sociais. Para esses agentes sociais, o conhecimento da realidade nacional levaria diretamente à construção do modelo político apropriado. Desde que adotado o modelo adequado, eliminar-se-iam os conflitos sociais, resultado da inadequação das instituições políticas republicanas. O modelo político realista proposto deveria ser apresentado como resposta à dicotomia entre país real e país legal. Como os intelectuais pensavam a realidade através de uma visão organicista e, sobretudo, colocavam a organização da nação (o corpo nacional) a cargo do Estado, esse órgão central seria necessário para realizar as urgentes tarefas nacionais, cuja concretização não estaria ao alcance de nenhum outro. Ganhavam

⁷⁰ Sobre a articulação entre saber científico, mundo do trabalho e educação, ver o texto de Antonieta Antonacci, onde ela desvenda o surgimento das organizações que pretendiam redefinir o mundo do trabalho sob um planejamento científico (ANTONACCI, 1993). Ver também, da mesma autora, “Institucionalizar Ciências e Tecnologia em Torno da Fundação do IDORT” (São Paulo, 1918/1931) In: *Revista Brasileira de História*, nº 14, São Paulo: Marco Zero, 1987.

⁷¹ Trecho igual foi encontrado em artigo intitulado “O HOMEM PURO-SANGUE. A possibilidade da sua criação” com data de 13/04/1923: “No nosso país, onde campeiam livremente doenças endêmicas e epidêmicas, o índice mórbido é, infelizmente, formidável; nestas condições, não é de esperar o seu progresso de acordo com as possibilidades e riquezas desta prendada terra de Promissão. A política salvadora será aquela que conduzir o seu povo à regeneração física, intelectual, moral, isto é, será a política sanitária, nela compreendida a do combate ao analfabetismo, seguida aos depois da política eugênica”. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

⁷² “Está exuberantemente demonstrado que a nossa Constituição é uma lei teórica. Não é verdadeira nacionalidade um país que não tem a sua política, e não há verdadeira política que não resulte do estudo racional dos dados concretos da terra e da sociedade, observados e verificados pela experiência”. (TORRES, 1978: 151). Vários dos textos dos intelectuais médicos demonstram proximidade com as idéias de Alberto Torres. Vianna e Penna, inclusive, participaram da “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”, uma importante organização política fundada após a morte do escritor fluminense.

força, naquele momento, as ideologias de tendência antiliberal, postulantes de sistemas de governo próprios para o fortalecimento do poder do Estado. Naquela conjuntura, tais idéias propunham o crescimento do poder estatal.

Vivemos fora da realidade, no mundo dos sonhos e da utopia, o que levou o eminente sociólogo patricio O. Viana a dizer profunda verdade seguinte: ‘Há duas espécies de idealismo: o idealismo ‘utópico’ que não leva em conta os dados da experiência, e o idealismo ‘orgânico’, que se forma da realidade, que só se apoia na experiência, que só se orienta pela observação do povo e do meio.’ Este nunca o praticamos, aquele tem sido o nosso grande pecado de 100 anos e a razão única de não termos conseguido ainda, no longo espaço de um século de independência, realizar a definitiva organização social e política do nosso povo. (PENNA, 1922).

Nesse contexto político-ideológico, as instituições políticas da Primeira República foram analisadas pelos intelectuais sanitaristas e eugenistas como efeitos de um modo equivocado da percepção da realidade. Assim como o modelo de conhecimento deveria ser criticado, também a política era alvo de intensa polêmica. O governo republicano era responsabilizado pelas mazelas que assolavam o país: a politicalha e politicagem. “(...) é essencialmente orgânico o nosso idealismo de saúde e de educação higiênica, formado da realidade, apoiado na experiência e orientado pela observação do povo e do ambiente do nosso imenso território”.⁷³ O modelo de conhecimento equivocado e incapaz de apreender objetivamente a realidade nacional propunha-se a ordená-lo através de estruturas políticas oriundas de realidades que não diziam respeito ao país real. Daí o caminho do autoritarismo como modelo adequado e próprio do país real:

(...) que corrijam por leis, não de empréstimo, mas naturais, resultantes de observação inteligente do meio físico, moral e social dos governados, os defeitos e as deficiências do trabalho; que cuidem da eficiência desses valores, ampliando sua capacidade pela cultura, pela educação e pela preservação da saúde. (PENNA, 1918:37).

Esta é a função da política. A terra, a sociedade e a política formam a pátria. A sociedade organizada, a produção dos valores, equilibrada ou excedente de todas as necessidades de vida, de expansão e de progresso do agrupamento; a boa direção da sociedade por uma política sábia e honesta e a posse plena da terra, tudo isto é que é a nacionalidade, a soberania, a Nação Soberana.(PENNA, 1918:37).

Segundo tais discursos, a política deveria ignorar as discussões parlamentares. A ação decorreria naturalmente da visão do Brasil real. Tratava-se, portanto, de uma questão técnica. A política pública deveria deslocar-se dos políticos – que manifestam planos e interesses

⁷³ PENNA, Belisário. *A Escola e a Educação Higiênica*. 23/11/1926. Fundo Pessoal Belisário Penna, COC/Fiocruz.

individuais e grupais – para os cientistas e técnicos, profissionais que expressavam necessidades racionais e nacionais⁷⁴. Por este ponto de vista, as instituições adequadas ao país teriam que ser as indicadas pela própria realidade. É nessa questão central para os agentes do campo que se uniam intelectuais (Alberto Torres, Kehl, Lobato, Vianna, Penna) e suas propostas sanitaristas e eugenistas confluíam. Portanto, todo o problema vital poderia ser resolvido após a descoberta da realidade nacional, da visão do Brasil real:

A nascente organização política e social que possuíamos até a Abolição foi por esta abalada em seus alicerces e completamente destruída pela República federativa Presidencial, ótima, talvez, para países de elevada cultura como a Suíça, a Holanda ou a Bélgica, mas inadaptável, inaplicável e inexecutável, como está provado, num país vasto de povo inculto e doente, em fase de evolução, ou melhor, de formação. (PENNA, 1918:32).

Por que somos pobres e doentes, enquanto as outras nações gozam dos benefícios do mundo civilizado? Perante àquele diagnóstico, os intelectuais interrogaram-se. O retrato obtido foi um Brasil pobre, doente e sem educação. A visão médico-organicista⁷⁵ pensava a sociedade como um organismo. O corpo social estava doente e contaminado por uma grave doença: a politicalha. Os elementos “funestos” parasitavam a sociedade brasileira tal como as doenças tropicais. As representações sociais⁷⁶ ancoradas nessa visão organicista possuíam uma eficácia simbólica, pois, devido a esse conjunto de interpretações, erigia-se um projeto de nação e de sua história. As metáforas das doenças reproduziam representações que remetiam para a vida social, política e cultural.

⁷⁴ Penna, em vários momentos, mantém a sua crítica à “política republicana”. Quando ministro interino da Pasta de Educação e Saúde Pública, manifestaria rotineiramente sua posição ao Presidente Getúlio Vargas. Em carta ao presidente, reafirmava sua postura em relação à administração pública: “Peço propositalmente a simples autonomia do DNSP, em vez de um ministério, para que seja ele dirigido sempre por um técnico, nunca por um político. Ouso sugerir igual providência para o ensino e para a assistência pública, serviços técnicos de capital importância, que devem estar inteiramente a coberto das mutações da política”. Carta de Penna a Vargas em 1932. Fundo Pessoal Belisário Penna, COC/Fiocruz.

⁷⁵ A obra de Belisário possui inúmeras metáforas correspondentes à visão orgânica da sociedade. “Está o nosso infeliz País infeccionado desse vírus temeroso, que contaminou todas as camadas da sociedade, infiltrou-se nos velhos, nos moços, nas famílias, nos governantes e governados, rebaixando o caráter, obliterando a consciência, corrompendo os costumes, destruindo as tradições, arruinando os sentimentos religiosos, dissolvendo a família e profanando a sociedade.”(...) “de inocular na mocidade, que surge, um soro antitóxico, constituído de verdades cruéis, com o fito de neutralizar os perniciosos efeitos das toxinas da politicalha, que desde muito vêm corrompendo ou arruinando todos os elementos vitais da nação”. (PENNA, 1918:85-87).

⁷⁶ As representações expressam a forma simbólica das imagens que auxiliam na construção de uma dada realidade. A importância e relevância da pesquisa impõem-se a partir da constatação que as idéias eugenistas, ainda que derrotadas num plano geral, persistiram e foram veiculadas nos mais variados meios. Por esse motivo selecionamos de uma extensa produção intelectual algumas categorias por meio de referenciais teóricos das ciências sociais, como representações sociais, e de alguns de seus principais teóricos como Gramsci e Bourdieu. Incorporarmos a matriz Gramsciana por uma opção política e teórica, mas também devido a uma adequação metodológica. Investigando as idéias, relações, atores e agências do campo eugênico nacional (Kehl, Sociedade Eugênica de São Paulo, Lobato, DNSP, Liga Pró-Saneamento, Boletim de Eugenia), averiguamos que era necessária esta escolha.

(...) As metáforas médicas não se constituem em simples recurso retórico. Subjacente a esse discurso, ter-se-á um modelo de sociedade calcado no princípio da coesão absoluta, em que os membros do corpo articulam-se intrinsecamente, e os males que afetam qualquer órgão comprometem a totalidade. Ou seja, a metáfora da doença desdobra-se num sistema de representações que envolve a totalidade da vida sóciopolítica. (ROCHA, 1995:92).

Dito de outra maneira, as metáforas médico-orgânicistas utilizadas pelos intelectuais desse campo afirmavam a unidade, buscavam preservar o conjunto da sociedade e a harmonia entre as partes. Está marcada, dessa forma, a importância simbólica e política das representações sociais sobre o Brasil, reconstruindo memórias e forjando uma identidade cultural e nacional. Era um projeto de nova nação, uma ordem social fundada na coesão – tal qual um corpo saudável – que tornava possível compreender o organicismo, no qual a sociedade era um corpo e os conflitos sociais eram doenças que podiam comprometer o corpo-sociedade. Foi um recurso estratégico no esforço de reconstituição do tecido social, forjando uma coesão que para esses intelectuais não existia mais, perdida que estava desde o final do Império, solapada pela Proclamação da República e pela Abolição da Escravatura. Para os intelectuais eugenistas e sanitaristas, a *politicalha* era uma doença mais grave do que todas as endemias tropicais, porque arruinava o caráter dos homens, anarquizava o Estado e destruía a sociedade. Por meio dessas metáforas, era proposto o saneamento do país, em paralelo ao “saneamento” da política e o exercício objetivo da administração do Estado.

Desgraçadamente tais elementos funestos têm proliferado entre nós, sobretudo desde há quase dois lustros, como larvas de moscas em estrume verde, como micróbios em cultura apropriada, como o ancilóstomos e outros parasitas nos intestinos dos nossos campônios opilados, ou como tripanossomos e hematozoários no sangue dos nossos miseráveis sertanejos cretinizados e impaludados. (PENNA, 1918:42).

A unir fortemente os vários personagens estava a visão da educação como força transformadora da sociedade. Por exemplo, Renato Kehl assinou durante dois anos (1923 e 1924), uma coluna sobre higiene pública e individual que saía às quintas-feiras e domingos, no jornal *Gazeta de Notícias*. Embora, o título fosse “Hygiene Popular”, englobava todos os assuntos referentes à saúde física e psíquica dos indivíduos. Em 14/07/1923, Kehl publicou um artigo intitulado “O Ensino da Higiene nas Escolas Primárias”, demonstrando a necessidade de conciliar a coerção e a educação para alcançar os objetivos de melhorar o povo. No trecho seguinte, Kehl declarou sobre as funções que a educação e o saneamento desempenhariam na tarefa regenerativa da sociedade:

O dia que for compreendida pela generalidade dos professores patrícios, a importância capital do Ensino desta matéria, e for considerada, como deve, teremos dado um grande passo para a reabilitação sanitária do país, atualmente flagelado por inúmeras epidemias. É que não bastam para exterminá-las os trabalhos oficiais de saneamento; faz-se mister que o povo se eduque nos preceitos elementares de higiene que auxilie esses serviços prestigiando-os e obedecendo, “conscientemente”, os regulamentos estabelecidos. Essa educação deve, com vantagem, iniciar-se desde tenra idade, pelas mães, no lar, e pelos mestres nos jardins de infância e nas escolas primárias. Ao lado, porém, do ensino de higiene far-se-á a educação higiênica, incutindo no dócil e receptível espírito das crianças a necessidade e as vantagens da prática dos bons hábitos de saúde. Aos professores e professoras faço, destas colunas, o apelo para não descurem o ensino desta matéria nas suas classes. Vós representais a principal alavanca para o progresso do Brasil. De vós depende a desanalfabetização nacional e a implantação, entre nós da ‘consciência sanitária’; único meio para a regeneração da massa doente e decadente que constituem a grande parte dos nossos trabalhadores rurais⁷⁷.

Para os intelectuais eugenistas a função regeneradora da educação tinha tanta importância que, em vários momentos de sua vida, Belisário Penna tentaria implementar um Plano de Educação Higiênica em todo o país. Apresentado na Primeira Conferência Nacional de Educação da ABE⁷⁸ (Associação Brasileira de Educação), realizada em Curitiba, em 1927, seu texto intitulado “Impõe-se a Primazia da Educação Hygienica Escolar” propunha uma intervenção na sociedade, capaz de normatizar hábitos e atitudes:

Impõe-se, portanto a primazia da educação higiênica e eugênica na escola e no lar, como medida fundamental para a formação de uma mentalidade coletiva equilibrada, e de uma consciência sanitária, isto é, de um espírito nacional absolutamente compenetrado do valor inestimável da prática dos preceitos da higiene e da eugenia, como indispensáveis a prosperidade individual, da família, da sociedade e da espécie⁷⁹.

Os intelectuais apresentavam a idéia da integração nacional e propunham como sua condição a educação higiênica e eugênica. Para eles, a consciência sanitária só teria condições de se firmar nos povos nos quais predominasse a saúde bio-psíquica, de que resultava o trabalho produtivo. Segundo o corpo de idéias eugenistas, esse não era o caso do Brasil, onde a falência física, psíquica, financeira e moral eram conseqüências da doença, ignorância e vícios do povo. Por isto, tornava-se indispensável criar a consciência sanitária coletiva pela educação higiênica na escola, como meio de “imprimir no espírito de toda a gente” o valor econômico e social da normalidade resultante da saúde.

⁷⁷ Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

⁷⁸ Kehl compareceu à reunião promovida pela Associação Brasileira de Educação. Sua palestra repetiu os mesmos argumentos de Penna: educação como meio de convencimento da importância da higiene e eugenia.

⁷⁹ Fundo Pessoal Belisário Penna, COC/Fiocruz.

Estamos absolutamente convencidos de que é perfeitamente viável a educação eugênica para a defesa da prole. Estamos, mesmo, convencidos, de que a propaganda contra os males venéreos, contra o alcoolismo, bem assim a propaganda desenvolvida pelos eugenistas em prol do exame pré-nupcial, bastarão para despertar grande número de consciências, para formar numeroso contingente de propagandistas da paternidade digna e de propagandistas contra a paternidade indigna. (KEHL, 1929:146).

Saneamento quer dizer “Educação Higiênica” e criação da “Consciência Sanitária Nacional” isto é, implantar em todos os espíritos a necessidade de pautar todos os atos de vida no sentido da defesa da saúde, quer individual, quer coletiva, como condição fundamental da prosperidade de cada um, da família, da sociedade e do estado⁸⁰.

Por meio dessa argumentação, caberia à educação higiênica gerar uma nova sociedade, adequada aos ideais de racionalidade e produtividade. Com base nela, formularam-se normas sobre o lazer, trabalho, educação e família. As idéias assumidas por esses intelectuais visavam construir um Brasil moderno. Tratava-se da expressão de um ideário que buscava “civilizar” o cidadão: a disciplina sobre os problemas da saúde do homem e da sociedade era absolutamente necessária, entre os quais incluíam-se os hábitos dos indivíduos. Desse grupo eugenista, quase todos entendiam que era vital a reforma e a implementação de novos valores educacionais. Curiosamente, um deles, Octavio Domingues, zoólogo de formação, apresentado pela historiografia sobre Eugenia no Brasil como mendelista, apresentaria em suas obras, vários pontos, ressaltando a alta função regeneradora da educação.

Difundir a educação é, portanto, promover a utilização maior de todos os cidadãos. Mas educar não é só alfabetizar. É despertar a máquina humana para a produção, de acordo com as suas tendências inatas. É fazer o homem adquirir hábitos sociais proveitosos, em detrimento dos maus hábitos, que fatalmente adquiriria, dadas as possíveis tendências hereditárias. (DOMINGUES, 1929:132).

Se a educação, não tem o privilegio de mudar as más heranças em boas, tem essa tríplice função de controlar as tendências inatas do indivíduo, de tornar mais eficazes todos os humanos, bons ou maus hereditariamente, salvo os tipos geneticamente patológicos. (DOMINGUES, 1929: 133).

Assim, para levar adiante o projeto higiênico, seria vital a cooperação da ciência, da educação e das leis. Kehl e outros inseriam o projeto eugênico nessa visão, que seria compartilhada pelos demais membros do campo eugênico:

Para a realização de seus fins, repetimos (...) a necessidade da educação popular nas questões de higiene, de hereditariedade, tornando geral o interesse público pelas medidas de defesa e de proteção da sociedade dentro do programa eugênico, do fomento da paternidade digna, do impedimento à

⁸⁰ PENNA, B. *Brasil-Futuro Paraíso*. Fundo Pessoal Belisário Penna, COC/Fiocruz.

procriação dos defeituosos e tarados, da luta contra os fatores de abastardamento de todo o gênero. (KEHL, 1929:39).

Todavia, esse discurso apresentava um desafio que o projeto sanitaria e educativo eugênico enfrentava. Constatava-se que a relação entre os médicos e a população não era a que eles desejavam e que a procura e reconhecimento das pessoas – e possivelmente de outros profissionais da saúde – às unidades médico-assistenciais era restrita. Penna, Lobato, Kehl e quase todos os demais intelectuais, em várias passagens, não poupariam críticas e expressariam uma explícita indignação com tais fatos. E os culpados dessa inoperância, segundo esses intelectuais, eram os Jecas, por sua ignorância; e os dirigentes, fazendeiros e políticos, por não perceberem que além da criação de leis, era necessário o auxílio da propaganda e da educação como meio de convencimento e persuasão:

Fartei-me de ver, nas minhas excursões, instalações sanitárias construídas pelo Jeca, para satisfazer a exigência da saúde pública, mas sem utilização. De que valem os serviços dos postos sanitários – tantos foram construídos – se não são utilizados? É o que não querem compreender os nossos dirigentes e os sanitaristas brasileiros, que nos congressos nacionais e internacionais de Higiene expõem leis e regulamentos sanitários que não passam de fachadas de serviços de execução falha, ou ineficiente (...) ⁸¹.

Perdidos por este imenso Brasil, esparsos, longe dos centros civilizados, analfabetos e pobres, tendo por teto choças de sapê, qual outro caminho seguem os caipiras senão o da decadência? Que remédio dar a esses párias? O que se não conhece – e o leitor certamente concorda conosco –, são os desleixos de fazendeiros ricos ou arranjados, no que concerne às habitações dadas aos seus auxiliares. Que o caipira construa suas casas de “pau-a-pique”, nada há a estranhar. Mas em fazendas onde se levantam ótimas casas para máquina, tulhas e estribarias, não se compreendem cabanas anti-higiênicas para os empregados. A melhor lei, para que se melhorem as casas dos operários rurais, é a educação do fazendeiro. Quando este não é rotineiro atrasado; quando ele não tem consciência do valor que lhe representa a saúde dos seus auxiliares ou, pelo menos, tem o sentimento bastante para avaliar o sofrimento humano, não precisa de leis que o obrigam a construir casas saudáveis e a não permitir que os operários vivam amontoados em palhoças insalubres. É por demais sabida a importância que tem para a saúde dum indivíduo o seu *habitat*, o seu modo de vida, o trabalho e o descanso. A moradia representa um ponto principal, tanto assim que, melhores sendo as condições domiciliares, melhores serão naturalmente as do trabalhador. Pode-se aferir da civilização dum povo pelas condições materiais e morais dos seus operários. Entretanto, para nossa infelicidade, a situação ótima de um proprietário não condiz com a dos operários. Aquele floresce enquanto estes deperecem ⁸².

⁸¹ PENNA, Saúde, Trabalho e Educação. 14/12/1926. Fundo Pessoal Belisário Penna, COC/Fiocruz.

⁸² KEHL, Renato. Como devem ser as casas dos trabalhadores rurais/O médico e o campo. In: *Revista Chácaras e Quintais*. Jun. 1919. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

Desse quadro emergia a convicção de que o país somente entraria na rota da civilização, identificada esta com a própria educação higiênica, a partir do momento em que certos princípios profiláticos básicos passassem a serem seguidos. Se Penna foi o grande defensor do saneamento preventivo para a área rural, quase todos os demais eugenistas, inclusive Octavio Domingues e Roquette-Pinto viram na educação higiênica o meio para a integração nacional e o desenvolvimento social⁸³. Esse foi o grande símbolo da reforma sanitária postulada pelos sanitaristas e por alguns eugenistas: “A classe médica brasileira já vai se compenetrando de que o principal papel do médico não é o de cuidar de indivíduos, mas o de curar a sociedade”⁸⁴.

A Educação Higiênica, que será a sua incorporação real à civilização, só se fará, não apenas quando ele souber ler e escrever, mas quando se convencer de que deve construir a sua habitação de acordo com os preceitos da higiene, quando aprender a alimentar-se, a beber água limpa, a defender-se de insetos e parasitas transmissores e causadores de doenças, quando se dispuser à prática das virtudes higiênicas do asseio, da sobriedade (...).⁸⁵

A educação é indubitavelmente a alavanca mestra do progresso social, sendo necessário, porem, ter em conta também a alavanca mestra do progresso biológico, que é a aplicação das leis da hereditariedade segundo os preceitos da eugenia. (KEHL, 1933:15).

À educação peçamos mais esse valioso auxilio, em favor do bom êxito das medidas eugênicas. Pela educação, podemos ensinar a todos os humanos a beleza das uniões eugênicas, e pregar o horror à reprodução entre os tipos cuja herança biológica claudicante for uma ameaça fatal à descendência. (DOMINGUES, 1929: 143).

Observamos que, aliado à estratégia de criação dos postos sanitários permanentes, os médicos elaborariam novos projetos para a intervenção governamental no campo das ações de saúde pública. Consideravam que o profissional médico (uma mistura de sanitarista, sociólogo e político) poderia e deveria atuar de diversas formas, isto é, colaborando na educação higiênica, inserido no planejamento de saúde pública, porém sem abandonar as ações campanhistas de combate às epidemias de várias doenças⁸⁶.

⁸³ Belisário Penna elaborou, através de seu plano de educação higiênica, uma estratégia de integração nacional: “Pela educação higiênica na escola, no colégio, no lar, na fábrica, na fazenda e na caserna é que se conseguirá formar a consciência sanitária nacional, que, alcançada, constituirá a base sólida do Brasil”. PENNA, Belisário. Higiene e Civilização. *Correio da manhã*. Rio de Janeiro, 06 out. 1925. Fundo Pessoal Belisário Penna, COC/Fiocruz.

⁸⁴ PENNA, B. “Escola Prática de Higiene”, 1923. Fundo Pessoal Belisário Penna, COC/Fiocruz.

⁸⁵ PENNA, B. “Propaganda Sanitária”. Fundo Pessoal Belisário Penna, COC/Fiocruz.

⁸⁶ “Já disse e repito: o médico higienista precisa ser um sociólogo.” PENNA, Belisário. “Consciência Sanitária e educação higiênica”. Fundo Pessoal Belisário Penna, COC/Fiocruz.

A propaganda, feita inteligentemente nas escolas, colégios, fábricas, quartéis e fazendas, em linguagem simples, clara e convincente, acompanhada de projeções elucidativas de fatos e coisas reais; seguida de folhetos e cartazes ilustrados; o ensino individual e familiar nos postos sanitários e nos domicílios, pelos médicos, guardas sanitários, educadores de saúde, têm capital importância e facilitam sobremaneira a tarefa dos higienistas na aplicação das medidas regulamentares, que passam a ser cumpridas pelo povo, com boa vontade, por convicção da sua utilidade, e não apenas pelo temor das penalidades legais⁸⁷.

Os militantes dos movimentos pela reforma dos serviços de educação e saúde pública afirmavam a possibilidade de superar os graves problemas nacionais mediante a intervenção do Estado na organização da vida social. Afinal, as insustentáveis e precárias condições de saúde e educação haviam sido eleitas os problemas vitais do país. Eram obstáculos à realização da verdadeira nacionalidade do Brasil. Os defensores da educação higiênica propunham a centralização desses serviços a cargo do governo da União.

As políticas de saúde pública e de educação passaram a sofrer influência das visões realistas do país. Onde está o progresso? Por que ele não advém? Por que permanecemos na miséria, enquanto os outros povos utilizam as técnicas modernas e industriais? Talvez fosse assim que alguns dos intelectuais indagassem a si próprios no contexto das décadas iniciais do século XX. Uma sonhada república, orientada pela ciência e por médicos, como desejava Renato Kehl, desprovida de interesses, insistia em esfacelar-se em múltiplos desejos privados, econômicos, políticos e culturais. Esses intelectuais planejavam uma ordem social perfeita, isto é, projetavam seus símbolos e representações em busca de uma nação sem conflitos sociais. Lembremo-nos das crescentes discussões entre os estados e a federação nos idos da Primeira República. Naquele período, os interesses divergentes das representações estaduais chocavam-se com a centralização de poder da União.⁸⁸

Nada poderia escapar sob os olhos autorizados do médico, representante do Estado: o lar, a família, o corpo e o trabalho. As estratégias higiênicas e eugênicas pretendiam realizar o sonho utópico da sociedade perfeita, segundo os conceitos dos médicos, educadores e higienistas. Veja-se a este respeito a opinião e os argumentos de Pontes de Miranda, sobre a crescente participação da técnica e da ciência nas sociedades modernas. Ressaltamos que trata-se do discurso de uma das categorias profissionais que poderiam postular a condução das

⁸⁷ PENNA, Belisário. *Propaganda Sanitária*. Fundo Pessoal Belisário Penna, COC/Fiocruz.

⁸⁸ Sobre este assunto, consultar HOCHMAN (1998). O autor analisa a articulação entre o fortalecimento do poder central da União frente às políticas públicas de saúde e as representações estaduais no poder legislativo.

políticas públicas do período e a supremacia política: os bacharéis, especificamente, no caso, os juristas – o que ainda mais confere densidade à afirmativa.⁸⁹

Já estiveram na direção das sociedades o pescador, o caçador, o guerreiro, o mágico e o sacerdote, o esteta, o moralista, o jurista (...) faltam os cientistas, os técnicos da vida social, da política especializada, bebida na ciência. É isto que queremos. (MIRANDA apud ROCHA, 1995:22).

As grandes transformações urbanísticas foram justificadas como imprescindíveis à boa saúde dos habitantes das cidades. Da mesma maneira, as transformações institucionais, políticas e sociais eram apresentadas como necessárias para o pleno funcionamento do corpo da nação. O discurso médico-pedagógico procurava responder ao problema de como controlar uma população hostil às novas normas sanitárias, cuja racionalidade representava uma necessidade vital. A oposição popular às iniciativas saneadoras da cidade do Rio de Janeiro foi interpretada como uma manifestação de desordeiros e ignorantes, sobre a qual era dever do Estado impor a ordem e o controle. Desenvolveu-se, assim, o argumento de que era absolutamente imperioso, para o bom funcionamento da sociedade, a disciplina e o controle dos hábitos irracionais, dos conflitos que ocorriam por mau funcionamento de alguns órgãos da sociedade.

⁸⁹ Sobre os equívocos cometidos pelos autores dos textos publicados no final dos anos 70, que estudaram a história da saúde e da medicina sob uma orientação foucaultiana, ver REIS (1994). Transparece nestes trabalhos, uma equivocada idéia de que o poder da medicina e dos médicos era total. Depois de duas décadas, fica claro o alto grau de generalização presente nestas pesquisas, além da heterogeneidade teórica e metodológica. Mas, contudo, estes pontos não invalidam a pioneira contribuição de alguns desses livros. Por exemplo, os trabalhos “*Danação da Norma*” e “*Ordem Médica*” abriram um campo de análise. Sobre a influência, chamada por Coelho de nefasta, que Foucault teria causado nos estudos sobre saúde e medicina no Brasil, ver COELHO (1999). Entretanto, queremos deixar evidente que os médicos eugenistas ansiaram por definir e controlar totalmente vários aspectos da vida, mesmo a privada, como Kehl transpareceu neste trecho: “Um indivíduo para casar-se terá de sujeitar-se a uma minuciosa análise do seu registro e da sua própria pessoa; só depois da folha corrida, fornecida pela repartição genealógica e do atestado de sanidade, terá o honroso direito ao casamento prolífico. Sim, prolífico, porque os indivíduos considerados inaptos à procriação terão apenas direito aos prazeres do *hymeneu*, quando previamente submetidos à esterilização”.(KEHL, 1929:21)

3.

CAPÍTULO II

A EUGENIA NO BRASIL

(...) a esterilização dos parasitas, indigentes, criminosos, doentes que nada fazem, que vegetam nas prisões, hospitais, asilos; dos que perambulam pelas ruas, vivendo da caridade pública; dos amorais, loucos que enchem os hospitais; da gente inútil que vive do jogo, do vício, da libertinagem, do roubo e das trapaças.(KEHL, 1929: 179).

É indiscutível o antagonismo e mesmo a repulsa sexual existente entre indivíduos de raças diversas. Só motivos acidentais fazem unir-se (...) um homem branco com uma negra ou vice-versa. E produto deste conúbio cresce estigmatizado não só pela sociedade, como, sobretudo pela natureza; está hoje provado, não obstante a grita de alguns cientistas suspeitos, que o mestiço é um produto não consolidado, fraco, um elemento perturbador da evolução natural. Os casamentos devem, portanto, se processar dentro da mesma raça e, de preferência, da mesma classe. (KEHL, 1933: 232).

A Eugenia surgiu com Francis Galton⁹⁰ (1822-1911) na Inglaterra e disseminou-se em variações por diversos países do mundo. Embora o ideário eugenista tenha ficado como uma marca característica e atingido sua face mais violenta na Alemanha Hitlerista dos anos 30, foi nos Estados Unidos que ela esteve muito em voga, chegando mesmo a existir várias associações eugenistas que realizavam competições públicas com juízes analisando o *pedigree* das famílias concorrentes e distribuindo medalhas e prêmios. Assim, embora a emergência dos princípios eugenistas tenha se dado em solo europeu, foi na América do

⁹⁰ A melhor biografia de Galton ainda não tem tradução em língua portuguesa. Ver PELÀEZ (1985).

Norte, durante a primeira metade do século XX, que a eugenia assumiu uma das formas mais agressivas, com seus conceitos modificando drasticamente a vida das pessoas. As idéias e práticas eugênicas atuaram de maneira tão destrutiva que, entre 1906 e 1940, em vinte e sete estados americanos da união, mais de 60.000 esterilizações compulsórias foram executadas de formas extremamente polêmicas. Somente na Califórnia, mais de 15.000 mulheres e homens teriam sofrido cirurgias desse tipo. Diversas leis e medidas legais foram tomadas para esterilizar e excluir da sociedade americana indivíduos classificados como inadequados para gerar filhos ou mesmo continuar vivendo.

No início do século XX, era fundado em Long Island, Estado de Nova York, um conjunto de laboratórios para aprimoramento racial.⁹¹ Tornaram-se os principais e mais influentes centros de pesquisas sobre raças do mundo. Contavam com auxílio financeiro de empresários e instituições como a Fundação Rockefeller. Recentemente, nos primeiros anos do século XXI, finalmente, foi reconhecido que os eugenistas que trabalharam nesses laboratórios e escritórios pesquisaram e, principalmente, lutaram para que a legislação social mantivesse grupos sociais, raciais e étnicos portadores de anomalias ou simplesmente gente “estranha” separada dos supostamente possuidores de genes bons. Para tanto, organizaram *lobbies* políticos para implantar políticas públicas segregacionistas, até mesmo buscando restringir a imigração de grupos não anglo-saxões, do oriente ou mesmo da Europa Mediterrânea. Também, nos últimos tempos, foi admitido que a Eugenia norte-americana serviu de exemplo para as experiências nazistas.⁹² Como comprova o tom lamentoso do eugenista Joseph DeJarnette, superintendente do *Western State Hospital*, da Virginia, quando em 1934, reclamando das dificuldades em efetivar algumas ações esterilizadoras, declarou que “*Hitler está nos vencendo em nosso próprio jogo*”. (BLACK, 2003:48).

E no Brasil, quando surgiu e como foi o desenvolvimento da Eugenia? Como um país intensamente miscigenado foi palco de um movimento eugênico forte? Um conjunto de idéias que, em princípio, seria paradoxalmente, contrário a sua formação étnica? Como num país tão mestiço, um conjunto de idéias e práticas que estaria em oposição com a formação racial do

⁹¹ Há muito pouco tempo, um destes centros de estudos esteve envolvido na polêmica afirmativa sobre a supremacia biológica humana. O ganhador do Prêmio Nobel, James Watson, diretor de um laboratório de pesquisas genéticas por mais de 50 anos, declarou que os “*negros são menos inteligentes*”. Diz o co-descobridor da estrutura do DNA: “*Não há razão sólida a sustentar que as capacidades intelectuais de pessoas geograficamente separadas durante sua evolução tenham se desenvolvido de forma idêntica*”. In: *Jornal O GLOBO*. Rio de Janeiro, 18 out. 2007.

⁹² Não que a Alemanha precisasse de exemplos. Como demonstram inúmeras publicações e o filme *Arquitetura da Destruição* de Peter Cohen. Nesta película, o diretor narra a exterminação contra os doentes mentais e membros de etnias diferentes da suposta “raça ariana”.

Brasil, a eugenia prosperou e proporcionou que políticas públicas fossem influenciadas? No Brasil, o eugenismo desenvolveu-se durante o início do século XX. Contudo, encontramos indícios anteriores nas teses defendidas pelos higienistas e alienistas nas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia ainda no século XIX. Marcadas pelas teorias naturalistas da degenerescência sobre a mestiçagem racial, mas, sobretudo, pelas idéias, normas e práticas da medicina social do século XIX que esquadrihava as cidades.

A partir do terço final do século XIX, naturalistas, intelectuais e aventureiros, cercados de conceitos desfavoráveis sobre as raças e apoiados em pretensas visões científicas, pronunciaram diagnósticos completamente negativos sobre o futuro do Brasil. Exemplos como o Conde Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), que afirmou que o país era “feio e degenerado”, descreviam um país inviável⁹³. Para essas considerações, o estado letárgico do povo e da nação, paralisados na escala progressiva das sociedades era devido à soma dos fatores climáticos e raciais. A mestiçagem era uma das causas da inferioridade dos brasileiros e decretava a impossibilidade do Brasil em ascender ao mundo moderno que se anunciava. As informações disponíveis sobre essa época no Brasil apontam que, para os atores do campo intelectual e científico identificados com o determinismo biológico, a mestiçagem representava um empecilho à incorporação do Brasil à civilização. Gobineau e Louis Agassiz (1807-1873) foram alguns desses intelectuais que descreveram o Brasil e seus habitantes como membros improváveis de uma futura nação. Para esses homens, armados de idéias científicas, o país havia produzido elementos inúteis e incapazes de acompanhar o desenvolvimento progressivo da humanidade. Assim, a miscigenação étnica seria um fator contrário à evolução e a mistura racial provocaria a permanência de características inferiores nos híbridos, porque os elementos mais fracos permaneceriam nos descendentes. Assim, teríamos a potencialização dos defeitos, criando gerações e gerações de degenerados.

Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto, Belisário Penna, Lima Barreto, Manoel Bomfim, entre outros, fizeram parte do campo intelectual e político brasileiro do início do século XX. Operaram suas idéias sob fronteiras delimitadas. Alguns fortemente influenciados pela eugenia. Outros, nem tanto. Lima Barreto e Manoel Bomfim sofreram, cada um deles,

⁹³ “He observado ya que, de todos los grupos humanos, los que pertenecen a las naciones europeas y a sus descendencia son los más bellos”.(GOBINEAU, 1937: 117). Controvertido e polêmico, Gobineau era suspeito de sua nobreza duvidosa. Embora seja autor de um marco racista, o *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, e sua passagem pelo Brasil tenha lhe causado dor, em artigo para a revista francesa *Le Correspondant*, nos números de julho e setembro de 1874, sob o título de ‘L’Emigration au Bresil’, surpreendentemente, descreve o Brasil como um paraíso. Ao que parece, foi um pequeno agrado ao seu amigo, o Imperador Pedro II. Sobre esse “nobre” Conde, ver GAHYVA, 2006.

diferentemente, resistências e oposições porque se opuseram ao modo de hierarquizar os indivíduos em pressupostos genéticos e racistas. Em outra posição, Roquette-Pinto e, até, Gilberto Freyre ofertaram uma interpretação que fugia do pessimismo racial, que condenava a mestiçagem no Brasil como produtora de seres inúteis. Mas, quase todos, de alguma maneira, estiveram frente à frente com essas questões. Porém, não se pode, sob a pena de criar mitos, isolá-los da sociedade em que viviam. No caso, Roquette-Pinto e Freyre, muitas vezes, são destituídos de seu caráter humano e elevados à condição de heróicos defensores da mestiçagem: uma mistura de raças e cores que seria um dos componentes positivos da identidade nacional. Existe uma tendência, resultado de pouca leitura dos livros desses intelectuais, em rotulá-los. Outra explicação, talvez menos nobre, sobre essa mitificação de alguns desses intelectuais, consistiria no uso de seus nomes como armas políticas, tentando sustentar alguma posição controvertida ou polêmica no momento atual. Assim, Roquette-Pinto é prontamente reconhecido como legítimo representante da corrente anti-arianista e Oliveira Vianna é considerado, por seu lado, um arianista de boa cepa. Considerações feitas, quase sempre, sem análise das obras e destituída de uma teoria que dê conta da complexidade do campo intelectual brasileiro. Todavia, não queremos e não estamos negando frontalmente esses rótulos. Contudo, eles não esclarecem e, por vezes, até criam sombras nebulosas sobre as quais é difícil distinguir as contribuições.

Se a miscigenação degenerava a raça, o povo e o Brasil, uma solução teria que ser buscada para transformar o país numa grande nação, impedindo, favorecendo ou potencializando o branqueamento da população brasileira. E como era o Brasil? Que porção do mundo era essa que intelectuais estrangeiros e, também, nacionais julgavam que, dentro dos padrões burgueses de civilização e progresso, não era um país viável? Quem vivia aqui? Uma massa de população de negros, brancos e miscigenados, pobres e sob péssimas condições sanitárias. O crescimento dos centros urbanos com o desenvolvimento do capitalismo, a expansão da imigração estrangeira, o receio das epidemias, Febre Amarela e Varíola, e das endemias rurais (ancilostomíase, malária e doença de Chagas) causavam um permanente estado de medo. Devido a tal cenário, o Brasil era visto por uma determinada fração do pensamento social como um país que não chegaria ao estágio civilizado, pois sua população estava degenerada. Em meio a essas impressões, inúmeros reformadores surgiram, pretendendo oferecer diagnósticos e remédios que evitariam a tragédia: a impossibilidade do Brasil tornar-se uma nação. Se o país é tão rico - com suas florestas e seu ouro-, por quê somos pobres e doentes? Os intelectuais médicos e a eugenia ajudariam a encontrar soluções

para essa tragédia/dilema. Pelo ponto de vista defendido pelos eugenistas e infelizmente incorporado, muitas vezes, por pesquisadores contemporâneos, o Eugenismo estava fazendo um bem à humanidade. Dizia Kehl que:

A eugenia é uma doutrina biológica que tem por escopo a regeneração integral da humanidade. Seus propósitos nada têm de cruéis ou draconianos. Não visa perseguir fracos, doentes, nem degenerados. Ao contrário, ela quer evitar o aparecimento desses infelizes, que nascem para morrer, para sofrer e para sobrecarregar a parte reprodutiva da coletividade. Constitui a verdadeira ciência da felicidade porque se esforça pela elevação moral e física do homem, afim de dotá-lo de qualidades ótimas (...). (KEHL, 1933: 51).

Diante dessa tarefa benfazeja e reformadora do Brasil, muitos agentes intelectuais surgiram, armados de novas idéias, pretendendo transformar o Brasil num exemplo de uma grande nação. Foi uma geração de intelectuais, nascida com a Proclamação da República, que empenhou ao futuro a construção da Nação. Belisário Penna nasceu em 1868. Monteiro Lobato em 1882. Roquette-Pinto em 1884. Octavio Domingues em 1897. E o eugenista Renato Ferraz Kehl em 22 de agosto de 1889. Portanto, eles viveram e produziram suas idéias no centro do processo de transição social, econômico e político pelo qual passava o Brasil.

Kehl viveu a infância e a adolescência no interior de São Paulo. Influenciado por seu pai, ingressou no curso de Farmácia na capital paulista. Mas, depois seguiria para o Rio de Janeiro, com seu irmão Wladimir Ferraz Kehl, para a prestigiada e tradicional Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então na Praia de Santa Luzia. Após a apresentação de sua tese na cadeira de Dermatologia, formado médico, vamos encontrá-lo, no ano seguinte, clinicando na capital paulista. Mas, o espaço de um pequeno consultório era insuficiente para Kehl. Segundo declarações do próprio eugenista, seu interesse pelos estudos da hereditariedade humana deveu-se à repercussão do Primeiro Congresso Internacional de Eugenia realizado pela *Eugenics Society*, na cidade de Londres em 1912. Por essa época, ele teria escrito seu primeiro trabalho sobre o tema, um estudo sobre as teorias de August Weissmann. Esse autor, por certo, o marcou imensamente. Por toda a vida, ele o citaria em meio as suas interpretações.

Em 1933, durante uma palestra realizada em sua cidade natal, constata-se indícios de seu interesse pelo tema da transmissão das características hereditárias aos descendentes. Kehl, ao narrar suas realizações dentro do campo eugênico, declarava que as observações dos tipos humanos, a surpresa e o horror provocados diante das deformações físicas teriam despertado sua curiosidade sobre hereditariedade e eugenia:

(...) Assim, pois, foi o espetáculo das deformidades e (...) também a estranha diversidade de tipos humanos que me levaram a estudar os problemas biológicos da hereditariedade e os da influência do meio sobre a espécie humana⁹⁴.

Na mesma época desse congresso mundial de eugenia, João Batista de Lacerda (1846-1915), diretor do Museu Nacional por longo período (1895-1915), compareceu como o delegado oficial do Brasil em outro evento importante para o campo eugênico, o Primeiro Congresso Internacional das Raças, realizado na Universidade de Londres em junho de 1911. Nessa importante reunião, também esteve presente o antropólogo Roquette-Pinto. A tese do branqueamento progressivo da população brasileira adquiria seu *status* científico, no momento da publicação dos trabalhos do então líder da prestigiada instituição de ciência antropológica (SKIDMORE, 1976: 81). Em seu texto apresentado ao Congresso, após uma breve introdução sobre as consequências da escravidão no país, o autor explicava a origem da mestiçagem entre brancos e negros no Brasil por meio dos contatos sexuais dos senhores de escravos com as escravas:

Ce qui surprend, dans cet état de choses, c'est que les maitres, sans aucune délicatesse, aient fait des concubines de ces femmes esclaves. Naturellement ces unions entre blancs et noirs devinrent rapidement très fréquentes. Il ne fallut que très peu d'années pour voir les alentours des domaines ruraux se peupler de métis. (LACERDA, 1911: 10).

A sua opinião a respeito dos mestiços era clara:

Sous l'influence de facteurs, dont la nature nous échappe, lês qualités intellectuelles atteignent souvent, chez les produits du croisement entre blanc et noir, un degré de supériorité dont l'explication ne se trouve dans l'hérédité ni lointaine, ni immédiate. Une force obscure, inconnue, fait fleurir en eux une intelligence capable d'aucun de leurs parents. (LACERDA, 1911:14).

Estas citações são demonstrativas da posição defendida por Lacerda sobre a controvertida desigualdade das raças. No entanto, a questão transparecia em tons matizados. Lacerda afirmava que, para ele, diferentemente dos arianistas mais ortodoxos, o cruzamento da raça negra com a raça branca não resultaria, em geral, produtos de uma capacidade inferior. Para ele, mesmo se os mestiços não rivalizassem com as raças fortes do tronco ariano, se, como esses últimos, eles não tinham um instinto de civilização tão realizado, não

⁹⁴ KEHL, Renato. In: *O Médico da Coletividade*, Conferência realizada em Limeira (SP). Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

se podia classificar os mestiços no nível das raças realmente “inferiores”. No original, Lacerda afirmava:

D’après ce que nous venons d’affirmer, on voit que bien contrairement à l’opinion de divers écrivains, le croisement de la race noire avec la race blanche ne donne pas, en général, des produits d’une intellectuelité inférieure; et, si ces mêmes produits ne peuvent rivaliser par d’autres qualités avec les races plus fortes du tronc aryen, si comme ces dernières elles n’ont pas un instinct de civilisation aussi achevé, il n’en reste pas moins certain que l’on ne peut non plus palcer ces métis au niveau des races réellement inférieures, qu’ils sont phsiquement et intellectuellement bien au-dessus des noirs, qui entrèrent comme élément ethnique de leur formation. (LACERDA, 1911: 16).

Os anos 1910, 20 e 30 no Brasil viram a consolidação da “ideologia do branqueamento” e sua freqüente aceitação. As opiniões quanto ao valor das raças, expressas em anos anteriores haviam perdido muitas das certezas e um pouco da convicção. O novo discurso dizia que o Brasil branqueava (melhorava) a olhos vistos, e que, em consequência, o problema caminhava para uma solução. Em verdade, se observado atentamente, o ideal de branqueamento da sociedade era uma esperança para boa parte dos intelectuais hegemônicos, podendo-se dizer que estava presente desde meados do século XIX, onde se pensava a imigração européia como um alívio da forte presença dos negros no país (SKDIMORE, 1976). Entretanto, foi no texto de João Batista de Lacerda, apresentado no Primeiro Congresso Internacional das Raças, que cientificamente se anunciou a previsão de que no prazo de um século o país seria branco e a raça negra seria extinta.⁹⁵ Em relação à essa evolução tão esperada da miscigenação (desde que esta resultasse num branqueamento), Lacerda estimava que graças à mestiçagem sexual seria lógico supor que no espaço de 100 anos, os mestiços e negros desapareceriam do Brasil, fato que coincidiria com a extinção dos negros. Isto é, com a seleção sexual, ou seja, o freqüente casamento de negros e mestiços com os brancos, nacionais ou imigrantes, segundo Lacerda, haveria a purgação nos descendentes dos traços negativos e ruins dos negros. Assim, para ele, seria lógico a extinção -no período de um século- dos negros e mestiços no Brasil.

La sélection sexuelle se poursuivant, achève toutefois de subjuguier l’atavisme et purge lês descendants dês métis de tous lês traits caractéristiques du noir. Grace à ce procede de réduction ethnique, il est logique de supposer que dans l’espace d’un nouveau siècle, lês métis auront du Brésil, fait qui coincidiera avec l’extinction parallèle de la race noire entre nous. (LACERDA, 1911:19).

⁹⁵ Ver REIS (2000).

Este prognóstico foi criticado: ele aparecia demasiadamente longo e demorado aos espíritos impacientes com o ritmo demonstrado pelo aludido processo de branqueamento do país. Com os dados fornecidos por Roquette-Pinto, professor de antropologia do Museu Nacional, Lacerda se esforçava para demonstrar, entretanto, que era inevitável o desaparecimento dos negros brasileiros, mas sempre dentro do período anunciado. No ano seguinte, em 1912, a partir das críticas recebidas, Lacerda escreveu um outro texto onde, em linhas tênues, procurava melhorar sua tese aos apressados críticos que viam uma certa lentidão naquele prognóstico. Era como se dissessem: teremos que esperar cem anos para ficarmos mais brancos?⁹⁶

Passou como opinião geral do congresso que não há raças superiores e inferiores, sim há raças adiantadas e atrasadas. As diferenças entre as raças do ponto de vista físico e intelectual pensa a maioria do congresso que são devidas às influências do meio físico, às condições sociais sob as quais tem vivido as raças atrasadas do outro continente. O contato do ocidente tende a levá-las a um nível superior, a mostra-lhes o caminho da civilização e o modo pelo qual elas chegarão a realizar o ideal de progresso humano nas suas múltiplas e variadas manifestações. (LACERDA, 1912: 7).

Entretanto não se pode negar que o demorado contato entre as duas raças, uma atrasada, outra adiantada, venha com o tempo fazer adquirir a raça adiantada muitos dos vícios e defeitos da raça atrasada. Existe uma certa ordem de hábitos, costumes e impressões que facilmente se comunicam de uns a outros indivíduos, quando se dá entre um diuturno contato, e, mais fácil se torna esta comunicabilidade, quando o contato se dá desde a tenra idade. (LACERDA, 1912: 91).

Inegavelmente, Edgard Roquette-Pinto combateu a idéia da inferioridade racial do mestiço brasileiro e isso numa conjuntura histórica em que essa condição parecia indiscutível. Seguidamente ele expressava sua convicção acerca do desaparecimento dos negros no Brasil e apresentava dados sobre a evolução desse processo por características físicas. Baseando-se nos recenseamentos realizados desde o final do século XIX, mostrava como os descendentes negros haviam diminuído de 16% para 12% na população e que os brancos, entretanto, aumentaram seu percentual de 38% para 44%. A sua conclusão era de que mesmo sem a entrada de imigrantes europeus brancos, o cruzamento de mestiços nacionais fornecia um indivíduo branco que a antropologia era incapaz de distinguir dos tipos europeus. (ROQUETTE-PINTO, 1927). Todavia, acrescentava, “(...) não o esqueçamos, por amor ao preconceito disfarçado ou manifesto, que o problema nacional não é transformar os mestiços

⁹⁶ “Provavelmente antes de um século a população será representada, na maior parte, por indivíduos da raça branca, latina, e para a mesma época, o negro e o índio terão certamente desaparecido desta parte da América”. (LACERDA, 1912: 95).

do Brasil em gente branca. O nosso problema é a educação dos que aí se acham, claros ou escuros (...).” (ROQUETTE-PINTO, 1927: 62).

Uma circunstância importante não deve ser esquecida na apreciação antropológica dos mestiços. É que sua condição social, muitas vezes precária, apresenta aos observadores homens doentes que são tidos por degenerados. Inúmeros casos de gente enferma são contados como denunciadores de inferioridade. O Homem são nunca é preguiçoso; pode ser vadio (...) O vadio conserva a apatia enquanto não lhe chega o momento de realizar o que lhe agrada. Um é doente; o outro, mal educado (...). (ROQUETTE-PINTO, 1927: 201).

Por outro lado, os relatórios dos viajantes estrangeiros reforçavam, de uma maneira geral, as idéias racistas e deterministas, na medida em que estavam impregnados das doutrinas raciais européias. Pierre Denis, por exemplo, resumiu assim seu ponto de vista: “(...) a inferioridade econômica e moral da população negra no Brasil não pode ser contestada (...) São imprevidentes e não conhecem nenhuma das formas da ambição, único estímulo do progresso. São modestos em seus desejos, com pouco se satisfazem.” (DENIS, 1909: 346). Ele afirmava que os negros nunca teriam influência decisiva sobre os destinos do Brasil. Sua análise acompanhava as idéias de um outro intelectual: Vacher de Lapouge. Esse empregava para designar os indivíduos tidos como hereditariamente e eugenicamente bem dotados e seus opostos, os degenerados, os conceitos tão caros à eugenia, eugênicos e disgênicos, respectivamente. Para Georges Vacher de Lapouge (1854-1936), o cruzamento de raças, a mestiçagem, não era, sob nenhuma hipótese, aceitável, porém seu efeito pernicioso e negativo não era definitivo. (LAPOUGE, 1896: 155). A partir de suas observações sobre animais e procurando explicar a queda da taxa de natalidade francesa do século XIX, ele acusava o mestiço como culpado, porque

o mestiço não sente a responsabilidade de perpetuar uma raça: ele sente que nele se enfrentam as heranças de várias delas. Não é uma raça que ele deveria perpetuar, são duas, são muitas, ou seja, o impossível em si mesmo. (LAPOUGE, 1896: 192).

Para Lapouge, os mestiços não tinham futuro possível. Mas, se o pensamento social brasileiro do final do século XIX até meados da segunda década do XX estava influenciado por intelectuais como Gobineau e Louis Couty (1854-1884), pelo determinismo climático de Henry Thomas Buckle (1821-1862)⁹⁷, além do diagnóstico pessimista do zoólogo suíço

⁹⁷ Um dos intelectuais das idéias deterministas foi Henry Thomas Buckle (1821-1862), cuja *História da Civilização na Inglaterra*, é um verdadeiro manual do determinismo. Buckle analisou topografia, sistema hidrográfico e ventos do Brasil, sem nunca ter estado no país. Porém, ele falava da luxuriante vegetação ostentando sua força. Em meio a natureza, nenhuma função era deixada para o mestiço brasileiro. Buckle

radicado nos Estados Unidos, Agassiz, um novo ponto de vista começou a se afirmar. Os exageros racistas de Gobineau, Vacher de Lapouge e de Houston Stewart Chamberlain (1855-1927), seriam alterados. Ao qualificar os mestiços do Brasil como inferiores e desprovidos de qualquer qualidade positiva, os autores citados negavam qualquer tipo de viabilidade ao país e aos brasileiros⁹⁸. Mas, isto mudaria⁹⁹. E a chave para entendermos a especificidade da eugenia nacional e as vicissitudes do campo eugênico brasileiro está nessa modificação. Afinal, como compreender o eugenismo numa terra tão miscigenada e que, em alguns momentos afirmativos de sua identidade nacional, exalta e até glorifica a capacidade de misturar raças, culturas e etnias? Pois é precisamente nesse complexo e intrincado tecido de idéias e posições que reside uma das explicações. Entre os pólos opostos da condenação do país como inviável e a mitificação do Brasil como sendo o paraíso e os brasileiros como soldados morenos imbatíveis, se superpõem os discursos.

Contudo, o racismo característico de intelectuais como Lapouge e Gobineau permaneceu influenciando. Porém, surgiram vozes que permitiam explicar, ainda que um pouco diferentemente, a situação dos povos miscigenados pobres, doentes e feios. As dificuldades passaram a ser vistas, não só pelo ângulo da raça, mas, também pelas agruras do povo e abandono da população pelo governo e elites (políticos, fazendeiros, industriais e intelectuais ufanistas). Durante os anos 20, portanto, novas conceituações críticas sobre as desigualdades entre os homens surgiram. Porém, certamente, essas posições ainda pagavam um alto preço pelas considerações *raciológicas* marcadamente deterministas e que influenciariam durante um longo período as opiniões negativas sobre os habitantes que viviam em países abaixo da linha do equador. Mas, sem dúvida, as novas avaliações sofriam uma sensível modificação. O juízo extremamente negativo havia se invertido. Por meio de uma mudança, seria possível transformar a terra Brasil em algo viável. As explicações também se transformariam. Às vezes, de maneira muito sutil. Oliveira Vianna, por exemplo, atribuiria à miscigenação o caráter da organização da sociedade colonial e a hierarquia social estaria

descreveu que em nenhum outro lugar do mundo haveria tanto contraste entre a força do ambiente e a mediocridade dos homens.

⁹⁸ Na América Latina, o desejo de regeneração racial estava ligado diretamente à questão da identidade nacional. Os intelectuais europeus avaliaram negativamente o país enquanto uma nação consolidada e uma identidade definida. Dessa forma, vários países da América, abraçaram a eugenia como uma forma de encontrar respostas satisfatórias e possíveis de melhoramento racial.

⁹⁹ Mudaria, mas não transformaria. A influência desses diagnósticos cruéis a respeito do Brasil, dos negros e mestiços, impregnaria durante um bom tempo. Todas as análises sociais fariam diagnósticos que ainda conteriam, por mais residual que fosse, um desejo inconfessado de que seria melhor para o país, se tivéssemos um outro “povo”. Tenho sérias desconfianças que, até hoje, em 2008, continuam habitando em corações e mentes, o desejo de “matar o povo” ou trocá-lo.

ligada ao meio geográfico. Isto proporcionava, segundo ele, as bases para a formação de uma aristocracia rural no país, à qual pertenciam alguns mestiços proprietários de terras. Esses mestiços possuíam algum valor. Vianna os designava de eugênicos.

Esses mestiços, eugênicos ou superiores, cuja existência é impossível negar, têm uma antropogênese ainda mal conhecida – porque seu estudo tem sido feito com um ponto de partida falso. Parte-se da suposição de que o tipo negro é um só; quando a verdade é que o tipo negro apresenta uma considerável variedade, tanto somática, como psíquica. (VIANNA, 1987a: 100).

Segundo esse autor, a variedade de tipos humanos teria possibilitado à existência de mestiços superiores susceptíveis da arianização, capazes de colaborar com os brancos na organização e civilização do país. Para Vianna, eram aqueles mestiços que, em virtude de caldeamentos sexuais felizes, mais se aproximavam, pela moralidade e pela cor, do tipo da raça branca¹⁰⁰ e se identificavam com a classe dos grandes proprietários de terras por similitude de características pessoais e comportamentos. Assim,

Os preconceitos de cor e de sangue, que reinam tão soberanamente na sociedade do I, II e III séculos, têm, destarte, uma função verdadeiramente providencial. São admiráveis aparelhos seletivos, que impedem a ascensão até às classes dirigentes desses mestiços inferiores, que formigam nas subcamadas da população dos latifúndios e formam a base numérica das bandeiras colonizadoras. (VIANNA, 1987a: 103).

Muitas vezes, sob a chancela de leituras equivocadas ou realizadas com pressa e sem critérios, o racismo científico é totalmente atribuído aos autores nacionais predominantes na chamada Primeira República. No entanto, muitos desses agentes sociais, com pouquíssimas exceções, estavam procurando um caminho para o povo ou raça que representasse a sociedade brasileira, afirmando que éramos um país viável. Enquanto que os autores identificados com o determinismo biológico negavam qualquer chance para o homem e a terra no Brasil. Os autores sanitaristas e eugenistas sofriam, de alguma forma, influências do racismo científico do século XIX. Aconteceu a Reversibilidade da Degeneração Racial. Em lugar de negar a nação, passou-se a tentativa de salvá-la. O que estamos demonstrando, são as tensões existentes entre as diferentes propostas. Porém, é certo e, temos alertado, ao longo da tese, que as teses deterministas e racistas nunca foram completamente abandonadas.

¹⁰⁰ “Em regra, o que chamamos mulato é o mulato inferior, incapaz de ascensão, degradado nas camadas mais baixas da sociedade e provido do cruzamento do branco com o negro de tipo inferior. Há, porém, mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência ou, pelo menos suscetíveis da arianização, capazes de colaborar com os brancos na organização e civilização do país.” (VIANNA, 1987: 101).

Acreditamos que dessa maneira, estaremos empenhados em desvendar os meandros do pensamento social do país. Quase todos os intelectuais do período entre 1870 e 1930, pelo menos em algum momento de suas vidas, pensaram a miscigenação¹⁰¹ racial como um problema a ser solucionado. Em maior ou menor grau, a questão racial era a grande questão nacional. Para alguns, a mistura racial era um obstáculo ao desenvolvimento econômico e social. Viam como a prova da evolução do Brasil um suposto e crescente branqueamento. Aos olhos desses homens, essa expressão não se referia apenas à cor da pele. Naquela conjuntura, com o país recém-saído do escravismo colonial e da abolição da escravidão, as idéias e as atitudes estavam, e ficariam por muito tempo, impregnadas por símbolos que marcaram as relações sociais escravistas.

Nosso objetivo não é apresentar uma análise conclusiva acerca do racismo científico¹⁰² ou do movimento sanitarista, ou ainda, sobre o campo eugênico nacional. O que pretendemos é esclarecer alguns pontos que permanecem nebulosos.

3.1 Racismo Científico

Comumente, mesmo em círculos acadêmicos e profissionais, confunde-se eugenia com racismo científico e determinismo biológico. Não excludentes, são conceitos diferentes que nasceram em reação aos movimentos (sociais e políticos) que almejavam condições de vida mais igualitárias para os trabalhadores. Sem dúvida, foram idéias que tiveram sua origem no descontentamento com um mundo que se transformava, abolindo privilégios estamentais. Assim, diante da ameaça de uma igualdade jurídica, a resposta foi a comprovação científica de uma desigualdade biológica e natural entre os indivíduos. O racismo científico foi uma doutrina que apresentando-se universal e racional, afirmava que existiam hierarquias dentre as raças humanas. A idéia subjacente era a de promover a raça ariana como a mais desenvolvida, inteligente e, portanto, mais apta para governar as outras raças. A Eugenia, por seu lado,

¹⁰¹Kehl declarava no *Correio da Manhã*: “Não tenho em mira, tratando do cruzamento de raça, deprimir uma, rebaixar outra, para elevar a branca. Interessa-me apenas, a questão do cruzamento para a melhoria progressiva da nossa nacionalidade”. KEHL, Renato. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 16 mai. 1924. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz. Convém alertar que não estamos preocupados com as possíveis manifestações racistas dos autores. Evidentemente, esses homens demonstram-se profundamente racistas. Queremos analisar as implicações sociais e políticas das considerações realizadas. Indagamos como era imaginado o progresso do país. Como os intelectuais pensavam transformar o Brasil identificado como uma terra de feios, pobres e doentes em um lugar promissor?

¹⁰² Sobre racismo científico, consultar MAIO & SANTOS (1998). Ver também MOOG (1978).

procurava o aperfeiçoamento da espécie humana através da seleção artificial. Havia que selecionar os melhores espécimes humanos, aqueles que demonstrassem possuir as características mais adequadas para transmiti-las às gerações e incentivá-las a reproduzir-se, de maneira a melhorar os descendentes. De todo modo, era absolutamente necessário manter as multidões afastadas. Afinal, eram novos atores políticos que surgiam na cena política. E, no Brasil, além das diferenças conceituais, o pensamento eugênico nacional demonstrou ser muito sofisticado e o eugenismo brasileiro mais complexo.

O maior representante da Eugenia no Brasil foi, sem dúvida, o médico Renato Kehl. Mas, ele não estava sozinho. Produziu a maior parte de sua obra intelectual em uma época onde a preocupação com a identidade nacional e a formação da nacionalidade imperava. Para entender os conceitos presentes na obra de Kehl é necessário compreender o percurso realizado pelo autor. Ele se apoiava nos saberes das ciências biomédicas emergentes para responder como era o Brasil e como deveria ser construída a nacionalidade brasileira. Ao formular as representações sobre o país, Kehl tentava explicar a sociedade. Um período onde os intelectuais que pensavam hegemonicamente¹⁰³ o Brasil, além de considerar a raça branca superior às demais, condenavam a composição racial heterogênea, porque essa gerava seres degenerados. De um modo geral, era assim que pensavam o grupo de intelectuais que estimavam a miscigenação como um mal insanável¹⁰⁴ e o Brasil completamente inviável. No entanto, os discursos eugênicos brasileiros e, principalmente, o pensamento de Kehl, apresentaram-se de maneira muito singular. Para além da simples consideração da inviabilidade do Brasil, devido ao seu povo mestiço, o eugenismo brasileiro reconhecia e lamentava essas inferioridades, mas tratava da construção e reforma desse povo e do país. E, também diferentemente dos outros representantes intelectuais do movimento sanitário, que congregava cientistas, médicos, educadores e demais intelectuais, membros importantes do pensamento social brasileiro, Kehl adicionaria ao conjunto de ações preconizadoras para a salvação do Brasil a coerção, ou, ao menos, a total planificação estatal para a vida humana. No Brasil, a hegemonia do racismo científico e do determinismo biológico metamorfosear-se-ia num eugenismo peculiar, próprio do campo eugênico brasileiro.

O movimento sanitário refutava a explicação dominante do pensamento social e político que atribuía aos tipos mestiços, decorrentes da mestiçagem racial, o insucesso

¹⁰³ Os intelectuais sanitários e eugenistas estavam em disputa no campo para construir uma nova hegemonia.

¹⁰⁴ Sobre as teses negativistas da história do Brasil, consultar MOOG (1978). O livro, escrito nos anos 50 do século passado, ainda é uma boa fonte para estudar as leituras que identificavam a colonização brasileira como explicação para a triste realidade nacional.

econômico e cultural do país. Para os membros do movimento, os homens eram improdutivos porque estavam doentes. Portanto, diferentemente das análises influenciadas pelos conceitos do racismo científico e do determinismo biológico, os intelectuais sanitaristas opinavam que era possível resgatar o Brasil e sua gente. Muitos dos eugenistas nacionais tendiam a concordar com essas teses. No entanto, os mais radicais, e entre eles, especialmente, Renato Kehl dizia que, apesar de doentes, os habitantes dessa parte do planeta não abandonavam o estado de imperfeição sob o ponto de vista das leis da hereditariedade. Assim, para Kehl era necessário um conjunto¹⁰⁵ de ações para tornar os brasileiros doentes e feios em fortes e belos. Esse resultado seria obtido com uma série de estratégias educativas, sanitaristas e eugenistas, essas últimas identificadas com a vertente negativa que apregoava a esterilização arbitrária como absolutamente necessária ao progresso e que deveria ser controlada pelo Estado. Enfim, a Eugenia como Kehl pensava.

No seio do campo eugênico o tema da esterilização vai ganhar força no final dos anos 20. No entanto, Kehl já defendia esse procedimento nos anos anteriores. Queremos destacar que, embora seu conceito de eugenia seja amplo e um pouco flexível, Kehl era um dos poucos autores que, mesmo antes de 1920, já pensava em intervir energeticamente na sociedade por meio de exames pré-nupciais, autorização estatal para o casamento, esterilização e isolamento compulsório. Mas, também, desde o início da campanha eugenista (1917) ele não descartava as outras ações. Vamos lembrar que, em 1922, Renato Kehl participou da construção de um Museu da Higiene apresentado nas comemorações do Centenário da Independência. Esse tríplice aspecto que a Eugenia assumiu no Brasil é relevante destacar. Nesse sentido, Renato Kehl foi o mais legítimo representante de um campo eugênico nacional, articulado com a construção da ordem e de uma cidadania excludentes. Para tanto, as ações educativas e sanitaristas foram analisadas como imprescindíveis para salvar o povo, mas atos como a esterilização compulsória, eliminando os criminosos e “grandes degenerados”, eram necessários, para que o Brasil fosse transformado numa nação moderna. Em suma, essa era a visão do eugenista de Limeira:

¹⁰⁵ Sobre esta hibridização de estratégias, largamente aceita por intelectuais eugenistas, que, ao que parece, não se contentavam ou até mesmo duvidavam da eficácia de uma ou de outra teoria científica, encontramos afirmações que indicam a certeza de que utilizando tais várias ações, haveria a chance de o Brasil tornar-se uma grande nação. Vejam a esse respeito, as palavras de Miguel Couto: “*Não podemos deixar nossa pátria em atraso: cada geração plasma a seguinte, por meios suaves e suasórios se possíveis; coercitivos se necessários*”. In: COUTO, Miguel. *Medicina e Cultura*, Rio de Janeiro, 1937. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

Em resumo: somos de opinião que a esterilização é indicada em casos especiais de doença e miséria: que ela deve ser aplicada, compulsoriamente, a certos criminosos e em certos casos de degeneração somatofísica; que ela poderia, uma vez aplicada, eliminar caracteres Blastofóricos ou, pelo menos, reduzi-los, consideravelmente; isoladamente, porém, não levantaria o grau da perfeição humana. **A Esterilização deve, pois ser considerada como um processo de valor eugênico, mas não um recurso capaz de, por si só, resolver o problema da constituição da elite eugênica.** [Grifo nosso]. (KEHL, 1929:175).

Os intelectuais nacionais identificados, de alguma maneira, com o racismo científico destacavam, de maneira ampla, a inferioridade e a degeneração dos mulatos. Para eles, os cruzamentos sexuais entre indivíduos de etnias diferentes, além de promíscuos, seriam produtores de elementos incapazes para o progresso da nação. Segundo as teorias mais ortodoxas, os mestiços traziam os defeitos das raças inferiores. Portanto, os brasileiros, frutos da mestiçagem, eram preguiçosos e parasitas por defeitos de origem. Os intelectuais sanitaristas discordariam dessa inclemente inviabilidade e destacar-se-iam neste cenário, pois consideravam que o problema não era absolutamente derivado do suposto determinismo biológico. Porém, o racismo científico não era de todo ausente. Ele ainda influenciava a análise sanitarista. De certo modo, o que ficaria sepultado era a determinação climática. A racista nunca desapareceria.

Para os membros do grupo intelectual sanitarista/eugenista, a explicação era outra. O diagnóstico estava errado. O homem e o meio estavam doentes. A regeneração era possível por meio de ações sanitaristas e eugenistas. As propostas de sanitaristas e eugenistas complementavam-se. Em conjunto, diriam que, além de sanear as áreas urbanas e rurais, controlar as epidemias, instalar postos médicos e sanitários, era necessário cuidar do povo de maneira eugênica e educativa. Tratava-se, portanto, de aprimorar a raça nacional por meio da higienização das células reprodutoras. Torná-las mais aptas para a consciente reprodução. Como? Através da Educação e do Saneamento. Para os casos mais graves - e sem dúvida, para os eugenistas, esses eram muitos, seria aplicada a esterilização compulsória e outras ações radicais, evitando o nascimento e a reprodução dos Jecas tristes e infelizes e assim, solucionando o problema das raças no Brasil:

Quanto ao verdadeiro fim da esterilização, que é a melhoria eugênica da raça, temos a dizer que esse processo oferece certas dificuldades para se tornar eficiente, além das que referimos. Para se chegar a um resultado completo seria necessário que a esterilização fosse aplicada compulsoriamente, de um modo permanente, e em vasta escala, não poupando mesmo os indivíduos que aparentem superficialmente normalidade e que, no entanto, intrinsecamente, são defeituosos(...) a

esterilização é de efeitos indubitáveis e claros. Mas a sua prática encontra sérios embaraços. O nosso entusiasmo por essa operação regeneradora não vai ao encontro de desconhecemos as dificuldades que ela encontra na sua execução (...) A esterilização, pois, deve ser considerada um processo eugênico importantíssimo, mas não um meio único de elevação somática e física da espécie humana, que só será alcançada pelos processos combinados de eugênização¹⁰⁶.

Sanitaristas e determinados eugenistas (não todos) entendiam que as reformas sanitárias aprimorariam a capacidade hereditária dos brasileiros. As condições ambientais do país dever-se-iam modificar-se para que, transformando os indivíduos, os seus descendentes fossem beneficiados. Práticas políticas e sociais identificadas com a eugenia exemplificam essa filiação neolamarckista: campanhas contra o alcoolismo e doenças venéreas. Assim, coexistiam teorias que adotavam uma seleção racial capaz de embranquecer a população, produzindo um tipo nacional pelas sucessivas miscigenações, com teses de que o futuro eugênico seria resultado também de um aperfeiçoamento no progresso social. Tal complementação de teorias é amplamente considerada pelos poucos exemplos historiográficos que tratam da eugenia brasileira como sendo um erro, uma cópia mal feita da verdadeira eugenia (importada) ou, ainda, resultado da ausência de uma formação específica (científica) por parte dos eugenistas nacionais. Discordamos dessa perspectiva, pois, afinal essa amplitude de técnicas eugênicas não representava uma má interpretação de teorias alienígenas e sim a construção de um pensamento brasileiro original. É possível observar que, na citação anterior, retirada de um texto de 1921, Kehl tecendo comentários sobre a esterilização, refere-se a processos múltiplos de eugênização: “(...) a esterilização, pois, deve ser considerada um processo eugênico importantíssimo, mas não um meio único de elevação somática e física da espécie humana, que só será alcançada pelos processos combinados de eugênização”. Para ele, a esterilização deveria estar acompanhada de outras técnicas eugenistas.

Como pano de fundo da tentativa de implantar políticas públicas influenciadas pelo eugenismo, estava a crença que o Estado deveria cuidar das mazelas da sociedade. Nesse campo, eugenistas mendelistas ou seguidores do neolamarckismo, defendiam abertamente propostas que, aliás, não diferiam das ações reivindicadas pelos componentes do universo de sanitaristas e educadores que alertavam para a importância das reformas na saúde e na educação para a evolução do País. Itens importantíssimos, como a autoridade do Estado em controlar políticas que orientariam o nascimento e a vida das pessoas, eram questões que

¹⁰⁶ KEHL. A Esterilização sob o ponto de vista eugênico. In: *Brazil-Medico*. 26/03/1921. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

estavam presentes em quase todos os discursos dos agentes do campo eugênico. Várias das leituras efetuadas pela historiografia sobre a eugenia no Brasil, insistem em ler na trajetória da eugenia latina, a oposição entre os adeptos do neolamarckismo e do mendelismo como um elemento crucial e determinante do campo, apesar da história política do movimento eugênico da América Latina ainda está por ser investigada e certamente tem nexos que ultrapassam querelas científicas. Por exemplo, a articulação das idéias e práticas eugenistas com os sucessivos governos autoritários e repressivos das repúblicas latino-americanas durante o século XX.

Em linhas gerais, a teoria lamarckista explicava a evolução por uma crescente adaptação ao meio, ao contrário da seleção darwinista. Para um lamarckista, a herança das características adquiridas seria responsável pela origem dos bem dotados. As noções lamarckistas justificavam a crença otimista de que o esforço humano adquiriria sentido. Afinal, os “melhoramentos” adquiridos ao longo da vida poderiam ser transmitidos geneticamente, tornando o progresso possível. Assim, o lamarckismo transformou-se num neolamarckismo, passando a significar uma teoria específica sobre os mecanismos da hereditariedade. Ampla e simplificada, os mendelistas tendiam a não aceitar que mudanças no meio transformassem as gerações descendentes.

O neolamarckismo, por seu lado, defendia a idéia de que fatores ambientais provocariam o surgimento de modificações que poderiam ser transmitidas aos descendentes. Para os mendelistas, o equívoco da teoria lamarckista era o de afirmar a herança de mudanças adquiridas. Porém, entre os intelectuais eugenistas, membros do campo eugênico nacional, não havia uma distinção tão rígida quanto foi (é) apregoada. Além disso, os eugenistas neolamarckistas brasileiros aceitavam as leis da hereditariedade de Mendel, mas, todavia, abriam espaço para a noção de que, de alguma maneira, a influência do meio poderia alterar o plasma germinativo¹⁰⁷.

Em suma, o neolamarckismo admitia serem fatores de evolução das espécies a seleção e a herança por parte dos descendentes de determinadas características adquiridas durante a vida pelos ascendentes. Tratava-se da convicção da transmissão dos caracteres adquiridos.

¹⁰⁷ August Friedrich Leopold Weismann (1834-1914) é reconhecido por duas contribuições com relação à teoria da hereditariedade. A primeira foi sua crítica ao princípio da herança das características adquiridas. A segunda se refere à distinção entre o plasma germinativo (responsável pela hereditariedade, presente nas células reprodutivas) e o plasma somático (células do corpo). Weismann admitia que o plasma germinativo era transmitido de uma geração a outra.

Desse modo, inspirados nas orientações neolamarckistas, os eugenistas acreditavam que as doenças venéreas, a tuberculose, o alcoolismo – os chamados venenos raciais – poderiam degenerar a prole de pais portadores desses males. O alcoolismo, por exemplo, o grande inimigo da humanidade, era visto como uma das principais causas da degeneração da raça e do futuro da nacionalidade.

Como podemos averiguar nos relevantes trechos retirados das obras dos intelectuais eugenistas, as distinções sobre a função da educação e da capacidade de transmitir características eram tênues. Por meio da literatura historiográfica especializada, apenas Kehl é nomeado como neolamarckista. No entanto, mesmo considerando que o discurso de Roquette-Pinto se originava das concepções mendelistas, é preciso destacar que esse antropólogo compartilhava das idéias sanitaristas para reformar a sociedade. Será (ia) uma falsa oposição entre as teorias mendelistas e neolamarckistas?

A hereditariedade é para cada individuo um fator constante, mas o meio e a educação são fatores variáveis. Quer dizer, a hereditariedade é uma coisa fatal, inalterável após a fecundação do óvulo. Mas, a educação e o meio podem ser tais, que influam mais ou menos desta ou daquela forma. (DOMINGUES, 1929:41).

A herança psicológica é uma realidade. Os indivíduos nascem diferentemente providos de atributos psíquicos. Pela educação, poder-se-á aproveitar as qualidades boas, e desenvolvê-las suficientemente, e fazer adormecer as inferiores. (DOMINGUES, 1929:80).

A influência da hereditariedade com relação à estrutura do corpo é decisiva, sendo restrita e quase sempre oscilante a da alimentação e dos hábitos de vida. Cada indivíduo apresenta a estrutura somática segundo a constituição celular e glandular que lhe é própria, de acordo, portanto, com as particularidades inatas. Todos os esforços para modificar, de modo estável, esta estrutura, são nulos ou prejudiciais. Consegue-se quando muito, aliás, com vantagem, corrigir a excessiva corpulência ou a excessiva magreza por meio de regimes e tratamentos especiais. Nada mais. Cada indivíduo apresenta, em definitivo, o prêmio mendeliano que lhe coube por sorte, legado pelos pais e transmissível aos descendentes. (KEHL, 1942:112).

Ambos os grupos – mendelistas e neolamarckistas – possuíam argumentos sobre o poder e a eficiência de suas escolhas teóricas. Membros do segundo grupo defendiam as campanhas contra o consumo de álcool, doenças venéreas e ações sanitaristas como atividades imprescindíveis e necessárias para a caminhada eugênica da raça nacional. Os partidários do

grupo¹⁰⁸ mendelista tendiam a afirmar que práticas privilegiando a permanência de caracteres hereditários considerados favoráveis eram de consequências mais eficazes e duradouras. E ainda havia os que defendiam a esterilização como um ato fundamental para erradicar os degenerados, criminosos e doentes mentais. Mas, um elemento era preponderante, ou seja, a identificação do problema: os brasileiros eram analfabetos, feios, pobres e doentes. Diriam os mais radicais que eles carregavam em sua constituição hereditária os fatores degenerativos, que seriam a causa determinante de tantos problemas. Além dessas condições, havia o perigo das doenças mentais, do alcoolismo e das enfermidades venéreas, que ajudavam a corroer o corpo e o espírito. Para eliminar quaisquer resquícios dessas cargas genéticas negativas, Renato Kehl, por exemplo, pregava abertamente a esterilização compulsória e contínua. Aliás, desde o início da sua militância em prol da eugenia da raça nacional, considerava a prática como inestimável para o bom funcionamento da sociedade. Porém, elementos importantíssimos, eram proclamados como exigências para a eficácia e garantia do projeto eugenista: a centralização dos serviços eugenistas nas mãos do Estado; O Estado com autoridade para planejar e intervir na sociedade e, por último, a devida assessoria de intelectuais, notadamente os cientistas, legitimando as escolhas sob o manto protetor e legitimador da ciência.

Apesar das relevantes contribuições realizadas pelos cientistas sociais para o conhecimento histórico, estudando a presença, difusão e institucionalização das idéias eugenistas no Brasil, EUA e Europa, essas análises apresentam uma tendência à naturalizar as diferenças, como se as diversas características dos *eugenismos* desses países fosse uma atribuição inata. Parece-nos uma negligência para com as estruturas de classe das Formações Sociais. Entendemos que a história das sociedades ajuda a compreender o eugenismo e suas diferenças espaciais e temporais. Idéias de perfeição e beleza¹⁰⁹ estão presentes desde os primórdios dos tempos. Sociedades da Antigüidade perseguiram um modelo de corpo belo, mas isto ainda não era Eugenia. Portanto, não se deve identificar na busca do aperfeiçoamento estético grego a mesma procura de aprimoramento físico e mental pretendido pelo movimento político intelectual eugênico surgido no final do século XIX. O Eugenismo caracterizou-se

¹⁰⁸ Consideramos que, embora existissem divergências, estas diferenciações provêm muito mais das afirmações realizadas pelos pesquisadores contemporâneos do que de uma real distinção entre os intelectuais eugenistas ou sanitaristas.

¹⁰⁹ Em artigo publicado na *Revista do Brasil* o próprio Kehl afirmou que: “Eugenia é a ciência da boa geração. Ela não visa, como parecerá a muitos, unicamente proteger a humanidade do cogumelar de gentes feias. Seus objetivos não se restringem à calipedia, isto é ter filhos bonitos. A beleza é um ideal eugênico. Mas a ciência de Galton não tem horizontes limitados; ao contrário, seus intuitos além de complexos são de uma maior elevação...” (KEHL apud LUCA, 1999:224).

por um conjunto articulado de idéias, práticas sociais, atores coletivos e conjuntura histórica. Assim, como a eugenia manifestou-se nos países de maneiras diferentes – e isto é naturalizado, quase identificado como se a eugenia devesse estar irremediavelmente e organicamente ligado às nações, ignorando-se as diferentes formações sociais, a história e as classes –, igualmente as políticas públicas vêm sendo analisadas como uma extensão natural do Estado neutro. E o aparelho estatal sempre identificado como um corpo homogêneo e orientado por um planejamento científico e, portanto, correto e imparcial.

Mas, não havia imparcialidade nas ações eugênicas propostas. Eugenistas e sanitaristas procuraram influenciar politicamente as políticas governamentais. Comumente, encontramos na visão naturalista das políticas públicas, a mesma ótica desprovida de historicidade que nega ou menospreza a existência de classes sociais¹¹⁰ nas sociedades humanas. Seguindo essa linha de raciocínio teórico, a historiografia¹¹¹ que vêm pesquisando a Eugenia tende a reproduzir os conceitos que os próprios intelectuais do campo utilizavam. Dessa forma, a hibridização de estratégias eugênicas torna-se um equívoco cometido pelos agentes sociais ou pelas correntes de pensamento. No entanto, consideramos que, diante de nossa opção teórica-metodológica, a conjugação de propostas aparentemente inconciliáveis representou efetivamente uma estratégia política produzida por homens vivendo em sociedades historicamente situadas no tempo e no espaço. Preventiva, negativa e positiva são conceitos que os atores sociais utilizavam em seus argumentos e que devemos criticar em nossas investigações. Não podem constituir-se em armas analíticas dos pesquisadores localizados no tempo presente em instituições de pesquisa e ensino.

Na década de 1920, encontramos uma sofisticada rede de controle social. A construção da sociedade brasileira, sob moldes capitalistas após a Primeira Guerra (1914-1918), requeria uma intervenção nos movimentos de sua população dividida em múltiplos grupos sociais. Costumes sociais foram objetos de preocupação por parte dos reformadores que pretendiam

¹¹⁰ Inclusive, consideramos que grande parte das diferenças sociais e históricas encontradas entre as idéias e práticas eugênicas dos diversos países deve-se às redes e relações institucionalizadas que os indivíduos têm entre si: as Classes Sociais. Uma característica que define a identidade da eugenia brasileira é que esta política de seleção humana foi difundida por cientistas, juristas, professores e demais intelectuais da época dentro das agências de Estado.

¹¹¹ Ao longo do texto, tenho feito comentários à historiografia que trata da Eugenia no Brasil. Na verdade, são poucos títulos. Porém, faço menções aos trabalhos de Nancy Stepan (2005) e Souza (2006) e, embora, as minhas referências sejam críticas a estes textos, é certo que eles constituem marcos fundamentais para pensarmos a trajetória das idéias eugenistas no Brasil. Quero registrar os bons trabalhos de KOIFMAN (2007) e REIS (1994). Mas, se a produção ainda é incipiente, o número de artigos, livros e tese sobre o tema (Eugenia) está crescendo. Já existe mesmo uma literatura que - por falta de um nome mais adequado chamarei de divulgação - invadiu as livrarias. Até mesmo textos que na sua origem nasceram dentro da academia transformaram-se num processo de simplificação em produções bastante veiculadas na chamada “mídia”. Cito, neste caso, DIWAN (2007).

construir uma nova e almejada sociedade. Foi considerado absolutamente necessário para a regeneração dos indivíduos que as atitudes sociais fossem adaptadas aos símbolos emergentes. Em reveladora entrevista, no ano de 1937, um exaltado Renato Kehl demonstrava preocupação com o comportamento dos Jecas, pois, segundo o eugenista, os hábitos dos brasileiros eram impróprios para um povo civilizado: “Endireite o corpo! Levante a cabeça! Brasileiro: firme! Não me posso conformar com a atitude mole, indolente, inexpressiva – muitas vezes grosseira ou cafajéstica que assumem certos indivíduos em público”. E, mais adiante, condenava “as atitudes habituais do nosso Jeca, cujas posturas se acham suficientemente fixadas em charges humorísticas dos nossos caricaturistas”.¹¹²

Um relevante ponto da trajetória do movimento eugênico foi o final do século XIX. Naquela época, o médico Agostinho José de Souza Lima em plena e tradicionalíssima Academia Nacional de Medicina, chamava a atenção para os perigos que representava para a nacionalidade, a ignorância dos assuntos eugênicos. Mas, somente em abril de 1917, a pedra fundamental da Eugenia no Brasil foi efetivamente lançada. Uma conferência realizada por Kehl na cidade de São Paulo, a convite de dois empresários norte-americanos que dirigiam a Associação Cristã de Moços, foi considerada o marco fundador da eugenia nacional. Sem dúvida, ela representou um momento especial do campo eugênico. Com o nome de Eugenia, essa palestra foi publicada nas páginas do *Jornal do Comércio* (edição paulista), em 19 de abril, ganhando uma repercussão no meio intelectual. Na década anterior, os primeiros trabalhos sobre eugenia haviam sido escritos por Erasmo Braga, Horácio de Carvalho e João Ribeiro.

Também há notícias de que, por volta de 1912, na cidade de Salvador (BA), Alfredo Ferreira de Magalhães realizou uma conferência sobre Puericultura e Eugenia. Magalhães, professor da Faculdade de Medicina, que também participou do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, demonstrava a educação como meio de evitar a propagação dos vícios sociais, vistos como responsáveis pela degeneração física e moral da raça: o alcoolismo e as doenças venéreas. Porém, somente em 1914, o médico Alexandre Tepedino, ao colar grau em medicina, apresentou a primeira tese médica totalmente dedicada ao tema. Com o título de *Eugenia*, o trabalho foi orientado por Miguel Couto, que seria um dos principais participantes do Congresso Nacional, tendo integrado por várias legislaturas, movimentos políticos dentro do campo eugênico. Como prova da força política desse grupo, dezenas de médicos

¹¹² Entrevista com Renato Kehl, *Jornal A Offensiva*, 10 dez. 1937. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

eugenistas foram membros da constituinte que prepararia a nova Carta após a Revolução de 1930. Ressaltaremos a atuação de Couto na formulação e implementação de políticas para o controle eugênico da imigração.

Portanto, ainda demoraria alguns anos para que a temática da eugenia se impusesse. Foi somente em 1917, que ela ganhou definitivamente, as páginas dos jornais e as discussões políticas e intelectuais sobre os rumos da raça e do Brasil tornaram-se corriqueiras. No texto que é considerado pelos atores sociais e pesquisadores do eugenismo como o marco fundador da Eugenia no Brasil, Kehl afirmava que eram humanitários os desígnios do eugenismo:

Os eugenistas não visam a despopulação sem discernimento, o seu fito é alevantado, é impedir a proliferação sempre crescente dos inúteis, dos incapazes, que constituem os parasitas inocentes, cooperadores das dificuldades da vida. Estes nada produzem, aumentam, entretanto, a miséria e tributam a parte sã que trabalha.¹¹³

3.2 O Manifesto Eugenista

O próprio Kehl, “Pai” da Eugenia entre nós, reconhecia as várias iniciativas anteriores em prol da nascente ciência, inclusive, o pedido que o Professor Agostinho Jose de Souza Lima apresentou em 1897 solicitando apoio à Academia Nacional de Medicina para o estabelecimento de leis tornando obrigatório o exame pré-nupcial para a realização de casamentos e o confinamento legal de doentes tuberculosos e sífilíticos, mas, somente em abril de 1917, a Eugenia teve a sua “inauguração” no Brasil. Na mencionada palestra no Congresso de 1929, Kehl inventariou os trabalhos pioneiros sobre eugenia. No texto, o eugenista detalhava os trabalhos anteriores a palestra de 1917. Foram poucos. Erasmo Braga, Horácio de Carvalho e João Ribeiro escreveram pequenos artigos na imprensa paulista e carioca. Kehl também não esqueceu de citar que, em 1914, apareceria a tese inteiramente dedicada à Eugenia. Apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro por Alexandre Tepedino.¹¹⁴ É curioso observar que o trabalho escrito por Tepedino como requisito para a graduação em Medicina foi apresentada quando Kehl era ainda um estudante em formação.

¹¹³ KEHL, Renato. In: ANNAES DE EUGENIA, “Conferência de Propaganda Eugênica”, p.75. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

¹¹⁴ Tepedino foi orientado por Miguel Couto.

No discurso fundador¹¹⁵ da Eugenia do Brasil, Kehl destacava os princípios da nova ciência: o estudo da hereditariedade, a educação higiênica e a seleção dos cônjuges. Nesse dia, segundo o próprio Kehl declararia anos depois, ele ficaria convencido da possibilidade de formar uma associação, como tantas outras que estavam sendo criadas como a Liga de Defesa Nacional, a Liga Nacionalista e a Liga Pró-Saneamento do Brasil. Fundada em fevereiro de 1918 na sede da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), portanto, nascida com poucos dias de diferença da criação da liga eugenista(Sociedade Eugênica de São Paulo), a sociedade pró-sanitarismo deu repercussão ao movimento, cujo objetivo declarado era a implantação em todo o território nacional das práticas sanitárias pelo Estado nacional.

A criação dessas ligas médicas nacionalistas foi um desdobramento da campanha provocada pelos artigos publicados por Belisário Penna, entre novembro de 1916 e janeiro de 1917, no jornal *Correio da Manhã*. A Liga Pró-Saneamento seria presidida pelo próprio Penna, tendo entre suas principais propostas a institucionalização do combate às endemias rurais por meio de uma política sanitária nacional exercida de maneira centralizada pelo governo da União. As endemias rurais haviam sido consideradas por médicos, administradores da saúde pública e intelectuais como Carlos Chagas e Monteiro Lobato, os principais obstáculos ao progresso social das populações sertanejas do Brasil. Durante seus dois anos de atividade, a Liga publicou a revista *Saúde*, um periódico, que, apesar de não haver ultrapassado oito números, é uma excelente fonte para estudar as idéias do saneamento rural. Ao lado de textos sobre os mais variados assuntos, *Saúde* veiculava artigos sobre as endemias rurais e os temas caros ao saneamento. A Liga estabeleceu delegações em alguns estados da federação, visando estimular os governos estaduais a implementarem a construção de habitações higiênicas, a profilaxia de doenças, programas de educação higiênica, postos médicos rurais e obras de saneamento básico como a dragagem dos rios e lagoas. Em seu período de vigência congregou diversos intelectuais, médicos, advogados, engenheiros, militares e políticos, entre eles o próprio Presidente da República, Wenceslau Brás.

O estatuto da Liga reservava atenção especial à propaganda e educação dos ensinamentos higiênicos. A Liga deveria propagar pelos livros, jornais, revistas, folhetos e conferências os ensinamentos da higiene, considerada a alavanca poderosa de todo o progresso. Além disso, caberia promover o ensino da higiene em todas as escolas primárias,

¹¹⁵ Kehl, em vários momentos da sua vida, deixou claro que considerava a conferência realizada na ACM no dia 13/04/1917, como sendo o marco fundador da Eugenia no Brasil.

profissionais, públicas e particulares, superiores, civis e militares, religiosas, nas fábricas, fazendas e quartéis. Deveria, ainda, apoiar os poderes públicos nas medidas de caráter higiênico, auxiliando-os pela propaganda no lar e na escola. Além de estabelecer cursos de higiene, profilaxia e tratamento das moléstias endêmicas do Brasil, para difundir o saneamento.

As propostas da Liga Pró-Saneamento do Brasil conquistaram, também, uma parcela dos políticos do Congresso Nacional que não eram médicos, mas que defendiam a intervenção do Estado no campo da saúde pública¹¹⁶, talvez seduzidos pelos discursos ou mesmo convencidos da necessidade de ajudar o país. Contando com a adesão de setores da sociedade, a atuação das ligas conferiu grande visibilidade ao tema da saúde pública, que ganhava as páginas dos grandes jornais e se tornava uma questão central no debate político nacional. A Liga Pró-Saneamento obteve como resultado imediato de sua atividade a criação do Serviço de Profilaxia Rural em 1918, cuja direção foi entregue ao próprio Belisário Penna. Subordinado, a princípio, à Diretoria Geral de Saúde Pública e, a partir de maio de 1919, vinculado diretamente ao Ministério da Justiça, o órgão tinha entre suas finalidades combater as três endemias consideradas mais importantes: a Malária, a Ancilostomíase e a Doença de Chagas.

A Liga Sanitarista seria extinta após o Congresso Nacional aprovar a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, em janeiro de 1920, atendendo às reivindicações dos intelectuais. Esse órgão administrativo da saúde reorganizaria os serviços sanitários do país e ampliaria para todo o território nacional a responsabilidade da União na promoção desses serviços. Na palestra proferida em 1917, Kehl já destacava a articulação entre a divulgação dos princípios eugênicos e sanitaristas e a vigilância das normas. Trabalho que seria executado pelas associações políticas, como as ligas e pelos departamentos governamentais como o DNSP:

Prossigamos, pois, na cruzada encetada, divulguemos os princípios eugênicos e velho-e-mos triunfar, impondo-se pela convicção, pela

¹¹⁶ A repercussão da Liga foi ampla. Da ata de fundação constam nomes influentes da política e da cultura e ciência. Meses após a criação da associação, intelectuais requeriam sua inscrição junto a ela. Em carta datada de 24 de abril de 1918, dirigida a Roquette-Pinto, Plínio Cavalcante comunicava em nome da Liga que estava aceita sua entrada no conselho do grupo: *“Venho com a maior satisfação comunicar-vos ter sido a vosso ilustre nome incluído e unanimemente aceito entre os membros do conselho supremo da Liga Pró Saneamento do Brasil”*. Fundo Pessoal Roquette-Pinto, ABL.

instrução, e não por medidas ditadas pela força da lei. Assim, serão eliminados os indivíduos despidos de senso, os de vida parasitaria.¹¹⁷

E a associação dos eugenistas? Paralelo à criação da liga sanitaria, após uma campanha liderada por Renato Kehl, depois de sua comunicação realizada na ACM, centenas de médicos se encontraram, aos 15 dias de janeiro de 1918, para a sessão inaugural da Sociedade Eugênica de São Paulo. Contando com 140 membros, teve como fundador e presidente o médico Arnaldo Augusto Vieira de Carvalho (1867-1920), diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo. Certamente seu nome contribuiu para angariar o interesse dos intelectuais do estado. Carvalho mantinha relações familiares e pessoais com políticos influentes.¹¹⁸ Afinal, além de sua participação nas ligas ostensivamente nacionalistas, ele era sogro de Júlio de Mesquita, diretor e proprietário do importante e poderoso jornal *O Estado de São Paulo*.

Aliás, poucos grupos souberam usar tão bem as relações pessoais para consolidarem suas posições sociais como as famílias Mesquita e Carvalho, que estavam unidas por vários laços. Júlio de Mesquita (1862-1927) e Arnaldo Vieira de Carvalho casaram seus filhos: Júlio de Mesquita Filho (1892-1963) e Marina Vieira de Carvalho; Francisco Ferreira de Mesquita (1897-1963) e Alice Vieira de Carvalho (1901-1992) e, finalmente, Judith de Mesquita (1897-1963) e Carlos Vieira de Carvalho (1898-1954). (GUIMARAES, 1967). Carvalho, um legítimo representante das auto declaradas “classes produtoras”, nascido em Campinas no dia 5 de janeiro de 1867, interior do estado de São Paulo, formou-se em Medicina no Rio de Janeiro em 1889. Sua tese de conclusão do curso, apresentada na Cadeira de Medicina e Cirurgia de Crianças, foi o *Tratamento das Coxalgias*. Trabalhou na clínica da Santa Casa de Misericórdia e no serviço de imigração como médico da Hospedaria de Imigrantes. Foi diretor do Instituto Vacinogênico de São Paulo de 1893 a 1913 e sócio fundador da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo em 1895, sendo seu presidente entre 1901 e 1906. Sua figura está de tal forma associada à Faculdade de Medicina de São Paulo, instituição que

¹¹⁷ KEHL, Renato. In: ANNAES DE EUGENIA, “Conferência de Propaganda Eugênica”, 13 abr. 1917, p.79. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

¹¹⁸ Sobre a relação da Liga Nacionalista e o jornal paulista, ver o texto de MEDEIROS, Valéria Antonia. *O Jornal O Estado de São Paulo como principal divulgador das propostas educacionais da Liga Nacionalista de São Paulo (1916-1924)*. Disponível em <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/282ValeriaAntoniaMedeiros.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2008. Aliás, está para ser escrito um trabalho que investigue as relações dos intelectuais sanitaristas e eugenistas com a grande imprensa da época. Vale lembrar que além da intensa produção jornalística de Kehl, os livros *O Problema Vital*, de Lobato, e o *Saneamento do Brasil*, de Penna, foram originalmente artigos veiculados nos jornais *O Estado de São Paulo* e *Correio da Manhã*. Ver também MORAES (1983).

ajudou a criar, sendo seu diretor de 1913 a 1920, que ela foi chamada de “a Casa de Arnaldo”.¹¹⁹ Faleceu em 1920.

Carvalho era membro do grupo dirigente da Liga Nacionalista (1916-1924). Eram bastante evidentes as ligações dos grandes jornais com a Liga Nacionalista de São Paulo. Fundada em 1916, esta agremiação tinha entre seus objetivos principais a erradicação do analfabetismo, a instituição do voto secreto e a obrigatoriedade do serviço militar. Contudo, grande parte das suas atividades estava marcada por ações educativas para formar um brasileiro novo para a pátria brasileira. O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou os estatutos e a relação dos diretores e conselheiros, bem como nas suas páginas encontramos as atas das sessões das assembléias e do conselho deliberativo da Liga Nacionalista. Nesse sentido, o periódico tornou-se um verdadeiro porta-voz e arquivo da Liga Nacionalista.

Mas, que interesses teriam movido os dois empresários americanos quando procuraram Kehl, convidando-o para proferir uma palestra? Segundo as fontes, foi Kehl quem escolheu o tema da eugenia. Os homens concordaram. Realizada na Associação Cristã de Moços, em abril de 1917, a conferência *Eugenia* foi publicada na íntegra nas páginas do *Jornal do Commercio* (edição paulista). O tema teve mesmo uma boa aceitação e repercussão. Sendo esse texto apontado pelos membros do campo e por pesquisadores como o “Manifesto Eugenista” no Brasil. Em correspondência de Lobato para Kehl, ele manifestou-se dizendo que “sentia-se envergonhado por só agora travar conhecimento com um espírito tão brilhante como o teu untado para tão nobres ideais e servido, na expressão do pensamento, para um estilo verdadeiramente eugênico pela clareza, equilíbrio e rigor vernacular.”¹²⁰ Kehl declarou em suas memórias, que por essa ocasião, ele teria ficado convencido da necessidade de divulgar o ideário eugênico para o público brasileiro. Certamente o clima nacionalista e o movimento sanitarista teriam motivado o médico a implementar a propaganda eugênica. A partir desse momento, ele trabalharia incessantemente pela implantação da Eugenia: “Cremos na vitória da eugenia. Quando as reformas eugênicas forem uma realidade, o que talvez se dará daqui a algumas gerações, então os homens serão formados de um físico e de uma moral perfeitos.”¹²¹

¹¹⁹ Sobre instituições e médicos paulistas, ver TEIXEIRA (2007).

¹²⁰ Carta de Lobato a Kehl. São Paulo, 06 abr. 1918. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

¹²¹ KEHL, Renato. In: ANNAES DE EUGENIA, “Conferência de Propaganda Eugênica”, 13 abr. 1917, p.79. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz. No volume ANNAES DE EUGENIA editado por Monteiro Lobato, estão enfileirados textos da Sociedade Eugênica de São Paulo, além da palestra de Kehl na ACM. Sob o título de

Em dezembro de 1917, como desenvolvimento da repercussão da palestra e com o objetivo de discutir a possibilidade de alteração do código matrimonial civil brasileiro, um grupo de médicos reuniu-se na Santa Casa de Misericórdia. Existia uma proposta de mudança legal do casamento, antes proibido, de pessoas com laços sanguíneos. Por exemplo, entre tios e sobrinhas. Devido aos debates e à intensa polêmica, o eugenista Kehl, presente à ocasião, pediu a palavra e propôs a criação de uma associação voltada para as discussões de saúde, hereditariedade e eugenia.¹²² Assim, no primeiro dia de dezembro de 1917, foi lido um ofício durante a sessão ordinária da Sociedade de Medicina e Cirurgia comunicando a iniciativa de reunir em torno de uma agência política os interessados em discutir a Eugenia. Segundo consta, tanto a participação como o discurso de Renato Kehl foi muito bem recebido e aplaudido. Poucas semanas após, no início de 1918, Kehl enviava uma carta aos médicos paulistanos e também do interior do Estado de São Paulo, convidando-os a comparecerem aos salões da Santa Casa, onde uma outra sociedade muito importante para o campo também se reunia - a Sociedade de Medicina e Cirurgia-, para tratar da fundação de uma nova liga nacionalista e médica. A primeira sessão da associação de eugenistas aconteceu às 20:30h do dia 15 de janeiro de 1918. Ao salão nobre da Santa Casa, futura sede da sociedade, compareceram médicos e membros da intelectualidade paulistana. Na tradicional instituição, Kehl convocou a todos para auxiliarem na tarefa de moldar as gerações futuras.

Dessa maneira, após a publicação da palestra realizada na ACM, Renato Kehl passou a congregar intelectuais de diversas origens, quase todos médicos, para o debate em torno da construção da nacionalidade brasileira. Desse empenho nasceu a Sociedade Eugênica de São Paulo, cujos objetivos eram: os estudos sobre hereditariedade, educação higiênica e sexual, casamentos, leis de imigração, tratamento dos doentes e encarceramento dos indivíduos portadores de patologia graves. Participaram dessa sociedade como diretores e fundadores: Presidentes Honorários, Belisário Penna, Amâncio de Carvalho e Agostinho José de Souza Lima. Também Arnaldo Vieira de Carvalho (primeiro presidente); Olegário Moura e Luiz Pereira Barreto (vices-presidentes); Renato Kehl (secretário geral); Fernando de Azevedo (primeiro secretário); T.H. Alvarenga e Xavier da Silva (segundos secretários); Argemiro

“Conferência de Propaganda Eugênica” está publicada o discurso que é considerado o marco fundador da Eugenia no Brasil.

¹²² Em diversas passagens, Kehl manifestou desagrado pela atuação contrária da Igreja Católica à eugenia. A resistência ficaria registrada na *Casti Connubii*, uma encíclica promulgada pelo Papa Pio XI em 1930. Ela reiterava a santidade do matrimônio e proibia o uso de qualquer forma artificial de controle da natalidade e afirmava a proibição do aborto. Explanava sobre a autoridade da Igreja em questões morais e advogava a cooperação entre o poder civil e a Igreja. Essa posição oficial refletir-se-ia na trajetória da eugenia nos países católicos.

Siqueira (tesoureiro-arquivista); Arthur Neiva, Franco da Rocha e Rubião Meira (comissão consultiva). Pertenciam ao quadro de associados nomes como Oscar Freire, João Carlos de Macedo Soares e Bernardo de Magalhães, dentre outros.

A Sociedade Eugênica de São Paulo encerrou suas atividades em 1919, ocasião em que Renato Kehl passou a residir no Rio de Janeiro. Kehl, depois integraria a Liga Brasileira de Higiene Mental.¹²³ Embora de curta duração, a sociedade de eugenistas realizou intensa propaganda, publicou seus anais e assessorou a criação de outras sociedades eugênicas na América Latina, bem como, em conjunto com a Liga Pró-Saneamento do Brasil, publicou o livro *O Problema Vital*, de Monteiro Lobato, em 1918, cujo prefácio é de autoria de Renato Kehl. As duas instituições (A Liga Pró-Saneamento do Brasil e a Sociedade Eugênica de São Paulo) foram criadas no intervalo de poucas semanas. Era um momento do país em que a questão racial aparecia como central. Mais tarde, em 1931, mais uma vez sob a coordenação política e administrativa de Kehl, seria fundada outra agência extremamente importante, a Comissão Central Brasileira de Eugenia. Através dela, os intelectuais desse grupo, procuraram influir mais fortemente nas políticas públicas, que deveriam ser orientadas pelo ideário eugênico.

Intelectuais do Rio e São Paulo atuaram na Sociedade Eugênica de São Paulo. Belisário Penna, Agostinho Jose de Souza Lima, Arthur Neiva, Franco da Rocha, Afrânio Peixoto, Juliano Moreira, Vital Brazil, Fernando de Azevedo e outros importantes nomes da medicina e educação eram os principais nomes, mas completavam a lista de membros, atores sociais como o Senador da República Alfredo Ellis, além de intelectuais estrangeiros, o eugenista peruano Henrique de Paz Soldan e o argentino Victor Delfino. A sociedade de eugenistas afirmava ser uma organização científica de estudos sobre a eugenia, tendo por finalidade a análise das questões de hereditariedade para a melhor reprodução da espécie humana. Associando-se aos ideais nacionalistas, crescentes no período após a Primeira Guerra, os eugenistas da Sociedade Eugênica de São Paulo proclamavam-se como os portadores das respostas que levariam o Brasil, sob o auxílio da eugenia, ao rumo do progresso e da civilização. Muitas reuniões foram realizadas nos salões da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e dezenas de artigos publicados na imprensa diária e nos periódicos.

¹²³ Em REIS (1994), podemos ver que a participação dos médicos psiquiatras foi tão ou mais intensa que dos demais profissionais. A bibliografia acadêmica sobre eugenia tem valorizado a participação dos sanitaristas e negligenciado a presença dos outros profissionais.

No final do ano de 1919, apesar do entusiasmo criado com o debate provocado pelas inúmeras associações médicas e nacionalistas, proporcionando a publicação de obras, onde intelectuais como Olavo Bilac, Belisário Penna, Monteiro Lobato, Lima Barreto¹²⁴ e demais debatiam as causas e os remédios para curar o Brasil, a sociedade de eugenistas foi extinta. A bibliografia existente aponta duas causas: a ida de Renato Kehl para o Rio de Janeiro e a morte de Arnaldo Vieira de Carvalho. Fatos, que sem dúvida, provocaram um vazio, especialmente devido à capacidade política de Kehl. Com a extinção da Sociedade, os textos, artigos e conferências foram reunidos num volume editado com o título de “*Annaes de Eugenia*”. Organizados por Renato Kehl e publicados por Monteiro Lobato, eles representam o primeiro conjunto documental importante onde é possível avaliar o rumo das idéias eugenistas. Reuniram-se mais de uma dezena de textos, inclusive a palestra inicial de Kehl, onde a nova ciência foi saudada como o novo e milagroso remédio para os males do Brasil.

Não seria a transferência de Kehl para o Rio de Janeiro que causaria um resfriamento do ardor eugênico. O campo eugênico já estava suficientemente organizado. Além de encontrar na cidade maravilhosa, abrigo profissional junto ao Serviço de Profilaxia Rural, Kehl participaria, em 1923, da fundação de uma outra associação, reunindo intelectuais de variadas origens e categorias profissionais, embora estivesse muita bem representada pelos médicos psiquiatras: a Liga Brasileira de Higiene Mental. A LBHM foi criada pelo psiquiatra Gustavo Riedel, após uma viagem como representante brasileiro a um congresso Médico Latino-Americano em Havana, em 1922. Aliás, a área médica psiquiátrica também estava suficientemente organizada. Prova disto, são as dezenas¹²⁵ de agências políticas promovendo a eugenia e a psiquiatria. Quase todas editaram periódicos importantes e alguns continuam correntes, dando testemunho da relevância desse setor dentro do campo. Vários intelectuais, ligados a área psiquiátrica, participaram das ligas nacionalistas ou das congêneres ligas sanitaristas e eugenistas. Entre os nomes da Liga Brasileira de Higiene Mental, criada no Rio de Janeiro, em 1923, destacamos o próprio Juliano Moreira (diretor do Hospital Nacional dos Alienados), Gustavo Riedel, Renato Kehl, Carlos Chagas (diretor do Instituto Oswaldo Cruz), Afrânio Peixoto, Miguel Couto (Presidente da Academia Nacional de Medicina) e Roquette-Pinto (antropólogo, médico e Diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro).

¹²⁴ No livro *A Vida de Lima Barreto*, do literato Francisco de Assis Barbosa, consta uma curiosa e reveladora informação. Após sua morte, realizou-se um inventário de sua biblioteca de 800 volumes. Lima Barreto havia listado seus livros e revistas. Em meio a periódicos franceses, obras de Balzac, Descartes, Machado de Assis e outros, surgem os trabalhos de Lobato e Penna, respectivamente os livros *Urupês* e *Saneamento do Brasil*.

¹²⁵ No anexo A, listamos alguns exemplos. E no anexo B, inserimos os artigos mais importantes escritos por Renato Kehl nos periódicos dessas associações. Incluímos, também, os textos de Octavio Domingues no *Boletim de Eugenia*.

As condições precárias de saúde e pobreza; a entrada perigosa de idéias alienígenas (liberais, anarquistas, comunistas) no Brasil, os vícios e costumes corrompendo os jovens e as mulheres; enfim, de uma forma ampla, o mundo que se anunciava, moderno e industrial, era esperado e cobiçado, no entanto, alguns de seus produtos, resultados da tensão entre as forças do capital e do trabalho ou advindos de um modo de vida mais cosmopolita, causavam preocupação, temor e eram indesejados. Kehl e os outros eugenistas mostravam-se visceralmente críticos dos novos hábitos, identificados como fatores disgênicos:

As cidades populosas representam os piores focos disgênicos, ao contrário das pequenas cidades onde a vida corre sem tantos riscos e misérias (...) Daí a hiperexcitação de nossa época de cinemas, tangos, de bolinas, de vestidos transparentes, da exacerbação neuropática da maioria dos habitantes das capitais. Daí o crescente das doenças sociais, dos vícios, que abreviam a vida, degeneram a raça, infelicitam a humanidade. (KEHL, 1920:24).

É nesse cenário de um projeto para a nação, no qual o ideal de povo servia como parâmetro e ocupava um lugar de destaque na condução dos debates, que os novos conhecimentos psiquiátricos começavam a difundir-se no Brasil por um segmento expressivo da intelectualidade nacional. Esses saberes entusiasmavam os profissionais médicos na medida em que lhes oferecia uma interpretação sobre o homem que abrangia, a um só tempo, uma teoria dos distúrbios psíquicos, um método de investigação e uma modalidade de terapia.

3.3 Instituições, Intelectuais e Periódicos

Após a Primeira Guerra Mundial, no contexto nacional, deu-se o surgimento de movimentos que, problematizando o conceito de nacionalidade, enfatizavam a questão racial (principalmente em respeito ao progresso do Brasil e às perspectivas de branqueamento), atribuindo às condições de saúde das populações papel relevante. Esses grupos se organizaram em ligas, reunindo políticos, médicos, cientistas, educadores e empresários.¹²⁶ Nesse processo de construção de uma nova ordem nacional em que a concepção que via nas doenças um problema crucial para a construção da nação vai-se tornando hegemônica, a

¹²⁶ Além do surgimento de especialistas da arte de cuidar da vida, os pediatras, ginecologistas e obstetras, era crescente o mercado de laticínios e produtos farmacêuticos dirigidos às mães e as crianças. Ver a tese de mestrado de Cynthia Fevereiro Turack. Com o título de *Mulher-Mãe: representações femininas no periódico A Mãe de Família (1879-1888)*, a autora demonstra as articulações dos médicos com a pequena e embrionária indústria médica e farmacêutica. O mesmo profissional que no jornal publicava um artigo recomendando determinado produto, também o recomendava aos pacientes nos poucos consultórios existentes. Além, é claro, de publicar, no mesmo veículo, um anúncio do seu serviço para a possível clientela. (TURACK, 2008).

ciência e, mais especificamente, as ciências biológicas desempenhariam um papel fundamental.

Muito mais do que um fenômeno isolado, a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) representou o surgimento de um espaço político, onde diversos intelectuais nacionalistas responsáveis pela criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1920, reuniram-se e formaram um grupo influente com ênfase na eugenia. Esse movimento explica o elevado número de organizações, autores e publicações eugenistas no período. A LBHM foi fundada no Rio de Janeiro, em 1923, tendo à frente o médico Gustavo Riedel. A Câmara dos Deputados, pelo Decreto nº 4.778 de 27 de dezembro de 1923, a reconheceu como de utilidade pública. Em 1924, foram concedidas as primeiras verbas. No ano seguinte, esse auxílio viabilizaria o programa de prevenção das doenças mentais. Recebendo auxílio financeiro dos sócios e verbas públicas do município e do governo federal, a Liga Brasileira de Higiene Mental se consolidaria como uma das mais importantes associações dos intelectuais médicos. Figuravam entre seus integrantes nomes como Carlos Chagas, Miguel Couto, Roquette-Pinto, Henrique Roxo e Afrânio Peixoto. Em 1925, a LBHM lançou o periódico *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental (ABHM)*. Em seu primeiro número, encontram-se publicados os estatutos da associação. A publicação do periódico dava cumprimento aos estatutos, que previa, para a realização dos seus objetivos, a edição regular de uma revista pela instituição. De acordo com diversos autores (COSTA, 1980; ENGEL, 2001; REIS, 1994) a LBHM representou o papel de instituição mais expressiva do campo psiquiátrico e eugenista nos anos 20 e 30. Dirigida por psiquiatras e integrada por médicos, juristas e educadores, tornou-se o grande veículo de propaganda a favor da higiene mental, participando ativamente da construção de um projeto preventivo da sociedade que, pela via eugênica, visava atender às exigências daquela conjuntura.

É importante notar que o quadro de membros da LBHM possuía políticos e empresários. Dessa agência, participavam, além do Presidente da República, Arthur Bernardes; três Ministros de Estado, Félix Pacheco, João Luiz Alves e Pires e Albuquerque; dois Senadores, Conde de Frontin e José Euzébio; dois Deputados, Carlos Maximiliano e Clementino Fraga; o Prefeito do Distrito Federal, Alaor Prata; dois Conselheiros Municipais, Cesário de Mello e Mário Piragibe e membros representantes dos industriais, Guilherme Guinle, Affonso Vizeu e Antônio Gomes Pereira. Seus líderes mais influentes foram Juliano Moreira, Ernani Lopes e Gustavo Riedel, sendo este último fundador da LBHM e seu primeiro presidente. Além desses, Henrique Roxo, Plínio Olinto, Mauricio de Medeiros,

Afrânio Peixoto e Faustino Esposel são apontados como dirigentes das primeiras campanhas em favor da profilaxia das doenças mentais. Afrânio Peixoto e Carlos Penafiel são especialmente citados por suas atuações na Câmara Federal dos Deputados.

Para Reis (1997:07), a LBHM constituiu-se como a associação central da psiquiatria na formulação de um projeto ampliado de intervenção social. Um ponto merece destaque. Com sede no Rio de Janeiro, a LBHM erigiu-se como centro irradiador, uma espécie de matriz a partir da qual emergiram ligas regionais, como, por exemplo, a de São Paulo (Liga Paulista de HM), a do Rio Grande do Sul (Liga Rio-grandense de HM) e a de Pernambuco (Liga Pernambucana de HM). O seu periódico (ABHM) era o órgão oficial de propaganda dos princípios da Higiene Mental, além de ser o instrumento de intercâmbio político e intelectual, não só em âmbito regional, mas também em escala nacional e internacional. Nesse sentido, o periódico circulava em todos os estados, levando as opiniões dos intelectuais da área médica e psiquiátrica, além de exercerem uma função irradiadora internacional estabelecendo relações com as principais sociedades científicas do mundo. Entidade de cunho civil e reconhecida como de utilidade pública, a sociedade funcionou, inicialmente, com uma subvenção federal e ajuda de filantropos; posteriormente, contava também com a venda de anúncios publicados nos *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*.

Reunindo o pensamento dos nomes da Liga e da psiquiatria brasileira da época, esse periódico consistiu em instrumento fundamental para “consecução dos seus objetivos (...), destinado, sobretudo a orientar os que desejem colaborar na campanha pela higiene mental”, constituindo-se “não só como um repositório do que se publique em nosso meio, ou alhures, mas também, se possível, um núcleo de atração de prosélitos, no amplo domínio dessa Higiene Mental, que com justo direito aspira tornar-se a moral universal de amanhã.” (ABHM, 1925: Editorial). O editorial de outubro de 1929 é ainda mais incisivo:

Os Arquivos, como órgão oficial da Liga Brasileira de Higiene Mental, têm uma grande e nobre missão a realizar: órgão de doutrina e de combate, eles se propõem a abrir, em nosso meio, a senda por onde possam enveredar, crescer e frutificar os ideais de higiene mental e eugenia, que consubstanciam o programa daquela Instituição. (LBHM, 1929)

Os ABHM constituem uma importante fonte documental, incluindo artigos, resenhas, relatórios, atas de reuniões e congressos, para conhecimento e análise dos discursos e práticas produzidos pela LBHM. Luta antialcoólica, combate à sífilis, controle da imigração, educação higiênica, profilaxia mental e assistência aos alienados eram alguns dos temas recorrentes, sendo que a forma de abordagem podia variar de acordo com a conjuntura e os interesses

políticos em jogo. Os Arquivos começaram a serem publicados em março de 1925, havendo nesse ano a edição de dois números. Devido ao corte da subvenção federal, ficaram três anos fora de circulação, retornando em 1929. Houve uma relativa regularidade até 1935, quando então ocorreu nova interrupção (1936-37), restabelecendo-se a edição de 1938 a 1947, com os anos de 1945-46 condensados em um único número. Não havia uma periodicidade definida. Em bom trabalho sobre a LBHM, o historiador REIS (1994) destaca a perfeita adequação dos objetivos da Liga com os desejos dos eugenistas de transformar a sociedade brasileira por meio da ação política dos intelectuais e da aplicação de suas idéias sobre o uso da coerção e educação pelo Estado. Reis explica dizendo que desde o início do século XX os médicos psiquiatras desejavam a criação de um “instituto” destinado ao estudo e profilaxia das doenças mentais. Assim, a LBHM representou para os psiquiatras e demais eugenistas, a chance para divulgar a eugenia e sua missão regeneradora e salvadora, inserindo-a em seus discursos e projetos institucionais nacionalistas.

Mas, à eugenia nunca faltou espaço. Ela encontraria vários abrigos políticos, institucionais e culturais. Durante os anos 20, 30 e 40, os profissionais ligados às mais diversas áreas ficariam seduzidos pela nova ciência que prometia a “cura da raça”. Ou, ao menos, o seu branqueamento. Intelectuais médicos como Afrânio Peixoto, Roquette-Pinto, Belisário Penna e outros entusiasmaram-se com a possibilidade da criação de áreas interativas da Eugenia com a Antropologia, a Medicina e a Educação. No caso da medicina legal, foi grande o interesse com os métodos de identificação, estudo dos comportamentos e a prevenção dos crimes. Todavia, há que se concordar com o alerta dado por COELHO (1999). Esse autor registra que não devemos nos impressionar com a idéia (para ele, equivocada) de uma história despojada de sua temporalidade, forjando um esquema evolutivo no qual a medicina ou o sanitarismo ou mesmo o eugenismo estariam evoluindo de um estágio a outro. As narrativas dos intelectuais muitas vezes nos fazem crer em autênticas revoluções. Não que os movimentos nos quais os atores sociais atuaram tenham sido obras de ficção, invenções de memorialistas ou de pesquisadores. Trata-se de suspeitar que, muitas vezes, avaliamos como total o poder dos médicos e de suas idéias de dominação da sociedade. Os próprios heróis dessas jornadas descreveram com bastante romantismo os seus feitos¹²⁷. Coelho indaga aos

¹²⁷ “(...) não deixando por menos ao descrever os eventos com expressões tais como a ‘operação de guerra’ contra os cortiços, a ‘guerra de picaretas’ do Doutor Barata Ribeiro que teria acabado com os casarões infectos, a enorme repercussão da conferência de tal ou qual higienista mais ou menos proeminente e assim por diante”. (COELHO: 1999, 142).

que crêem nesse poder total dos médicos, chamando atenção para a relatividade e diferenças entre os discursos e a prática:

Alteraria seus modelos de análise dizer-lhes que em 1934 registraram-se no Distrito Federal, escassas 20 matrículas no Curso de Higiene e Saúde Pública, não mais do que 71 em todo o Brasil? Que por essa mesma época, e não obstante a mitologia construída em torno do Dr. Nina Rodrigues, a medicina legal era uma mera seção e os médicos legistas, obscuros burocratas das delegacias policiais? É razoável supor que no prazo de um século digamos de (1822 a 1922) a intrincada trama da história tenha sido enriquecida com inúmeros episódios surpreendentes e que seu desenvolvimento tenha sido truncado em uma ou outra cena por descontinuidades (...) (COELHO, 1999:144).

No Brasil, em meados do século XIX, o tratamento da loucura sofreu uma mudança compatível com as exigências “modernizadoras” das principais cidades brasileiras. Durante as primeiras décadas do século, segundo o relatório de 1830 da Comissão de Médicos da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, os doentes mentais faziam parte da paisagem urbana da cidade e conviviam, entre sentimentos de aceitação e rejeição com a população (Machado, 1978; Engel, 2001). Articulado com a expansão do saber psiquiátrico, que desde o final do século XVIII possuía no hospício um espaço destinado à reclusão dos loucos, o alienismo brasileiro ampliou-se, na segunda metade do século XIX, num contexto de crescimento urbano e num quadro de mudanças políticas e econômicas que afetavam todos os segmentos sociais. A preocupação com a loucura instalou-se sob um ideal de “higienização” que permitia aos médicos intervir nas várias esferas da sociedade, buscando eliminar os perigos associados ao desenvolvimento dos centros urbanos.

A teoria da degenerescência teve como um dos seus formuladores o alienista francês Auguste Morel que, em 1857, publicou o seu *Traité de dégénérescences*, resultado da observação que havia feito dos pobres da França. Apoiando-se nas ciências biológicas, a análise da degeneração supõe uma progressiva debilitação dos homens a partir de um ascentral, cuja transmissão de elementos nefastos aconteceria hereditariamente. Entretanto, essa deficiência também poderia ser adquirida durante a vida por influências nocivas: tuberculose, sífilis e alcoolismo. Uma vez instalada, a degeneração seria transmitida às gerações seguintes.

O “tratamento moral” e o “isolamento terapêutico” eram princípios básicos da psiquiatria da primeira metade do século XIX. O primeiro supunha uma pedagogia normalizadora, com normas e rotinas, de maneira que o interno estivesse envolto numa ordem

que controlasse sua existência, condição para a eliminação do delírio e, assim, de sua cura. O asilo tornava-se imprescindível, dadas suas condições favoráveis à implantação de uma tecnologia da ordem. No caso brasileiro, a aplicação desses princípios obedeceu a uma razão peculiar. Em São Paulo, por exemplo, segundo Cunha (1986), foi somente com a ascensão de Franco da Rocha à direção do Hospício de Alienados desse Estado no período republicano, que a idéia do hospício como espaço clínico dedicado ao tratamento ganhou fôlego. Isso num contexto em que o hospício na Europa estava sendo questionado, pelo menos enquanto uma maneira privilegiada de intervenção psiquiátrica e novas concepções impunham outras formas de tratamento da doença mental.

O enfoque teórico assumido pelos alienistas brasileiros caracterizava-se pelo ecletismo. Recebeu influências do alienismo clássico do século XVIII, centrado no tratamento e no modelo asilar propostos por Pinel, da teoria da degenerescência de Morel e da discussão sobre hereditariedade que desenvolveu-se a partir dessa teoria. Os trabalhos de Reis (1994) e Engel (2001) identificam essa tendência. Inicialmente, atribuíam-se pouca atenção às experiências da psiquiatria brasileira. Foi somente no início do século XX, que passou-se a considerar características específicas da formação social brasileira e os problemas observados nos asilos brasileiros foram mais explorados. Aumentava a intervenção dos intelectuais alienistas em vários campos da vida social nacional, sendo freqüente a participação nas áreas do direito, da educação e da saúde.

Esses textos apareceram, primeiramente, em periódicos médicos gerais como, por exemplo, o *Brazil-Médico*. Mas, logo surgiram inúmeras publicações, quase todas oriundas de associações políticas, culturais e profissionais. Em 1905, surgiria o primeiro periódico especializado da área: os Arquivos Brasileiros de Neuriatria, Psiquiatria e Ciências Afins. Em relação à população, propunham intervenção nos indivíduos que, por sua condição econômica, física, racial ou social eram suspeitos de serem portadores de perigosas degenerescências: alcoólatras, vadios e anarquistas. Essa perspectiva higienista, que expandia a vigilância do indivíduo para a sociedade, apesar de sua amplitude, ainda tinha no espaço restrito do hospício seu suporte fundamental.

Na Europa, do final do século XIX, o modelo asilar que considerava os hospícios como espaços destinados à regeneração dos ausentes de razão era alvo de críticas. No Brasil, todavia, esse modelo ainda estava bastante consolidado. No Rio de Janeiro, pela metade do século, havia sido criado o Hospício Pedro II, que se manteve, até 1890, nas mãos da Santa

Casa de Misericórdia. Esse fato provocava descontentamento entre os alienistas, ansiosos pela centralização estatal de sua administração. Em São Paulo, surgiria, também na mesma época, o Asilo Provisório de Alienados, que se sustentaria com inúmeras dificuldades até a inauguração do tristemente famoso Hospício de Juquery em 1898 (Cunha, 1986). O hospício de Juquery foi fundado em 1898 por Franco da Rocha. Intelectual alienista e discípulo de Teixeira Brandão no Hospício Pedro II, ele assumiu a direção do estabelecimento paulista, escolhendo um modelo que congregava o hospício e uma colônia agrícola, uma “mistura” terapêutica considerada mais científica que o tratamento do asilo clássico. As características principais dessa instituição eram o trabalho (encarado como terapêutico), o interesse científico (como possibilidade de estudar vários tipos de doenças mentais) e o corporativismo (a constituição de um grupo de especialistas) agregados a um novo tipo de arquitetura manicomial e a novas práticas médicas, como a terapia dos banhos, a malarioterapia e o eletrochoque.¹²⁸

Vencidas as primeiras dificuldades, construído o asilo, obedecendo aos preceitos da psiquiatria, faltava-lhe a fundação de um periódico: *Memórias do Hospital de Juquery* foi publicado, pela primeira vez, em 1924. Em 1928, reapareceu com o título de *Memórias do Hospício de Juquery*, sendo regularmente publicado até 1933. Em 1936, passou a chamar-se *Arquivos de Assistência Geral a Psicopatas do Estado de São Paulo*. O objetivo da publicação era fazer com que os textos contribuíssem para a resolução dos problemas no campo da neuropsiquiatria. O periódico nascia como um veículo para ressaltar as conquistas da instituição.

A publicação das Memórias visa, ao lado dos problemas gerais, o estudo dos problemas que se relacionam particularmente com o nosso meio. A higiene mental muito tem preocupado a atenção dos psiquiatras, mas antes de colocar em prática medidas profiláticas, devemos conhecer as causas determinantes das psicoses.¹²⁹

Desafortunadamente, o mais relevante periódico do campo eugênico, criado em janeiro de 1929, o Boletim de Eugenia, sob a direção e propriedade do Dr. Renato Kehl, não mereceu ainda, um estudo à altura de sua importância. Embora, seja um periódico importantíssimo para analisarmos o período e tenha sido editado com regularidade, lamentavelmente, ainda é pouco investigado. Em seu primeiro número, apontava como seu objetivo explícito “auxiliar a campanha em prol da eugenia entre os elementos cultos e entre

¹²⁸ A malarioterapia consistia em provocar um choque no “paciente” mediante o aumento brutal de febre ocasionado pela provocação compulsória de Malária.

¹²⁹ PACHECO e SILVA. In: Memórias do Hospício de Juquery. São Paulo, 15 abr. 1924.

os elementos que, embora de mediana cultura, desejam também, orientar-se sobre o momentoso assunto”.¹³⁰ Com a proposta de disseminar informações e os ideais eugênicos para o maior número de pessoas, seu formato consistia em pequenos artigos científicos ao lado de outros de simples vulgarização, atendendo assim, por meio de uma linguagem simples e clara, a todos os que se interessassem pela eugenia. O Boletim de Eugenia foi a primeira publicação especializada com caráter periódico. Na publicação, a eugenia foi definida como uma ciência de melhoramento da espécie pela proteção das boas sementes e de seus portadores. Tratava-se, pois, de uma seleção dos seres humanos pela manutenção e melhoramento das boas linhagens. Era a ciência do aperfeiçoamento físico, psíquico e mental levando em conta as características hereditárias e as melhores formas de transmiti-las através das gerações.

Publicado entre 1929 e 1933, o Boletim de Eugenia circulou mensalmente nos primeiros anos e passou a ter circulação trimestral em 1932, quando tornou-se um suplemento da revista médica *Medicamenta* na edição de Junho/Julho de 1929, após o convite de Theophilo de Almeida, amigo dos tempos de faculdade de Renato Kehl e diretor da publicação médica. A tiragem do Boletim de Eugenia começou com 1.000 exemplares distribuídos gratuitamente mediante solicitação enviada para a caixa postal anunciada no periódico em nome de Renato Kehl. Ao se tornar suplemento da revista, sua tiragem aumentou porque o periódico passou a ser enviado também aos leitores da outra publicação que circulava por todo o Brasil. Para Kehl, isto representou uma ampliação da propaganda em prol da eugenia em função dos leitores da revista *Medicamenta*. A novidade foi veiculada através de um editorial de Renato Kehl. Nessa oportunidade, ele comunicava o oferecimento do colega Theophilo de Almeida, companheiro desde os tempos acadêmicos. Em relação a composição do periódico, suas edições iniciais (antes de se tornar parte da revista médica), continham 4 páginas; após a mudança, passou a circular com 8 páginas, duplicando seu espaço.

O grande objetivo de Renato Kehl e dos outros membros do eugenismo nacional era despertar mais interesses e preocupações com o estudo e a aplicação das questões da hereditariedade, descendência, influências do meio, o papel representado pela educação, comportamentos, controle da imigração, mestiçagem e demais fatores sobre a evolução dos seres humanos. Os temas dos artigos veiculados pelo Boletim de Eugenia versavam sobre os mais diversos assuntos como casamento, alcoolismo, exames pré-nupciais, catolicismo,

¹³⁰ KEHL, Renato. *Boletim de Eugenia*, Jan. 1929. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

maternidade, criminalidade e raça. Sem dúvida, para uma parte dos eugenistas e, em especial, Renato Kehl considerava que a nacionalidade brasileira dependia dos fatores educacionais e hereditários; esses elementos, juntos, representavam o que haveria de necessário para a construção de uma sociedade saudável e próspera.

Kehl formaria uma outra organização eugênica por volta do final dos anos 20. Porém, esta não prosperou, embora tenha sido um empreendimento dos eugenistas realizado no mesmo contexto temporal de duas iniciativas muito relevantes: a criação da Comissão Central Brasileira de Eugenia e a edição do próprio Boletim de Eugenia, o qual precedeu em alguns meses a fundação do Instituto Brasileiro de Eugenia que, fundado por iniciativa de Renato Kehl, não vingou. Desse instituto eugênico natimorto, participaram Ernani Lopes, Júlio Porto-Carrero, Murilo de Campos e Heitor Carrilho. Mas, o momento era pródigo em fatos em torno da eugenia. Um ano após a Revolução de 1930, Kehl foi criador e presidente da Comissão Central Brasileira de Eugenia. Formada no Rio de Janeiro tinha como objetivo intensificar a propaganda eugenista e convertê-la em doutrina orientadora dos projetos governamentais ligados à imigração, povoamento, educação e saneamento. A comissão possuía os seguintes membros efetivos: Eunice Penna Kehl (secretária, esposa de Kehl e filha de Penna), Belisário Penna, Gustavo Lessa, Ernani Lopes, Porto-Carrero, Cunha Lopes, Salvador de Toledo Piza Junior, Octavio Domingues, Achilles Lisboa e Pacheco Caetano Coutinho.¹³¹

Os artigos que compunham o Boletim de Eugenia eram ligados aos temas e aos objetos de estudo dos intelectuais que debruçavam-se sobre a psiquiatria, a medicina e eugenia. Do ponto de vista político tratava-se de alçar ao Estado a influência requerida. Tanto o Boletim de Eugenia quanto a Comissão Central veiculavam as idéias do movimento que unia médicos, sanitaristas, professores, juízes e comerciantes, além de outros personagens da sociedade brasileira. Naquela conjuntura, o objetivo mais imediato era propor diretrizes específicas ao governo. Dentro do espírito nacionalista predominante, todas as associações criadas, seja a Liga Pró-Saneamento do Brasil, a Liga Brasileira de Higiene Mental, a Sociedade Eugênica de São Paulo ou a Comissão Central Brasileira de Eugenia, lutavam para a suplantação dos modelos deterministas que, desde o século XIX, consideravam inviável o ingresso do Brasil no rol das nações civilizadas. A Liga Pró-Saneamento, especialmente, rejeitava a explicação que apontava a composição étnica e a miscigenação racial como fatores que contribuíam para a miséria e para as endemias que assolavam o país. Mas, para a maioria

¹³¹ Alguns desses nomes eram representantes da chamada vertente mendelista.

dos eugenistas e sanitaristas nacionais, a conjugação saneamento-eugenia-educação seria imbatível para a criação de uma nação moderna e saudável. Mas, era necessário ir além dessas considerações. Havia chegado a hora de propor e exigir do governo que as leis eugenistas fossem criadas e obedecidas.

Vale destacar que o prestígio da eugenia nas faculdades de medicina era crescente. Inúmeros textos surgiam. Kehl, em sua conferência, no Congresso de 1929, listou mais de 40 trabalhos, entre livros, teses e artigos sobre a nova ciência¹³². Um fato, extremamente importante, é negligenciado: inúmeras instituições políticas foram criadas em prol das mudanças requeridas. A historiografia sobre eugenia no Brasil e a literatura especializada sobre saúde pública e medicina social, não observam que essas agências, onde os cientistas, professores, políticos e funcionários públicos reuniam-se, expressavam os desejos dos grupos sociais. Comumente, os atores, instituições e periódicos dos sanitaristas e eugenistas não são vistos como expressões de vontades coletivas organizadas em disputa pela imposição de um projeto hegemônico. Situação e conceitos muito bem definidos pela historiadora Sonia Mendonça, quando ela destacou a interação entre intelectuais, aparelhos privados e a noção de Estado Ampliado:

Mas, para tanto, é indispensável que o sujeito coletivo organizado junto a este ou aquele aparelho privado de Hegemonia -donde a importância fundamental dos intelectuais - busque inserir seus representantes junto à sociedade política, deixando entrever o quando a noção de Estado Ampliado, além de altamente dinâmica, é coerente ao espectro das lutas de classes que, ininterruptamente, constituem tanto a ‘Sociedade’ quanto o estado restrito. (MENDONÇA, 2005: 11).

Contudo, outros e importantes periódicos foram criados. Dentre esses, os Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins. Esse veículo das idéias eugenistas adotaria outros nomes: Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal e Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria. Fundado em abril de 1905 por iniciativa dos médicos Juliano Moreira e Afrânio Peixoto, foi publicado pelo Hospício Nacional de Alienados. Sua periodicidade era trimestral. Seu quadro de intelectuais colaboradores contava com os nomes de Teixeira Brandão, Miguel Couto, Henrique Roxo, Carlos Penafiel e Franco da Rocha, para citar alguns dos mais expressivos.

Em 17 de Novembro de 1907 era fundada na Academia Nacional de Medicina, na cidade do Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal.

¹³² Neste inventário, Kehl ignorou os trabalhos mais identificados com a “eugenia mendeliana”.

Por proposta de Juliano Moreira, foram designados os membros Afrânio Peixoto, Henrique Roxo e Carlos Eiras para elaborarem os respectivos estatutos da Sociedade, ficando deliberado que os Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins seria o periódico de representação daquela associação. O periódico estabeleceria as relações científicas entre os psiquiatras, neurologistas e médico-legistas do Brasil. Da apresentação escrita por Juliano Moreira e Afrânio Peixoto:

Os Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins, destinam-se a registrar as contribuições nacionais a estes estudos e noticiar o movimento destas especialidades médicas no mundo culto. Em geral, as publicações brasileiras desaparecem precocemente, mais por falta de quem as escreva, que de quem as leia. Para rebater essa ameaça, contamos com a colaboração de mestres e estudiosos nesses departamentos científicos e, mais ainda, cuidamos que uma publicação deste gênero dará estímulo aos que dele necessitarem e encaminhará para ela os estudos esparsos pelas revistas médicas do país.¹³³

A partir de 1919, a diminuição da ajuda oficial imposta por política governamental, comprometeu a impressão nas oficinas tipográficas do Hospício Nacional de Alienados, abalando, assim, sua periodicidade trimestral. Em virtude disso, seus diretores optaram por alterar o título para Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria, mas sem, contudo, manter sua periodicidade, visto que as determinações governamentais impediam manter aquele ritmo. No primeiro volume editado com o título de Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria, referente ao segundo trimestre de 1919, encontram-se as Atas da Sessão da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal realizada em 27 de março daquele mesmo ano e a determinação de que diante das dificuldades, o grupo de médicos constituído por Juliano Moreira, Ulisses Vianna, Faustino Esposel, Heitor Carrilho e Waldemar de Almeida publicasse sob responsabilidade própria, os Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria. Sua composição era de artigos, notícias, boletins da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal e resenhas, deixando transparecer um desenvolvimento crescente de estudos nas áreas de psiquiatria e medicina legal. Até o ano de 1955 continuou com a mesma designação – Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria – mantendo periodicidade regular, quando no mês de junho para comemorar os cinquenta anos da primeira edição, iniciou uma nova numeração. Na atualidade, continua a ser o órgão oficial de divulgação da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal.

¹³³ Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, Abril de 1905.

Esta intensa propaganda eugênica que possibilitou a criação de inúmeras associações e periódicos durante um longo período, veiculando a produção dos intelectuais, também propiciaria no ano de 1929, a realização do evento mais importante para o eugenismo nacional: o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Esse evento tratou de quase todos as questões pertinentes ao problema eugênico brasileiro: a esterilização compulsória e permanente; a regulamentação eugênica do casamento; o exame pré-nupcial; controle de nascimentos; problemas da imigração; luta contra os venenos da raça; o problema dos degenerados: alcoólatras, doentes e vagabundos. Enfim, foram estudados os temas mais variados. Porém, percebe-se que uma linha norteou as discussões no referido encontro eugenista, ultrapassando até mesmo as discussões sobre hereditariedade e educação: o nacionalismo. E, por conseguinte, que ações de política imigratória o Brasil deveria adotar? Deveria o país aceitar a entrada livre de estrangeiros ou criar uma série de restrições? E que impedimentos seriam esses? As questões raciais, supostamente prejudiciais à nacionalidade, prejudicariam a imigração de estrangeiros no país? Ou apenas as características individuais? Físicas ou mentais?

Eis aí, senhores, o que poderia dizer sobre a Eugenia no Brasil. Numa terra grandiosa, bela e rica como a nossa, tudo nos impõe o dever de sermos otimista, otimistas no bom sentido devemos frisar. Precisamos, portanto, nos congregar sob a bandeira de um ideal comum, para torná-la cada vez mais próspera e feliz. O ideal máximo seria o da regeneração eugênica do nosso povo – regeneração esta que pressupõe saúde, paz, justiça e educação. Precisamos vê-lo sob uma administração moralizadora e sinceramente patriótica. Só então poderemos ter maior orgulho de sermos brasileiros. Por enquanto nos envaidecemos do céu, da terra, das nossas riquezas inexploradas; precisamos nos ufanar de alguma coisa mais que não tenha sido dádiva da natureza – dos nossos empreendimentos, das nossas ações, do nosso valor como habitantes deste maravilhoso recanto da terra. Trabalhem, pois, para pôr moldura digna no grande quadro da natureza. (KEHL, 1929: 58).

A citação acima é parte das palavras ditas por Renato Kehl no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929 no Rio de Janeiro. Foi um momento importante para o movimento eugênico, pois as comemorações do centenário da fundação da Academia Nacional de Medicina trouxeram a Miguel Couto, Presidente da instituição, a oportunidade para que se convocasse a reunião. Sob o comando de Roquette-Pinto e secretariado¹³⁴ por

¹³⁴ Em sua correspondência, o eugenista deixa bastante evidente, que foi tomado de surpresa com a convocação do evento. Estava em viagem pela Europa, quando leu em jornais brasileiros que Miguel Couto havia anunciado, durante as comemorações do 99º aniversário da Academia Nacional de Medicina, que durante a passagem do centenário da instituição, se promoveria o Congresso de Eugenia. Ainda que em posição secundária, Kehl ocupou um espaço importante no Congresso. Correndo contra o tempo, terminou o livro *Lições de Eugenia*, para ser distribuído durante o evento. Recebeu fortes críticas e acusações por sua defesa intransigente da Eugenia e

Kehl, reuniram-se na primeira semana de julho, nos salões da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na Praia Vermelha, cerca de 200 pessoas, entre médicos, cientistas, jornalistas e políticos. Alguns temas dos trabalhos apresentados indicam o que era considerado objeto da eugenia: regulamentação dos casamentos, educação eugênica, proteção da nacionalidade, controle da imigração, campanhas antivenéreas, tratamento da doença mental, esterilização, além de vários temas ligados à infância, nutrição e maternidade. Na sessão inaugural, o antropólogo Roquette-Pinto expôs que até aquele momento a medicina¹³⁵ era responsável por resolver problemas de saúde. Mas, após a reunião de especialistas em eugenia, poder-se-ia exigir um melhor aproveitamento do patrimônio biológico e promover o aperfeiçoamento do homem.

3.4 Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929

Em sua conferência realizada no evento, Renato Kehl (1929:45) deixava claro que as características hereditárias herdadas geneticamente não deveriam ser desconsideradas em detrimento das condições que poderiam gerar caracteres a serem adquiridos. Analisando os documentos do congresso, observa-se que as teorias científicas adotadas, aparentemente opostas, se relacionavam. Não eram totalmente incompatíveis. É certo que havia mesmo discussões acaloradas do ponto de vista da validade da corrente escolhida, não sendo infrequentes as acusações mútuas de ausência de cientificidade da proposta do opositor.

No Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, Kehl realizou uma descrição da trajetória da eugenia no Brasil até a realização do evento, visto por ele como um acontecimento de grande importância para os caminhos da eugenia no Brasil dali em diante. Na sessão inaugural, Roquette-Pinto, presidente do congresso, destacava a preocupação da sociedade brasileira com as questões eugênicas salientando a presença no congresso não apenas de médicos, mas de outros profissionais interessados na eugenia. Declarando que as condições de saúde de um indivíduo recebidas de um antepassado constituía-se num processo importante e admitido pela medicina; contudo, apesar de anos de crença do domínio do meio sobre os homens, a medicina sozinha não podia resolver o problema da saúde da população porque um elemento era independente: a hereditariedade cuja responsabilidade deveria caber

pela posição totalmente contrária à miscigenação. Ainda, nesse período, começou a editar, no início do ano de 1929, o Boletim de Eugenia.

¹³⁵ Roquette-Pinto era médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

à eugenia. Para registrar a importância que conferia à nova ciência, Roquette-Pinto citava a discussão referente à falta de braços fortes e produtivos no Brasil para afirmar que era preciso aproveitá-los melhor aprimorando os homens existentes e promovendo condições de aperfeiçoamento da raça pela melhoria do patrimônio biológico da população brasileira.

Fróes da Fonseca proferiu a conferência “Os Grandes Problemas da Antropologia” destacando a importância da Eugenia para o futuro. Esse conferencista registrou os avanços da antropologia e descreveu estudos das descobertas biológicas sobre o desenvolvimento humano, enfatizando que as leis de Mendel eram necessárias para a compreensão da herança humana. Ele afirmou que a mestiçagem não era causa da degeneração do povo brasileiro assim como a raça não era condição de inferioridade. Encerrando, registrou com veemência a sua discordância com as conclusões racistas do livro de Renato Kehl, *Lições de Eugenia*, que estava sendo distribuído aos membros do Congresso.

Em sua conferência, Levi Carneiro¹³⁶ procurou colocar a eugenia e a educação no mesmo plano. Falou da hereditariedade como um mecanismo importante para compreender o desenvolvimento humano e citou autores que admitiam a possibilidade da hereditariedade das características adquiridas lentamente e após longa repetição. Assim, para Levi Carneiro, aumentava a relevância social da educação que teria o papel de manter a continuidade de características positivas através das gerações. A todo instante, mesmo quando referia-se às discussões empreendidas no Congresso em defesa da hereditariedade segundo os preceitos mendelianos (ou pelo menos minimizando o papel das ações educativas no aprimoramento dos indivíduos), Levi Carneiro entendia que parte dos fatores que comprometiam a raça (alcoolismo e doenças venéreas) resultava da ausência de educação. O conferencista afirmava que a educação possibilitava a compreensão do aperfeiçoamento da saúde da população. O que favoreceria a transmissão de aspectos saudáveis.

Lamarckistas e Mendelistas apresentavam suas idéias e afirmavam a eficácia das políticas defendidas. Mas, como era a coexistência das diferentes explicações e como os intelectuais se relacionavam? Considerando a importância conferida aos membros presentes, pode-se inferir que não havia desconhecimento ou má interpretação das teorias biológicas pela comunidade científica brasileira, mas debates, onde declarações, muitas vezes divergentes, foram discutidas e absorvidas. Também, pelas atas do Congresso, observa-se que

¹³⁶ Presidente da terceira seção do I Congresso Brasileiro de Eugenia: Educação e Legislação. CARNEIRO, Levi. “Educação e eugenia” In: Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. *Atas e trabalhos*. Rio de Janeiro: v. 01, 1929, pp. 107-116.

não havia desinformação sobre as diferentes propostas de aprimoramento científico das raças. Acreditamos, que, muito mais que divergências sobre o conhecimento teórico, o qual é sempre possível de ser ou não corroborado, havia uma disputa política muito menos orientada por discordâncias científicas, como talvez possam supor alguns historiadores da ciência¹³⁷. Mas, certamente, a busca por espaços científicos, políticos e culturais afetava o campo eugênico. Esse fenômeno foi muito bem definido por Bourdieu através da afirmação da ocorrência do *Consenso no Dissenso*. Adotamos esse conceito por entendermos que ele nos ajuda a compreender as relações e redes tecidas pelos intelectuais do eugenismo nacional.

Embora os homens (...) de uma determinada época possam discordar a respeito das questões que discutem, pelo menos estão de acordo para discutir certas questões. É, sobretudo através das problemáticas obrigatórias nas quais e pelas quais um pensador reflete que ele passa a pertencer a sua época podendo situá-lo e datá-lo (...) O desacordo supõe um acordo nos terrenos de desacordo, e os conflitos manifestados entre as tendências e as doutrinas dissimulam, aos olhos dos que deles participam, a cumplicidade em que implicam e que choca o observador estranho ao sistema. É preciso não confundir o consenso na dissensão (...) que constitui a unidade objetiva do campo intelectual de uma dada época – ou seja, a participação na atualidade intelectual – com uma submissão á moda. (BOURDIEU, 1999: 207).

Em junho de 1928, a Academia Nacional de Medicina, anunciava que passados doze meses seria realizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Quem lançava o evento? O prestigiado médico e presidente da Academia, Miguel de Oliveira Couto. Nascido no Rio de Janeiro no primeiro dia de maio de 1864, formou-se em medicina em 1885 com a tese intitulada *Da Etiologia Parasitária em Relação às Doenças Infeciosas*. Em 1891, sucedeu na Faculdade de Medicina ao Professor Francisco de Castro, na cadeira de Clínica Propedêutica. No ano seguinte, ingressaria também na Santa Casa de Misericórdia e em 1896, entraria como membro titular na Academia Nacional de Medicina. Nessa instituição, em julho de 1914, seria eleito presidente e depois sucessivamente reeleito até sua morte, em 1934. Membro da Academia Brasileira de Letras, ele elegeu-se para a Assembléia Constituinte em 1933. Dentro da Comissão de Saúde da Câmara Federal, sempre trabalharia por dois temas: a

¹³⁷ As pesquisas orientadas no intuito de desvendar as divergências científicas e teóricas têm se preocupado talvez demasiadamente com estes fatos. Tem sido sublinhado por esses estudos o desenvolvimento da eugenia no Brasil como uma resposta às preocupações intelectuais dos agentes sociais (escritores, governantes, jornalistas, cientistas) com o péssimo estado de saúde da população, com as condições sanitárias e a composição racial do país, além da atenção com a posição inferior do país no cenário internacional. Mas, talvez esteja ausente, a análise do receio, medo até, do povo, do populacho, do Zé-Povinho que andava pela rua, sem eira, nem beira. O processo de transformação intenso e originário da Abolição da Escravidão, da Proclamação da República, do desenvolvimento das relações sociais capitalistas modificou as maneiras de viver e pensar da sociedade.

educação e o controle da imigração. Em relação à primeira, defenderia que era a solução para os problemas do Brasil. Quanto à segunda, liderava a corrente que se opunha à entrada de imigrantes não europeus (do Norte), chegando a desenvolver uma grande campanha de oposição contra a vinda de japoneses para o Brasil. Sua posição estaria baseada não pela qualidade dos imigrantes, mas pelo temor do expansionismo japonês. Criticava o enquistamento étnico que os japoneses formavam, o que impediria sua assimilação ao país.

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia é mais que um divisor de águas. É um momento extremamente relevante para percebermos os contornos do campo eugênico. Dentre todas as palestras, duas provocariam variados comentários e muita polêmica: as participações de Renato Kehl e de Antonio José de Azevedo Amaral (1881-1942). Amaral foi marcado, entre outros fatos, por seu apoio ao Estado Novo (1937-1945). Apesar de muito identificado com o grupo de intelectuais, denominados nacionalistas e autoritários, dos quais se sobressaem, Oliveira Vianna e Alberto Torres, ele se difere, embora os componentes de seu pensamento sejam claramente percebidos nos demais. Enfim, como já destacamos, quase todos analisavam a crise republicana e apontavam a falência do Estado Liberal. O autoritarismo era defendido porque, segundo Amaral, tratava-se do regime que melhor adequava-se às sociedades industriais de massas. Para ele, o conflito entre corporações capitalistas, resultante da concentração de capital, adquirira uma natureza ameaçadora ao próprio sistema capitalista. Tais organizações haviam perdido a capacidade de gerenciar o conflito através de seus agentes sociais e, portanto, era absolutamente necessário um Estado centralizador e autoritário capaz de imprimir racionalidade ao mercado, além de regular o conflito social. O fortalecimento do Poder Executivo seria imperioso para agilizar e implementar as decisões de caráter político e econômico.

O autoritarismo implementaria a modernização econômica na direção da industrialização, assegurando assim, a unidade e a soberania nacionais. Para Azevedo Amaral, o Estado autoritário com função para intervir na ordem social e econômica diferia, contudo, do Estado totalitário. Isto porque aquele “objetiva promover o bem público, sem, no entanto comprimir ou reduzir as iniciativas e liberdades individuais além do ponto que elas entrem em conflito com os interesses coletivos” (AMARAL, 1981: 97). Na tentativa de conferir ao poder político algum grau de legitimidade fundada no consentimento dos governados, Amaral afirmava: “sem representação não há democracia”. Porém, os mecanismos próprios da democracia representativa, tais como, o sufrágio universal e os partidos políticos deveriam ser reavaliados. Na sua análise destacavam-se três formas de conceber a representação política:

primeiro, no nível mais abstrato, o Estado como representante da nação; segundo, no nível mais concreto, a seleção dos representantes por intermédio das corporações profissionais, por fim, o processo indireto de escolha, por cidadãos qualificados, para os poderes Executivo e Legislativo. Em todos os modos de representação prevaleceria o princípio de uma cidadania restrita e controlada.

Antonio José de Azevedo Amaral (1881-1942) nasceu de uma família tradicional do Estado do Rio de Janeiro. Formado em Medicina, defendeu, em 1903, tese de doutoramento na Alemanha intitulada “Patogenia do edema”. No ano seguinte foi para a Inglaterra, mantendo no jornal *Correio da Manhã* a coluna “Cartas de Londres”, mais tarde denominada simplesmente “De Londres”. Após 12 anos, regressou ao Brasil e continuou colaborando com os seguintes jornais: *O Paíz*, *Correio da Manhã*, *O Jornal*, *Jornal do Brasil*, entre outros. No ano de 1929, participou do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. A importância de sua presença no evento está nas concepções adotadas por Azevedo Amaral em sua análise sobre o homem, fator de formação da sociedade. Nesse texto e em outros trabalhos, o que mais chama a atenção de seus críticos e que o faz ser conhecido são suas observações sobre o Brasil dos anos 30. Amaral ficou marcado pelas suas premissas eugênicas, além, é evidente, do seu apoio ao Estado Novo. Participante do Congresso de Eugenia, falou sobre “O Problema Eugênico da Imigração”, delimitando itens que influenciariam as políticas de imigração nas décadas seguintes. A sua participação, decerto, provocou inúmeros comentários e intensa polêmica, devido ao caráter draconiano das suas propostas. No entanto, a dureza de suas afirmativas não impediu que boa parte das teses sustentadas por Amaral na palestra, não só fossem as bases políticas e administrativas das leis de imigração, mas também constituíssem os procedimentos burocráticos pelos quais os candidatos a imigraram para o Brasil teriam que se submeter. Um deles, que permaneceria sendo um ponto importante, era o estabelecimento das cotas por nacionalidades. Segundo o texto, publicado nas Atas do Congresso, esta norma teria inspirado-se na experiência norte-americana. Mas, o que fica ressaltado é a preocupação explícita com a brancura do povo que seria formado. Diz Amaral:

Na aplicação do sistema estipulado pelo *Quota act* Americano de 1921 não devemos, é claro, esquecer que os elementos imigratórios, cuja entrada no país pode ser tolerada, devem pertencer exclusivamente a raça branca. Embora a nossa formação nacional tenha sido em grande parte conseguida pela contribuição de um vasto elemento africano – o Índio representou papel relativamente secundado na composição étnica – seria inadmissível que consentíssemos na entrada de imigrantes de raça negra. A nossa finalidade nacional orienta-se no sentido da elaboração de uma nova civilização do tipo europeu e para atingir esse objetivo temos a necessidade de não agravar, com

o acréscimo de elementos étnicos alheios a raça branca, a desvantajosa posição em que nos encontramos no continente em relação a outros povos mais imunes do que nós da mistura de raças coloridas.¹³⁸

O importante evento do movimento eugênico foi noticiado através da imprensa. A ele compareceram intelectuais de várias correntes. Alguns fazendo comunicações, outros apenas assistindo aos debates sobre os rumos que o Brasil e sua raça deveriam seguir. Temas como imigração, educação, leis e esterilização predominaram. Vale ressaltar a presença de alguns intelectuais. Levi Carneiro, por exemplo, nascido em Niterói, no dia 8 de agosto de 1882, filho de Francisco Fernandes Carneiro e de Maria Josefina de Souza Carneiro, formou-se em Direito em 1903. Atuou em agências como o Instituto de Advogados do Brasil, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Academia Brasileira de Letras. Trabalhou no Governo Provisório de Vargas, foi membro da Constituinte de 1934 e teve uma passagem pelo Congresso de Eugenia, quando destacou a função que a educação desempenharia sobre a eugenia do novo brasileiro. Além do texto “Educação e Eugenia”, apresentado no evento, Carneiro enviou também um outro intitulado “A Esterilização Eugênica dos Degenerados”.

O ensinamento da eugenia é, afinal, o mesmo da educação; a defesa da raça depende, como a do indivíduo-da educação. Só a educação completa a obra estrita da eugenia. Dá a semente o corpo. O ambiente em que se desenvolva, floresça e frutifique. A eugenia é uma colaboradora da educação, não uma adversária. (1929: 116).

Todavia, a menção ao Congresso Brasileiro de Eugenia e que ficou muito conhecida, tendo sido reproduzida em vários livros sobre pensamento social e político brasileiro, está no livro *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre. O autor nordestino faz referência ao Congresso de Eugenia e à polêmica sobre o valor dos mestiços e por extensão de todos os brasileiros. Seriam eles pobres, doentes, feios e sem noção de civilização por defeitos de origem ou eram frutos do meio, portanto, sem educação e sem saúde? Freyre, a certa altura do livro teceu comentários a respeito da mestiçagem, posicionando-se contra qualquer atribuição inferior dos produtos da mistura de raças: “Faltou-me quem me dissesse então, como em 1929, Roquete-Pinto aos arianistas do Congresso Brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas cafuzos e mulatos doentes.” (FREYRE, 1989:XLVII) Freyre fazia essa afirmação no contexto de uma reminiscência, lembrando de uma ocasião em que ele havia avistado um grupo de marinheiros nacionais, segundo sua expressão, “mulatos e cafuzos”, nas ruas cobertas de neve

¹³⁸ PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Atas e trabalhos*. Rio de Janeiro: v. 01, 1929, p. 336.

nos EUA¹³⁹. O que fica evidente, é que, naquela ocasião, Freyre teria ficado chocado com as atitudes irracionais dos Jecas brincando na neve. Ao que parece, naquele momento, próximo aos anos 1920, Freyre incorporava as teses deterministas e racistas, enxergando naqueles mestiços, um retrato desalentador sobre o Brasil. Palhares-Burke (2005) em livro primordial, reconstituiu a trajetória de Freyre e de sua relação com as idéias racistas, eugenistas e demonstra, por fim, como ele formulou a sua (dele) visão positiva da mestiçagem no Brasil. Inclusive, após a publicação da sua obra mais importante, Freyre ergueria uma interpretação do país fundada na mescla de culturas. Fato este saudado por uma infinidade de intelectuais ao longo da nossa história como prova da democracia racial existente no país. Palhares-Burke (2005) insere Freyre nas discussões sobre a questão racial que eram, à época, de magnitude ímpar. Escritor e obra são analisados passo a passo, desde o início de sua graduação nos EUA, onde “cheiro de carne queimando” dos negros nas ruas não era um fato raro.

O escritor pernambucano deixava clara sua inquietação com a miscigenação. Para ele e, como chamamos atenção, para outros intelectuais da época, esta era uma questão de cuja solução dependia os destinos da nação. E sua proposta declarada era apresentar uma interpretação fundada na diferença entre raça e cultura, discriminando os efeitos das relações genéticas e as influências sociais, de herança cultural e de meio.¹⁴⁰ Mas, antes de Gilberto Freyre tentar deslocar o centro da questão nacional de raça para cultura, deixando evidente, que para ele a miscigenação não seria um impedimento e sim uma qualidade para a produção de uma grande e nova nação. Antes de Roquette-Pinto e Franz Boas influenciarem¹⁴¹ Freyre, modificando a visão do autor de *Casa-Grande e Senzala*, que, sem dúvida, durante os anos de graduação universitária, flertou com alguns dos maiores intelectuais eugenistas (os mais radicais) dos EUA, para a interpretação amplamente positiva da mestiçagem no Brasil, os intelectuais sanitaristas e eugenistas haviam alterado substancialmente a visão determinista e biológica sobre o Brasil e seus habitantes.

No entanto, os intelectuais do campo eugênico, sobretudo os que falavam em nome das várias ciências emergentes, diziam que o processo de branqueamento seria realmente mais

¹³⁹ “E dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o da miscigenação. Vi uma vez, depois de quase três anos maciços de ausência do Brasil, um bando de marinheiros nacionais-mulatos e cafuzos-descendo não me lembro se do *São Paulo* ou do *Minas* pela neve mole de Brooklin. Deram-me a impressão de caricaturas de homens... A miscigenação resultava naquilo.” (FREYRE, 1989:XLVII).

¹⁴⁰ “Razoável em nome da Eugenia seria exigir o *Pedigree* dos noivos para descobrir as falhas da sua linhagem biológica... A Antropologia perguntará ao homem: quem és? A Eugenia: donde vens? A Higiene: como vives?” (ROQUETTE-PINTO, 1929:37).

¹⁴¹ Sobre Gilberto Freyre, consultar PALHARES-BURKE (2005).

eficaz se fosse controlado e assumido pelo Estado, devidamente assessorado por esses agentes. Afinal, se branquear era necessário e positivo e, não obstante, tal fato acontecia independentemente da vontade dos administradores públicos, políticos, cientistas e literatos, nada mais coerente se isso fosse controlado e assumido como responsabilidade do Estado.

O Sr Presidente, reportando-se a uma conclusão da tese do Dr. Rigo. Poe em discussão, si se admite ou não a raça negra.

Tem a palavra o Dr Fontenelle: — Chama a atenção para a seriíssima questão que acabaram de votar, dizendo que não nós devemos deixar arrastar por sentimentalismos. O País já tem sofrido bastante por essa questão de raça. O cruzamento com raças diversas é mau.

Diz Roquette-Pinto: — Todo progresso do país foi feito por essa gente proveniente de cruzamentos, ora taxados de inferiores.

Dr Fontenelle: — É com essa raça que o Brasil chega a produzir 50\$000 por pessoa anualmente, enquanto que a Argentina tem uma produção notavelmente superior. Basta para ter-se uma impressão da verdade do que acaba de afirmar, que se tome um trem e se contemple a raça brasileira.

O Prof. Roquette-Pinto: — A raça não. Dr. Belisário Penna chamaria isso de ancilostomíase, maleita. É UMA QUESTÃO DE HIGIENE. Apela para o testemunho do Dr Renato Kehl.¹⁴²

Essa é uma das participações registradas nas atas do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Através delas e do estudo das relações entre os propagandistas é possível entender muito do que se falou sobre raça e nação no período analisado. Os pressupostos e discursos enquadravam-se num processo de reconhecimento das novas populações que estavam se constituindo nas cidades. Uma das principais propostas dos eugenistas – mendelistas ou lamarkistas – era a criação de arquivos (banco de dados) com informações detalhadas sobre os indivíduos. As descrições deveriam conter os fatos relativos ao corpo e a mente. Um histórico das doenças que haviam acometido os membros familiares. Esse era um dos braços da institucionalização das idéias formuladas pelos intelectuais do eugenismo. Nessa frente de batalha, os viscerais defensores¹⁴³ foram Kehl, Vianna e Roquette-Pinto. Como podemos investigar, eles se preocupavam, principalmente, em promover condutas preventivas entre os habitantes. A disseminação das idéias através de ligas, das práticas pelas instituições estatais deveria envolver a coleta de informações, inclusive com fotos, visando à construção de arquivos genealógicos. Nesse assunto, os antropólogos do Museu Nacional chegaram a realizar essas intenções. No livro “Lições de Eugenia”, Kehl apresentava suas preocupações em relação a esse importante item, que por diversas vezes, ele e outros eugenistas

¹⁴² PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Atas e trabalhos*. Rio de Janeiro: v. 01, 1929, p.20.

¹⁴³ Não podemos esquecer que Oliveira Vianna também esteve ocupado em identificar os tipos brasileiros.

lamentariam que o Brasil, com sua pobreza financeira, em contraste com os EUA e a Alemanha, ainda não produzia e nem eram organizados fichas contendo dados sobre a vida dos seus habitantes:

Ainda não se estabeleceu entre nós o hábito de organizar ou mandar organizar, por pessoa competente, o registro individual ou ‘livro de saúde’, e o registro genealógico de família, segundo as normas eugênicas (...) Os registros referidos são, pois, de incontestável utilidade para fins de proteção individual e da descendência. Tornam possível prever e evitar muitos enganos e males. (KEHL, 1929:200).

Em outro livro, lançado em 1939, Kehl falava da mesma idéia. Porém de forma mais objetiva:

Não possuímos um arquivo com documentações fotográficas com tipos raciais e seus cruzamentos, para o estudo caracteriológico e a diferenciação fisionômica entre pais e filhos com bases para análises objetivas, de real interesse não só do ponto de vista eugênico, como iconográfico(...) E ninguém pode ignorar a importância que representa a colheita de retratos e a organização de biografias para o estudo dos tipos de famílias, a fim de favorecer as elites, quer no sentido genotípico como fenotípico(...) são soluções que não podem ser proteladas, principalmente num país de caldeamento como o nosso. (KEHL, 1939:98).

Kehl mostrou-se um crítico implacável da miscigenação devido ao alegado potencial degenerativo. Mas, nesse ponto, encontramos ao longo de sua vasta produção¹⁴⁴ intelectual, trechos onde ele conduz sua argumentação de forma errática. Porém, isto não significa uma contradição em suas opiniões que, em determinados momentos apresentam diferenças. Certamente, Kehl via no mestiçamento um problema. Todavia, para sua interpretação eugênica, a fusão étnica poderia ser um processo depurativo. As sucessivas misturas poderiam minar as características inferiores. Desde que, é claro, elementos aristogênicos fossem adicionados ao “caldeirão de raças”. Porém, acreditamos, que para ele, como para muitos outros membros do campo eugênico, a mestiçagem não era bem vinda. Embora, fosse uma realidade. A historiografia que estuda a eugenia nacional interpreta a opinião negativa da miscigenação como um momento distintivo da trajetória de Kehl. Que teria também acentuado-se, com a chegada dos anos 30. Ou até mesmo ela é analisada como um exemplo da pouca consistência científica das propostas desses atores. É um equívoco. Trata-se, fundamentalmente, da mesma idéia de controlar e administrar o processo, que segundo esses próprios intelectuais, estava acontecendo: o Branqueamento do Brasil. E, se depois de algum

¹⁴⁴ Apesar do fato de que Kehl reescreveu seus textos durante sua vida, é inegável a quantidade de trabalhos. São incontáveis artigos e cerca de 30 livros produzidos por mais de 50 anos.

tempo, esse “embranquecimento” formasse uma nova raça, os eugenistas gostariam que ela fosse um pouco mais branca, educada e saudável. E, se alguns intelectuais eugenistas viam a existência concreta desse episódio, e além disto, o avaliavam como algo benéfico, ou pelo menos, não produzindo, necessariamente, seres inúteis, isto não significava uma contradição, um erro ou ainda, uma mudança.

Acredito que, para os atores sociais, independentemente do processo de branqueamento ser positivo ou negativo para a construção da nacionalidade, independente também da opinião desse ou daquele intelectual, seja Roquette-Pinto ou Kehl, o relevante era que isto fosse da alçada do campo eugênico. Afinal, o que fazer com o Brasil? A proposta jocosa (e absurda) de Lobato para solucionar o problema das raças no Brasil era um dilúvio e um terremoto. Ao que parece, ninguém pensou seriamente nesses processos. O pensamento dominante declarava a necessidade de controlar o que acontecia à revelia: o branqueamento e a miscigenação. E para melhorar o futuro eugênico, saneamento, educação e, se fosse necessário, a esterilização.

Considero todas as raças suscetíveis de um desenvolvimento progressista, em maior ou menor grau, guardando, porém, certa restrição, em relação à raça negra, que, parece-me, é de grau intelectual um tanto inferior a todas as outras. O fato de se contarem, entre indivíduos de raça negra, exemplos de inteligência brilhante, não julgo capaz de abalar essa crença, ou melhor, essa verdade. São exceções, e raríssimas, que não servem para invalidar a regra. (KEHL, 1923:198).

Dentre os elementos em desassimilação, como dissemos, contam-se os da raça negra e silvícola. Há uma verdadeira depuração desses sangues. Ninguém poderá negar, que no correr dos anos desaparecerão os negros e os índios das nossas plagas e do mesmo modo os produtos provenientes desta mestiçagem. A nacionalidade embranquecerá a custa de muito sabão de coco ariano!(...) Não temos preconceito de raça; a nosso ver tanto são dignos os brancos como os pretos ou amarelos, quando eles são dignos. (KEHL, 1929:188).

Mas, insisto na observação, o “pai da eugenia” brasileira trabalhava num projeto de seleção biológica aonde programas de higiene e educação, ainda que de forma paliativa, deveriam e poderiam participar, desde que as medidas radicais como a esterilização e a exigência de exames médicos pré-nupciais, absolutamente necessárias e compulsórias ao cidadão também estivessem na ordem do dia. Portanto, não haveria, na programação eugênica de Kehl, uma total incompatibilidade entre as propostas eugenistas e sanitaristas. Mas, isto, não quer dizer, que esse processo estivesse ausente de conflitos. Para Kehl, por mais degenerativa que a mestiçagem das raças fosse, com o fortalecimento eugênico, as raças boas superariam aquelas de propriedade orgânica e moral fracas. Kehl enumeraria várias razões

que, segundo ele, evidenciavam os critérios contrários ao cruzamento de raças: a necessidade delas manterem a sua pureza, a fealdade encontrada nos tipos mestiços, entre outras.

O homem são é todo aquele que tem os órgãos normais e um bom funcionamento, sem doenças e perturbação de qualquer natureza. O homem robusto é aquele que se acha em pleno gozo de sua potencialidade física, capaz de resistir as fadigas e as doenças, ao trabalho e as intempéries. Finalmente, o homem belo é o homem que apresenta relativa proporção das partes constitutivas do corpo, harmonia das formas, traços fisicamente delicados, boas cores, delicadezas nos gostos e graça nos movimentos. (KEHL, 1923:198).

Preocupado com o alcance dos ideais eugênicos, Kehl falava aos pais, médicos e professores. Grande parte dos livros, artigos e folhetos produzidos por Kehl são manuais dirigidos ao grande público. Mas, a eficácia do projeto eugenista dependia em grande parte da autoridade do Estado. Ao poder estatal caberia a vigilância sobre a conduta das pessoas e, também, sobre o controle da reprodução dos indesejáveis. Em seu livro “A Cura da Fealdade”, Kehl deixou claro que em seu projeto de regeneração da espécie, o Estado deveria interferir até na concepção estética e fisiológica dos indivíduos. No entanto, ele argumentava e assegurava que sua noção de beleza tinha mais a ver com a harmonia dos dados antropométricos (índice cefálico, tipos e formatos dos olhos, dentes, cabelos) do que com uma representação artística do belo. A esse respeito, a antropologia física desenvolvida no Brasil produzia métodos de aferição do forte, bom e belo. No Museu Nacional, João Batista de Lacerda, Fróes da Fonseca e Roquette-Pinto aplicavam testes em busca de índices estatísticos e biométricos dos brasileiros. Vários inquéritos para a determinação dos tipos antropológicos brasileiros aconteceram nos laboratórios de Antropologia do Museu Nacional (FARIA, 1998:160). Em meio ao projeto eugênico do qual partilhava, alguns interesses levaram Roquette-Pinto a tomar escolhas e decisões frente aos intelectuais alinhados com a perspectiva eugenista que previa um futuro eugênico para a nação brasileira. Num campo intelectual de disputas políticas, seu projeto nacionalista procurava realçar as categorias povo e nação. Roquette-Pinto e seus aliados cumpririam um importante papel na configuração do campo. No Congresso de 1929, ele expôs a importância da produção intelectual e científica e o espaço político que a Antropologia deveria ocupar. E para a devida adequação do país ao futuro que se anunciava, um elemento unia os agentes e deveria ordenar a todos os cidadãos: o Estado.

(...) Aos responsáveis pelos destinos deste país presta, assim, a Antropologia, um enorme serviço, apresentando-lhes documentos que não devem ser desprezados em benefício de fantasias retóricas desanimadoras. A

Antropologia prova que o homem, no Brasil, precisa ser educado e não substituído. O processo geral de adaptação das raças aos diferentes meios brasileiros segue de acordo com que a ciência pode desejar. A Antropologia do Brasil desmente e desmoraliza os pessimistas. (ROQUETTE-PINTO, 1929:147).

Roquette-Pinto caracterizaria as afirmações dos outros intelectuais, separados da antropologia, como não científicas. A autoridade e o domínio do conhecimento deveriam ser exercidos por profissionais ligados ao Museu Nacional. Afinal, naquele momento, vários discursos sobre raça e nação circulavam para os diversos fins. Roquette-Pinto, como tantos intelectuais eugenistas, tentava estabelecer limites para sua veiculação através das ligas e periódicos. Suas críticas direcionavam-se, primordialmente, às análises que identificavam os brasileiros como resultado negativo da mistura de raças. Também era adversário daqueles que buscavam na seleção de correntes imigratórias uma solução para remover os alegados obstáculos que impediam o Brasil de chegar à civilização. Para o antropólogo e médico, o país necessitava curar e educar os braços brasileiros e não substituí-los. Por isto, para ele, seria muito importante, observar e catalogar os tipos brasileiros:

Do ponto de vista intelectual, os mestiços não se mostram, em coisa alguma, inferiores aos brancos. É verdade que eles não são tão profundos, embora sejam, às vezes, mais brilhantes (...) Os mestiços que recebem instrução técnica (...) são tão bons quanto os europeus. Os que não conhecem senão os mestiços degradados das grandes cidades, onde o meio cosmopolita corrompe facilmente aqueles que a educação não fortifica, e os que só conhecem os mestiços opilados ou impaludados do interior, não podem fazer idéia da perseverança, da firmeza, da dedicação de que dá prova o do *hinterland*, cuja sobriedade é proverbial.¹⁴⁵

No entanto, veremos que, inegavelmente, ele apoiou, ainda que num terreno extremamente movediço e polêmico, as teses totalmente contrárias à liberdade de imigração defendidas por Azevedo Amaral durante o Congresso de Eugenia. Dentre as afirmações mais incisivas de Amaral durante o evento, uma delas é, seca e definitivamente, excludente de possibilidades de ocorrer imigração de indivíduos de etnias, cores e raças não autorizadas: “O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia aconselha a exclusão de todas as correntes imigratórias que não sejam de raça branca”.¹⁴⁶

Edgard Roquette-Pinto nasceu no Rio de Janeiro em 25 de setembro de 1884. Filho de Manuel Menelio Pinto e Josefina Roquette-Pinto Carneiro de Mendonça, graduou-se em

¹⁴⁵ PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Atas e trabalhos*. Rio de Janeiro: v. 01, 1929, p. 137.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 340.

medicina em 1905 pela Faculdade Nacional de Medicina, com especialização em medicina legal e foi nomeado, no ano seguinte por concurso, assistente da Seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional. Em abril de 1911, Roquette-Pinto viajou para a Europa, para tomar parte no Primeiro Congresso Internacional das Raças. Após essa viagem pelo velho continente, retornaria ao Brasil, quando colaborou com a missão de Cândido Rondon. Ocupou o cargo de diretor do Museu Nacional entre 1926 e 1936. Em sua obra escrita destacam-se Rondônia (1917), Seixos Rolados (1927), Ensaios de Antropologia Brasileira (1933), Ensaios Brasileiros (1941). Portanto, seus principais textos são posteriores a viagem que realizou, em 1912, junto com Rondon ao Mato Grosso. Essa excursão que tinha como propósito identificar a região e os habitantes, gerou o livro “Rondônia”. Nesse relato da expedição, publicado em 1917, o antropólogo apresentava dados obtidos em exames que mais tarde seriam utilizados em pesquisas do Museu Nacional. Cunha (2002) observa que a familiaridade dele com a construção de dados biométricos, tendo em vista a identificação física devia-se a experiência que ele viveu, em 1907, então médico recém formado, como membro do serviço de medicina legal, onde teria conhecido os métodos de identificação antropométricos e fisiológicos¹⁴⁷.

O projeto eugênico de Roquette-Pinto criticava todas as demais considerações e classificações racialistas. Ele formulava e definia critérios de reconhecimento do que chamou de tipos antropológicos brasileiros oriundos do padrão que, segundo ele, caracterizava o mestiçamento branqueador do país. Apresentado no Congresso de Eugenia, em 1929, o texto “Notas Sobre os Tipos Antropológicos do Brasil” transformou-se num documento de forte sentimento nacionalista e anti-racista, ainda que tenha estabelecido marcas tipológicas (sem dúvida, baseadas em raças) do que ele estabelecia como brasileiros. Contudo, como já vimos, pela narrativa de Freyre, a passagem contestatória do racismo biológico de Kehl, realizada por Roquette-Pinto, durante o evento eugênico em 1929, marcou de forma indelével a trajetória do antropólogo. Foi nessa ocasião que ele afirmou enfaticamente que os brasileiros mestiços não eram degenerados.

De certa forma, Roquette-Pinto preconizava que a educação e o saneamento poderiam manter os habitantes livres da degeneração. No entanto, por mais eloquente que tenha sido sua retórica, suas propostas apresentadas no Congresso não destoaram totalmente das defendidas pelos demais eugenistas e ficavam bastante próximas das opiniões manifestadas amplamente

¹⁴⁷ Aliás, devemos a Francis Galton a descoberta e aplicação da impressão digital para a identificação pessoal dos indivíduos.

pelos intelectuais sanitaristas anos antes, como Penna¹⁴⁸. Encontramos no volume publicado das Atas do Congresso de Eugenia, as intervenções que Roquete fazia, defendendo suas considerações como na seguinte frase: “Vossa excelência, mediu mulatos doentes! (...) Todo progresso do Brasil foi feito por essa gente proveniente de cruzamentos, ora taxados de inferiores!”¹⁴⁹

Ou esta:

Pede a palavra o Dr. Geraldo de Andrade: -Como representante de um estado nordestino ao Congresso, diz sentir-se na necessidade de apoiar o Dr. Xavier de Oliveira. Não deve o nordeste receber elementos que o diminuam no sentido racial. Chefiando uma sessão do Departamento de Saúde do Recife, teve ocasião de medir 10.000 pessoas, achando desoladores as cifras; a inferioridade dos mulatos é apavorante, diz.

O prof. Roquete aparta: — Vossa excelência mediu mulatos doentes!

O Orador retruca:- Se o exame clínico vale, posso afirmar que são indivíduos relativamente válidos, pois que hígidos perfeitamente não os há.

O Prof Roquete retoma a palavra indagando se fizeram serviço militar e acrescenta: — Vossa excelência afirma a deficiência dos mulatos, eu porém cheguei a conclusões opostas.¹⁵⁰

Reconhecemos que as diferenças de Roquette-Pinto para com os outros intelectuais eugenistas, mitificadas e, mesmo recentemente, comemoradas por pesquisadores atuais são verdadeiras¹⁵¹. Porém, essas diferentes opiniões não significam que Roquette-Pinto repudiasse a Eugenia. Em sintonia com o campo eugênico, ele acatava a linguagem eugênica, reformulando a perspectiva que rejeitava a negatividade dos cruzamentos raciais sexuais. Pensando mesmo a miscigenação como um processo positivo, no horizonte da epistemologia de Roquette-Pinto estava a melhoria da raça. Assim como os demais membros do campo

¹⁴⁸ Esclarecemos que as nossas considerações estão circunscritas ao período analisado. Portanto, não levamos em conta, as transformações ocorridas após as descobertas das atrocidades cometidas em nome da higiene racial alemã, durante a Segunda Grande Guerra, quando as alterações eugenistas propostas passaram a serem identificadas plenamente com o nazismo. E, no Brasil, foi considerável o movimento anti-racista, a partir das décadas de 30 e 40. Além da visão, fortemente alimentada pelo Estado, de conagração das raças para a formação do Brasil.

¹⁴⁹ PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Atas e trabalhos*. Rio de Janeiro: v. 01, 1929, p. 17.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 23.

¹⁵¹ Um grupo de intelectuais instalados hoje em universidades e centros de pesquisa, contrários às políticas afirmativas (leia-se a criação de cotas étnicas nas universidades) vem recuperando alguns intelectuais. Roquette-Pinto e Gilberto Freyre, principalmente, surgem embalados em velhas canções exaltando a mistura de raças e cores. Em (FRY, 2007), encontramos vários textos, onde um bom número de autores reafirma as teses sobre a sociedade brasileira como uma saudável mistura de raças, etnias e cores. Nessa obra, um artigo recupera a face anti-racista de Roquette-Pinto, que como vemos não pode ser mitificado. Sobre os argumentos apresentados pelos partidários contrários as políticas afirmativas, ver o artigo de Marcelo Badaró Mattos, onde esse autor apresenta as implicações ideológicas dos críticos das políticas afirmativas. (MATTOS, 2007).

eugênico nacional, ele demonstrava as características e tensões do campo sobre os fatos do seu período histórico. Em uma carta pessoal a Oliveira Vianna o antropólogo demonstrou suas impressões sobre o anteprojeto de imigração escrito pela comissão encarregada da qual ele também fazia parte, e fora escolhido, certamente por influência e opção de Oliveira Vianna. Fazia ressalvas, mas não abandonava a convicção da tarefa melhorista que a eugenia executaria na raça nacional e, por extensão, também no país. Trabalho que deveria ser executado por respeitáveis técnicos autorizados pelo Estado. Esse projeto de controle e planificação da imigração, formulado em 1935, propunha ordenar as leis que desde as discussões anteriores a Constituinte de 1934, previam a regulamentação das políticas de imigração¹⁵². Nessa carta anexa a um rascunho do projeto de imigração, Roquette-Pinto afirmou:

Meu ilustre amigo, acabo de ler com atenção o anteprojeto de lei de imigração e o relatório correspondente. O relatório é magistral. O projeto de lei parece-me muito bom. De acordo com o meu voto que o senhor já conhece, desejaria que os ciganos não fossem mencionados ao lado dos vagabundos e mendigos conforme o numero 8 do artigo segundo.¹⁵³

Algumas observações de Roquette-Pinto sobre miscigenação e imigração servem de exemplo para as (in)definições e ambigüidades¹⁵⁴ do pensamento eugênico. De resto, encontraremos os mesmos argumentos eugenistas nas obras de Kehl e Domingues. Dos textos de Roquette-Pinto, o mais significativo para exemplificarmos nossa opinião é o comentário escrito por ele a respeito da palestra de Azevedo Amaral sobre o problema eugênico da imigração, apresentada no congresso de eugenia. Apesar de Roquette-Pinto considerar a miscigenação um processo eugênico positivo e do relativismo próprio ao campo eugênico, nesse texto, trazendo considerações sobre o evento eugenista, Roquette-Pinto assume as conclusões da maior parte dos critérios de total exclusão dos imigrantes que estavam contidas nas propostas de Amaral. Ressalte-se que Roquette-Pinto ainda sublinha o valor eugênico individual do imigrante. Ambíguo, mas nem por isto menos eficiente. Essa aparente indefinição do campo eugênico permitia recaídas mesmo num autor que expressava suas crenças nas virtudes e vantagens do mestiçamento e não reconhecia razões eugênicas

¹⁵² Em muitas questões, prevaleceu um certo pragmatismo político. Quando se discutia a entrada de imigrantes negros de outros países não africanos, Kehl se manifestou contra, assim como a vinda de imigrantes japoneses: *“Para que atrasar a nossa química racial, no seu trabalho lento de depuração? Para que, pois, complicar a situação, incorporando outros elementos étnica e socialmente tão diversos?”* KEHL, Renato. *Correio da Manhã*. 9 fev. 1937. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

¹⁵³ Carta de Roquette-Pinto para Oliveira Vianna em 1935. Fundo Pessoal Roquette-Pinto, ABL.

¹⁵⁴ Sobre esta ambigüidade de Roquette-Pinto, ver SEYFERTH (1997). Sobre política indigenista, formação do Estado e a participação dos antropólogos, ver LIMA (1995).

(coletivas) que impedissem a entrada no país de imigrantes japoneses, o que Kehl e Miguel Couto não aceitavam. Na comunicação realizada no Congresso de Eugenia, Amaral foi taxativo. Estabeleceu as bases para a implementação das políticas de imigração que seriam adotadas nos anos seguintes:

O problema eugênico da imigração encarado no ponto de vista em que já o colocamos pode ser definido como a determinação dos meios de assegurar os processos mais eficazes de escolha dos elementos alienígenas, cuja entrada no país concorrerá para levantar o nível dos caracteres superiores da raça e, ao mesmo tempo, vedar o acesso do nosso território de todos aqueles cuja influencia disgênica seja reconhecida.¹⁵⁵

E, em relação ao pronunciamento de Azevedo Amaral no Congresso, também foi se construindo ao longo dos anos a imagem de que durante o evento as discussões em torno do seu pronunciamento foram, no mínimo, motivo de acirrados e tempestuosos debates. Muito menos. Realmente a leitura do trabalho de Amaral sobre imigração e eugenia foi amplamente discutida. Observa-se pela leitura das Atas que houve tensão e discordância. Mas, sobre esse dado, vale a pena, um pequeno relato. Após as primeiras incursões aos documentos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, sob a guarda do Museu Nacional, cuja organização está sendo feita pelo Museu de Astronomia (MAST), deparei-me com um pequeno trabalho de Roquette-Pinto comentado nos parágrafos anteriores. Trata-se de um texto de autoria do antropólogo. Pude averiguar que se tratava de um pequeno relato ao fim do segundo dia de trabalhos no referido encontro de eugenistas. Como podemos ver nas pesquisas sobre eugenismo no Brasil¹⁵⁶, a autorização de imigrantes entrarem no país foi considerada uma atitude de importância vital para os destinos do Brasil e de sua raça. Mas, nas páginas desse rascunho datilografado de Roquette-Pinto, fica bastante evidente que as polêmicas sobre as considerações de Azevedo Amaral foram absorvidas e, o que mais impressionou-me, foram as palavras elogiosas de Roquette-Pinto para a visão de Azevedo Amaral. Mas, então o que aconteceu? Acreditava estar diante de uma descoberta inédita. Afinal, tratava-se do primeiro pesquisador a embrenhar-me nos documentos do Evento de Eugenia. Já havia pesquisado o fundo documental e pessoal do antropólogo, este sob a guarda da Academia Brasileira de Letras e nele não há cópia deste texto-relatório das apresentações da reunião de eugenistas. Acreditava estar diante de uma espetacular descoberta. Um texto inédito do intelectual Roquette-Pinto.

¹⁵⁵ PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Atas e trabalhos*. Rio de Janeiro: v. 01, 1929, p. 331.

¹⁵⁶ KOIFMAN (2007), SOUZA (2006), REIS (1994), STEFANO (2001), NALLI (1999), DIWAN (2007).

Doce ilusão. Após algumas semanas dessa visita ao fundo documental, lendo a bibliografia necessária para falar de Kehl, sem deixar de falar dos demais, Roquette-Pinto e Domingues¹⁵⁷, pude constatar que esse relato não só não é inédito como está publicado no livro do antropólogo intitulado “Ensaio de Antropologia Brasileira”. Portanto, nem é um rascunho. Aliás, é um texto editado ainda em vida do próprio Roquette-Pinto. Sim, porque poderia ser um texto, que publicado após a morte do autor, não tivesse a autorização e reconhecimento do mesmo. Mas, não é o caso. São as considerações e impressões após um dia estafante de trabalho. Mereceram a imortalidade em livro. Desse fato, duas conclusões podem ser tiradas. A primeira está ligada diretamente a minha principal argumentação. Roquette-Pinto era membro influente do campo eugênico e, embora, muitas de suas afirmações marcantes em sua trajetória refletissem uma opinião favorável à mestiçagem no Brasil, elas não destoaram profundamente das demais. A segunda, os livros de Roquette-Pinto merecem uma leitura mais atenta.

(...) Deste congresso, até agora, a mais importante memória foi, sem dúvida, a que sobre ‘imigração e eugenia’ apresentou Azevedo Amaral, trabalho, sem favor, muito brilhante, que o seu autor sustentou de maneira sóbria e eloqüente e que eu tive o prazer de discutir(...) Azevedo soube ver, com espírito de rara penetração e amplo descortino - o que de fato, há para a eugenia, no problema do imigrante atraído pelo Brasil(...) Finalmente, as conclusões da memória, tal como foram aprovadas pelo congresso de Eugenia -oferecem aos legisladores um corpo de doutrina seguro, fiel, perfeitamente demonstrável e, por isso, científico. (ROQUETTE-PINTO, 1982: 44).

Como afirmamos anteriormente, para alguns intelectuais, a causa da miséria no Brasil encontrava-se na miscigenação com raças inferiores. Tínhamos um território potencialmente rico, mas ainda não éramos uma nação. Uma primeira explicação - hegemônica, que negava qualquer chance ao país e ao povo, atribuía grande parte dessa negatividade ao clima, à terra e ao povo inferior. No entanto, essa visão sofreria mudança. A viagem de Penna e Neiva aos rincões desconhecidos e a publicação do relatório narrando a vida dos habitantes de localidades longínquas, ajudaram a transformar a explicação dominante. Constatamos que a repercussão dessa epopéia foi de extrema relevância para a revelação dos problemas do Brasil. Dos médicos sanitaristas, que negavam as teses da indolência inata, vinha o remédio para o futuro promissor: a educação higiênica e as ações públicas sanitárias. Afinal, os homens encontrados por Penna e Neiva nos locais mais indômitos do país, se não eram uma plêiade de valorosos guerreiros, tampouco constituíam uma massa humana desprezível e não

¹⁵⁷ Os principais livros desses autores estão listados no Anexo C.

aproveitável. Reorganizando as idéias que associavam a herança negra à degeneração, médicos, educadores e formuladores de políticas públicas passaram a considerar que com reformas na saúde e na educação, poder-se-ia fugir da determinação biológica, que afirmava peremptoriamente a inferioridade nacional, e assim, poderíamos constituir uma raça saudável e um Brasil alinhado com o progresso. Substituía-se, assim, a noção de degeneração herdada por adquirida e, portanto, remediável ou ao menos mitigada.

No Brasil, indubitavelmente, coexistiriam teorias que adotavam uma seleção racial capaz de embranquecer a população, produzindo um tipo nacional pelas sucessivas miscigenações, com teses de que o futuro eugênico seria resultado também do aperfeiçoamento das políticas públicas de saúde e educação. Para os médicos e educadores, seguidores da perspectiva neolamarckista, que aceitavam a influência do meio na transmissão hereditária das características humanas, as reformas educativas e sanitárias aprimorariam a capacidade eugênica. Por exemplo, eles acreditavam que campanhas contra o alcoolismo e as doenças venéreas melhorariam a raça nacional. As condições do ambiente dever-se-iam modificar-se para que, transformando os indivíduos, os seus descendentes fossem beneficiados. A Eugenia brasileira, além de produzir indivíduos saudáveis, pretendia também recuperar os Jecas degenerados e, conseqüentemente, salvar a nação. Como Kehl declarava:

Os desígnios da política eugênica são muito diversos: não consistem na seleção de homens de alta mentalidade para formar a elite de gênios, nem a seleção de gigantes para organizar (...) indivíduos de mais de dois metros de estatura. A Eugenia não propõe, em suma, a criação de novos tipos, mas a purgação de gênero humano de seus maus humores, a eliminação gradual dos seus elementos nocivos. Indica, para isto, remédios legais que, direta ou indiretamente, atuam como profiláticos e curativos na defesa e constituição de famílias sadias. (KEHL, 1929: 184)

No entanto, curiosamente, os médicos eugenistas favoráveis à regulamentação eugênica dos casamentos através da exigência dos exames pré-nupciais não percebiam o baixo alcance de algumas das propostas. Ora, se o grande objetivo era controlar a reprodução inadequada, para eles, das uniões indesejáveis, sob o ponto de vista eugênico, como supor que essas pessoas estavam dispostas a contrair união civil estável? Afinal, para o eugenismo, as pessoas identificadas com esses cruzamentos sexuais “promíscuos”, vistos como perigosos para a formação de uma raça boa, não utilizariam o casamento civil ou mesmo uma união formal para seus acasalamentos sexuais.

O Neolamarckismo, teoria científica que ganhou força nos anos 1920, 30 e 40, pregava que os caracteres sadios podiam ser adquiridos. Portanto, através de saneamento e educação

poderíamos formar uma nova raça e um grande país. Todavia, acho que está suficientemente comprovado que, para os membros do campo, as controversas questões científicas tiveram muito menos importância do que podemos supor. As polêmicas sobre os fatos interpretativos das diversas teorias científicas, sem dúvida, existiram, mas foram repletos de significados culturais e políticos. É complexo e pouco eficiente, distinguir entre os grupos, as propostas sobre a influência do meio sobre a hereditariedade¹⁵⁸. Mas, isto não quer dizer que seja uma tarefa impossível. Ao longo do texto, estamos procurando demarcar as opiniões de Kehl, Roquette-Pinto e Domingues sobre Educação e Hereditariedade. Em suma, as diferenças eram reais, mas conciliáveis. Podendo causar uma confusão entre o que era aceito ou não. Afinal, o que foi desejado, como um grande pano de fundo do cenário de pobreza e miséria, identificado pelos eugenistas, era transformar o Brasil em uma nação promissora. E, para isso, os intelectuais armaram-se de todas as armas disponíveis. Também, essa amplitude de opções, não acarretou numa inércia. Pelo contrário, o campo eugênico foi palco de disputas pessoais e políticas intensas. Segundo cartas existentes nos documentos do Fundo Pessoal Renato Kehl, as relações privadas entre Kehl e Roquette-Pinto eram bastante conflituosas. A opinião divergente sobre o valor da mestiçagem era, sem dúvida, um motivo de afastamento. O primeiro, sempre considerou a prática perniciosa, enquanto Roquette-Pinto avaliaria a positividade da mistura de raças. Não obstante, isto não isenta o antropólogo de perspectivas ambíguas em relação a essa questão.

Os cruzamentos heterogêneos (entre raças diferentes, por exemplo, entre indivíduos brancos e pretos, entre pretos e amarelos ou bronze) são responsáveis pelo aparecimento de excessivas variações que representam desvios de norma genética. A vida numa sociedade é tanto mais intensa, desordenada, prenhe de vicissitudes, de crimes, de degenerações, quanto mais heterozigotos os elementos que a compõem, como procuraremos demonstrar em outra parte do livro. (KEHL, 1933:44).

Podemos ver no trecho anterior, retirado do livro “Sexo e Civilização” de Kehl, que sua postura sobre o valor da miscigenação ou “cruzamentos heterogêneos” constitui-se um ponto altamente polêmico. Durante o evento eugênico realizado no Rio de Janeiro, Kehl foi bastante criticado. Segundo Souza (2006), Renato Kehl, após o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, teria ficado bastante perturbado com as críticas a ele dirigidas, principalmente em relação aos ataques e críticas anti-racistas lançados por Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca.

¹⁵⁸ O simples fato de dizer que uma característica, condição ou comportamento era de origem “hereditária”, e não social/cultural, implicava uma série de conclusões, sendo a principal, que a condição era inerente ao indivíduo ou a raça, ou ainda ao povo, que era uma coisa fixa.

Dez dias após o encerramento do congresso, Kehl recebeu uma correspondência de seu irmão Wladimir Kehl. Souza (2006) atribui os comentários ácidos de Kehl como sendo dirigidos ao Roquette-Pinto. Nesta correspondência, Wladimir Kehl declarava:

Você faz muito bem não dando importância à atitude injusta e inamistosa dos tais ‘negróides’. Penso que nesse particular (Eugenia) você pode e deve estar perfeitamente tranqüilo: todo mundo (...) reconhece que você é o campeão desse jogo no Brasil. Disso eu tenho prova – e quem não tem? – por maior referências elogiosas de pessoas de classes sociais *mais diversas*, não falando dos meios mais cultos. O único prêmio, portanto, que você pode esperar dos seus trabalhos – o reconhecimento pela sociedade dos serviços prestados com a divulgação e pregação dos princípios da Eugenia – esse tem-no você garantido por todo este Brasil. E basta-te isso. Li há poucos dias, não sei se na ‘Ordem’ ou no ‘Diário Nacional’ um artigo do Rq. No qual esse doutor de tal modo se desmancha em elogios e gratidões ao C., que me senti envergonhado! Aliás, não escapa a ninguém que lê os artigos desse autor sobre questão racial no Brasil, e coisas afins, que ele, como ‘negróide’, está sempre a batalhar ‘*pro domo sua*’. Explica-se, pois o caso; e como explicar é perdoar.¹⁵⁹

Realmente, Wladimir Kehl remete-se a Roquette-Pinto (de origem mestiça), que era um dos principais críticos do racismo biológico de Renato Kehl. De qualquer modo, essa carta ajuda-nos a compreender a dimensão pessoal e política que as considerações críticas dirigidas aos membros do campo eugênico ganharam neste período. Na verdade, essa luta travada em torno da autoridade científica, intelectual e política deixaria cicatrizes e acirraria ainda mais o confronto entre Renato Kehl e seus opositores. As divergências e as disputas em torno das questões mais candentes (miscigenação, imigração, esterilização) representavam, ainda, a posição que esses eugenistas procuravam ocupar no interior do campo. Roquette-Pinto e Belisário Penna, entre outros intelectuais que compartilhavam de um nacionalismo otimista, almejavam consolidar suas concepções políticas sobre a realidade social brasileira. Além de tentar manter as posições políticas dentro do campo e seus cargos públicos. Por outro lado, juntamente com Renato Kehl, um outro grupo de intelectuais (Miguel Couto à frente) esforçava-se no sentido de endossar um modelo de eugenia mais radical que, não obstante, representava posições ideológicas que ainda habitariam por muito tempo o imaginário político brasileiro. Mas, em vários momentos Kehl, parece dialogar com Roquette-Pinto a respeito do valor atribuído aos mestiços e a mistura de raças:

Os eugenistas não podem, pois, ser favoráveis aos cruzamentos de raças diferenciadas como seja entre a branca e preta, a branca e a amarela, a indígena e a preta. Razões biológicas saltam a evidência e razões sociais aí estão a vista. A *vox populi*, na sua máxima sabedoria, sempre a condenou. Só

¹⁵⁹ Carta de Wladimir Kehl a Renato Kehl. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz. Ver Souza (2006).

aberrações individuais ou traições de momento, fazem com que um branco procure uma preta ou uma branca aceite um preto. No nosso país, entretanto, levantam-se algumas vozes suspeitas, advogando tais cruzamentos ou os admitindo inócuas para o futuro da nacionalidade. Argumentam com exemplos que se contam aos dedos. Quando pedimos notícias de mestiços capazes de se emparelharem no valor físico, psíquico, mental, com brancos sem mescla de sangue heterológos, citam sempre a meia dúzia de homens que todos conhecem, e que mais? (KEHL, 1933:201).

Como deixamos suficientemente claro, para o eugenismo nacional, os produtos da degeneração racial, deveriam ser objetos da eugenia preventiva, positiva e negativa. A primeira e a segunda, responsáveis por promover a higiene individual, a educação e o saneamento. Mas, essa divisão distintiva era apresentada e sustentada pelos próprios atores sociais do campo. De um lado, julgando que a modificação das condições ambientais levaria a uma capacidade genética superior e que essa seria transmitida aos descendentes, essa visão influenciou o campo intelectual e político, a ponto de atividades esportivas terem recebido influências eugenistas. Durante o Estado Novo (1937-1945), foi muito difundida a prática da Educação Física nas escolas. Por seu lado, a eugenia negativa visava eliminar os seres imperfeitos, principalmente através da esterilização compulsória. Determinados indivíduos seriam, assim, condenados a não gerarem descendentes.

Outra medida proposta pela eugenia negativa é a esterilização dos grandes degenerados e criminosos. A simples interdição legal ao casamento destes indivíduos constituiria um ‘meio atenuado’, passível de ser burlado, enquanto que a esterilização representa um ‘meio radical’, muitas vezes necessário. (KEHL, 1929:152).

Dessa maneira, para evitar o nascimento de indivíduos indesejáveis, devia-se adotar a esterilização compulsória. E, para que não houvesse uniões disgênicas, noções de eugenia e higiene, impediriam a proliferação de seres inúteis. O objetivo de branquear a sociedade teria êxito, a partir da promoção de condições favoráveis à procriação eugênica através da educação, da higiene e do combate à reprodução dos degenerados e criminosos, porque esses poderiam transmitir os defeitos morais, físicos e mentais aos descendentes e, ainda seria necessário, para a reforma da sociedade, que o Estado adotasse medidas profiláticas para o controle das enfermidades que beneficiavam os fatores disgênicos (degenerativos) das pessoas: a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo. Em relação a esse aspecto, existe uma distinção – muito presente nas pesquisas sobre a eugenia – entre os eugenistas “leves” que aceitavam a melhoria racial por meio da atenção à saúde pública, influências ambientais, valores culturais e os “pesados” que concentravam-se na eliminação de características negativas por meio do controle estrito da reprodução. Porém, estamos alertando que essa

caracterização leva em conta, as opiniões dos intelectuais eugenistas. Essa diferenciação nascia dos conceitos operados por eles.

Há algum tempo, venho analisando aspectos da formação histórica da nacionalidade e do pensamento social e político brasileiro. Estou empenhado em analisar algumas das representações sociais presentes nos discursos dos higienistas, sanitaristas e intelectuais influenciados pela eugenia. Esses autores, em suas obras formularam um país ideal mediante símbolos que ainda hoje permanecem como fantasmas no imaginário e na política nacional¹⁶⁰. Porém, em linhas gerais, é importante destacar que a ação intervencionista da educação no projeto eugênico de Kehl não era preconizada de forma aleatória e ampla. Ele tinha a esse respeito, uma visão bastante específica das funções que a educação higiênica e a educação sexual desempenhariam na construção nacional do brasileiro. No entanto, podemos resumir que ele sustentava propostas de ação eugênica do seguinte tipo: para as classes cacogênicas e disgênicas da sociedade, ações eugenistas para conter a multiplicação de seres inúteis, isto é, a defesa da esterilização; para todos que pretendiam casar, o exame pré-nupcial, terminando na proibição do casamento e/ou geração de filhos dentre os que demonstrassem ser degenerados ou perigosos para a sociedade; e para os membros de classe aristogênica, educação higiênica e sexual para garantir uma descendência sadia, desde que fossem observados e seguidos os procedimentos. A primeira recomendação a ser obedecida para gerar uma prole sadia, claramente explicitada, era não haver a mistura de raças e cores, a outra, antes do casamento, consultar um médico e buscar uma orientação eugênica.

Para Kehl, a aristogênia representava os seres geneticamente e eugenicamente superiores; enquanto, os tipos inferiores constituíam a classe cacogênica, os cacoplastas. Esses, por ventura, poderiam assumir uma forma bastante degradante, ou seja, a disgênica. Mas, de uma maneira geral, eugenizar a sociedade significava, sem dúvida, educá-la. Embora, ao nível do seu discurso político, Kehl mantivesse uma opinião generalista sobre a educação, o saneamento e a esterilização, ele possuía uma visão bastante particular desses processos. Podemos supor, por exemplo, que os eugenistas decidiriam quem seria esterilizado ou não. Assim, como foram os eugenistas quem definiram aqueles que poderiam imigrar para o Brasil.

¹⁶⁰ Frequentemente, políticos fazem menção, geralmente benéfica, a função que o Estado tem ou deveria ter sobre a reprodução humana. Em abril de 2007, o Vereador Wilson Leite Passos apresentou à câmara municipal do Rio de Janeiro o projeto de lei número 1.044, que ‘estabelece estímulos e proteção a boa geração e constituição de famílias sadias’. Curiosamente, o projeto propõe um prêmio Renato Kehl para as crianças selecionadas pelas Secretarias de Saúde e Educação como representativas de uma boa saúde.

Para a realização de seus fins, repetimos (...) a necessidade da educação popular nas questões de higiene, de hereditariedade, tornando geral o interesse público pelas medidas de defesa e de proteção da sociedade dentro do programa eugênico, do fomento da paternidade digna, do impedimento à procriação dos defeituosos e tarados, da luta contra os fatores de abastardamento de todo o gênero. (KEHL, 1929:39).

Assim, tratamos de construções simbólicas que organizavam e proporcionavam sentidos a uma sociedade em intensa transformação. Visões do Brasil, interpretações que simbolizavam razões às ações dos homens. Algumas das leituras sobre a verdadeira identidade nacional identificaram o clima e a natureza do país como privilegiados pela beleza e riquezas do solo: “*Nosso verde é mais verde!; Não temos terremotos!; Nesta terra, em se plantando, tudo dá!*” Outras explicitavam o desacordo. Para essas, o clima tropical era inumano e a geografia hostil gerara um arremedo fracassado de nação. Outras atribuíam fatores hereditários que brecavam o desenvolvimento que as nações do velho mundo haviam trilhado. Eram interpretações que condenavam a miscigenação racial “imoral”. As teses sanitaristas, eugenistas e até, as “culturalistas” influenciadas por Freyre e Roquette-Pinto buscavam reverter o quadro pessimista. Essas últimas, afirmavam mesmo, fundando uma interpretação do Brasil, que éramos uma nova civilização, miscigenada e venturosa. Acreditamos, no entanto, que muitas dessas diversas visões, embora diferentes e conflituosas, não eram antagônicas. Como venho assinalando, as interpretações do Brasil e do homem brasileiro seguiam uma lógica própria. Embora a fonte dos diferentes retratos do Brasil fosse as correntes de pensamento oriundas de autores estrangeiros, eles assumiam um modo brasileiro, ou antes, um pragmatismo social.

Mas surgia uma esperança para a solução do dilema/tragédia: por que o Brasil é miserável e doente se o seu território é tão rico? Seria possível formar uma nação brasileira saudável, culta e rica? Encontramos em Lobato indicações para a resposta de tantas encruzilhadas. No volume intitulado *Problema Vital*, ele falava das ilusões, “licenças poéticas” dos que teimavam em não ver o verdadeiro Brasil. E alertava: essas mentiras ilusórias começam nas escolas!

O que nos campos a gente vê, deambulando pelas estradas com ar abobado, é um lamentável naufrago da fisiologia, a que chamamos homem por escassez de sinonímia. Feíssimo, torto, amarelo, cansado, faminto. (LOBATO, 1957:234).

Há os que negam o nosso estado caquético e vogam ainda, felizes, em pleno mar de ilusões(...)Retardatários, amigos da fachada, trazem cem anos de retórica nos miolos, estão convencidos de que Peri arrancou a palmeira e de

que os cablocos são outros tantos Peris de camisa aberta ao peito. Salva-os a boa fé. (1957:298).

Porque é na escola que a mentira pia começa (...) A criança, no período em que a cera mole do cérebro recebe sem reservas e guarda indeléveis todas as impressões recebidas, aprende que somos o povo por excelência, o mais rico, o mais belo, o mais florido, o mais todos os bons adjetivos do léxico (...)E vai se perpetuando a ilusão funesta. O primeiro passo, pois, para o saneamento do Brasil, consiste em matar essa ilusão, desprezar a opinião do suborno externo e a mentira pia interna, não mais soprar gaitinhas patrióticas, não ser otimista nem pessimista – pólos do mesmo erro – e sim, pura e exclusivamente, verdadeiros. (1957:313)

Ora, se a escola ajudava a propagar imagens ilusórias e falsas do país, a transformação dos “cérebros moles de cera infantis” em pólos irradiadores da verdadeira realidade brasileira deveria acontecer, então, nos lares e escolas. Penna, em vários textos publicados na passagem dos anos 20 para a década de 30, afirmava que cabia à escola e aos pais o dever dominante de entreter nas crianças “o sentimento vivo das responsabilidades da família e do lar no concerto social”, e destacava a decisiva influência da mulher para a sua eficiência. A escola deveria ser um prolongamento ou uma expressão da vida familiar, pelas atividades comuns a uma e a outra, com formas de cooperação, autoridade, obediência, disciplina e trabalho, princípios indispensáveis à paz e à prosperidade coletiva. Em artigo onde Penna uniu a função educativa da escola, do lar e da mulher, ele assim proclamou:

Esses princípios devem ser implantados não só para a eficiência da escola, como por sua benéfica influência presente e futura sobre as famílias dos educandos, em cujos cérebros receptíveis deles se gravam para despertar em todo tempo e serem praticados nos respectivos lares. E indispensável habituar as crianças à prática das virtudes higiênicas; asseio do corpo, as vestes e do espírito, sobriedade, laboriosidade, recreio e exercícios físicos adequados.¹⁶¹

Para efetivar o plano de educação higiênica e eugênica da nação, seriam usados múltiplos recursos educativos, palestras, cartazes, folhetos e novas tecnologias como o rádio¹⁶² e o cinema. Nesse aspecto, procurando divulgar suas idéias, Roquette-Pinto, Penna e Kehl utilizavam recursos fílmicos, radiofônicos e gráficos. Muitos esforços eram dedicados à assistência e educação de gestantes, crianças e mães, com a finalidade de combater as doenças e construir padrões de comportamento sob a ótica da consciência sanitária. Não foi esquecido o importante papel a ser desempenhando pelas enfermeiras de saúde pública. As guardas

¹⁶¹ PENNA, Belisário. “A Mulher, A Escola e o Lar”. São Paulo, *Diário de Notícias*, 3 set. 1930. Fundo Pessoal Belisário Penna, COC/Fiocruz.

¹⁶² Sobre os intelectuais e o uso do rádio na tarefa de educar “as massas”, ver a importantíssima tese de mestrado de Dângelo (1994).

sanitárias e as visitadoras sanitárias foram também destacadas como importantes agentes educativos, pois tinham contato direto com as famílias no seu cotidiano, podendo atuar na formação de novos hábitos. As campanhas eugênicas associavam estratégias coercitivas e persuasivas. Os agentes envolvidos na tarefa de higienizar a sociedade, tendo em vista sua reformulação, compreendiam dessa maneira a importância da educação da mulher, em virtude do papel atribuído ao sexo feminino na família: administrar o lar, preparar a alimentação e suprir as demais necessidades do marido e dos filhos.

Penna ressaltava a importância das profissionais de saúde para a higiene da sociedade:

Não fica, porém, na formação das bandeirantes o nosso plano. Além da educação higiênica escolar, cogita ele, igualmente, da educação higiênica popular, por intermédio das ‘Guardiãs de Saúde’. Que vem a ser isso? A mais nobre e dignificante profissão destinada à mulher, a de maiores e melhores benefícios à nacionalidade.¹⁶³

Afirmar a especificidade da eugenia no Brasil e demais países (como a Argentina) não significa negar ou atribuir características positivas e/ou negativas para o eugenismo nacional.¹⁶⁴ A eugenia brasileira foi tão rigorosa quanto em qualquer país. Suas estratégias disciplinares talvez tenham sido mais sofisticadas. Se nos EUA, entre 1906 e 1940, as leis eugenistas esterilizaram mais de 60.000 mil pessoas, estando presente em vinte e sete estados, no Brasil, por exemplo, mulheres não brancas e pobres, internas em manicômios, também foram esterilizadas. Há a esse respeito, inclusive, uma posição muito criticável em análises efetuadas por profissionais ligados à psicologia. Eles consideram, por exemplo, que não houve ações de esterilização compulsória no Brasil. Não negam as experiências esterilizadoras efetivamente realizadas nas mulheres internadas em locais como a Colônia Juliano Moreira. No entanto, em grande parte, essas intervenções são vistas por esses profissionais psiquiátricos, ainda hoje em dia, exatamente como a ciência alienista da época encarava: eram absolutamente terapêuticas. A esterilização estava “receitada” sob uma orientação terapêutica. Compulsórias, mas autorizadas pela ciência psiquiátrica, as propostas de esterilização misturavam-se às políticas educacionais e sanitaristas. Portanto, a Eugenia nacional não representou, certamente, uma prática impiedosa de eliminação dos indesejáveis. Mas, nem por isso, podemos ignorar seus aspectos disciplinares e de implicações também

¹⁶³ PENNA, Belisário. “Plano de Educação de Higiene na Escola e no Lar.” In: *Hygia. Revista Popular de Medicina e Educação Sanitária*. Número 2. Julho de 1928. Fundo Belisário Pessoa Penna, COC/Fiocruz.

¹⁶⁴ Sobre a Eugenia na América Latina, consultar MIRANDA, Marisa e VALLEJO, Gustavo (orgs.) (2005) e (2007).

trágicas¹⁶⁵. Nesse texto, não trataremos das diversas aplicações que as idéias eugenistas tiveram na sociedade brasileira. Por enquanto, nossa atenção está delimitada.

E o que consistiria o branqueamento? Considerava-se que, com o passar do tempo e evolutivamente, teríamos uma igualdade racial pela suspensão gradual das raças. Assim, esta concepção resgatava a mestiçagem que degenerava as raças puras e impedia a superação da miséria e da doença. Onde entrava a Eugenia? Autorizada pela ciência e dignificada pelo progresso da nação, seria possível selecionar melhor os cidadãos. Como? O Estado deveria adotar políticas higiênicas e eugênicas.

3.5 O Branqueamento

Uma questão um pouco esquecida, mas que gerou polêmicas nas ciências sociais diz respeito à presença de “idéias estrangeiras” no Brasil. Essa discussão geralmente partia da suposição de que o Brasil importava “idéias fora de lugar.”¹⁶⁶ Assim, por exemplo, explicava-se a presença das idéias liberais na sociedade escravista do século XIX como inadequada. Esta tese já foi suficientemente debatida e refutada, sendo devidamente esquecida. E também não me parece que devemos perder tempo supondo que o eugenismo estivesse de modo equivocado sendo transplantado.¹⁶⁷ Durante o texto, estamos demonstrando que as idéias eugenistas não obedeceram fronteiras e muito menos respeitaram ideologias.

Mas, afinal, como proceder a eliminação de grandes parcelas da população brasileira, se esta era mestiça? Certamente os intelectuais nacionais estavam lendo e discutindo obras e autores da Europa e demais países que, naquele momento, viviam a certeza de que a eugenia era o caminho certo para o progresso da humanidade. Mas, a apropriação era orgânica à

¹⁶⁵ A identificação do aparato estatal, única e exclusivamente, com a repressão leva-nos a alguns equívocos. Quando não reconhecemos a amplitude do Estado e a estrutura das classes, somos levados a pensar na derrocada total das idéias eugenistas, na medida que o Estado não implantou efetivamente políticas eugenistas restritivas e punitivas aos indivíduos. Mas, alertamos que mulheres pobres e negras foram esterilizadas sob o argumento terapêutico. E que símbolos derivados das idéias eugenistas atuaram na sociedade, além da comprovada eficácia na política de imigração. As instituições reorganizam constantemente idéias e práticas coercitivas e ideológicas. Sobre a história dessas mulheres que, somente muito recentemente, começa a ser contada ver FACCHINETTI, Cristiana; RIBEIRO, Andréa; MUÑOZ, Pedro F. de. *As insanas do Hospício Nacional de Alienados. História, Ciências, Saúde –Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.231-242, jun. 2008.

¹⁶⁶ As idéias estavam no lugar, não havendo incompatibilidade entre liberalismo e escravidão. Ver BOSI (2003).

¹⁶⁷ Poderíamos indagar: *Mas, as idéias têm lugar?*

sociedade. Não era, como se pode supor, efeito de uma leitura errônea, equivocada ou imprópria.

Nada mais polêmico para os grupos eugenistas do que o valor da mestiçagem. A não ser os autores que, indiscutivelmente, mantiveram uma distância considerável das teses influenciadas pelo racismo científico, como Lima Barreto, Manoel Bomfim e demais agentes sociais que ainda permanecem desconhecidos, ou por que suas obras não mereceram registros ou porque estão à espera de pesquisadores¹⁶⁸ que investiguem esses intelectuais que opuseram-se a esses esquemas explicativos baseados em hierarquias racistas de todos os tipos. Porém, observando jornais, peças teatrais, músicas e textos difusos, vamos encontrar, certamente, outros “retratos” do Brasil. Veremos, que a apreensão e interpretação das condições de existência das populações urbanas e rurais não estavam restritas apenas aos intelectuais que tinham suas obras publicadas em grandes editoras ou artigos em jornais poderosos como *O Estado de São Paulo*. Enquanto para esses intelectuais as condições de saúde, valor dos mestiços e imigração eram questões nacionais, as formas de reprodução das condições sociais não eram questionadas. A produção e a manutenção da força de trabalho e da posição periférica que o Brasil ocupava no mundo da produção capitalista, também eram esquecidas. No entanto, de uma forma bastante difusa, mas nem por isso, irrisória, militantes políticos, anarquistas, socialistas, libertários e jornalistas representantes das classes sociais operárias, questionavam aquele modo de vida que estava sendo desenvolvido.¹⁶⁹ Como podemos averiguar, nos textos dos eugenistas, os trabalhadores somente aparecem quando sofrem críticas por seu atribuído comportamento destituído de razão. No fundo, a noção de raça continuava imperando como conceito de análise. Muito distante, mas muito distante mesmo, permanecia oculta, a maneira como a força de trabalho era reproduzida. A discussão não ultrapassava as fronteiras do campo. Roquette-Pinto, por exemplo, ao que parece, sempre, procuraria, inclusive, restringir a polêmica, para o seu setor, a Antropologia desenvolvida no Museu Nacional.

¹⁶⁸ Não é absolutamente o caso do Lima Barreto, que vem sendo estudado; e mesmo Bomfim que já mereceu estudos interessantes. Sobre esse sergipano que refutava as teses racistas e deterministas, recentemente foi editado um livro que demonstra o quanto Bomfim combateu o racismo. Ver ALVES FILHO (2008).

¹⁶⁹ Lima Barreto, talvez seja um bom exemplo de integrante desse grupo. Na crônica “Problema Vital” do dia 22/02/19, ele indagava a Monteiro Lobato, “Onde está o remédio, Monteiro Lobato? Creio que procurar meios e modos de fazer desaparecer a ‘fazenda’(...) há câmaras municipais paulistas que obrigam os fazendeiros a construir casas de telhas, para seus colonos e agregados. Será bom? Examinemos. Os proprietários de latifúndios, tendo mais despesas com seus miseráveis trabalhadores, esfolarão mais os seus clientes, tirando-lhes ainda mais dos seus míseros salários ...”. (BARRETO, 2004: 458).

Do ponto de vista fisiológico, as pesquisas provaram que os cruzamentos entre branco e negro, e branco e índio dão sempre tipos normais, a menos que os progenitores sejam portadores de herança mórbida. Em geral, tem-se o hábito de considerar degenerados, mestiços que são apenas doentes ou disgênicos. Não é o cruzamento; é a doença a causa do aspecto débil de muitos deles (...) é uma questão bastante difícil, à primeira vista; pois que o resultado dos cruzamentos é condicionado não somente por fatores biológicos, mas também por fatores sociais. (ROQUETTE-PINTO, 1982: 94).

Quando tratamos do campo médico e intelectual brasileiro, as disputas políticas expressaram representações sociais diversas. De fato, não houve um processo consensual ou mesmo homogêneo. As diferentes opiniões e interpretações sucediam-se e estabeleciam relações conflituosas. Em nossa análise, o que distingue os pensadores que se propunham a pensar as questões de raça e identidade nacional são ínfimas particularidades. Alguns fundamentavam aversão pela sociedade miscigenada numa ideologia do branqueamento. Outros identificavam valores positivos nos elementos mestiços e no negro. Mas quase todos os exemplos do pensamento social brasileiro desejavam e pensavam numa maneira de branquear a cor da pele, as atitudes e os comportamentos. No entanto, isto não significava, em boa parte das situações, interpretações totalmente opostas. Diversas, ocasionalmente contrárias, mas não necessariamente antagônicas.

Talvez a minha opção teórica e metodológica esteja subestimando demasiadamente as diferenças existentes entre os autores analisados e, assim, radicalizando para o lado oposto as concepções que critico. Claro que essas diferenças não são totalmente antagônicas, afinal todas as posições que marcaram o campo eugênico estavam referidas a expectativas de construção da nação e de leituras da realidade brasileira compatíveis com os interesses e crenças das frações das classes dominantes e de seus representantes. Contudo, sem dúvida, é também muito importante marcar os diferentes projetos gestados pelos intelectuais que representavam essas diversas frações da classe dominante que defendiam diferentes projetos de Brasil. Mas, o que venho ressaltando, ao longo do texto, é que essas diferentes propostas dos intelectuais são vistas, com frequência, pela maior parte das análises efetuadas, de forma descontextualizada e **despolitizada**.

Tentamos demonstrar que, após a identificação da inferioridade cultural, racial e moral realizada pelo pensamento cientificista haveria somente uma resposta: a educação. O ensino de novas maneiras de agir, viver e pensar orientadas pela educação, higiene e eugenia. Tarefas

que seriam gerenciadas pelo Estado e conduzidas por cientistas e técnicos¹⁷⁰. Ronaldo Conde Aguiar realizou um pequeno balanço de alguns desses autores e correntes de interpretação, quando analisou Manoel Bomfim. Transcrevo um trecho, um pouco longo, mas elucidativo, para percebermos que as margens que circunscreveram esse campo existiram e foram maleáveis:

O racismo científico dominou, a partir de 1880, o debate político e cultural brasileiro, sendo adotado, com variantes, pela intelectualidade da época. Bem verdade que as discussões sobre a desigualdade das raças estiveram sempre ligadas à questão nacional, ou seja, à possibilidade de se constituir uma nação a partir de gente predominantemente inferior-negros, índios e mestiços (...). Tal indagação, presente nos principais livros escritos na época, foi respondida em parte segundo determinados modelos de pensamento, como a ideologia do branqueamento ou da miscigenação, os quais, no fundo, procuravam dar conta do impasse histórico de Gobineau e Agassiz que condenava o Brasil à Barbárie e ao atraso. Silvio Romero (no início, pelo menos) e Joaquim Nabuco, por exemplo, que aceitavam os postulados racistas, viram na mestiçagem um mecanismo possível de integração dos africanos e dos indígenas ao universo da raça branca. A mestiçagem, segundo Nabuco e Romero, produziria em dois ou três séculos o branqueamento do povo brasileiro, servindo de filtro purificador das raças inferiores. Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, ao contrário, não só aceitaram a premissa básica do racismo – a superioridade da raça branca – como pensavam miscigenação como um mecanismo de degeneração, inclusive da raça branca. Nina Rodrigues assumiu definitivamente a etnologia afro-brasileira como objeto de estudo, apontando no mestiço (em geral) evidências de nulidade étnica devido precisamente ao cruzamento de raças díspares. Em os “sertões”, Euclides da Cunha valorizou o Brasil sertanejo em detrimento do litoral, antevendo nos sertões a rocha sobre a qual se poderia edificar a nacionalidade futura(...) Euclides, ao contrário de Nina Rodrigues, acentuou as vantagens étnico-culturais do mestiço do sertão sobre o mulato litorâneo.(AGUIAR, 2000:322).

Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, Alberto Torres, Euclides da Cunha, Belisário Penna, Monteiro Lobato, Silvio Romero, Renato Khel, Roquette-Pinto e outros, quase todos, em maior ou menor grau, pelo menos em algum momento de suas vidas pensaram a miscigenação racial como sinônimo de degeneração étnica, moral e física. Certamente, influenciados pelo conjunto de materiais ideológicos vindos da Europa, como o Positivismo de Comte, o Evolucionismo de Spencer, o Naturalismo de Taine e Buckler, a Etnologia de Gobineau, além das idéias de Darwin. Todos pensaram a questão da miscigenação como a grande questão nacional fundamental, mas o fizeram de modos diversos, alguns dos quais conflituosos entre

¹⁷⁰ Sobre a articulação entre os ideais eugênicos e o racismo científico presente no pensamento social brasileiro ver o livro de Vera Regina Marques. Neste livro a autora dissecou o discurso médico acerca da eugenia e explica sua lógica, afinal a eugenia no Brasil “... teria sua razão de ser, na medida em que reforçava a tese de não tomar as teorias eugênicas ao ‘pé da letra’, mas adaptá-las ao contexto político-cultural daqueles tempos.” (MARQUES, 1994:63).

si. Penso que qualquer tempo histórico é plural e, portanto complexo, permeado por múltiplas tensões, onde se destaca como fundamental a de classes. Evidentemente, não há um tempo que produz pensamentos e ações homogêneas.

Muitos dos pensadores nacionais repensaram e modificaram suas visões sobre o país e sua gente. Aliás, esta é uma marca da trajetória dos autores que “redescobriam o país”. Euclides da Cunha, Roquette-Pinto, Penna e Bomfim construíram, abandonaram ou simplesmente modificaram suas impressões sobre o país depois que por algum período abandonaram o “cosmopolitismo” das cidades e embrenharam-se pelos “sertões”. Mas, afinal, quais as razões da “decantada indolência” dos Jecas?

Consideramos que a existência conjunta das fórmulas sanitaristas, educativas e esterilizadoras estava, de certa maneira, associada à solução adotada pelo pensamento social brasileiro, ou seja, o branqueamento da nação, para a solução pacífica dos males do Brasil. Para esse pensamento, se a miscigenação étnica não produzisse seres totalmente degenerados e os produtos da mistura de raças fossem uma população mestiça e doente, mas capaz de aprimorar-se, tanto cultural quanto organicamente e se, ainda, os mestiços não nascessem inaptos, ações educacionais e sanitárias poderiam salvá-los. Mas, para evitar o nascimento de indivíduos totalmente indesejáveis, descendentes dos “grandes degenerados e criminosos” recomendava-se a adoção de técnicas da eugenia negativa. E assim, não haveria contratempos nesse processo: esterilização e noções de eugenia e higiene evitariam, por completo, as uniões disgênicas. Um dos meios para evitar o casamento disgênico era o chamado exame pré-nupcial.

No final dos anos 20, recebendo fortes críticas daqueles que viam com bons olhos a miscigenação racial branqueadora, pois ela não produziria, segundo esses críticos, seres necessariamente degenerados, Kehl realizava malabarismos verbais para elucidar a verdadeira face da eugenia nacional. Nesse trecho de “Eugenia e Eugenismo”, publicado no Boletim de Eugenia em agosto de 1929, ele declarava:

Tem-se registrado grande confusão em torno da Eugenia que para muitas pessoas, mesmo cultas, é considerada uma doutrina sem fronteiras, envolvendo tudo quanto se refere ao melhoramento do gênero humano. Nós mesmos, no início da campanha de propaganda em prol dessa ciência, não fomos muito claros na delimitação das suas bases e de seus propósitos(...) A Eugenia é uma ciência de fronteiras perfeitamente delimitadas. Ela tem por fim melhorar e proteger a espécie, pelo melhoramento e pela proteção das boas sementes e de seus portadores.

Em paralelo às propostas de transformação social por meio de políticas educacionais, deveriam ocorrer outras ações. Estamos falando, por exemplo, do exame pré-nupcial e da esterilização. Durante as décadas de 20 e 30, as idéias de uma nova ordem social tiveram uma sofisticada articulação de tendências. Educação higiênica e esterilização eram os emblemas mais visíveis dessas formulações. Ainda que correndo o risco da fácil simplificação, podemos definir que os arautos do futuro homem brasileiro desejavam normas de educação para melhorar as faces do povo doente, feio e pobre e de regras biológicas para garantir a produção de um estoque potencialmente capaz de formar uma raça nacional ideal. Nada ficaria ausente da planificação eugênica. Nem mesmo, a avaliação física dos nubentes.

Por todos esses motivos devem ser terminantemente evitados os casamentos entre indivíduos com caracteres patológicos, quando são dominantes ou recessivos e, sobretudo, entre indivíduos consangüíneos ou entre os que não sendo consangüíneos apresentam, entretanto, caracteres patológicos homólogos. (KEHL, 1929: 95).

E qual era a função da educação higiênica? Ela buscava a normatização da vida cotidiana. Ao enquadrar as atitudes infantis, planejava educar para toda a vida. Assim, os pressupostos da higiene e da eugenia seriam obedecidos atingindo o efeito moralizador dos costumes. As práticas educativas teriam por objetivo construir para a sociedade indivíduos produtivos e saudáveis. A partir daí, a educação seria o melhor instrumento para adaptar o indivíduo ao meio social. Preparação do corpo pela educação física; da mente pela educação moral; do intelecto pela educação formal e para o trabalho produtivo pela educação profissional. As relações entre higiene e educação vinham de algumas décadas, consolidando um pensamento que articulava saúde às condições de higiene e comportamentos, que poderiam ser adquiridos através da educação. Para solucionar os problemas relativos à saúde pública seria necessário, portanto, educar a população, ensinando conhecimentos higiênicos e eugênicos para que adquirissem hábitos mais sadios.

Essa associação contribuiu para reforçar as atividades de educação higiênica destinadas à formação de hábitos, acabando por destacar a criança e a mãe como alvos das políticas públicas. A criança, por exemplo, passou a ser um indivíduo capaz de absorver conhecimentos, portanto, poderia ser moldado de acordo com as normas propostas. A preocupação em educar a criança levou, por extensão, à família, ressaltando-se a importância do ensino da puericultura às moças que seriam as futuras mães. Com essas estratégias, a educação higiênica estendia-se aos lares. A preocupação com a saúde invadiria a educação, sendo parte integrante do ensino recebido nas escolas. As normas educacionais estabeleciam,

assim, além de regras profiláticas contra doenças infecto-contagiosas, padrões morais, isto é, de atitudes e comportamentos que definiriam o ser humano educado, saudável e trabalhador. As informações médicas misturaram-se à educação formal, criando a integração entre as questões relativas à educação e à saúde, procurando consolidar uma visão sobre o homem produtivo. O eugenista Octavio Domingues dedicou boa parte de sua obra a estabelecer as relações e hierarquia entre educação e hereditariedade em função da eugenia.

Chegamos, então, a conclusão necessária, de que, para exaltar a eficiência da educação, mister se faz melhorar as heranças humanas, biologicamente(...) Para mudar biologicamente o homem, para fazer dele uma sorte diferente do animal, será necessário agir pela hereditariedade, isto é, pela seleção dos pais. (DOMINGUES, 1929: 134).

A educação pode muito. Pode quase tudo, em matéria de melhorar tendências e desenvolver inteligências medíocres. Mas, o que ela não pode é mudar, modificar a constituição hereditária do indivíduo (...) Não será com a educação dos delinquentes, dos imbecis, dos tarados mentais, enfim, que faremos com que desapareçam, da Terra, todas essas tendências más e maléficas (...) os efeitos da educação são grandes, mas inócuos para a vida da espécie, efêmeros em relação a ela. (DOMINGUES, 1929: 124).

Identificada a ausência de educação como uma das causas da pobreza e, principalmente, das doenças, uma das propostas para superar os obstáculos que dificultavam a chegada do Brasil à civilização, estágio evolutivo que os outros países já experimentavam, seria a difusão da educação higiênica. Os conhecimentos médicos repassados às famílias lhes permitiriam cuidar adequadamente dos filhos, de modo a lhes garantir uma boa saúde. A educação higiênica consistia, sobretudo, na aquisição dos hábitos de higiene. Essa visão de escola e de educação, que não só aperfeiçoava o espírito como também formava o corpo, tornava indispensável a presença de novos conhecimentos e práticas a compor o universo pedagógico. O controle sobre os indivíduos deveria ocorrer em todas as esferas da vida e a educação planejou branquear os corpos e as mentes. Pretendia-se fazer da escola, portanto, o centro irradiador da moderna nação e de um novo homem. E regenerar a raça nacional pela educação da higiene passou a ser o fundamento do discurso eugênico, que entendia ser necessário instruir o povo, pois somente a educação conduziria o país à condição de uma nação civilizada e moderna.

Mas, se à escola caberia a propagação das práticas higiênicas para a sociedade, cabendo aos professores papel destacado, como foi articulada a rede que entrelaçava, por exemplo, os transmissores desses saberes, os médicos e educadores? Esses profissionais encontravam-se nos serviços públicos, ocupando cargos nas diversas instituições, cuja área de

atuação fosse a saúde ou a educação. Segundo os agentes, a higiene deveria atuar até na localização da escola, abrangendo, por exemplo, a localização do prédio, dimensões das salas, iluminação e ventilação. A instituição escolar tornava-se higiênica na própria concepção arquitetônica. Edifícios amplos e iluminados. Várias teses defendidas nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia por jovens médicos ocuparam-se do tema Higiene Escolar¹⁷¹. Nesses textos é comum haver instruções detalhadas acerca do terreno, instalações sanitárias, tipo de mobiliário, estabelecendo, até mesmo, a altura da carteira e a distância da cadeira.

De resto, considerava-se a higiene um conjunto de conhecimentos que proporcionariam uma vida saudável e que cultivariam o cidadão apto para construir a nação. As práticas higiênicas deveriam regular atos comuns desde a escovação de dentes até as condutas sociais públicas. A organização da saúde pública, estruturada na educação sanitária da população, ampliou a atuação dos profissionais de saúde. Devido a essas atribuições tornara-se indispensável controlar a população para formar um povo perfeito do ponto de vista eugênico. Para esse pensamento, os problemas sanitários e higiênicos, entre os quais estavam incluídos até o matrimônio, eram políticos e sociais, isto é, da alçada do poder público. E, evidentemente, isto aumentaria tanto o poder de influenciar as políticas sociais por parte dos profissionais médicos quanto às possibilidades econômicas desses setores. Afinal, também estava em jogo, a formação e aumento de um mercado produtor e consumidor de serviços e produtos médicos.

No período entre as guerras, buscou-se formar indivíduos saudáveis, pois acreditava-se que a população brasileira, em sua maioria, era constituída por homens degenerados, indolentes, analfabetos e doentes. As décadas iniciais foram marcadas pelo esforço dos intelectuais em divulgar a Eugenia, que seria um antídoto para os males do país, com a publicação de livros, panfletos e a organização de associações e congressos. Ela foi uma tentativa de aprimoramento dos indivíduos por meio do controle dos traços genéticos. Segundo teorias racistas que associavam degeneração à miscigenação, a união de indivíduos de etnias diferentes produzia seres inaptos para a sociedade. Segundo essas idéias os mestiços recebiam os defeitos das raças inferiores. O pessimismo em relação ao perfil racial nacional poderia ser superado quando as práticas do eugenismo fossem adotadas. Percebida como uma arma capaz de melhorar a raça e o futuro do Brasil, a eugenia encontrou entre os médicos e

¹⁷¹ O livro de Afrânio Peixoto trazia várias recomendações médicas sobre a higiene escolar. PEIXOTO, Afrânio. *Noções de Higiene*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

educadores os mais importantes divulgadores. Um dos melhores textos que estudam a eugenia, Marques (1994) oferece sua interpretação sobre essa visão que a eugenia brasileira fazia da sociedade:

Tornara-se bastante claro aos eugenistas que o controle sobre a população deveria ocorrer em todas as esferas da vida social e o 'saneamento pela educação' estendia-se sobremaneira, a se considerar que o país vivia tempos de 'entusiasmo pela educação' e 'otimismo pedagógico' – expressões cunhadas por Nagle – em relação ao clima que se instaurava com o advento do escolanovismo. Poder-se-ia fazer da escola, portanto, centro irradiador do disciplinamento eugênico. (...)

E regenerar pela educação passara a ser a tônica do discurso educativo dos anos 20, que colocava a escola com seus rituais como espaço aberto para as reformas morais e intelectuais(...) era necessário instruir o povo para que conquistasse a cidadania, pois somente o conhecer proporciona vencer e progredir, fazendo do país uma nação civilizada (...). (MARQUES, 1994:101).

Notamos que além de prescrever a necessidade da organização da nação, os intelectuais da geração nascida com a Proclamação da República, requisitavam, num terreno de disputas políticas, a primazia, ou ao menos, a devida importância para as suas especialidades profissionais, seus cargos e locais de trabalho, no tocante ao assessoramento e formulação das políticas públicas. Roquette-Pinto, no Congresso de Eugenia, recomendava a antropologia eminentemente científica e o Museu Nacional como o espaço adequado para exercer essa influência junto ao Estado. Ressaltamos que os autores estudados contribuíram, e muito, para a construção da noção de Estado que paira acima das classes, do Estado que forma a sociedade. Curiosamente, determinados trabalhos acadêmicos da historiografia brasileira reproduzem essa visão. Muitas vezes, se não fosse pelo uso de aspas, não saberíamos dizer se algumas das frases contidas em exemplos historiográficos, reiterando essa visão de Estado, são de autoria dos pesquisadores ou se é um Oliveira Vianna falando. Porém, o Estado não pode ser definido nem analisado isoladamente do seu contexto histórico social. A especificidade conjuntural de sua história deve ser destacada em função dos diversos grupos, interesses e estratégias em luta. Essa visão pressupõe resistências ao Estado que, com sua aparente neutralidade, não é um todo coeso.

Valho-me da obra de Antonio Gramsci (1891-1937) para definir poder político. Gramsci considerava que o exercício da hegemonia é obtido não só por força e consentimento, mas também por um contínuo processo de negociação, fruto de alianças políticas e ideológicas. Hegemonia implica aceitação em parte das regras; mas essa aceitação

não é tácita nem automática. É repleta de ambivalências e contradições. Esta aceitação ou esse consenso tem a participação do Estado e dos intelectuais (Gramsci, 1977:147). E esta hegemonia é tecida pelos intelectuais. Para Pierre Bourdieu (1930-2002), o poder simbólico consegue impor significações que são naturalizadas como legítimas. Assim, os símbolos intelectuais afirmam-se como instrumentos de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida.

Anteriormente, comentamos que é espantosa a ausência de trabalhos que investiguem a complexidade das agências e agentes sociais no período estudado (1917-1937). Inúmeros atores sociais, associações e periódicos eugenistas que participaram de um intenso processo político conflituoso e que não se movia linearmente. Lobato, Kehl, Penna, Liga Pró-Saneamento e Boletim de Eugênia são apenas alguns exemplos dentre as centenas de casos de publicações, intelectuais e instituições que atuaram no período. A partir da matriz gramsciana, consideramos que o Estado não comporta apenas aparelhos de coerção que, sem dúvida, possibilitam uma dominação, mas também produz uma direção intelectual. Tal perspectiva ajuda-nos a pensar como os intelectuais do campo eugênico construíram suas práticas e representações frente aos demais grupos organizados na sociedade, a que estavam vinculados e, ainda como disputavam e como consolidavam sua presença nas diversas agências do Estado.

Uma outra contribuição importante ao estudo das agências é a noção de intelectuais trabalhada por Gramsci. Esse conceito é fundamental, pois refere-se à importância da cultura e da consciência de que a construção da hegemonia é inviável sem os intelectuais. Daí, que os debates científicos tem laços com as classes sociais e não podem ser compreendidos, exclusivamente, enquanto embates profissional e técnico entre os especialistas. É precisamente nesse ponto que reside a minha proposta de análise da Eugenia no Brasil. Os textos, artigos e teses produzidos recentemente sobre Eugenia enfatizam, segundo minha análise, demasiadamente, as possíveis diferenças científicas entre os agentes. Todavia, fazem pouca menção ao papel político que esses agentes exerceram. Os agentes (intelectuais) desse processo podem ser definidos como aqueles que ocuparam um importante espaço na formulação, direção e organização em qualquer área da sociedade, não ficando restrito ao mundo das idéias eugenistas, científicas ou não.

Ao longo da primeira metade do século XX, periódicos, intelectuais e publicações que veiculavam o ideário eugênico desempenhavam uma função de destaque no processo

dinâmico da formação social brasileira. As agências de promoção da Eugenia devem e podem ser analisadas como espaços de trocas entre os agentes, constituindo-se em círculos de negociação e representação. Uma formação social não consiste apenas num modo de produção de bens materiais garantido coercitivamente pelas mãos do Estado, mas também em hábitos e comportamentos, numa visão de mundo difundida pelos intelectuais na qual se inserem os costumes e os modos de pensar, agir e sentir dos homens que constituem suportes das normas da ordem social.

Alguns cientistas sociais afirmam que, devido às características “gelatinosas” da sociedade brasileira, os conceitos oriundos da matriz gramsciana não teriam aplicação nos estudos sobre Estado e Poder no Brasil. A isso deve-se, creio eu, à uma leitura míope da política em Gramsci. No entanto, a concepção de Estado da matriz gramsciana é ampla. Não está restrita a conquista e controle do governo e nem somente nas maneiras repressivas de conservar o poder. O sentido é muito mais amplo. Desvinculado de seu sentido restrito, o conceito de Estado é ampliado. Torna-se um complexo de atividades práticas e ideológicas com as quais as classes e frações tentam justificar e manter o seu domínio, mas também obter o contínuo consentimento.

Portanto, as ligas médicas tinham a tarefa de organização e representação dos interesses dos intelectuais eugenistas, médicos ou ligados às áreas das ciências biológicas, embora profissionais de outros setores também estavam representados, exercendo influência significativa junto às instâncias da sociedade política, afinal, seus membros pertenciam as diferentes áreas da política e da economia. Não foi raro que os membros de uma liga fossem os mesmos de outra associação médica ou política. Seus diretores poderiam ser os mesmos. O médico Arnaldo Vieira de Carvalho, por exemplo, era Presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo e um dos vice-diretores da Liga Nacionalista de São Paulo (1916-1924).

As estratégias higiênicas e eugênicas pretendiam realizar o sonho utópico da sociedade perfeita. Para educadores e médicos envolvidos nesse projeto político, as condições de vida da população trabalhadora eram, em grande parte, o resultado do modo de vida irracional, doente e ignorante. Cabia não somente ofertar-lhes atendimento médico, mas também normas e noções de uma educação moral e cívica. O discurso da educação higiênica tornou-se um dos pontos básicos da questão nacional. Abriu-se o campo para a proliferação das políticas que investissem sobre o corpo e as maneiras de viver. As grandes transformações urbanísticas foram justificadas como imprescindíveis à boa saúde dos habitantes das cidades. Da mesma

maneira, as transformações políticas e sociais eram apresentadas como necessárias para o pleno funcionamento do corpo da nação. Foi-se legitimando um projeto político. O discurso médico-pedagógico procurava responder ao problema de controlar a população, que reagia de forma hostil às normas sanitárias, cuja racionalidade representava uma necessidade vital. A oposição popular às iniciativas saneadoras da cidade do Rio de Janeiro era interpretada como manifestações de indisciplinados e ignorantes, sobre a qual era necessário impor a ordem pública. Os conflitos ocorriam por mau funcionamento de alguns órgãos da sociedade. Dessa forma, nada poderia escapar ao diagnóstico autorizado do médico: o lar, a família, o corpo, a política e o trabalho.

Até os anos 20 não existia um serviço estruturado de postos de atendimento médico permanentes e os objetivos da saúde pública estavam associados ao controle das epidemias. Este modelo “campanhista”¹⁷² baseava sua intervenção médica na polícia sanitária. Contudo, não houve ruptura e nem mesmo uma transição entre o modelo campanhista-policial para um modelo de atenção médico-pedagógico.¹⁷³ Portanto, concordamos com Benchimol e Teixeira, quando esses autores analisam como equivocados os estudos teleológicos com relação às teorias e práticas sanitárias. Quando a Fundação Rockefeller contemplava em seu programa da saúde pública no Brasil a disseminação de postos médicos e de ações em educação sanitária, isto não implicou no abandono da tradição campanhista no Brasil, levada a cabo pelos médicos nacionais.¹⁷⁴

¹⁷² Campanhismo. As ações públicas de controle das doenças se deveram em parte a necessidade de garantir a produção e a circulação de mercadorias. Historicamente, elas assumiram modelos e práticas diversas.

¹⁷³ Sobre os modelos de atenção à Saúde Pública, consultar MERHY (1992).

¹⁷⁴ BENCHIMOL, Jaime Larry e TEIXEIRA, Luiz Antonio. *Cobras, Lagartos e outros Bichos: Uma História comparada dos Institutos Oswaldo Cruz e Butantan*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1993. Sobre a atuação da Fundação Rockefeller no Brasil consultar FARIA, Lina Rodrigues de. “Os primeiros anos da reforma sanitária no Brasil e a atuação da Fundação Rockefeller (1915-1920)”. *Physis. Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 109-127, 1995.

4.

CAPÍTULO III

UM EUGENISTA NOS TRÓPICOS

País de mestiços onde o branco não tem força para organizar uma Kux-Klan é país perdido para altos destinos. André Siegfried resume numa frase as duas atitudes. ‘Nos defendemos o front da raça branca – diz o Sul – e é graças a nós que os Estados Unidos não se tornaram um segundo Brasil.’ Um dia se fará justiça ao Klux Klan; tivéssemos aí uma defesa desta ordem, que mantém o negro no seu lugar, e estaríamos hoje livres da peste da imprensa carioca – mulatinho fazendo o jogo do galego, e sempre demolidor porque a mestiçagem do negro destrói a capacidade construtiva. (LOBATO em 1928).¹⁷⁵

Temos literatura; ciência quase nenhuma. O esforço disciplinado que a ciência pede não condiz com o nosso temperamento de povo tropical, tão mais amigo da rua que dos interiores. A rua é literária e a ciência só germina no recesso silencioso dos gabinetes e laboratórios – instituições nitidamente peculiares aos climas frios. Como pode medrar a meditação, o estudo longo, numa terra em que o calor constantemente nos toca para a rua – para o ar livre? Falta na obra de R. Kehl uma página sobre a função do frio no desenvolvimento da ciência e da atitude científica(...) (LOBATO, 1957:81).

Renato Ferraz Kehl (1889-1974) foi um importante representante do campo eugênico brasileiro e latino-americano entre o final dos anos 10 e 40 do século passado. Como um dos seus principais integrantes, Kehl esteve no centro das discussões que a eugenia provocou naquele período. Sua trajetória intelectual situada entre 1917 e 1937 foi dedicada à divulgação das idéias, organização e tentativa de implementação das políticas públicas embasadas pelo

¹⁷⁵ Lobato em carta a Arhtur Neiva. 10/04/1928. Fundo Pessoal Arthur Neiva, CPDOC.

ideário eugênico. Ao longo de sua existência, Kehl procurou manter contato permanente com intelectuais eugenistas nacionais, estrangeiros e também com as agências intelectuais e políticas mundiais, procurando formar uma rede de apoio às idéias eugenistas. Durante a tese, venho criticando o que nomeei de historiografia da eugenia. Grande parte desta literatura sustenta que o pensamento de Kehl sofreu uma ruptura. E que, com o passar dos anos, ele distanciou-se do movimento sanitarista e dos pressupostos de uma eugenia preventiva mais “suave”. Ou seja, para esse conjunto de trabalhos, alguns bem recentes, não houve uma interação intelectual e prática entre as idéias eugenistas e sanitaristas. Haveria uma divisão e oposição. Notamos também, que boa parte desses textos tendem a reproduzir os conceitos e argumentos que os intelectuais do campo eugênico utilizavam. Se formos seguir linearmente as declarações textuais dos intelectuais eugenistas, corremos o risco, até mesmo de considerarmos como benéficas as formulações efetuadas por esses homens. Afinal, poder-se-ia argumentar que eles estavam preocupados com o futuro da nação. E, além disso, a chamada via negativa não prosperou no Brasil. Porém, ao longo do texto, já esclarecemos que não devemos desprezar, por um lado, o aspecto coercitivo do eugenismo nacional e, por outro, aconteceram, sem dúvida, ações inscritas dentro do que os membros do campo definiram como específicas da eugenia negativa.

Eugenia preventiva constitui o que se poderá denominar propriamente a ‘higiene da raça’. Preocupa-se de preveni-la das doenças, dos males econômicos e sociais e dos venenos degeneradores. Tem em mira as questões da higiene pré-natal, de puericultura, de higiene e educação sexual. (KEHL, 1929:154).

Nosso interesse é o estudo do campo eugênico. Para nós, a hibridização de estratégias não representou um ato isolado de intelectuais em meio caótico, nem desempenhou um papel equivocado cometido por intelectuais eugenistas nacionais ou pelas correntes de pensamento. Foi efetivamente uma ação produzida por homens vivendo em sociedade historicamente situada no tempo e no espaço. Portanto, o objetivo central dessa tese de doutorado consiste na análise das concepções que propiciaram a combinação das estratégias. Por meio das premissas que venho criticando, somente no final dos anos 20, Kehl teria se aproximado de medidas “mais duras”, características da eugenia negativa, muito em voga em alguns países da Europa e nos EUA. Tais afirmativas argumentam que a viagem de cinco meses a Alemanha, entre abril e setembro de 1928, teria colocado o eugenista em contato com as idéias e soluções nazistas e despertado sua simpatia por um programa eugênico mais agressivo. A relação com

eugenistas alemães, suecos, noruegueses e norte-americanos teria ficado mais intensa também.

Um dos argumentos para desacreditar a produção nacional eugênica é a tentativa de caracterizá-la como cópia mal feita de uma teoria original. Alguns analistas até negam a existência da eugenia no Brasil. A explicação para tal fato estaria na ausência de uma tradição científica no país. Daí explicar-se-iam, segundo essas observações, as fundamentações teóricas frouxas, confusas e maleáveis próprias do eugenismo nacional. Não vou dizer que nossos agentes sociais estavam totalmente atualizados com o que se produzia nos laboratórios dos demais países¹⁷⁶. Até a década de 1920, a possibilidade de adquirir cultura científica estava restrita a quase somente as poucas escolas de medicina. No entanto, não é raro encontrarmos citações que demonstram um conhecimento, mesmo que um pouco superficial, do que era produzido pelo mundo. Vários trabalhos já demonstraram que esse conhecimento não era “rasteiro”. Mas, é importante salientarmos que, em alguns lugares, a produção e o conhecimento científico era totalmente compatível com os maiores centros de pesquisa do mundo. Como exemplo dessa prática científica competitiva, o Instituto Oswaldo Cruz. Os cientistas brasileiros desse período estavam em constante diálogo com a produção científica européia, americana e latino-americana. Kehl, na palestra realizada na ACM, em 1917, cita em um determinado trecho o alemão Alfred Ploetz. Este, como outros médicos europeus imigraram para os EUA. Ploetz foi para a América em meados de 1880. Retornaria à Alemanha somente em 1904, plenamente convencido que a melhor compreensão do fenômeno da hereditariedade poderia ajudar o Estado a selecionar os melhores e mais válidos espécimes da raça alemã. Nos anos seguintes, ele emergiria como um dos principais teóricos da eugenia como ciência na Alemanha. Certamente, a experiência eugênica brasileira está muito distante da vida destes médicos, cientistas alemães e norte-americanos que desde os fins do século XIX até o ocaso da Segunda Guerra estiveram na frente da batalha para eliminar os fracos e fazerem sobreviver somente os escolhidos como superiores.¹⁷⁷ Se as universidades e centros de pesquisas eram raros. Se as bibliotecas eram escassas e dependia-se da importação de livros e revistas, não obstante, a cultura científica no Brasil não era algo tão incomum assim. Por exemplo, Kehl demonstra que tinha conhecimento do que estava sendo discutido naqueles dois países (EUA e Alemanha) e que neles havia a preocupação em

¹⁷⁶ Sobre a ciência nacional do período, consultar CUKIERMAN (2007).

¹⁷⁷ Sobre estes médicos e cientistas alemães e norte-americanos ver BLACK (2003).

escolher quem deveria viver. E o que é importante: para Kehl, estes exemplos serviriam para que o Brasil selecionasse quem deveria ser “melhorado”.

Saneiem-se os focos epidêmicos, debelem-se as endemias que assolam a nossa pátria de norte a sul, façamos repercutir as idéias eugênicas de Galton, multipliquem-se os cultores da ciência do bem geral, dessa grandiosa edificação protetora das raças do futuro. Sirva-nos de incentivo a propaganda eugênica dos Estados Unidos, façamos conhecido os trabalhos dos ilustres cientistas alemães, Ploetz e Gruber, elevemos os méritos da Eugenia, pratiquemos as suas regras para o revigoramento da população brasileira. (KEHL, 1919:78-79).

O médico Renato Ferraz Kehl é um personagem conhecido apenas dos pesquisadores que estudam a eugenia. Não é nome de hospital, rua ou creche. O arcaico vereador da cidade do Rio de Janeiro, Wilson Leite Passos, recentemente instituiu um prêmio com o nome do eugenista.¹⁷⁸ Mas, quase nada nos jornais é noticiado a respeito dele. E, no entanto, a sua trajetória não pode ser menosprezada, sendo parte importante do pensamento social e político brasileiro. Sua presença está associada ao grupo de intelectuais, médicos, políticos, educadores e cientistas que pretendiam provar a viabilidade do país e da “raça” brasileira.¹⁷⁹ Kehl foi rotulado como o legítimo representante da Eugenia. E, na verdade, sem dúvida, ele pode ser chamado de o “pai da eugenia” no Brasil. Atualmente sua obra têm sido vasculhada por diversos pesquisadores pelo país, todos interessados na complexidade de suas idéias. Contudo, a aparente contradição de Kehl constantemente se explica sob os argumentos mais variados. Diwan (2007) embora defina que “a campanha eugênica de Kehl passou por dois momentos teóricos distintos”, faz a ressalva, que considero correta: distintos, “mas não opostos”. No primeiro momento, Kehl estaria identificado diretamente com o movimento sanitaria. E, no segundo, com a eugenia mais agressiva. Segundo Diwan, o primeiro período estaria situado entre 1917 e 1928, marcado pela primeira palestra sobre Eugenia realizada na

¹⁷⁸ Projeto de Lei número 1044/2007. “Estabelece estímulos e proteção à boa geração e constituição de famílias sadias”. “Artigo primeiro. Todo casal que - visando a geração de prole sadia subordinar-se as disposições da presente Lei, terá assegurados- igualmente aos filhos assim resultantes de sua união – a proteção e os benefícios da Municipalidade, na forma a seguir estabelecida.(...)Artigo quinto. Anualmente, a prefeitura realizará, por intermédio da Secretaria de Saúde- que estabelecerá normas a respeito- concurso denominado Renato Kehl, destinado a premiar as crianças de diversas faixas etárias, até 07(sete) anos de idade(...) que sejam selecionadas como mais representativas, em termos de saúde geral...”.

¹⁷⁹ O racismo de Kehl, Vianna e dos membros do campo eugênico nacional foi diferente do racismo dos Gobineau de “carteirinha”. Para esses, a raça e o Brasil eram totalmente inviáveis. Porém, é certo, que alguns membros do campo eugênico representavam a tendência mais autoritária sobre a inferior contribuição dos negros, índios e mestiços. E, além disto, já alertei que muitos poucos intelectuais não sofreram influência das teses racialistas oriundas do determinismo biológico do século XIX.

ACM¹⁸⁰ e o retorno de Kehl da Alemanha.¹⁸¹ Após 1928, essa historiadora identifica como o tempo da radicalização, esterilização, condenação dos mestiços e da restrição à imigração.

Kehl nunca atuou sozinho na luta pela implantação de políticas públicas influenciadas pela eugenia. Contando com aliados e opositores, sua atuação confunde-se com a história do movimento eugenista. Entre seus interlocutores estavam os principais intelectuais do período. Nomes como Oliveira Vianna, Roquette-Pinto, Lobato e Belisário Penna estão lado a lado com os líderes de peso do campo eugênico internacional, como o zoólogo Charles Davenport, o principal propagandista e articulador do eugenismo norte-americano¹⁸². De maneira geral, para Kehl, a regeneração da raça, seria alcançada após a eliminação de todos os fatores disgênicos. Um dos pontos mais relevantes seria o controle da entrada dos imigrantes no país. Para a elevação do grau de aristogênia da população, a restrição da imigração evitaria que elementos externos prejudicassem a eugênica. Kehl, que sempre foi contrário à mestiçagem e a livre imigração, dizia que se tivessem que aceitar imigrantes dos outros países, que fossem dos nórdicos, jamais das nações asiáticas ou africanas. Para os eugenistas que condenavam a livre imigração, esses países estavam expulsando rebutalhos. Afirmavam mesmo uma supresa com os que defendiam a imigração. Eram favoráveis apenas se os imigrantes fossem suecos, noruegueses, ingleses e alemães.

Observamos que muitas das afirmações raciológicas contra os indivíduos vistos como inferiores, destacam que o imigrante português era, no máximo, tolerado. Lobato, nas cartas enviadas de Nova Iorque para Kehl e Arthur Neiva, demonstrava essa animosidade. E, em vários pronunciamentos dos demais intelectuais sobre a política de imigração vê-se que, aceitava-se, de modo geral, que os habitantes desse pequeno país viessem para cá, mas, claramente, esperava-se que os povos situados mais ao norte da Europa imigrassem com mais vigor. Vários intelectuais atribuíam aos portugueses e aos negros a situação em que o Brasil vivia. Permanecia o desejo de impor a mudança da população: embranquecendo-a, porém, não com brancos ibéricos. Para uma grande parcela dos intelectuais eugenistas, o Brasil devia ser

¹⁸⁰ Na Conferência de Propaganda Eugênica realizada pelo Renato Kehl na ACM em 13/4/17 ele identificava como principais fatores disgênicos: a guerra, a tuberculose, o álcool e a sífilis.

¹⁸¹ Kehl viajaria três vezes a Europa. Em 1928, 1932 e 1937.

¹⁸² De certa forma, isto demonstra como o conhecimento de Kehl sobre as concepções estrangeiras neste campo do conhecimento científico não era “rasteiro”. No Fundo pessoal Renato Kehl estão depositadas várias cartas trocadas entre Kehl e este importante eugenista. No Boletim de Eugenia em 1929 encontramos uma notícia sob o título “Cruzamento de Raças” informando que a Comissão de Estudos do Cruzamento de Raças da International Federation e Eugenic Organizations, com sede em Nova York, dirigida pelo Davenport, convidava Renato Kehl, para colaborar nessa comissão, apresentando um estudo sobre o problema dos cruzamentos inter-raciais segundo o ponto de vista brasileiro.

outro, ter outra população. Eles não queriam assumir um povo de portugueses, negros, índios e miscigenados, que ainda é ampla maioria brasileira.¹⁸³

Se, em princípio, contraditoriamente, Kehl era favorável ao branqueamento pela miscigenação devido ao poder de elevação e supremacia da raça branca, ele também, condenava a mestiçagem por acreditar que a mistura¹⁸⁴ prejudicava a melhor herança de cada raça. Achamos que essa postura se explica devido as diferentes classes eugênicas que, para Kehl, era um fator de identificação e classificação dos indivíduos. As classes aristogênicas, superiores, deveriam cuidar do seu elevado grau eugênico. Para essas, a melhor educação higiênica e eugênica garantiria a pureza de seus descendentes. Porém, grupos humanos anteriormente contaminados, poderiam ser melhorados¹⁸⁵, mas proibidos de se misturar aos superiores. Membros das camadas mais subalternas (cacogênicas) poderiam ser impedidos de procriar e, em casos extremos, de circular pelas cidades. Por esta razão, podemos explicar sua defesa intransigente da restrição à imigração. Afinal, se já era difícil controlar a população do país, para que a vinda de elementos externos? Renato Kehl divergia da opinião dos que eram favoráveis a Imigração Japonesa. Em várias oportunidades, ele manifestou esta opinião. No jornal *O Correio da Manhã* do dia dezesseis de maio de 1924, Renato Kehl expressou-se longamente sobre o tema:

Não tenho em mira, tratando do cruzamento de raça, deprimir uma, rebaixar outra, para elevar a branca. Interessa-me apenas, a questão do cruzamento para a melhoria progressiva da nossa nacionalidade(...) Os produtos desses caldeamentos heterogêneos são indubitavelmente inferiorizados. O mulato, por exemplo, é produto da fusão de 2 energias hereditárias diversas, um produto da fusão de cromossomos irreconciliáveis e que só a benevolência da natureza permite se associarem(...) O fato de se atrair para o nosso paiz povos de raça amarela não vem, portanto, criar um problema econômico, mas, sobretudo de ordem antropológica(...) Para que atrasar a nossa química racial, no seu trabalho lento de depuração?(...) Para que aventurarmo-nos a ver surgir no nosso paiz mestiços de brancos, de mulato, de índio com japonês, num imprevisto multiplicar de novos tipos, aproximados talvez de um hibridismo degenerante.

¹⁸³ Todavia, os imigrantes portugueses foram, de certa forma, aceitos. Durante todo o período compreendido entre 1930 e 1960, os indivíduos oriundos desta nacionalidade imigraram com vigor. Segundo boa parte da literatura, aos olhos dos administradores da política de imigração, esses elementos eram bem absorvido pelo “plasma nacional”. Eram brancos, católicos e possuíam uma intensa identificação com o Brasil. Porém, é certo que essa absorção não foi ausente de conflitos. Ver Koifman, 2007.

¹⁸⁴ Marcos Nalli chama de racismo acromático e racismo cromático essas linhas do pensamento de Kehl.

¹⁸⁵ Melhoradas, mas não transformadas. Seguindo a argumentação do próprio Kehl: o sabão de coco ariano ajudaria a “melhorar” mas, evidentemente, não modificaria os indivíduos.

Podemos presumir que os eugenistas realizavam a seguinte leitura: devido a tantos problemas, diante de tantas dificuldades, tentando construir soluções para os nossos pobres, doentes e feios, porque teremos que ainda receber pessoas desse mesmo tipo, porém de outros lugares distantes? Neste ponto, mais uma vez, apesar das evidentes diferenças, as opiniões dos intelectuais confluem para a defesa da nacionalidade. Roquette-Pinto declarava no documento que encontramos no acervo do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia e que está reproduzido em livro, afirmativas onde fica evidente que, para os participantes do Congresso de Eugenia, aos membros do campo intelectual eugênico deveria estar reservado, e assim, eles se consideravam, no mínimo, o papel de formuladores das diretrizes básicas que orientaria a sociedade brasileira.

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, considerando que as influências mesológicas não podem alterar no indivíduo, os caracteres hereditários transmitidos de geração em geração, julga que a seleção rigorosa dos elementos imigratórios é essencial e insubstituível como meio de defesa de nossa raça. (ROQUETTE-PINTO, 1982: 45).

Se o Brasil não tiver mais tarde uma boa lei de imigração-redigida a luz de ótimos preceitos antropológicos e eugênicos-não será culpa do Congresso de Eugenia. (1982: 47).¹⁸⁶

Tenho enfatizado ao longo dos capítulos, a ocorrência do Consenso no Dissenso. Devemos esclarecer que, em nenhum momento, estamos negando as diferenças existentes, nem entre as propostas, e muito menos ignorando os diversos perfis dos agentes sociais. A forte presença das teorias racistas e eugenistas, nessa época em que ninguém, a rigor, escapava do determinismo biológico, no Brasil, na Europa ou nos EUA, imprimiu características ao campo. No entanto, ocorre que, de modo geral, as análises sobre os usos simbólicos do conceito de raça no Brasil acabam por jogar fora a água suja junto com a criança. Não é verdade que, naquela época, todo intelectual, sanitaria ou eugenista, comungava das mesmas posições políticas e dos mesmos critérios racistas. Poucos nomes sustentavam as medidas eugênicas mais radicais. Se excetuarmos essa minoria, para os demais era possível a superação das “deficiências” raciais. Mesmo entre os membros da Sociedade Eugênica de São Paulo ou entre os militantes mais aguerridos da Liga Brasileira de

¹⁸⁶ Octávio Domingues, um dos menos conhecido desses intelectuais, até pelos especialistas, em passagem curta, demonstra que em hipótese nenhuma os problemas da imigração seriam risco para a nossa nacionalidade. A todo custo, mesmo os indivíduos mais inferiores, haveriam de ser eugenizados. “Não temamos que a imigração nos traga o abastardamento da nacionalidade, ou a inferioridade do nosso povo. Certos mestiços são de fato inferiores, mas nem sempre, ou talvez nunca o sejam mais do que os tipos inferiores das pseudo-raças puras européias. E contra aqueles, assim como contra estes, oporemos as medidas eugênicas”. (DOMINGUES, 1929:137).

Higiene Mental, havia dissensões. Por exemplo, entre Renato Kehl, que via com extremo pessimismo o Brasil, para ele, uma mistura de raças incompatíveis e Roquette-Pinto que, apesar de todas as suas ambigüidades, concordava que o Brasil não era degenerado biologicamente. Ou ainda, aqueles que estavam fora do campo, com propostas que contemplavam idéias de mudança social, como Manoel Bomfim e Lima Barreto. O que não devemos fazer, apressadamente, é concluir que a partir das nuances abria-se grandes clarões no campo.

Mas, vejamos com mais atenção, quem foi Renato Ferraz Kehl.

4.1 O Médico Renato Kehl

Renato Ferraz Kehl nasceu em Limeira, pequeno município do Estado de São Paulo, a 22 de agosto de 1889, filho de Joaquim Maynert Kehl e Rita de Cássia Ferraz Kehl. Portanto, no centro do processo histórico que significou o fim da escravidão e implantação da República no Brasil. Viveu a sua infância e adolescência em sua cidade natal, concluindo seus estudos em Jacareí, também no interior do Estado. Formou-se aos vinte anos em Farmácia e, posteriormente, em 1915, doutorou-se em Medicina na Universidade do Brasil (Rio de Janeiro). Exerceu a clínica na capital paulista durante alguns anos. No entanto, logo viria a se interessar pelos princípios da eugenia, fundando a Sociedade Eugênica de São Paulo com cerca de 140 médicos. Sua família era católica e com raízes européias. Seu pai (1860-1931), filho de alemães que chegaram ao país na primeira metade do século XIX, era formado pela faculdade de Medicina de São Paulo (1883). No entanto, Joaquim enveredou pela carreira de farmacêutico. Tendo, inclusive, na década de 20 do século passado, sido eleito presidente de uma associação de farmacêuticos de São Paulo. Em 1905, seguindo a trajetória do pai, Renato Kehl ingressava no curso de Farmácia, formando-se em 1909. Apesar de, durante um curto período, ter dirigido uma farmácia em Limeira, ele viajaria para o Rio de Janeiro, juntamente com seu irmão, Wladimir Ferraz Kehl, para iniciar a tradicional Faculdade de Medicina (RJ). Na cidade de São Sebastião, ele logo faria parte do grupo de intelectuais que nas instituições de medicina discutiam a vida cultural e política brasileira. Nomes como Miguel Pereira, Miguel Couto, Belisário Penna, Afrânio Peixoto, Eduardo Rabello e Agostinho de Souza Lima faziam parte do círculo de amizade que o ajudariam em sua carreira profissional e intelectual. Durante os seis anos em que passou na faculdade, Kehl travou contato com as

idéias de Lamarck, Darwin, Spencer, Agassiz, Galton e Weismann¹⁸⁷. O seu interesse pela discussão de raça, degeneração, hereditariedade e miscigenação teria sido despertado pelo conhecimento desses autores. Mas, também, segundo declarações do próprio Kehl, pela observação das populações urbanas e rurais. E com o assombro e horror que as visões dos “defeitos” das pessoas lhe proporcionavam.

Lutando pela difusão e implantação das idéias eugênicas, Renato Kehl realizou conferências no Brasil e em vários países, publicando mais de 30 livros e inúmeros artigos em jornais. Durante alguns anos exerceu o cargo de inspetor sanitário rural do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), no qual organizou o Serviço de Educação Sanitária ligado à Inspetoria da Lepre e das Doenças Venéreas, tendo sido também o criador do Museu de Higiene, apresentado por esse serviço nas Comemorações do Centenário da Independência (1922)¹⁸⁸. Neste Museu realizou-se uma exposição da campanha educativa e sanitária que deveria ser instalada no país. Foram expostos objetos e fotos que mostravam as habitações típicas das áreas rurais, infestadas de insetos transmissores de doenças. No Departamento de Saneamento e Profilaxia Rural do DNSP trabalhou durante três anos (1919-1922) como inspetor sanitário rural e chefe do posto de Merity (RJ), passando depois para o Serviço de Educação e Propaganda Sanitária (1923-1924). Tendo se exonerado do cargo de inspetor sanitário do DNSP, ingressou na empresa de produtos Bayer, a princípio como farmacêutico responsável e depois como diretor. Nessa firma, dirigiu durante muitos anos os periódicos *Os Farmacêuticos Brasileiros* e a *Revista Terapêutica* que circulavam largamente entre os médicos de todo o país. Entre os seus principais livros destacam-se: *Eugenia e Medicina Social* (1920), *O Médico no Lar* (1919), *Aparas Eugênicas* (1933), *A Cura da Fealdade* (1922), *Lições de Eugenia* (1929) e *Pais, Médicos e Mestres* (1939). Realizou conferências na

¹⁸⁷ Segundo a Teoria do Plasma Germinativo de Weismann, os efeitos da educação e de um melhor ambiente não seriam geneticamente assimilados ao longo das sucessivas gerações.

¹⁸⁸ A instalação desta exposição realizada pelo DNSP obteve repercussão, sendo saudada pela imprensa como uma obra de educação para a salvação do país: “Estaremos em plena fase de higienização nacional? Parece que não, quando se tem em vista a extensão de um sem número de males que continuam a grassar em proporções assustadoras de norte a sul do país, quando se verifica como os números da estatística se arredondam em todos os quadros da saúde pública. Parece que sim, quando se recorda a insistência com que inúmeros médicos e sociedades fazem propaganda de princípios favoráveis à robustez e beleza da raça de amanhã, à defesa da saúde de hoje, e quando se considera a multiplicação de serviços e funcionários do Departamento da Saúde Pública. O Dr. Renato Kehl, porém, médico daquela organização e com exercício na Profilaxia Rural, entusiasta propagandista entre nós da eugenia e de tudo o que se relaciona à formosura de nossa raça, com entusiasmos para discorrer até, como discorreu, nesta folha, e em tempo, sobre a mulher mais bela à luz da ciência médica, não tem a menor dúvida, acreditando que nos encontramos em plena fase de higienização nacional. Diz-nos ao menos isto, e com muita oportunidade e autoridade, já que se prepara para a tarde de hoje, a inauguração da Exposição de Higiene, no Palácio das Festas...”. Entrevista com Renato Kehl. *Pelo Maior Bem! Elevando a significação dos problemas nacionais de higiene e educação sanitária. O que nos vai mostrar a Diretoria de Saneamento*. In: *Jornal A Noite*. Rio de Janeiro, 30 out. 1922. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

Sociedade de Medicina e Cirurgia e na Academia Nacional de Medicina, sempre labutando para formar a consciência eugênica, que considerava fundamental para o desenvolvimento de toda a sociedade. Depois de trabalhar na Bayer durante 23 anos, retornou a São Paulo em 1945, vindo a falecer em 14 de agosto de 1974.

Após entregar sua tese sobre medicina dermatológica, intitulada “Blastomicose”, Khel e seu irmão retornaram a capital paulista. Exerceria a clínica médica em um pequeno consultório. Mas, Khel estava contaminado pela eugenia. Teria inclusive escrito um pequeno trabalho que não publicou sobre o tema. Naquela conjuntura, havia acontecido o Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, em Londres, em 1912, e o Primeiro Congresso Internacional das Raças, em 1911, realizado na mesma cidade. Assim, o encontro de Kehl com a ciência do aprimoramento humano estava marcado. Quando da conferência realizada em abril de 1917, na ACM, existia um contexto favorável para a veiculação das idéias eugenistas. E, a partir daquele momento, ele passou a desempenhar um importante papel na propaganda dos ideais eugênicos.

Em dezembro de 1917, sob seu comando e com o objetivo de discutir o matrimônio civil, Kehl reuniu médicos e demais intelectuais da capital paulista, para se encontrarem na Santa Casa de Misericórdia paulista¹⁸⁹. Segundo os relatos, ao final da reunião, todos comentavam da possibilidade de formar um grupo para discutir as idéias eugenistas e defender a implantação de políticas públicas orientadas por esse ideário. Um mês depois, em janeiro de 1918, o eugenista Kehl enviava correspondência para dezenas de pessoas, convocando todos a comparecerem a Santa Casa com o objetivo explícito de fundar uma associação como tantas outras que naquele momento representavam o esforço dos intelectuais em definir, segundo, os próprios discursos nacionalistas, os verdadeiros destinos do Brasil. A sessão que inaugurou a nova liga aconteceu aos quinze dias de janeiro de 1918. Os trabalhos foram abertos pelo secretário geral da sociedade, o próprio Renato Kehl, chamando todos a aderirem em prol da campanha de eugeniização da pátria. Belisário Penna, futuro sogro de Kehl e diretor do recém-criado Serviço de Profilaxia Rural e fundador da Liga Pró-Saneamento do Brasil, associação da qual Kehl também fazia parte, foi convidado pelo médico eugenista para representar os interesses da associação na capital federal. Ao ser

¹⁸⁹ A pretendida reforma faria desaparecer o impedimento matrimonial criado pelo artigo 183-IV (casamento entre tios e sobrinhas). Posteriormente, houve até mesmo a convocação exclusiva de uma reunião da Sociedade Eugênica para debater este tema no dia 13 de junho de 1919. Na palestra proferida no Congresso de Eugenia em 1929, Kehl esclareceu que várias reuniões da Sociedade Eugênica foram palco de intensa discussão sobre a alteração do código civil brasileiro.

nomeado presidente honorário da sociedade de eugenia, Penna enviou uma carta agradecendo e dizendo que a formação da sociedade de eugenistas lhe serviria para “não esmorecer nessa cruzada árdua em prol do levantamento da nossa raça, mas de cuja vitória depende a solução de todos os problemas nacionais, para que o nosso querido Brasil tenha o direito de aspirar a um lugar distinto no convívio das nações cultas”.¹⁹⁰ Para Kehl, eternamente convicto de que a eugenia influenciaria as políticas públicas e com a simpatia dos demais membros do campo eugênico, seu caminho messiânico seria o de conduzir esse sonho.

A rede de intelectuais eugenistas era constituída por integrantes de diferentes áreas do pensamento social e político. Nomes ligados à medicina, psiquiatria, literatura e política que formavam o eugenismo nacional.¹⁹¹ Souza (2006) realça a proximidade tática que, entre 1917 e 1927, Kehl teria tido com o movimento sanitarista. Segundo esse autor, neste período, devido às relações mantidas pelos intelectuais eugenistas com os ideais sanitaristas, as idéias eugênicas tiveram um tom “leve”. Para esse historiador, naquele momento, o caráter flexível do movimento eugênico foi fundamental e estratégico para arregimentar os intelectuais e, assim, houve uma adaptação aos diferentes projetos e interesses, científicos, institucionais, políticos e sociais.

No entanto, baseado em Pierre Bourdieu, Souza utiliza o conceito de campo científico “heterônomo”. Para Souza, o campo científico da eugenia seria pouco autônomo. É certo e o próprio Bourdieu explica, que a autonomia de um campo não representa uma maior cientificidade, mas sim uma capacidade de impor uma definição de ciência e um conjunto de problemas científicos. Sua análise está correta, devido ao fato de que trata o campo científico de igual forma que o intelectual ou político. Não obstante, consideramos que esta “heteronomia” do campo eugênico não explica o movimento executado pelos diversos intelectuais eugenistas. E, especificamente, diante da minha opção teórica e metodológica, tal uso seria inapropriado. Souza citando Bourdieu, afirma que quanto mais heterônomo for um

¹⁹⁰ Correspondência de Belisário Penna a Renato Kehl em 15/4/1918. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

¹⁹¹ Sob a repercussão da fundação da Liga Pró-Saneamento do Brasil por Belisário Penna, Fernando de Azevedo demonstrou que as propostas das agências não eram inconciliáveis: “a campanha do saneamento não é eugenicamente falando, uma tarefa única, mas sim a primeira face de um cyclopeo trabalho de regeneração, de que o segundo aspecto, não menos importante, é o revigoramento, por meio da educação física contínua e metodizada, desta raça que o saneamento libertou de causas anemiantes e reintegrou no estado hígido, mas que ainda continuaria a sofrer do mal inquietante da depressão física... Não basta, pois curar os doentes, é preciso melhorar os sãos; não basta que a higiene social saneie o povo, é mister o revigor e a educação física por uma ação enérgica e sistematizada, capaz de imprimir elastério à nacionalidade então ilibada da mácula endêmica, e de fazer jorrar harmonia de todos estes elementos étnicos diversos concentrados por força comum numa raça única e pujante, em que a independência das idéias seja assegurada pelo vigor físico e o amor assíduo da atividade útil e produtiva” (MARQUES, 1994:62).

campo científico mais a concorrência é imperfeita e é mais lícito para os agentes intervirem forças não-científicas nas lutas científicas. É uma visão que, dependendo das opções teóricas e metodológicas, causará distorções.

Consideramos que os intelectuais do campo eugênico compreendiam que, no seio das lutas concorrenciais, a posição dos agentes sociais dependia do apoio dos aliados dentro e fora do campo. O crédito vinha de cientistas, políticos, das ligas nacionalistas e da opinião pública. E do crescente, embora incipiente, mercado produtor e consumidor de médicos e empresas privadas também. Acharmos que acentuar a dependência da Eugenia, enquanto um movimento político às discussões do campo científico não é a proposta mais adequada. Já declaramos anteriormente, que os debates científicos não podem ser compreendidos, exclusivamente, enquanto embates técnicos entre os especialistas. No âmbito desse trabalho, as diferenças conceituais e científicas atribuídas pelos próprios agentes, não constituem fonte central para a nossa análise. A preocupação é o campo eugênico. A forma política que esse campo assumiu. Não estou tratando das implicações científicas.

Apesar de ter participado do movimento sanitarista e defendido por vários anos um programa eugênico mais ‘suave’, ao estilo da ‘eugenia preventiva’, no final dos anos 20, suas idéias foram profundamente reconfiguradas, o que o aproximou dos pressupostos mais radicais oriundos da ‘eugenia negativa’ alemã, norte-americana e inglesa. Neste sentido, o interesse central desta pesquisa consiste em analisar as questões sociais, políticas e científicas relacionadas ao processo de ruptura no pensamento de Renato Kehl e, mesmo, em compreender o modo pelo qual suas mudanças de concepções foram recebidas por outros intelectuais e cientistas, tornando-o um personagem controvertido da história intelectual brasileira. (SOUZA, 2006: 8).

Nesse pequeno trecho, encontramos algumas considerações acerca do eugenismo de Kehl formuladas por Souza (2006). Vamos discutir alguns dos seus pressupostos. Souza afirma sobre a carreira de Kehl: *‘apesar de ter participado do movimento sanitarista’*. Acharmos que não houve uma oposição entre a trajetória de Kehl e o movimento sanitarista, ou mesmo uma contradição em sua passagem por esse importante grupo político. Uma das distinções específicas do eugenismo nacional é a relação intrínseca e orgânica ao movimento sanitarista. Onde começa um e termina outro? Uma falsa polêmica. Adjetivos como suave, leve ou pesado qualificam pouco qualquer movimento político. O eugenismo nacional foi suave? Koifman (2007) demonstra como o eugenismo impregnou nos subterrâneos a política diplomática e imigratória. Havendo claramente uma planificação da seleção racial sobre a população que seria recebida ou não. E Koifman em sua tese não utilizou os documentos

produzidos pelo grupo coordenado por Oliveira Vianna, do qual Kehl e Roquette-Pinto também fizeram parte. Nesses importantes documentos, quase nunca pesquisados, observamos que, para os membros do campo eugênico, a imigração era concebida como um fator de transformação e melhoramento eugênico, até mais importante do que a educação ou a esterilização involuntária. Afinal, representava a defesa do potencial eugênico da raça nacional. Ao lado da esterilização dos anormais, confinamento dos criminosos, educação, saneamento, para completar o programa de melhoramento do brasileiro, era necessário evitar a entrada de estrangeiros de determinados países, raças e cores.

Em 1919, após os primeiros movimentos em torno da discussão das idéias eugenistas, o prestígio intelectual e político angariado por Kehl lhe renderam a nomeação pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para o posto de médico do Serviço de Profilaxia Rural¹⁹² no Distrito Federal. Certamente, as boas relações com o grupo de pessoas que então debatiam o futuro do Brasil como consequência do saneamento das áreas rurais começava a lhe proporcionar bons frutos. Àquela época, Kehl era interlocutor de Belisário Penna, diretor do Serviço de Profilaxia, e também do escritor Monteiro Lobato. Neste período, este trio estreitaria as relações.

Após o encerramento das atividades das duas associações que praticamente fundaram e dirigiram, a Sociedade Eugênica de São Paulo e a Liga Pró-Saneamento do Brasil, Penna e Kehl compartilhavam projetos e idéias. A Sociedade Eugênica foi extinta depois que Kehl partiu para o Rio de Janeiro e a Liga Pró-Saneamento teve igual destino. Segundo seus comandantes e membros, ela havia sido criada justamente para propor um modelo de atenção aos problemas do Brasil, que julgavam ser de ordem sanitária, médica e administrativa. Com a criação do DNSP, que atenderia aos desejos de centralização nacional e concentração de poder da união sobre as políticas públicas de saúde, a Liga Sanitarista não teria mais razão para existir. Afinal, para os seus integrantes, o principal objetivo da associação de sanitaristas tinha sido obtido: a criação de um órgão nacional de saúde pública e com poderes para atuar em todo o território nacional.

A formação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) extinguiu a necessidade da existência da Liga Pró-Saneamento, devido ao fato de que o departamento era

¹⁹² O Serviço de Profilaxia Rural foi criado em 1918 e sua direção foi entregue à Belisário Penna. Subordinado, a princípio, à Diretoria Geral de Saúde Pública e, a partir de maio de 1919, vinculado diretamente ao Ministério da Justiça, esse Serviço tinha por finalidade combater as endemias: a malária, a ancilostomíase e a doença de Chagas.

a realização dos esforços empreendidos pela Liga. Com a criação de um órgão governamental central e com força política para cuidar de assuntos relacionados às condições de vida da população e a promoção de seu bem-estar, a conclamação da participação efetiva do Estado se concretizava, ao menos em tese. Será que, a introdução de Kehl no serviço público e a concentração de poder administrativo nas mãos de Penna, ajudaram a causar o fechamento das duas entidades? Afinal, com a criação do DNSP, Penna foi alçado à condição de Diretor do Departamento de Profilaxia e Saneamento Rural. Acima de Penna, na hierarquia administrativa e política da saúde pública restava somente o cientista Carlos Chagas, recém-nomeado Diretor do DNSP, também membro ativo das várias associações médicas e assim como Penna, oriundo da tradição sanitarista nacional que desde os anos 10, influenciava boa parte das atividades desenvolvidas no interior da Diretoria Geral de Saúde Pública e no Instituto Oswaldo Cruz.

Contudo, essa crescente institucionalização, em nenhum momento, significou perda do poder de propaganda dos ideais sanitaristas e eugenistas. Kehl, por exemplo, a partir de sua entrada no serviço público, passou a publicar constantemente nos jornais diários, revistas e periódicos médicos. Na revista *Chácaras e Quintais*, em uma coluna intitulada “Higiene Rural”, ele recomendava noções higiênicas e sanitárias para o homem do campo, explicando os males causados pelas doenças endêmicas e epidêmicas, como a ancilostomíase, malária e demais enfermidades que freqüentemente assolavam os moradores das áreas rurais. Nessa mesma publicação, Kehl escrevia uma outra seção com o sugestivo título de “O Médico Grátis”, onde ele respondia as dúvidas dos leitores sobre os variados problemas médicos enfrentados pelas famílias rurais e urbanas. Vamos lembrar que Kehl, nessa mesma época (1921-1922), juntamente com o médico Eduardo Monteiro escreveu um livro, que até hoje é usado como um poderoso auxílio às dificuldades de atendimento emergencial e clínico das famílias. Trata-se do dicionário médico *O Médico no Lar*¹⁹³, semelhante a tantos outros almanaques médicos muito populares. Para Kehl, os artigos serviam para despertar as consciências dos Jecas, para o papel que eles poderiam e deveriam exercer na tarefa de sanear o país, além de manterem a sua própria saúde. Para o eugenista, os camponeses eram ignorantes por ausência de educação e estavam habituados à miséria. Como não conheciam princípios básicos de higiene tornavam-se presas fracas das doenças.

¹⁹³ KEHL e MONTEIRO. *O Médico no Lar. Dicionário popular de medicina de urgência.*

Em agosto de 1919, pouco mais de 30 dias após sua entrada no serviço público, Kehl foi designado por Penna para exercer o cargo de Chefe do Posto Sanitário Rural numa localidade situada na Baixada Fluminense. Neste lugar, com o auxílio de quatro médicos, foram executados durante dez meses, serviços de atendimento clínico, combate a doenças, dragagens de rios e campanhas de educação higiênica. Devido a sua preocupação eugênica, com a ajuda de seus colaboradores, Kehl coletou dados e escreveu um relatório que foi encaminhado às autoridades. O texto demonstra que as informações comprovavam a fraqueza das pessoas, tendo como conseqüências a debilidade física e a indolência: *“Os dados colhidos demonstram claramente a fraqueza orgânica dessa gente, cuja indolência não tem outra explicação senão a anemia, a intoxicação e a miséria como conseqüência final.”*¹⁹⁴ Para Kehl, de acordo com as idéias sanitistas e eugenistas, a higiene, a eugenia e o saneamento eram instrumentos para subverter o triste destino do país. As doenças, endêmicas e epidêmicas, estavam transformando a população brasileira em seres doentes e incapazes. Em artigo para o jornal *A Noite*, alguns meses depois dessa passagem pelo posto médico, Kehl opinava sobre as condições eugênicas, sanitárias e higiênicas do povo com o qual ele havia tomado contato no distante subúrbio carioca¹⁹⁵:

(...) Está perfeitamente informado o nosso governo, que em boa hora, vai iniciar a campanha intensa de saneamento, pois, sanear corresponde praticar a eugenia denominada preventiva, cujos fins são as defesas da raça contra todos os fatores de degeneração, sejam eles mórbidos (tuberculose, sífilis, impaludismo, verminoses, etc), sejam eles os venenos sociais. É por isso que a eugenia preventiva corresponde a medicina social e se esforça pelo saneamento rural e urbano, pela regulamentação do trabalho, pela proteção da infância; consiste, enfim, na organização ativa de uma higiene profilática acauteladora da saúde dos indivíduos e da coletividade.¹⁹⁶

O trecho acima citado revela as orientações contidas no pensamento eugênico dos anos 20. Para a maioria dos membros do campo eugênico brasileiro, educar, sanear, eugenizar e higienizar eram tarefas necessárias para a reforma do país. Tratava-se de um projeto político voltado para organizar a sociedade brasileira e normatizar os comportamentos dos

¹⁹⁴ KEHL, Renato. Relatório de 1919. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

¹⁹⁵ São constantes as referências críticas realizadas pelos intelectuais eugenistas/sanitaristas sobre o desconhecimento do Brasil pelos intelectuais ufanistas. Corroborando a frase de Afrânio Peixoto, “os sertões começam no fim da Avenida Central”, Penna comentou sobre os agentes que pensavam o país *a partir das avenidas recém-construídas à beira-mar*: “(...) desse grupinho, sem documentação e sem base, fizeram o monopólio do saber, da realidade dos fatos, embora na sua quase totalidade não conhecem do Brasil senão o trecho que vai da praia de Ipanema à cidade de Petrópolis.” PENNA, B. Ensino da Higiene. Conferência no Colégio Jacobina. Fundo Pessoal Belisário Penna, COC/Fiocruz.

¹⁹⁶ KEHL, Renato. Os problemas da Regeneração das Raças. 3 set. 1920. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

indivíduos.¹⁹⁷ No entanto, devemos questionar criticamente alguns aspectos da normatização de corpos e mentes. Essa visão influenciada por Michel Foucault, embora uma contribuição valiosa, não explica totalmente a situação em que vivia a população brasileira (rural e urbana) na Primeira República, sem acesso à serviços de educação e saúde. Assim, se é correto, afirmar que havia, digamos, preocupações controladoras, também devemos ter atenção com a história. Por outro lado, distante de constituírem atos disciplinares contra o povo, algumas (poucas) ações dos serviços de profilaxia rural, eram para os fazendeiros, chefes políticos locais, constrangidos devidos à inspeção sanitária das suas propriedades por um agente que representava um poder nacional, uma intervenção, para eles, descabida e absurda.

Fechando um importante ciclo de publicações, depois dos livros *Saneamento do Brasil* e *O Problema Vital*, respectivamente, de autoria de Penna e Lobato, editados no mesmo ano, 1918, Renato Kehl lançaria em 1920, um livro com o título de *Eugenia e Medicina Social*. Essa obra trazia em seu prefácio, palavras de Penna comemorando¹⁹⁸ a luta do jovem eugenista. Reafirmando seus laços políticos, pessoais e intelectuais, em finais desse mesmo ano, Kehl contrairia núpcias com Eunice Penna, uma das filhas de Belisário. E, em dezembro, um mês depois do matrimônio, o eugenista receberia convite do diretor da Inspetoria da Lepra e das Doenças Venéreas, o médico Eduardo Rabello, para dirigir o Serviço de Propaganda e Educação Higiênica daquele órgão. Segundo Rabello, o trabalho seria de importância fundamental. Mas, qual seria essa função? O de divulgar a importância dos hábitos higiênicos, sanitários e eugênicos. E onde seria realizado? No âmbito do DNSP. Com o departamento de atenção à saúde pública, criado no governo de Epitácio Pessoa, determinados intelectuais médicos, sanitaristas e educadores que participaram da campanha pelo saneamento moral e sanitário do país foram nomeados para ocupar cargos e desempenhar funções no importante órgão. O médico Eduardo Rabello (1876-1940) dedicava-se aos estudos relacionados à Dermatologia e a Sífilis. Sergio Carrara (1996), em um dos poucos estudos sérios sobre esse personagem, afirma que ele teria em sua carreira a preocupação de promover a vigilância sanitária.¹⁹⁹

¹⁹⁷ Os autores da historiografia sobre Eugenia analisam esta hibridização de estratégias como ações caóticas. Sem sentido científico ou um estágio, onde a vertente negativa estava momentaneamente impossibilitada de conseguir êxito e de expressar seus desejos. Costumeiramente também essa versão interpretativa investiga uma mudança, conceituada como “virada”, dos membros do Eugenismo, em especial, de Kehl, para uma radicalização dos propósitos eugenistas.

¹⁹⁸ Em novembro de 1920, os laços pessoais se consolidaram. Kehl casou-se com Eunice Penna, filha de Belisário Penna.

¹⁹⁹ Sobre este importante personagem do campo médico no Brasil, Eduardo Rabello e o trabalho desenvolvido a frente da Inspetoria da Lepra e das Doenças Venéreas, ver CARRARA (1996).

Depois de pensar os problemas da nação e difundir suas idéias, os intelectuais desse grupo, naquele momento, começaram a aplicar efetivamente, suas aspirações e desejos, mediante políticas governamentais. Na passagem pelo serviço de propaganda sanitária, Kehl destacou-se na organização e divulgação de palestras, filmes, folhetos e cartazes educativos que orientariam o povo quanto à importância dos hábitos saudáveis. Kehl foi incumbido de criar o Museu de Higiene, apresentado pelo DNSP durante a Exposição realizada em comemoração da passagem do centenário da Independência (1922). Em entrevista ao jornal *A Noite*, o eugenista faz relevantes declarações a respeito da educação higiênica e do Museu de Higiene:

Jornal A Noite – Há justo motivo para se acreditar, diz o Dr. Renato Kehl, que estamos em plena fase de higienização nacional, completando a memorável obra de reabilitação sanitária iniciada no nosso país pelo grande patricio Oswaldo Cruz. Dia a dia multiplicam-se as providências de ataque às epidemias e endemias que assolam o território pátrio e são freqüentes as manifestações de aplausos a essa auspiciosa campanha de saneamento que se vai disseminando por quase todos os estados da União. O magno problema está, pois, em foco. Congressos médicos, mensagens, plataformas, discursos e conferências, tratam das medidas profiláticas em execução ou em projeto, mantendo-se unânime a opinião pública de que a política sanitária é a verdadeira política de salvação nacional. O povo, apercebido dos benefícios que estão surgindo com as medidas de saneamento e dos que advirão futuramente, compreende, enfim, que o nosso grande mal não está ligado ao clima nem à gente que habita esta face da terra, mas sim às endemias e epidemias que infelicitam grande parte dos nossos patricios, principalmente dos que habitam a zonas rurais.

Kehl – A exposição, que vai fazer o Departamento Nacional de Saúde Pública, nas alas laterais do Pavilhão das Festas, vale por uma demonstração do que se tem feito e do que se tem a fazer em matéria de propaganda. Presta-se ainda, para demonstrar ao público, de um modo simples e evidente, a importância da execução dos preceitos ditados pela higiene.

Jornal A Noite – Tem esperanças nessa propaganda com o analfabetismo reinante?

Kehl – Naturalmente. Ao lado da campanha escrita, faz-se a falada, que será compreendida pelos “iletrados”. Ninguém ignora que a propaganda é o elemento mais importante para a vitória de uma campanha, seja ela comercial, política ou sanitária. Antes de tudo, é preciso convencer o público, para depois se lhe pedir ou exigir a colaboração.²⁰⁰

Kehl, como os demais membros do campo, entendia que o alcoolismo era um fator de destruição das forças orgânicas do homem brasileiro. As campanhas contra o uso do álcool

²⁰⁰ Entrevista com Renato Kehl. Pelo Maior Bem! Elevando a significação dos problemas nacionais de higiene e educação sanitária. O que nos vai mostrar a Diretoria de Saneamento. In: *Jornal A Noite*, 30/10/1922.

foram constantes nos anos 20. Poderíamos dizer que, neste período, as epidemias, as endemias rurais, a lepra, a sífilis e o alcoolismo, eram as maiores preocupações dos médicos. Através dos artigos que Kehl escrevia para as colunas que mantinha nos jornais, nosso eugenista chamava a atenção dos leitores para os malefícios que a vida plena de vícios causava ao corpo e a raça. Acarretando prejuízos ao país e aos descendentes. Segundo os eugenistas mais radicais, sob o ponto de vista da possibilidade de transmissão de características adquiridas ao plasma germinativo, o álcool prejudicava diretamente as células reprodutoras causando desordens nos elementos que seriam transportados aos descendentes, propiciando a loucura, a criminalidade e as deformidades físicas²⁰¹. É importante salientar que todas as possíveis correntes consideradas dentro do eugenismo, avaliavam como extremamente prejudiciais à formação da raça, os problemas advindos da vida cosmopolita, identificada como pecaminosa e com altos riscos de contaminação de doenças venéreas. Aliás, esse ponto unia a todos os sanitaristas, psiquiatras, eugenistas, mendelistas ou não. Intelectuais de fora da área médica também consideravam os vícios fonte de degeneração da raça. Ao lado da crítica aos atos filantrópicos e assistencialistas que prejudicaria a seleção natural e a eliminação dos fracos, a condenação da vida cheia de vícios, também era um dos principais objetos de reprovação moral por parte dos eugenistas. “A civilização (...) descuidou-se, lamentavelmente da própria espécie, além de, contra seus próprios interesses, perverter as leis de seleção natural com atos de falso humanismo”. (KEHL, 1933: 63).

A campanha contra o uso abusivo do álcool quase dominaria as atividades de uma das associações: a LBHM. De todas as propostas veiculadas por essa liga, certamente o combate ao alcoolismo foi a principal bandeira da Liga, que organizaria anualmente, a partir de 1927, as “semanas antialcoólicas”. Devido ao envolvimento dessa agência com o tema ela passou a ser conhecida como a Liga Anti-Alcoólica. Até um editorial foi publicado no periódico²⁰² esclarecendo que essa não era a única preocupação da Liga. Kehl participaria das semanas antialcoólicas promovidas por essa agremiação durante os anos 20. Mas, se a proposta mais popular da LBHM foi o combate contra o álcool, essa era apenas uma das campanhas da

²⁰¹ Os partidários do mendelismo afirmavam uma positividade dos cruzamentos raciais. Mas, também poderiam negar a influência dos fatores ambientais para a obtenção de uma raça eugênica e um Brasil menos miserável. Donde se conclui que mendelistas ou lamarckistas poderiam preconizar em momentos diferentes soluções semelhantes para os males do Brasil. José Roberto Franco Reis publicou um artigo onde ele mapeia as correntes mais radicais do Eugenismo dentro da LBHM. *Degenerando em Barbárie: A hora e a vez do Eugenismo Radical*. In: BOARINI (2003).

²⁰² O exemplar número três do periódico da LBHM de julho de 1933 tinha o seguinte título em seu editorial: “Liga de Higiene Mental não é Sinônimo de Liga antialcoólica.”

instituição. A questão racial, com ênfase no controle da imigração teve um peso expressivo na Liga desde seus primórdios, assim como a prevenção das doenças mentais nas crianças.

Os atuais pesquisadores do eugenismo vêem a preocupação dos eugenistas com as atitudes, a educação e o uso do álcool como prova da preponderância da eugenia preventiva durante os anos iniciais da campanha eugênica. Os críticos de Kehl afirmam que, entre 1917 e 1927, os cuidados e a atenção dos agentes sociais, de uma maneira geral, com a educação higiênica e com os comportamentos humanos corroboram a tese de que a eugenia no Brasil possuiu em seu momento inicial um caráter “leve” e depois, nos anos 30, teria havido uma radicalização, com os atores sociais dispensando essas preocupações menores e terminando por ocupar-se mais com a eugenia negativa (esterilização) e, também com a possibilidade (nem sempre bem aceita) do povo branquear-se pela miscigenação²⁰³ crescente com os mestiços nacionais brancos ou com os imigrantes. Para esta interpretação, portanto, depois da fase inicial (pouco científica), seriam adotadas com radicalidade as técnicas da eugenia negativa, ou seja, a propaganda e a tentativa de implantar no Brasil a esterilização compulsória dos “degenerados e criminosos”, a obrigatoriedade de exames pré-nupciais e a segregação de homens e mulheres considerados fracos.

Inegavelmente, a produção intelectual de Kehl, no período entre o início da campanha, em 1917, até a criação de agências explicitamente voltadas para a deliberação de políticas públicas como a Comissão Central Brasileira de Eugenia, dirigia-se majoritariamente às questões de educação e higiene e às orientações matrimoniais. Ele chegou a participar, junto com Penna, da Primeira Conferência Nacional de Educação, na cidade de Curitiba, em 1927, promovida pela ABE (Associação Brasileira de Educação)²⁰⁴. Mas, os objetivos da Eugenia nunca eram restritos. O foco principal seria sempre produzir e reformar o maior número possível de indivíduos, desde que fossem cumpridos os seguintes itens:

Reduzir até eliminar, paulatinamente por processos biológicos, os sub-normais e anormais, impedindo a reprodução de indivíduos apresentando taras nervosas e anormalidades físicas (...) Incentivar o orgulho pela verdadeira nobreza de estirpe, consubstanciado na beleza físico e psíquico da família, organizando árvores genealógicas ou *pedigree* (...) Promover a união conjugal de eugenizados para fomentar a formação progressiva dos puros-

203 Em relação á miscigenação, constantemente Kehl alertava sobre o seu perigo, deixando evidente que era a sua maior preocupação: “Assim, pois, o cruzamento constitui o pior fator degenerativo dos povos. Nos países onde maior é a heterogeneidade de cruzamentos, maior o numero de degenerados”. Renato Kehl, “A Utopia da felicidade coletiva”, 1933. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

²⁰⁴ A tese apresentada por Renato Kehl na Conferência Nacional de Educação era intitulada *O Problema da Educação Sexual*.

sangues (...) Conservar, cuidadosamente fiscalizadas, as melhores mutações ou variações hereditárias (...) Melhorar, progressivamente, as condições do meio e de educação.” (KEHL, 1929:223).

Os pesquisadores que argumentam que Kehl teria sofrido uma alteração radical em suas proposições datam o final dos anos 20 como um marco. Dizem, inclusive, que as manifestações, antes de 1929, tanto presentes em Kehl como nos outros eugenistas em torno da chamada eugenia negativa seriam circunstanciais. Assim, a necessidade alardeada pelos membros do campo eugênico em controlar os nascimentos sem planejamento familiar estatal e o pedidos de regulamentação da esterilização dos doentes mentais e criminosos, são analisados como elementos residuais diante das preocupações higienistas e sanitaristas que predominariam no horizonte dos intelectuais eugenistas. A eugenia brasileira estaria nos anos 20, dominada pela idéia de prevenção e por temas de alcance moral. Como afirma a historiadora Nancy Stepan: “(...) o interesse eugênico na educação sexual pouco tinha a ver com visões radicais sobre sexualidade ou papéis sexuais. Pelo contrário, a eugenia brasileira vinculava-se estreitamente a uma ideologia conservadora, familiar”. (STEPAN, 2004:352) Neste sentido, haveria um modelo hegemônico a qual Kehl e outros intelectuais estariam identificados ou não. Portanto, por esse viés, os membros do eugenismo nacional seriam, em sua maioria, adeptos de uma eugenia “leve”.

De maneira geral, pode-se dizer que os pressupostos que informavam os eugenistas brasileiros estavam muito mais ligados às preocupações higiênicas, sociais e de cunho moral, do que propriamente com os problemas relacionados à seleção reprodutiva ou as visões racialistas. (SOUZA, 2006:117).

Tenho feito, com alguma regularidade, críticas e comentários a respeito dos trabalhos produzidos sobre o tema da eugenia. Chamo a atenção para determinados itens, que creio, não comprometem a contribuição que eles realizaram. Inegavelmente, os textos de Souza e Stepan avançaram muito na investigação sobre o movimento eugênico no Brasil. Contudo, discordo de algumas das premissas apresentadas. E, em alguns pontos, Souza (2006) também critica a obra de Stepan (2005). Mas, isto de maneira nenhuma invalida a posição de Stepan, que, inclusive, sublinha a originalidade das idéias eugenistas na América Latina e reconhece a importância delas. Apenas, consideramos que a argumentação que acompanha a maior parte dos textos sobre a eugenia no Brasil não reconhece algumas nuances que caracterizam os processos históricos. Se, por um lado, é correto o reconhecimento das propostas “leves” de grande parte dos eugenistas nacionais, por outro, devemos questionar essa “leveza”.

Distanciando-se dos pressupostos higienistas e ambientalistas que até então tinham moldado suas idéias eugênicas, e que o aproximavam da medicina social e da educação, Kehl começou a defender medidas eugênicas mais radicais, restritivas e autoritárias. Ao invés de uma eugenia ao estilo ‘preventivo’ ou ‘positivo’, passou progressivamente a adotar as concepções da denominada ‘eugenia negativa’, aproximando-se inclusive, das discussões que formavam o pensamento eugênico alemão e norte-americano. (SOUZA, 2006:118).

De acordo com minhas observações, as alterações avaliadas como significativas e radicais por parte dos recentes trabalhos historiográficos sobre a eugenia brasileira não foram mudanças de rotas. Apenas, curvas no caminho. Dessa maneira, ganham uma nova compreensão, as alianças que os intelectuais construíam para alcançar seus objetivos, em que não só através de ligas e publicações, mas por meio de inúmeros departamentos governamentais de saúde médica, sanitária e psiquiátrica, além das associações de cunho educacionais, os eugenistas procuraram aumentar sua presença política na sociedade²⁰⁵. Como exemplo, a tentativa constante de influir por meio de *lobbies* no Congresso ou mesmo da atuação efetiva e pessoal na confecção das leis. Ao lado de Kehl, os eugenistas fizeram a partir do início dos anos 20, campanhas para regulamentar a obrigatoriedade do exame médico pré-nupcial que permitiria ou não o casamento. Em 1927, os membros do campo se reuniram na sede da Liga de Defesa Nacional, para discutirem um projeto de lei que deveria ser enviado a Câmara Federal. Renato Kehl, Juliano Moreira e demais eugenistas se encontraram com o deputado Amaury de Medeiros que apresentaria um projeto tornando o referido exame compulsório.

Em 1931, com o objetivo de influir nas determinações jurídicas que certamente surgiriam devido à conjuntura política após a revolução de 1930, Kehl e um grupo de eugenistas fundaram a Comissão Central Brasileira de Eugenia. Filiada a Federação Internacional das Associações Eugênicas, a CCBE era semelhante a inúmeras associações do mesmo tipo existentes na Alemanha, Suécia e Estados Unidos. Segundo seu principal membro e fundador, esta associação tinha por fim o estudo, a propaganda e a assessoria aos projetos governamentais na área da imigração e povoamento. Mas, sua principal atribuição era pressionar os parlamentares em busca de apoio as suas pretensões. A função da CCBE consistiria, dessa maneira, em elaborar políticas públicas governamentais que pretendessem o aperfeiçoamento racial da população. Era a eugenia a serviço da nação. A proposição número 11 de uma lista enviada pela Comissão Brasileira Central de Eugenia para o grupo que

²⁰⁵ Sobre a Associação Brasileira de Educação (ABE), ver CARVALHO (1998).

aprontava um pré-projeto para a nova constituição procurava definir a função que o Estado deveria desempenhar. Essa lista está publicada no livro *Aparas Eugênicas. Sexo e Civilização* de autoria de Kehl editado em 1933. Ela apresentava muitos pontos de contato com as resoluções aprovadas pelo Congresso de Eugenia de 1929. Vejamos trechos de ambos os documentos. As principais conclusões do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia estão no mesmo livro de Kehl.

Proposição número 11 da lista da CCBE:

O Estado, tendo em consideração os itens acima, empenhar-se-á, desde já, para a defesa das futuras gerações, na preservação e multiplicação das boas linhagens das diversas classes de trabalhadores sadios e úteis, sejam manuais, artísticos ou intelectuais. As medidas sumariamente expostas são indispensáveis para resguarda-las da degeneração, ao mesmo tempo que favorecem o aumento de suas proles. São recursos básicos, ao lado da educação, para elevar o nível médio, somato-psíquico da nacionalidade. (KEHL, 1933: 257).

Duas das conclusões aprovadas pelo Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia:

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia solicita do Congresso Nacional uma legislação destinada a preparar um meio ambiente que ofereça condições favoráveis ao aperfeiçoamento da raça. (KEHL, 1933: 259).

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia dirigirá ao presidente da Republica, as casas do congresso nacional e aos governadores de estado, um apelo em que serão postos em foco os gravíssimos perigos da imigração promíscua sob o ponto de vista dos interesses da raça e da segurança política e social da república. (1933: 260).

Com a criação da CCBE, Kehl tinha como objetivos reunir tanto os interesses dos segmentos mais radicais do movimento eugenista, quanto atrair à atenção dos intelectuais das demais correntes, além dos membros do novo governo. Dentre os integrantes da Comissão aparecem os nomes de Ernani Lopes e Porto Carrero, respectivamente presidente e vice-presidente da LBHM; o psiquiatra e eugenista Cunha Lopes, do Departamento de Assistência a Psicopatas do Rio de Janeiro; os eugenistas Salvador de Toledo Piza Junior e Octavio Domingues, ambos professores da Escola Agrícola Luiz de Queiroz de Piracicaba; Achilles Lisboa muito ligado a Belisário Penna. O grupo era formado também por intelectuais e políticos diretamente ligados ao Departamento Nacional de Saúde, como Gustavo Lessa, Caetano Coutinho e Penna, nomeado semanas antes pelo Getúlio Vargas para dirigir o referido departamento. Nesse momento, acima de Penna na hierarquia administrativa da área da saúde, somente o Ministro de Saúde Pública e Educação. Cargo que o filho de Barbacena

(MG) ocuparia em dois breves momentos. Assumiria o ministério em setembro de 1931, permanecendo por três meses e novamente, em dezembro de 1932, exerceu interinamente a função por alguns dias.

Assim, o movimento eugenista caminhava pelo meio da década em plena forma. A criação da Comissão, a edição do Boletim de Eugenia e a realização do Congresso de Eugenia atestavam a vitalidade do movimento. Após a constituinte de 1934, Renato Kehl foi convidado, juntamente com Roquette-Pinto, por Oliveira Vianna, para integrar a comissão responsável por elaborar o projeto que regulamentaria a política de imigração e povoamento do governo Vargas. Em 1935, através de uma emenda parlamentar à Constituição de 1934, o projeto final proposto por esse grupo coordenado pelo sociólogo fluminense acabaria sendo aprovado pelo Congresso Nacional, cujas concepções se baseavam, em parte, nos pressupostos defendidos pelos demais eugenistas brasileiros. Ressaltamos que vários dos itens regulamentados faziam parte das teses sustentadas por Azevedo Amaral em sua palestra realizada no Congresso de Eugenia de 1929. Vamos destacar alguns dos critérios seletivos dos imigrantes presentes tanto na comunicação feita no evento eugenista quanto no texto final da equipe coordenada pelo Oliveira Vianna: a avaliação individual médica do imigrante, exigências de depósitos em dinheiro do imigrante ao entrar no país, as delimitações de cotas étnicas, além, é claro, do alto valor eugênico coletivo da raça. Vale lembrar que antigos integrantes do movimento eugenista e defensores das políticas de restrição à imigração, como Miguel Couto e Xavier de Oliveira, faziam parte da Câmara Federal que aprovava as novas leis de imigração seletiva. Nancy Stepan (2005:175) afirma que essas cláusulas de restrição à imigração aprovadas na Constituição de 1934- e que foram mantidas após 1937- estabelecendo cotas raciais de 2% da população de imigrantes de cada nacionalidade vivendo no Brasil, afetaram a entrada de japoneses e judeus.

4.2 Eugenia e Imigração

“Afigura-se-nos que este Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia não poderá conseguir a imediata concretização das idéias nele debatidas em medidas de ordem prática, pelas quais o Estado manifesta a sua ação interventora em defesa da raça. Estamos lançando as bases da obra que vai reclamar trabalho prolongado e penoso, mas, por trás da qual se destacam

perspectivas tão brilhantes que não seria possível admitir um pensamento de hesitação ou de desânimo”.²⁰⁶

Uma série de elementos pode ser apontada para tratar a legislação imigratória dos anos 30 como sistematicamente influenciada pela eugenia e, principalmente, pensada e implementada pelos intelectuais do campo eugênico. A limitação de cotas por nacionalidade aplicadas na Constituição de 1934 é um dos grandes símbolos desse período.²⁰⁷ Porém, não foi o único. As ações desenvolvidas no Conselho de Imigração e Povoamento além das normas e restrições impostas pelos Ministérios do Trabalho, Justiça e demais órgãos que regulavam as relações exteriores também identificam as dificuldades criadas para a entrada de imigrantes no período.

A Constituição promulgada a 16 de julho de 1934 determinava que deveriam ser impostos limites à vinda de imigrantes com o explícito objetivo de garantir a integração étnica. As cotas estipulavam o percentual de 2% do total dos membros de cada nacionalidade que habitavam o Brasil no prazo dos últimos 50 anos. Porém, isso foi resultado de intensos debates e prosseguiria nos anos seguintes. Muitos membros constituintes opinaram, apresentando emendas e propostas sobre as questões que envolviam eugenia, educação, trabalho, saneamento e imigração. Na sessão de instalação da Assembléia Constituinte, o chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas apresentou indícios de como esses temas seriam tratados. Preocupado com o trabalho e o povoamento do vasto território, Vargas declarava que o Brasil ainda era um país que necessitava de imigrantes devido à carência de braços qualificados e também pela necessidade de povoar o imenso território. Todavia, admitia que a política imigratória não continuaria mais permitindo a entrada livre. Não que a vinda de imigrantes estivesse sendo seguida totalmente sem critérios, nem que não houvesse medidas legais para impedir a imigração desenfreada. Mas, segundo Vargas, era preciso evitar a vinda de imigrantes sem que esses apresentassem condições desejáveis e, além disso, era necessário incentivar a ocupação dos postos de trabalho pelos trabalhadores nacionais.

Visando esse objetivo, adotamos o salutar princípio da nacionalização do trabalho, só agora incorporado ao texto das nossas principais leis. Passou-se a exigir, em virtude do mesmo decreto, que regulou a entrada de estrangeiro, que todos os indivíduos, companhias, empresas ou firmas que explorem qualquer ramo de indústria ou comércio, mantenham, constantemente, nos quadros do pessoal dos respectivos estabelecimentos, dois terços, de

²⁰⁶ PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Atas e trabalhos*. Rio de Janeiro: v. 01, 1929, p. 339.

²⁰⁷ Em seu texto final, é explicitamente colocada a necessidade imperiosa de promover a educação eugênica e higiênica.

brasileiros natos. Não inspirou a adoção desta medida qualquer sentimento egoísta e de hostilidade ao trabalhador estrangeiro. Ela se destina, lógica e naturalmente, a amparar o operariado nacional dos centros urbanos, para onde afluem os imigrantes de profissões idênticas, afastados do país de origem pela falta de trabalho. Ressaltando os interesses de nossa expansão agrícola, não levantamos obstáculos à penetração, nas zonas do interior, das correntes imigratórias, fornecedoras de braços adestrados no cultivo da terra.²⁰⁸

A constituição de 1934 trouxe em seu texto as restrições à entrada livre de imigrantes no país. Entre a sua promulgação e a implantação do Estado Novo, em 1937, o tema ganhou uma importância maior. O poder executivo ocupou-se do assunto e promoveria mudanças. A vinda dos estrangeiros ganhava novos contornos numa sociedade que estava promovendo políticas imigratórias seletivas e segregacionistas. Uma intensa discussão sobre Eugenia e Imigração marcou os debates da Assembléia Constituinte que terminou por promulgar a Constituição em 1934. Porém, essa discussão já dominava os círculos intelectuais e havia sido especialmente tensa durante os debates do Congresso de Eugenia em 1929. Durante os trabalhos, uma das várias emendas apresentadas especificando a vinda de imigrantes, afirmava que esta seria orientada por critérios etnológicos, higiênicos e psicológicos. O exame e distribuição do conjunto de imigrantes pelo país deveriam seguir uma orientação por cotas étnicas e que estas deveriam se assemelhar ao “plasma nacional”.

A comissão, que havia escrito um anteprojeto de Constituição, definiu que a lei federal poderia proibir e favorecer a imigração, tendo em vista os interesses nacionais. Durante os trabalhos da Constituinte, apresentou-se a emenda sobre a entrada de estrangeiros que seguiria orientações eugênicas, higiênicas e étnicas, respeitando a assimilação ao tipo nacional. As justificativas esclareciam que além de avaliar o aspecto médico dos indivíduos, as correntes imigratórias não poderiam ser de origens muito diferentes da raça nacional. O médico Miguel Couto, membro Constituinte, assim como outros profissionais da medicina, em discurso do dia 30/11/1933, defendeu a análise clínica individual e a obediência às cotas para a vinda de imigrantes para o Brasil. Para isso, se apoiava na tese apresentada por Azevedo Amaral no Congresso de Eugenia, intitulada “O Problema Eugênico da Imigração” e também citava a participação de Levy²⁰⁹ Carneiro, ocorrida no mesmo evento, onde ele falou sobre educação, esterilização e eugenia. Em outros pronunciamentos e, especialmente, num discurso realizado no mês de fevereiro de 1934, ele não deixaria dúvidas sobre a criação de obstáculos para a vinda de imigrantes negros, japoneses, judeus ou de outras origens distantes

²⁰⁸ Anais da Assembléia Nacional Constituinte. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p. 115.

²⁰⁹ Levy Carneiro foi membro da Constituinte.

da “nossa”. Nesta oportunidade, Miguel Couto, seguindo as orientações de Oliveira Vianna, afirmou:

Para nós, portanto, que, pelo fato mesmo de termos uma formação, em que predominam dois sangues inferiores (o negro e o índio), somos um povo de eugenismo pouco elevado, o grande problema é a arianização intensiva da nossa composição étnica. Tudo quanto fizermos em contrário a essa arianização é obra criminosa e impatriótica.²¹⁰

Explorando textos do autor da *Evolução do Povo Brasileiro*, Miguel Couto defendia a introdução dos indo-europeus, pois esses possuiriam um alto grau de eugenismo, porque, segundo Couto e Vianna, devido à cultura e força desses povos, fatores eugênicos, eles estavam mais aptos para o progresso. Como resultados dos debates, foi aprovada, em maio de 1934, o limite de 2% para cada nacionalidade, além de proibir a concentração geográfica de imigrantes. Mas, o efeito mais relevante e decisivo das discussões travadas foi à criação de um grupo de especialistas em imigração e eugenia. O texto constitucional aprovado foi considerado como uma proposta muito genérica sobre esses temas, incluindo-se nesse conjunto a obrigatoriedade da educação eugênica e higiênica, que havia sido incluído na Constituição, mas que, na realidade, não passava de uma simples menção. O principal atributo desse grupo seria elaborar um projeto que efetivamente fosse um instrumento de regulamentação da questão imigratória.

Miguel Couto, um importante membro do campo eugênico e da Constituinte, ressaltava o papel da vinda de indivíduos saudáveis para a eugeniização da população brasileira e fazia referências ao Congresso de Eugenia de 1929 (que havia sido convocado pelo próprio Couto). Na Constituinte, ele comentava e recorria a palestra apresentada no citado evento pelo intelectual Azevedo Amaral. Couto também tecia comentários elogiosos ao Doutor Levi Carneiro que havia presidido as sessões de Educação, Legislação e Imigração no referido Congresso realizado catorze anos antes. Levi Carneiro também era membro da nova Carta. Coincidência? Ou reflexo do poder que a rede de intelectuais, ligas e periódicos exercia?

É proibida a imigração africana ou de origem africana, e só consentida a asiática na proporção de 5%, anualmente, sobre a totalidade de imigrantes dessa procedência existentes no território nacional. É vedado aos estados

²¹⁰ Anais da Assembléia Nacional Constituinte. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p. 356.

fazer contratos para a introdução de imigrantes em contravenção do disposto neste artigo.²¹¹

No pronunciamento de fevereiro de 1934, Couto falou sobre os japoneses, negros e o problema da miscigenação. Nessa oportunidade, ele citava vários outros intelectuais do campo eugênico, dentre eles, Oliveira Vianna e Roquette-Pinto, além de Gobineau. Criticando uns e buscando apoio em outros, Couto explicitava a opinião de Vianna que defendia abertamente a introdução no país de indo-europeus, pois esses possuiriam um alto grau eugenismo: “Só estas nos servem -porque o progresso das sociedades e a sua riqueza e cultura são criações dos seus elementos eugênicos, cuja função na economia social é análoga à função do oxigênio, na economia mundial”. Àquela altura, Couto, como os demais membros da Constituinte, utilizava-se de argumentos eugênicos bastante “duros” e explicitamente baseados em Oliveira Vianna para destacar o valor da raça nacional para a segurança nacional e para a nacionalidade. Muitas vezes, em variados discursos, ele alertou contra o perigo da invasão japonesa e a criação de enclaves étnicos no Brasil por nacionalidades “estranhas” à brasileira. A seguir, um pequeno trecho de Miguel Couto, negando possuir preconceitos:

(...) de nacionalidade, de cor, ou de raça. Quanto à nacionalidade, porque nesta era, chamada a idade oceânica ou internacional, de há muito o estrangeiro deixou de ser o inimigo; é antes o amigo, o comensal, o companheiro, o mutante de nossa fortuna (...). Os trabalhadores estrangeiros são, pois, agentes de nossa riqueza.²¹²

Outros deputados constituintes que trabalhavam na nova Carta também expressavam posições próximas e igualmente restritivas sobre o controle da imigração. Aliás, era grande o número de médicos eugenistas presentes no trabalho de construção da nova Constituição. Por exemplo, o psiquiatra Antonio Carlos Pacheco e Silva (1898-1988), segundo diretor do Asilo de Juquery, um dos que mais estava preocupado com as questões sobre eugenia, educação e imigração, era membro do grupo de 60 médicos constituintes da nova Carta e autor da emenda que consagrou a educação eugênica da Constituição. Um dos resultados desses intensos debates foi à aprovação da cota de 2% para cada nacionalidade criando a proibição da concentração de imigrantes em quaisquer regiões do país. Devido às polêmicas suscitadas, antes, durante e após os trabalhos da Carta, além da necessidade de regulamentar as leis, constituiu-se a já citada comissão encarregada de organizar as leis de imigração. Composta por especialistas em eugenia e imigração, era integrada pelos seguintes nomes: Roquette-

²¹¹ Anais da Assembléia Nacional Constituinte. Miguel Couto citando Oliveira Vianna. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p. 490.

²¹² Anais da Assembléia Nacional Constituinte. Miguel Couto. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p.124.

Pinto, antropólogo e Diretor do Museu Nacional, Renato Kehl, Conde Debanné, Cônsul do Brasil nos países do Oriente, Dulphe Pinheiro Machado, Diretor do Departamento do Povoamento, Vaz de Mello, Diretor dos Serviços de Passaportes do Ministério do Exterior e Raul de Paula, representante da Sociedade Amigos de Alberto Torres. Presidia a comissão, Oliveira Vianna, Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho.

Da massa de documentos, espalhada por vários centros de documentação e arquivos, gerados e acumulados pelo grupo de estudiosos da ciência eugênica reunidos para formular a política pública para a imigração do país, surge uma pequena folha contendo rabiscos feitos por Roquette-Pinto. São comentários sobre o anteprojeto de regulamentação da imigração levado a cabo pela comissão. A forma de condução dos trabalhos da comissão sugere que foram divididas as tarefas. Coube a Kehl e ao Conde Debanné formular um texto consolidando as discussões. Roquette-Pinto aprovou o texto, apesar de tecer ressalvas. Mas, o que nos interessa é que nessas linhas, o documento traz pistas e aponta para as indefinições e tensões que marcaram o campo eugênico. Anteriormente, citei uma carta privada de Roquette-Pinto para Vianna, onde ele elogiava muito o projeto. Porém, nesse outro documento, ele é mais comedido. Contudo, sonha com o dia que o povo educado entregará os postos de mando aos homens capazes. Seriam os antropólogos do Museu Nacional esses homens capacitados para ocupar esses postos?

Aceito, de um modo geral, o projeto formulado pelo Dr. Kehl regulamentando a seleção qualitativa dos imigrantes. Penso, porém, que a comissão não pode aceitar certas expressões ali empregadas. Trata-se de aconselhar aos poderes públicos a adoção de certas medidas. As leis não devem conter palavras ou expressões de significação duvidosa, imprecisa ou discutível. Penso que só admitir correntes migratórias provenientes de etnias congêneres como está no Projeto Kehl-Debanné é limitar a imigração a portugueses, espanhóis, italianos, etc. Os nórdicos, que muitos consideram dos mais desejáveis, estariam entre os recusados, porque só por absurdo, podem ser declarados de etnias congêneres às nossas-suecos, ingleses, alemães, etc.

Não posso concordar também com a citação dos ciganos, tal qual está no art.2 do projeto. Antes, de mais, convém lembrar que os próprios ciganos, para fugir das perseguições tradicionais, herança medieval do mundo cristão, costumam declarar a nacionalidade oficial-são espanhóis, italianos, húngaros, etc. Nunca declaram a sua etnia. Mas o nome cigano, que tão pejorativo se tornou no Brasil, sinônimo de gatunagem e sordidez, corresponde de fato a um povo que não merece um insulto sistemático. Mesmo desprezando tudo quanto dele recebeu o Brasil, na sua formação, em sangue, lendas, tradições, costumes, até mesmo no idioma. Os ciganos só por serem nômades, não devem receber tão formal condenação. Ciganos artistas, e ou artífices, sadios, robustos, de uma vida limpa, em boas condições de higiene e de bons antecedentes eugênicos, que são sempre individuais. É

expressão indefensável. Não sei o que são “elementos raciais inassimiláveis”. Toda a história da formação étnica do Brasil prova luminosamente que entre as raças mais afastadas – pelo tipo físico, pela linguagem, pelos costumes – a assimilação pode ser a mais completa. Se muitos alemães e japoneses continuam no Brasil a viver vida alemã ou japonesa – isto não depende em nada da constituição étnica. É desorganização política do país (Alberto Torres); há de acabar um dia, quando o povo educado, souber entregar os postos de mando aos homens capazes, escorraçando os aventureiros.²¹³

Através de uma missiva enviada a Oliveira Vianna em 1935, Renato Kehl argumentava também estar satisfeito com o resultado final produzido pela comissão responsável por elaborar o “anteprojeto da lei de imigração”. Após ler o relatório final preparado por Oliveira Vianna, Kehl afirmava:

Pelo que pude apreender, o referido trabalho condensou, de maneira feliz, muitas das idéias apresentadas e discutidas nas diversas reuniões da comissão sob a ilustre presidência de V. Excia. (...) Faço votos que seja aprovada pela câmara ainda na presente legislatura (...). O principal já está feito: uma obra simples, clara, concisa e viável. Acredito que, a sua aprovação, ter-se-ão, com relativa facilidade, recursos para por em prática a seleção eugênica a fim de melhorar o povoamento do país por parte dos elementos que aqui aportam como imigrantes.²¹⁴

Oliveira Vianna ocupou o cargo de Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho entre 1932 e 1940. Em várias cartas de papel timbrado do Ministério, Vianna comunicou-se com Kehl, manifestando toda a sua preocupação com o trabalho dessa comissão de especialistas em eugenia responsáveis por estudar e formular políticas para a imigração. Em momento posterior, entre 1941 e 1945, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores ficou com toda a competência relativa ao assunto. Em decorrência do decreto-lei 3.175 de abril de 1941 e a conseqüente proibição da emissão de vistos permanentes, as exceções para a concessão dos mesmos passaram a ser decididas, caso a caso, pelo Serviço de Visto desse ministério. As regras impunham aos serviços consulares brasileiros no exterior uma verificação clínica de cada potencial imigrante. Uma vez cumpridas as exigências físicas e morais, os cônsules remetiam os pedidos de vistos à Divisão de Passaportes do Ministério das Relações Exteriores que, por sua vez, solicitava autorização para a concessão dos mesmos ao Serviço de Visto do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Koifman (2007) analisou a documentação oficial que gerou o decreto-lei 3.175 e o estudo sistemático de cerca de dois mil processos remanescentes do acervo do Serviço indicam que o governo brasileiro, com a finalidade de melhorar a composição étnica do Brasil, estabeleceu uma política na qual pretendia receber

²¹³ Roquette-Pinto, Fundo Pessoal Roquette-Pinto, ABL.

²¹⁴ Correspondência de Renato Kehl a Oliveira Vianna. 11 out. 1935. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

grandes correntes imigratórias, desde que previamente selecionadas a partir de critérios eugênicos.

Trabalhamos intensamente a hipótese da Reversibilidade da Degeneração Racial.²¹⁵ Em torno dessa possibilidade agregaram-se os intelectuais de vertentes variadas. O que foi isto? Um consenso no dissenso²¹⁶. Tratava-se de planificar ao nível do Estado a formação de uma grande nação e de reformar a raça nacional, fosse isso compreendido como povo, raça biológica ou cor da pele. Nossa hipótese central afirma que a existência do campo eugênico possibilitou a constituição e institucionalização de diferentes concepções e estratégias para a tão esperada civilização brasileira. O eugenismo se constituiu por uma variedade estupenda de intelectuais, agências e departamentos governamentais que formularam, organizaram e tentaram implementar a eugenia no Brasil. Contudo, talvez seja necessário observar os limites da efetivação desses projetos. O conjunto de idéias e práticas denominadas genericamente de eugenismo nacional representou uma síntese (em constante transformação), de tendências universais e particularistas, composta de atores, idéias e relações sociais.

Por meio dessa análise, estou criticando uma tendência que constata erros, contradições ou ausências, onde, na verdade, existem conexões não compreendidas²¹⁷. Os discursos dos intelectuais não são contraditórios. Penso que muitos dos equívocos cometidos por outros pesquisadores, que se aventuraram por essas zonas tempestuosas do pensamento social e político, ocorreram devidos aos labirintos criados pelos autores estudados. Assim, leituras que enfatizam demasiadamente as distinções da eugenia negativa, positiva ou preventiva, estão baseadas em conceitos e argumentos criados pelos próprios objetos de análise. Os agentes sociais estudados e seus respectivos textos são testemunhas. Os discursos dos intelectuais tendem a serem mais críveis, e, portanto, fornecem mais dados, tanto quanto nossas perguntas forem mais elaboradas. As diversas leituras sobre o caminho que deveria ser

²¹⁵ Este conceito está em Patto (1999).

²¹⁶ Os conceitos construídos e utilizados pelo sociólogo Bourdieu são interligados: *Habitus*, Campo e Consenso no Dissenso. “Os agentes certamente tem uma apreensão ativa do mundo. Certamente constroem sua visão do mundo. Mas essa construção é operada sob coações estruturais. E pode-se inclusive explicar em termos sociológicos aquilo que aparece como propriedade universal da experiência humana, a saber, o fato de que o mundo familiar tende a ser taken for granted, percebido como evidente. Se o mundo social tende a ser percebido como evidente e a ser apreendido (...) é porque as disposições dos agentes, o seu habitus, isto é, as estruturas mentais através das quais eles apreendem o mundo social, são em essência produto da interiorização das estruturas do mundo social.” (BOURDIEU, 2004: 157).

²¹⁷ Quando não se compreende o nosso objeto de pesquisa, corremos o risco de continuar aceitando como dogmas, interpretações superficiais, pesquisas mal feitas, explicações sem fundamentos, simplesmente porque somos induzidos a ver o processo histórico segundo nossa vesguice teórica. Há uma tendência que interpreta os intelectuais como pessoas especiais que produzem obras alheias aos conflitos e tensões sociais. Quase como semideuses que passeiam por uma cidade das idéias distante da urbe real.

obrigatoriamente percorrido, com a desejada e planejada eugenia brasileira, fizeram parte de um campo eugênico fortemente institucionalizado, cujos primórdios datam de meados do século XIX.

4.3 Reversibilidade da Degeneração Racial

O novo momento era de crítica. Criticavam-se as elites políticas e intelectuais por sua falta de consciência nacional. Por sua postura diletante, por sua francofilia. A questão que se colocava era: como o Brasil podia ser tão pobre e atrasado se seu território era tão rico? Se a culpa de tal situação não era mais atribuída às raças e à mestiçagem –ainda que tal interpretação persistisse –, quem então poderia ser responsabilizado e o que teria que ser mudado? (OLIVEIRA, 1990:147).

No início do período republicano, um cidadão brasileiro requeria que se adotasse o tupi como idioma oficial do Brasil. Seu nome: Policarpo Quaresma. Tocava violão. Queria plantar feijão para salvar o país da miséria. Esse é o personagem central do livro de Lima Barreto, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Este escritor, nascido no Rio de Janeiro, registrou com talento crítico o painel que se desenrolava na cidade. Espectador sensível das posições nacionalistas que ganhavam força, Lima Barreto construiu anti-heróis para narrar faces do processo que pretendia modernizar o país. Enquanto o público leitor de livros²¹⁸ e jornais comentava as descobertas das expedições empreendidas ao interior do país, este autor seria um dos poucos a lembrar que, para além das discussões políticas e científicas, havia uma sociedade e seus trabalhadores. Em artigo de jornal, publicado em 1918, encontramos suas opiniões sobre o “problema vital”:

(...) trabalhos de jovens médicos como os doutores Artur Neiva, Carlos Chagas, Belisário Penna e outros, vieram demonstrar que a população roqueira do nosso país era vítima desde muito de várias moléstias que a alquebravam fisicamente (...) julgo que o doutor Penna tem razão, julgo que ele e seus auxiliares não falsificam o estado de saúde de nossas populações campestres. Têm toda a razão. O que não concordo com eles, é com o remédio que oferecem.

Lima Barreto comentava a questão sob este prisma: “*Em suma, para não me alongar. O problema, conquanto não se possa desprezar a parte médica propriamente dita, é de natureza econômica e social.*” (Barreto, 2004:457). Após estas palavras, podemos ver o quanto seus comentários divergem do intelectual médico Renato Kehl. Sob o título *Pais*,

²¹⁸ Pouco mais de 10% da população brasileira era alfabetizada.

Médicos e Mestres, Kehl, incansável propagandista da eugenia, publicou mais um livro sobre os princípios eugênicos. Mais uma vez este esculápio receitava “remédios” para os males da sociedade brasileira. Desta feita, articulando questões de saúde e de educação às políticas governamentais, fez explícitas referências ao controle do Estado sobre o indivíduo, quando afirmou:

Reconheço e não canso de proclamar a alta e imensurável função social do médico. Platão disse que a humanidade será feliz quando os filósofos forem reis ou quando os reis forem filósofos. Na minha opinião dever-se-ia dizer que a humanidade será feliz no dia em que os médicos forem governantes ou que os governantes forem médicos. (KEHL, 1939:68).

Tendo em vista considerações desta natureza, presentes no contexto político da época, interessa-nos apontar mais algumas questões para reflexão em torno dos discursos de sanitaristas e eugenistas.²¹⁹ Já vimos que uma das principais marcas existentes nos textos de Kehl era o seu pessimismo²²⁰ quanto ao futuro da nação brasileira. Para ele, a miscigenação étnica estava conduzindo o Brasil para uma catástrofe. Assim, somente com procedimentos eugênicos, que evitariam a continuidade da imoral e promíscua mestiçagem, o país poderia tornar-se uma nação moderna e próspera. Defensor de exames médicos que autorizariam ou não o casamento e a geração de filhos, Kehl alertava que qualquer das medidas eugenistas poderiam ser inócuas para a constituição de uma espécie hígida. Por exemplo, para ele, a esterilização deveria ser aplicada compulsoriamente e permanentemente nos criminosos e degenerados, mas, sem descartar a possibilidade que esse universo fosse ampliado para outros tipos de indivíduos identificados como degenerados:

Esterilização! Dirão muitos, admirados ou horrorizados! Como? Uma operação? Isto é um absurdo! Entretanto, essa mesma gente, que se admira ou se horroriza, não ignora que, para satisfazer caprichos repugnantes à natureza, muitos representantes do sexo fraco submetem-se á esterilização (...) e note-se isto não é de hoje.²²¹

Renato Kehl afirmava a competência técnica dos médicos para efetuar uma seleção eugênica, no momento histórico em que intelectuais dessa categoria reivindicavam uma

²¹⁹ Os objetivos de eugenistas e sanitaristas dividiam-se em eugenia preventiva (controle dos fatores disgênicos pelo saneamento), em eugenia positiva (incentivo e regulação da procriação dos capazes) e na eugenia negativa (evitar o nascimento dos considerados incapazes).

²²⁰ “O fato de que o Brasil vinha conseguindo um branqueamento por meio da miscigenação era, para Kehl, razão de tristeza, não de comemoração. Ele alertava contra os cruzamentos entre raças e classes, ao mesmo tempo que desaprovava sua falta de preconceito racial e de classe”.(HOCHMAN e ARMUS, 2004: 369)

²²¹ KEHL, Renato. Artigo publicado no *O Estado de São Paulo*, 07 jul. 1918. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

atuação política mais incisiva na formação social brasileira.²²² Entre o final do século XIX e os últimos anos da década de 1930, diferentes intelectuais brasileiros voltaram-se para a questão da identidade nacional. Atribuindo-se uma missão patriótica, médicos e cientistas²²³ empenharam-se em conhecer o país.²²⁴ Havia uma expectativa de mudanças sociais e culturais que mobilizava as camadas urbanas, identificadas e preocupadas com as condições para a emergência de uma nova nação.

Partindo de uma visão da sociedade, eles não se omitiram em lutar por suas crenças. Uma das questões centrais para esses homens foi o debate sobre as condições de existência no Brasil. Observamos entre escritores, artistas e políticos, que havia um consenso sobre as ameaças que pairavam sobre o Brasil e, como decorrência, forjaram-se interpretações e projetos de mudança. Queremos refletir sobre esse consenso intelectual enunciado em diversas reflexões, discursos e projetos políticos: o brasileiro é inferior. Portanto, por meio das idéias, bastaria compreender e, posteriormente, modificar as condições de saúde do povo brasileiro em busca da reforma do país. Naquela conjuntura, o cenário sanitário foi apontado como muito grave e responsável pelas dificuldades que impediam as mudanças sociais reclamadas. Essa constatação e as questões que ela suscitou podem ser apresentadas desta forma: eugenistas e sanitaristas apresentavam uma solução original para a tragédia brasileira. Mas, afinal, por que somos miseráveis e doentes?

Analisando as propostas formuladas por educadores e sanitaristas, entre os anos 20 e 40, relativas à saúde pública e educação higiênica, notamos que eles pretenderam salvar o país construindo um novo brasileiro²²⁵. Para investigar e explicar esse diagnóstico, neste texto,

²²² Já esclarecemos que além de ações como a esterilização, Renato Kehl defendia também o saneamento e a educação como fatores que ajudariam a *civilizar* o país.

²²³ Herschmann utiliza um conceito impreciso para designar o tipo de cientista que atuava em vários ofícios: “Na falta de um termo melhor que designasse estes intelectuais, utilizei este termo composto (cientistas-intelectuais). A dificuldade de encontrar um termo apropriado para este agente social está fundamentada na atuação deste especialista, que extrapolava a produção científica, realizando obras abrangentes, de cunho teórico, sociológico e literário. A partir de sua especialização, de seu saber tecno-científico, eles ‘inventavam’ soluções para os chamados ‘problemas nacionais’. Longe de propor uma definição de ‘intelectual’, considere-o como aquele que se reconhece e é reconhecido pelos outros como tal”. (HERSCHMANN & MESSEDER, 1994:46).

²²⁴ Estes intelectuais construíram representações sociais que pretendiam orientar os indivíduos em direção a um mundo moderno e civilizado. Para realizar estas tarefas, eles organizaram conjuntos discursivos de variadas formas. Assim, estes pensadores foram cientistas, poetas, médicos e educadores. E veicularam suas idéias a respeito de raça, amor, sexualidade, doenças, economia e identidade nacional. Oswaldo Cruz, Belisário Penna, Afrânio Peixoto, Carlos Chagas, Roquete Pinto, Renato Kehl, Nina Rodrigues, Clementino Fraga, Miguel Couto, Miguel Pereira, Phocion Serpa e outros.

²²⁵ Lidamos com representações discursivas do imaginário social. Porém, isto não significa considerar as idéias como ilusões da vida concreta. A propósito, Chauí e Franco definem que: “A produção das representações é uma dimensão da *praxis* social tanto quanto as ações efetivamente realizadas pelos agentes sociais. Pensar e representar são momentos da *praxis* tanto quanto agir, este e aqueles exprimindo, dramatizando ou ocultando uns

primordialmente, utilizamos os documentos produzidos e acumulados por Renato Kehl (1889-1974) e Belisário Penna (1868-1939)²²⁶. Dentre tantos, estes dois intelectuais acreditavam que o projeto eugenista, médico e educativo era capaz de justificar o saneamento dos corpos, cidades e instituições, colocando o país no rol das nações ricas do mundo. Em outras palavras, eles participavam de um intenso debate cultural e político, empenhando-se em intervir na realidade, segundo a idéia predominante na época acerca da responsabilidade de modificar a nação e seus cidadãos²²⁷.

Delimitamos nossa pesquisa entre 1917 e 1937. Se foi em 1917 que Renato Kehl falou publicamente sobre o tema da Eugenia durante uma conferência feita na Associação Cristã de Moços de São Paulo, vinte anos depois, ele consolidaria seu ideário, através de inúmeros artigos, folhetos e, especialmente, lançando um pequeno livro, *Por que sou eugenista? 20 anos de Campanha Eugênica*, comemorando o movimento pela adoção das práticas eugênicas no Brasil. Já comentamos sobre a presença na literatura que estuda a Eugenia no Brasil, da afirmação de que a trajetória de Kehl teria sofrido uma inflexão no final dos anos 20. Com o correr dos anos, teria havido uma crescente radicalização em torno da proposta eugênica negativa. Nancy Stepan explicou esta mudança, em dois importantes textos²²⁸, onde a origem européia de Kehl, ao menos tornaria possível essa nova realidade. Souza (2006) concordando com essa autora, argumenta que as viagens do médico à Alemanha, no contexto do crescimento do nazismo, justificariam a virada de Kehl em suas idéias. Essa mudança representaria uma radicalização. Uma postura mais agressiva frente às propostas da eugenia negativa. Ao longo do texto, estabelecemos uma discussão com essas afirmações. Também já declaramos que consideramos equivocadas as interpretações porque as análises realizadas por pesquisadores sobre eugenia se enredam nos discursos dos intelectuais investigados. Uma mistura de conceitos entre analistas e objetos.

Souza (2006) afirma a existência de uma ruptura no pensamento do eugenista. Este autor realiza uma excelente pesquisa. É um trabalho muito bem escrito. No entanto, discordo de suas escolhas teóricas e metodológicas. O que não invalida a sua importante contribuição.

aos outros no movimento pelo qual uma sociedade se efetua como sociedade determinada". (CHAUÍ & FRANCO, 1985:09).

²²⁶ Ao longo do trabalho, um ator extremamente importante está presente: Monteiro Lobato.

²²⁷ Intelectuais médicos, identificados com o sanitarismo e o eugenismo atribuíam à ausência de saúde e educação as causas dos problemas do país.

²²⁸ "Eugenia no Brasil, 1917-1940" In: *Cuidar, Controlar, Curar. Ensaio histórico sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004; *A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

Em primeiro lugar, ele afirma que houve uma descontinuidade nas idéias de Kehl, existindo mesmo uma discordância ou mudança de direção das idéias eugenistas na trajetória desse intelectual. Se assim fosse, teríamos que concordar que as ações características da eugenia negativa foram incompatíveis com as idéias e práticas da eugenia positiva e preventiva. Entretanto, observamos que a trajetória do eugenismo no Brasil e, também, na América Latina e, até mesmo, em países como Espanha e Itália, foi marcada por relações conflituosas e, em algumas ocasiões, amistosas, entre os intelectuais e suas propostas. Talvez, com a conjuntura nacional e internacional mais favorável ao crescimento das idéias totalitárias, Kehl realmente manifestou uma ênfase maior em relação à eugenia negativa. No entanto, ele nunca abandonou totalmente a via positiva ou a preventiva. Ele radicalizou toda a sua política eugênica. Fosse ela saneadora do meio ambiente, controladora dos genes e do sexo e educadora dos indivíduos.

Assim, discordamos de boa parte dos autores que trataram do tema. Afirmamos que embora seja verdadeira a informação de que, em diversos momentos, próximos a década de 30, o eugenista Kehl expunha um conceito menos amplo de eugenia, ele próprio, para justificar esta atitude, declarava que nos primeiros tempos, era necessário convencer, de uma maneira geral, as pessoas sobre as vantagens da eugenia. Daí a necessidade de afirmações generalizantes, em que se incluíssem também a Educação e o Saneamento. Na conjuntura do final dos anos 20, também declarava a existência de conceitos diferentes, a Eugenia e o Eugenismo. O segundo conceito, contemplando as ações educativas e saneadoras. Todavia, nosso propósito reside precisamente em estudar a coexistência das distintas “eugenias”²²⁹. Se Kehl, durante vários anos, alertava sobre a necessidade da esterilização, conjugada à educação e às aspirações do movimento sanitarista, que por seu lado pretendia até a reforma das instituições²³⁰ políticas, onde está a virada? Se ele era favorável pela prática da esterilização desde 1918, defendendo claramente a função regeneradora e enriquecedora da eugenia negativa para a nacionalidade, não podemos concluir que, dentro do universo das idéias eugenistas, Renato Kehl permaneceu coerente? Por que? Porque o campo eugênico comportava a existência de idéias e práticas aparentemente inconciliáveis. Diálogo e tensão marcavam as relações dos intelectuais eugenistas que viviam as contradições da sociedade numa época determinada.

²²⁹ Sobre O Consenso no Dissenso, ver BOURDIEU (1999).

²³⁰ “Sanear o país significava, na ótica dos participantes do movimento, a recuperação da autêntica nacionalidade ignorada pelas elites urbanas ou obscurecida pelo discurso ufanista predominante nos primeiros anos do período republicano”. (BRITTO & LIMA, 1991:01).

A esterilização dá resultados na redução dos degenerados; estes resultados, porém, não são imediatos e só se farão sentir após muitos anos de uma execução perfeita e permanente (...) a esterilização é um auxiliar poderoso da redução dos degenerados, mas isoladamente não resolve o problema da eugenia da espécie (...) Em suma, para a melhora física, moral e intelectual dos nossos semelhantes, é necessário lançar mão da esterilização, sem prescindir, porém, da prática dos demais preceitos ditados pela eugenia positiva, preventiva e negativa.

A citação anterior foi retirada do artigo “A Esterilização sob o Ponto de Vista Eugênico” de Renato Kehl, publicado no periódico médico *Brazil-Médico* no dia 26/03/1921. Este trecho retirado de um artigo de 1921 está exatamente igual na página 176 do livro “Lições de Eugenia” de 1929, que segundo autores como Souza e Diwan, seria um marco da radical transformação de Kehl. Durante os anos de doutrinação e tentativa de implantar no país as idéias eugenistas, Kehl falava sobre os temas com uma tediosa repetição. Esta é uma característica que é compartilhada por outros autores do mesmo período: a quantidade numerosa de produções que são versões recicladas de outros textos. No caso do eugenista, trabalhos que declaram a importância das três vertentes eugênicas estão presentes desde a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo até o final dos anos 30. Como podemos analisar neste artigo publicado no jornal *O Diário Popular*, em 1919, onde ele afirmou que a eugenia era:

(...) O estudo e aplicação das questões de hereditariedade, descendência e evolução para a conservação e melhoria da espécie humana; o estudo e aplicação das questões relativas a influência do meio, do estado econômico, da legislação, dos costumes, do valor das gerações sucessivas e sobre as aptidões físicas, intelectuais e morais; o estudo das ciências que se relacionam com a eugenia; a divulgação entre o público de conhecimentos higiênicos e eugênicos, para o bem do indivíduo, da coletividade e das gerações futuras.²³¹

Vamos buscar ajuda em Bourdieu²³² mais uma vez. Em sua obra, analisando o conceito de campo científico, esse sociólogo afirmou que em campos de pensamento aparentemente homogêneos, os debates, as disputas pelo espaço científico e pela posse do capital intelectual representam aspectos simbólicos contraditórios e similares. Para uma parcela dos intelectuais brasileiros do início do século passado, a explicação para a situação do Brasil estava nas características naturais do Estado e da sociedade. Nesse sentido, o país vivia seus conflitos e crises políticas devido ao clima, ao meio físico-natural e à constituição

²³¹ KEHL, Renato. *Diário Popular*, São Paulo, abr. 1919. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

²³² O conceito de Campo Científico compreende um espaço prenhe de conflitos e lutas por prestígio. Eugenistas e sanitaristas, médicos ou profissionais de outras especialidades constituíram uma série de estratégias políticas que tencionava ampliar o capital simbólico dos atores envolvidos. Ver o texto “O campo científico” In: ORTIZ, Renato (org). *Pierre Bourdieu. Sociologia*. SP: Ática, 1983.

racial do povo. Segundo esses atores sociais, não possuíamos o desenvolvimento social de outras nações porque a localização geográfica do país, o calor e a miscigenação com raças inferiores tinham-nos tornados incapazes e indolentes. Para essa face do pensamento social brasileiro não éramos uma nação. E nem seríamos. Este pensamento influenciaria, em parte, os críticos autoritários da República. Alguns diziam mesmo que era uma crença pensar que o regime republicano pudesse ser origem de uma nação, pois existiria um abismo entre o país real e o país legal. Afinal, como trazer leis das outras nações, se o Brasil, nem era um país, era uma terra abandonada. Para essa fração do pensamento social da época, influenciada pelas idéias de intelectuais como Gobineau e outros, não tínhamos conhecido o progresso de outras nações porque a miscigenação gerara uma população preguiçosa, indisciplinada e pouco inteligente. Essa inferioridade biológica seria a causa da inadaptabilidade à sociedade moderna e industrial. A responsabilidade dessa condição devia-se, principalmente, ao cruzamento dos portugueses com as outras raças.

O Conde Joseph Arthur de Gobineau esteve chefiando a representação diplomática francesa no Brasil, entre abril de 1869 e maio de 1870. Três livros editados no Brasil reproduzem as cartas trocadas entre o Conde e o Imperador Pedro II, além de outras correspondências²³³. O monarca e o ministro tornaram-se muito amigos. Aliás, esta amizade, era a única coisa, que Gobineau gostava do país. Nessa correspondência, podemos averiguar as impressões do Conde sobre o Brasil. Sobre a passagem dele pelo Rio de Janeiro, ele assim narrou a seus parentes e amigos:

Uma população toda mulata, com sangue viciado, espírito viciado e feia de meter medo (...) Nenhum brasileiro é de sangue puro; as combinações dos casamentos entre brancos, indígenas e negros multiplicaram-se a tal ponto que os matizes da carnção são inúmeros, e tudo isso produziu, nas classes baixas e nas altas, uma degenerescência do mais triste aspecto. (RAEDERS, 1997:39).

Autor do “Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas”, publicado em 1854, Conde de Gobineau foi designado como ministro plenipotenciário de França perante a corte do Brasil, na embaixada do Rio de Janeiro, a 19 de junho de 1868. Ele tentou evitar esta nomeação, mas foi obrigado a aceitá-la, apesar de sua opinião contrária. Seu descontentamento decorria, em primeiro lugar, da separação forçada da Europa e de sua família e, em segundo lugar, das idéias e sentimentos que ele alimentava há muito tempo em relação a qualquer tipo de população mestiça. Para ele, um povo mestiço era degenerado; que

²³³ Os livros são Raeders, 1938; Raeders, 1988; Raeders, 1997.

não conservava, nas suas veias, o mesmo sangue original que sucessivas misturas fizeram, gradualmente, modificar o valor, em outras palavras, não mantinham a mesma raça que seus fundadores. (GOBINEAU, 1937). Gobineau chegou à capital do Brasil a 20 de março de 1869. Numa carta a sua esposa, ele relatava que:

No mesmo dia de minha chegada, às 6 horas, o Ministro de Relações Exteriores me enviou um de seus assessores para me cumprimentar e dizer que o imperador desejava ver o Senhor de Gobineau no dia seguinte, as 2 horas, e que o Ministro da França lhe apresentaria mais tarde num outro dia, suas credenciais; sem uniforme, não seria nada oficial”(RAEDERS,1988: 49).

Esse foi o início de uma amizade com Pedro II que se prolongaria até bem depois de sua partida do Brasil. Mas seria, por outro lado, sua única ligação com o país: Gobineau desprezava os colegas do corpo diplomático de outras nacionalidades e se limitava às estritas relações oficiais com os do país. Esse intelectual tem sido considerado como o pai das teorias racistas. Segundo afirmava, as civilizações eram arianas em seus princípios. Uma civilização sem uma origem ariana não teria futuro, uma vez que, as raças inferiores, degeneradas, eram incapazes de criação de uma cultura. Embora, ele próprio, não tenha definido o que era exatamente raça ariana, a partir daí, acreditava-se que a superioridade da raça branca era um princípio universal e científico, um fator capaz de explicar, por exemplo, as diferenças entre os povos. Assim, para ele, a desigualdade das raças humanas não era uma questão absoluta, mas um fenômeno ligado à miscigenação degenerativa de uma pureza original. Essa teoria funcionou como justificação ideológica da dominação européia sobre os continentes de populações consideradas inferiores.

Es ahi unicamente donde se puede seguir, com suficiente exactitu, el desarrollo de esta afirmación fundamental, según la cual los pueblos no degeneran sino por efecto y en proporción de las mezclas que experimentan, y en la medida de la calidad de estas mezclas. (GOBINEAU, 1937: 153)

Contudo, outras correntes nacionais também interpretavam o Brasil. Grosso modo, podemos citar que além dos intelectuais que traduziam o país através da inferioridade inata, onde os brasileiros estavam dominados pelo solo seco, calor inclemente, prejudicado pela miscigenação dos índios, negros e portugueses, havia uma leitura ufanista²³⁴ do Brasil que

²³⁴ Encontramos no texto de Gobineau, uma descrição pormenorizada da visão da terra brasileira edênica, porém, habitada por um povo ruim: “No hay ciertamente países más fertiles, ni climas más suaves que los de los diferentes países de América. Allí abundan los grandes rios; sus golfos, bahias y puertos son vastos, profundos, magníficos, numerosos. Los metales preciosos se encuentran a ras del suelo, la natureza vegetal prodiga casi espontaneamente los medios de exiostencia más variados, en tanto que la fauna, rica en especies alimenticias,

identificava valores positivos em vários desses aspectos. Além destas interpretações, o movimento sanitarista deslocaria a questão nacional. Isto é, sem uma avaliação positiva/ufanista ou negativa dos elementos nacionais, os médicos sanitaristas diziam ser possível superar a miséria nacional, desde que as doenças fossem tratadas. Para este movimento que congregou, além dos médicos, intelectuais de diversas atividades, o Brasil era um grande hospital. Os brasileiros livres das doenças que depauperavam e sugavam suas energias, produziram tanto quanto os europeus. Posteriormente, depois de 1930, seria divulgada a interpretação culturalista. Gilberto Freyre, seu principal representante, além de abarcar a tese do Brasil doente e necessitado de tratamento médico, dizia que a mistura de raças – e de culturas – era positiva e fundadora de uma nova civilização.

Todavia, a ênfase que era atribuída ao contraste entre o país real e o idealizado materializava a existência de vários Brasis. Onde residiria a verdadeira identidade cultural do Brasil? Nas cidades remodeladas segundo os padrões da cultura européia? Ou nos seus subúrbios? Ou nos sertões abandonados? Nos Jecas ou nos Dândis? Como conciliar os miseráveis analfabetos e doentes com os cafés, os cinemas e as grandes avenidas?

O sentimento de premência de se conhecer a realidade nacional é, sem dúvida alguma, uma das cores mais visíveis nesse momento. A consciência da existência de um Brasil desconhecido, de um lado, e a necessidade de se substituir o que se considerava empecilho para este conhecimento, de outro lado, imprimiam duas atitudes que se complementavam: a valorização da terra e da ‘gente’ brasileira, de uma parte, e de outra, o combate aos idealismos, aos artificialismos, aos estrangeirismos. (...) Assim, desde *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, a ânsia de conhecer a realidade nacional passou a se constituir quase que num guia para a produção intelectual. A palavra de ordem a ser cumprida por todos aqueles que ambicionavam influir nos destinos do país poderia ser assim expressa: É preciso descobrir e conhecer o *Jeca Tatu*: O Brasil é *Os Sertões*, é o *Jeca Tatu*. Somente a descoberta da brasilidade do país verdadeiro fornecerá critérios para o julgamento e para a reorganização do Brasil ‘formal’. (SADEK, 1978:81)

Ao longo do texto, estamos vendo a complexidade e a dificuldade em definir as diferentes visões do país. Mas, de uma forma generalizada, as representações sobre o Brasil, podem ser divididas em ufanista, crítica/positiva e crítica/negativa. A primeira identificando uma corrente de intelectuais de começos do século XX, que supervalorizava os elementos nacionais. Tudo que era nacional era positivo e belo. Os intelectuais ufanistas viam os pobres e enfermos como habitantes de um paraíso terrestre com rios, florestas e pássaros divinos. Alguns, até mesmo enxergariam valores bons na escravidão. Os críticos dessa

oferece recursos(...) Todavia(...) es habitada, desde muchísimos siglos por tribos incapaces de la exploración, siquiera muy mediocre, de sus inmensos tesoros”. (GOBINEAU, 1937: 58).

corrente, diversamente, não viam o Brasil como uma terra da promessa, mas sim como um inferno de enfermidades e problemas. Todavia, agentes sociais críticos do Brasil e dos brasileiros, também avaliavam que algumas características eram positivas. E buscavam romper com as delimitações, criando condições para a transformação do Brasil em uma grande nação. No entanto, não foi raro que intelectuais como Silvio Romero, Lobato e outros transitassem pelas diferentes interpretações do país.

A preocupação com a descoberta do Brasil real tomou rumos distintos na produção cultural do período. Alguns autores construiriam personagens envolvidos no cotidiano de miséria, ignorância e doenças, degenerados pelas dificuldades do meio hostil. Outros, seguindo Afonso Celso, autor do livro “Por Que me Ufano de Meu País”²³⁵, publicado em 1900, descreveriam um imenso país, de vastas terras; uma natureza exuberante, onde tesouros jaziam à espera da ação do homem; uma floresta e um clima inigualáveis, enfim, um paraíso terrestre. Os debates sobre a oposição entre o urbano e o rural, entre o país real e o jurídico, convergiam para uma conclusão, a necessidade de se construir uma verdadeira Nação Brasileira. Para os intelectuais influenciados pelos sanitaristas, o obstáculo das doenças que emperrava o desenvolvimento social, seria superado ao proporcionar uma situação sanitária ideal às áreas rurais. Dotar de novas condições de saúde pública e educação higiênica o trabalhador rural era a meta a ser atingida para que se abandonasse a dicotomia entre o país real e o jurídico/administrativo, para regenerar o símbolo do Brasil rural e abandonado, o Jeca Tatu, personagem criado por Monteiro Lobato (THIELEN & SANTOS, 1989). O Jeca era marcado, no seu próprio corpo e comportamento, pelas marcas de improdutivo, apático e submisso²³⁶. Simbolizava um Brasil e um tipo nacional a ser modificado e superado pela ação e conhecimento dos cientistas e homens públicos.

A eugenia vinha assim qualificar a higiene como impositora de normas para regular a vida social das populações urbanas, ampliando consideravelmente aquele campo de atuação. Isso porque a eugenia se utilizaria de todos os dispositivos já experimentados pela higiene, desde a ordenação do meio ambiente até os padrões de habitação das diferentes classes sociais, atingindo finalmente o que ainda restaria disciplinar: a espécie. (MARQUES, 1994:27).

A procura da verdadeira nação brasileira não esteve presente apenas na produção literária ficcionista. O discurso científico também proporcionou ao debate novos argumentos.

²³⁵ Afonso Celso, neste livro, demonstra uma visão positiva do Brasil.

²³⁶ Lobato criticava as instituições políticas da Primeira República no primeiro Jeca. O Jeca era indolente. Abandonado pelas instituições republicanas, o Jeca votava pelo cabresto dos “coronéis”.

Como transformar o Brasil numa Nação? Esta pergunta inquietante seria respondida pelos cientistas, advogados, professores e engenheiros que elaboraram diferentes propostas para o Brasil²³⁷. No âmbito desse trabalho definimos o movimento sanitarista como conjunto de idéias e atitudes compartilhadas por intelectuais, médicos e educadores, nas quais está presente o tema de construção da nação.²³⁸ Investigando as relações entre as idéias do movimento sanitarista e o imaginário social, podemos identificar em que medida e quais representações sociais orientaram as formulações políticas sobre educação e saúde, no contexto das décadas de 1920 e 1930. A construção da nacionalidade e a superação da realidade econômica e social encontraram respostas na melhoria da saúde da população e não poderia ser explicada apenas por adversidades de natureza climática e/ou inferioridade racial. A campanha pelo saneamento dos sertões²³⁹ desencadeada durante esse período foi uma ação política desses intelectuais.²⁴⁰

Examinar as concepções que orientaram Kehl foi um dos objetivos deste trabalho. Portanto, seus textos foram uma fonte privilegiada para a análise dos temas abordados pelos intelectuais do período²⁴¹. Essas obras dão um testemunho fundamental. Por meio de suas análises e projeções – e de outros integrantes do campo intelectual emergente, foi difundida a idéia de que o Brasil, por intermédio de reformas nas políticas públicas de saúde e educação, transformar-se-ia num exemplo de nação. Frente às outras interpretações e diagnósticos do Brasil, Renato Kehl adicionou propostas de ações eugenistas esterilizadoras que deveriam integrar as políticas públicas, que levariam o Brasil a superar seu estado permanente de miséria, onde as doenças eram uma constante. Em artigo publicado na *Revista do Brasil*, Renato Kehl declararia seu conceito amplo de eugenia: “instruir é eugenizar, sanear é eugenizar”; e ainda nas páginas desse periódico podemos acompanhar a lógica das idéias

²³⁷ Nomes como Roquette-Pinto, Afrânio Peixoto, Belisário Penna, Pacheco e Silva, Franco da Rocha, Arthur Ramos e Nina Rodrigues estão merecendo a devida atenção. Nísia Trindade Lima lançou livro sobre a forma com que “Os Sertões” foram representados pelos intelectuais brasileiros. Nele, a autora colabora na reconstrução da trajetória desses perfis (LIMA, 1999).

²³⁸ Um estudo detalhado pode ser visto em Santos, 1985. Os estudos e pesquisas sobre políticas públicas do período dividem-se em análises explicativas, algumas privilegiando as análises econômicas, demonstrando que as ações de saúde pública representavam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, outras afirmando o aspecto simbólico e/ou político das ações, ou o caráter repressivo. Santos foi um dos primeiros autores a demonstrar a dimensão simbólica destas políticas para a construção da nacionalidade.

²³⁹ Sertão podia significar qualquer lugar distante do centro político e administrativo do país.

²⁴⁰ Sobre os médicos sanitaristas ver BRITTO (1995); MACHADO (1978); LUZ (1982); COSTA (1985); THIELEN (1991). Existe ainda uma bibliografia crítica e recente criticando os vários “modelos” ou tendências de análise da história das idéias e práticas médicas. Sobre este tema consultar EDLER (1992) e REIS (1994).

²⁴¹ Foram investigados os acervos pessoais de Roquette-Pinto, Belisário Penna, Renato Kehl, Oliveira Vianna, e Arthur Neiva, além dos documentos do Congresso de Eugenia de 1929. Estes documentos estão sob a guarda das seguintes instituições: Casa de Oswaldo Cruz, CPDOC, ABL, Casa de Oliveira Vianna e Museu Nacional.

eugênicas no Brasil²⁴². Depois, Kehl responderia aos críticos que o questionavam sobre a amplitude do seu conceito de eugenia, declarando que no início da campanha eugênica, era necessário arregimentar o maior número de seguidores.

Todavia, é extremamente relevante, observamos a constante mudança das idéias eugênicas sobre a produção intelectual de Belisário Penna, Renato Kehl e Monteiro Lobato (1882-1948). Em vários livros, correspondências e manuscritos desses autores, podem ser encontradas passagens de variadas tonalidades da teoria eugênica. Tânia Regina de Luca ajuda-nos a esclarecer essas relações, na medida em que poderíamos pensar em contradições no interior desses discursos. Afinal, a tese do movimento sanitarista não alterara a visão racista sobre o homem brasileiro? De uma interpretação determinista para uma interpretação sanitarista, o brasileiro, tido como ser inferior e inadaptável para a civilização não passara à condição de vítima, um homem doente, sem saúde e sem educação. Mas, o que mudara? A ciência da higiene não modificara a visão hegemônica sobre a incapacidade nacional para o mundo moderno? Era ainda necessário o auxílio da eugenia? As ações sanitaristas e educativas não salvariam das doenças o improdutivo homem brasileiro, antes considerado perdido? Não. Apesar dessas mudanças, para uma fração dos intelectuais eugenistas, os brasileiros continuavam carregando uma carga negativa em suas características hereditárias. Como sanitaristas e eugenistas de todas as correntes conciliavam suas propostas? Segundo Luca, o elo de aproximação e ligação entre essas diferentes leituras da identidade nacional e dos males do Brasil era um ideal de sociedade:

(...) a uni-los estava a crença, de fundo neolamarquista, na transmissão dos caracteres adquiridos, que permitia encarar qualquer melhoria nas condições higiênico-sanitárias da população, nos hábitos alimentares, como um avanço em termos de aperfeiçoamento genético.(LUCA, 1999:230).

Desta maneira, os novos conhecimentos higiênicos e eugênicos ofereciam uma saída para a tragédia nacional. Estávamos realmente condenados pela pesada herança racial e climática à eterna e imutável inferioridade social? Não. Os registros sobre as condições sanitárias das populações do norte e nordeste, retratadas e reveladas ao público, ofereciam novos argumentos: os tipos humanos, produtos da miscigenação étnica, eram indolentes e improdutivos porque estavam doentes. Regenerar o Brasil e curá-lo, seria construir uma nação. Para isso, portanto, a necessidade da conjugação do saneamento com a higiene

²⁴² Consultar “Eugenia, Eugenismo e Educação” de Kehl (1941). Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz. Sobre Renato Kehl ver “Apontamentos Historiográficos sobre a fundamentação biológica da Eugenia”, de Casteñeda, Luzia Aurélia”, In: *Episteme*, Porto Alegre, v.3, n.5, 1998, pp.23-48. Sobre a política biológica mais radical deste período, consultar SOUZA (2006).

individual, além da educação e da eugenia. O processo de descoberta do Brasil havia sido para os políticos e intelectuais um retrato do Brasil. A existência do país pobre e doente era um obstáculo à construção da nação. Mas havia uma esperança. Um novo diagnóstico e novos remédios estavam no mercado das idéias: as viagens científicas haviam retratado o verdadeiro país. Afinal, não se tratava de uma opinião e tampouco de literatura ufanista. O Brasil, sob a lente do microscópio e da máquina fotográfica, transformara-se num laboratório onde se podia alcançar a verdadeira identidade. A descoberta do país pela ciência apresentava uma saída para o Brasil, pois, além de diagnosticar os problemas, indicava o remédio necessário. O encontro da realidade nacional havia produzido uma saída. Era possível acabar com a indolência! Como os intelectuais chegaram a essa conclusão? Já falamos que uma das explicações está na repercussão que o relatório Penna-Neiva editado pelo Instituto Oswaldo Cruz obteve. O texto estampava em “instantâneos cruéis” a miséria e as doenças de toda a região percorrida. Indagados sobre a necessidade de construção de um poço de água limpa, os membros da expedição comandada por Belisário Penna e Arthur Neiva obtiveram uma resposta dos habitantes que indicava, sob uma determinada ótica, a eterna apatia e indolência do homem brasileiro:

A água é detestável, salobra, extraída de poços (...) porque não se faz um poço, revestido de pedra, e coberto, colhendo-se a água por meio duma bomba? Não vale a pena, é a resposta. O povo já está acostumado com isso, que não faz mal algum. (NEIVA-PENNA, 1999:191).

Para os intelectuais marcados pelo racismo científico do século XIX, a constituição étnica do país era um obstáculo à construção da verdadeira e saudável nacionalidade. Era intensa a influência dos teóricos desse pensamento como Gobineau, Agassiz e Le Bon (Carvalho, 1999). Todavia, para os membros do movimento sanitarista, que criticavam o determinismo biológico e racial, isto não era totalmente correto. Baseavam seus conhecimentos do Brasil verdadeiro nas viagens científicas efetivamente realizadas, em contraste com as diferentes idealizações do país. Com variados efeitos, diversas interpretações do Brasil se sucediam, apresentando, em algum momento, uma visão otimista e, assim, exaltando o país, ou uma visão pessimista e fatalista, originada nas teorias de inferioridade racial. Mas, em oposição à literatura que exaltava ufanista e entusiasmadamente o sertanejo, Penna e Neiva narravam o que haviam encontrado: a triste realidade dos sertões.

Concorrem muito para esse estado de coisas as falsas informações dos que viajam por essas regiões, pintando em linguagem florida e imaginosa, quadros de intensa poesia da vida bucólica, feliz e farta. Nós, se fôramos poetas, escreveríamos um poema trágico com a descrição das misérias, das

desgraças dos nossos infelizes sertanejos abandonados. A poesia das paisagens e dos panoramas ficaria apagada pela tragédia, pela desolação e pela miséria dos infelizes habitantes sertanejos, nossos patrícios. Aos nossos filhos, que aprendem nas escolas que a vida simples de nossos sertões é cheia de poesia e de encantos, pela saúde de seus habitantes, pela fartura do solo e generosidade da natureza, ficariam sabendo que nessas regiões se desdobra mais um quadro infernal, que só poderia ser mais magistralmente descrito pelo DANTE imortal. (NEIVA-PENNA, 1999:222).

Duas décadas antes da interpretação de Gilberto Freyre, que tentaria substituir a noção de raça pelo conceito de cultura, os sanitaristas consideravam possível transformar os Jecas indolentes em valorosos trabalhadores. Para esses intelectuais, o problema não estava totalmente na raça, mas, também em outros fatores, como por exemplo, na alimentação deficiente e na falta de controle dos vetores transmissores das graves doenças endêmicas e epidêmicas. Entretanto, os sanitaristas, ainda que tenham modificado a interpretação negativa do Brasil, não abandonaram totalmente as crenças racistas e nem a opinião da incapacidade para o trabalho dessas populações abandonadas. Portanto, o que havia sido alterado, era que a condição pouco eficiente pudesse ser modificada. Através, primeiro, das ações sanitaristas, depois, pela educação higiênica e, por fim, se necessário fosse, com o auxílio da eugenia. A força de trabalho teria que ser aproveitada.

A crítica à visão deturpada do país encontra-se em vários trechos do relatório. Segundo este importante documento, os habitantes do interior do país não eram fortes e úteis camponeses. Mas, tampouco era um grupo humano totalmente inadaptável ao trabalho. Desde que fossem tratados de suas doenças, poderiam produzir tanto quanto qualquer imigrante europeu. Determinações como clima e raça cediam importância à doença como a causa principal para os problemas nacionais²⁴³. Portanto, havia uma esperança para o Brasil. O “problema vital”, como o denominou Monteiro Lobato, estaria na inutilidade da população brasileira para o mundo racional, técnico e científico, apontando-se como as causas principais dessa incapacidade, as terríveis doenças endêmicas. Depois de curados, esses doentes poderiam salvar-se e o Brasil teria sua riqueza aumentada. Assim, era o discurso social desses intelectuais.

²⁴³ Lobato não estava imune às crenças racistas e deterministas. Um dos poucos autores que conseguiu escapar das influências do racismo científico foi Manoel Bomfim. A crença na degeneração do mestiço era dominante. Acreditava-se nas potencialidades das raças puras. Branca ou negra. Mas, o mestiço não. Este era inferior. As forças das novas disciplinas científicas surgidas no final do século XIX faziam com que todos acreditassem nestas premissas. Afinal, como duvidar da “Ciência”? Imaginem, a recepção, com que Bomfim e outros autores, que estão para serem recuperados pelos pesquisadores, foram recebidos. Contrariavam a opinião de sábios e nobres europeus.

É habitual dizer, e nós mesmos já temos cometido esse pecado, que o povo é indolente e sem iniciativa. A verdade, porém, é outra. A ausência de esforço e de iniciativa dessa pobre gente é proveniente do abandono em que vive, e da incapacidade física e intelectual, resultante de moléstias deprimentes e aniquiladoras (...) (NEIVA-PENNA, 1999: 221).

Mais uma vez destaco que todas as estratégias foram formuladas para tornar a raça-povo-nação, forte, branca, saudável e bela. No entanto, se a flexibilização das determinações negativas sobre a mestiçagem como fato explicativo da miséria e da doença no Brasil, os sanitaristas haviam feito, Gilberto Freyre tornaria a intensa mistura étnica um valor extremamente positivo. Por outro lado, em relação ao valor dos mestiços, Roquette-Pinto e Domingues apresentavam uma visão bastante otimista. Mas, quanto à incidência das doenças mentais, restrição à imigração e uso da esterilização as opiniões desses intelectuais já não ficavam tão cristalizadas. E, quanto às funções que a educação, no sentido mais amplo, poderia desempenhar, tendiam a se alinhar com o maior número de intelectuais. Em relação aos matrimônios, Kehl e quase todos os eugenistas eram radicais e sonhadores. Para o genro de Penna, na almejada *metrópolis* futurista organizada segundo princípios racionais e eugênicos, os casamentos seriam controlados pelo Estado e a geração de filhos autorizados ou não pela ciência. E tudo decidido “*como se resolvem formulas químicas*”.

Tenho comentado que Kehl mostrou-se repetitivo em suas argumentações. Em relação à esterilização, esta técnica sempre fazia parte das suas propostas visando a eugeniação do país: “De um modo geral, somos partidários da esterilização em casos de doença grave e de miséria, devendo ser aplicada, compulsoriamente a certos criminosos e em certos casos de degeneração hereditária somato-psíquica” (KEHL, 1933:193). Em alguns momentos, procurava diferenciar até os tipos de esterilização:

A) Esterilização de alienados e de perversos instintivos; B) esterilização de grandes criminosos e de miseráveis; C) esterilização econômica, no caso de casais incapazes de fornecer, pelo próprio esforço, os meios necessários para garantir a subsistência e a educação dos filhos; D) esterilização social, afim de reduzir as despesas progressivas que a coletividade é forçada a sustentar com asilos de débeis mentais e inaptos ao trabalho, cada vez em maior número; E) esterilização obrigatória, imposta por doenças mentais; F) esterilização voluntária, praticada por indivíduos com doenças físicas, por exemplo, em tuberculosos(mãe afetada e com lesão perigosa para ela, no decurso da gravidez e do parto e para a sua prole), por mulheres após repetidos partos, havendo perigo de vida, cuja morte deixara na orfandade os filhos. (1933:195).

Problema Vital foi o título dado ao livro de Lobato. Originalmente, são artigos publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*. Trata-se de documento de maior interesse para a

investigação dessa rede de intelectuais e instituições. Nesta época, Lobato era um interlocutor fundamental para os membros do movimento sanitaria. Ele mantinha intensa correspondência com Arthur Neiva, Belisário Penna e Renato Kehl. A obra foi editada com o auxílio da Liga Pró-Saneamento do Brasil e da Sociedade Eugênica de São Paulo. Scliar (2003) manifesta uma surpresa ao constatar a participação de uma liga de eugenistas nesse empreendimento editorial. Esse escritor indaga como eugenistas e sanitaristas (juntos) ajudaram a publicar o livro? Scliar afirma um pouco estupefato: “(...) *aos eugenistas, a solução para os problemas dos jecas tatus estava no aperfeiçoamento da raça (às vezes pela esterilização) e não no combate às endemias*”. (SCLIAR, 2003: 252). Julgamos que, nossa contribuição ao debate é exatamente demonstrar a articulação da educação higiênica, das ações de esterilização e do combate às doenças para a formação de uma nação e um povo educado, higiênico e forte. Mesmo o mais radical eugenista, como Kehl, favorável pelas técnicas de esterilização de incapazes e criminosos, era também defensor do saneamento e da educação higiênica. Tudo para transformar o Jeca apático e indolente em Jeca Bravo.

Expurgem-se-lhes dos parasitas, dêem-se-lhes calçados, proíbam-se-lhes de acocorar de gorilas, – alimentem-se-lhes um pouco melhor do que os animais de estimação e veremos o Jeca Tatu molengo se enfiar, se enrijar, se hominizar, tornando-se um Jeca Bravo, um Jeca Valente, um Jeca duro como guarantã, ativo, trabalhador, corado, musculoso – forte em suma.²⁴⁴

Consideramos que, de maneira bem ampla e simplista, quase todos os intelectuais só discordavam quanto às razões da inferioridade racial, mas quase todos reafirmavam esta condição inelutável: os brasileiros são inferiores. O que era necessário fazer para superar essa condição? O movimento pela reforma das políticas de saúde e educação exerceu um papel crucial na construção da nação. A idéia da redenção nacional pelo Saneamento/Eugenia/Educação ajudaria a definir e legitimar a função do Estado no campo das políticas sociais. Assim, vários dos intelectuais contemporâneos daquela conjuntura (1910-1940) passaram a considerar que, após a identificação da verdadeira condição social, cultural e racial realizada pelo pensamento científico e médico haveria uma resposta: o ensino de maneiras de viver e pensar orientadas pelas técnicas educativas, higiênicas e eugênicas. Tarefas que seriam gerenciadas pelo Estado e conduzidas por cientistas e técnicos.

Inúmeras abordagens criticaram o caráter coercitivo das medidas impostas à sociedade pelas políticas públicas de saúde. Com razão, muitas das ações implementadas pelo Estado

²⁴⁴ Conferência de Kehl realizada no Colégio Militar de Barbacena em 27 de Setembro de 1919. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

durante as primeiras décadas do século XX foram autoritárias e extremamente repressivas. No entanto, é extremamente perigosa a generalização. Por exemplo, a fiscalização sanitária, ainda que pouco eficiente, do comércio de carnes, procurando afastar os ratos e moscas, não me parece que era uma “estratégia de controle social” das classes populares. Apesar da violência presente nestes atos, eles faziam parte das políticas de atenção à saúde. Todavia, por outro lado, não queremos negar a existência das classes sociais e tampouco ignorarmos o tratamento desigual proporcionado aos cidadãos. É bastante evidente, após a leitura dos documentos de época, da presença da visão dos trabalhadores como intrinsecamente maus e preguiçosos. Era assim que se percebiam as “classes perigosas.”²⁴⁵

Em nossa análise, ínfimas particularidades marcavam os intelectuais do período (1870-1930) que se propuseram a refletir sobre raça e identidade. Como vimos, alguns fundamentavam a sua aversão pela sociedade miscigenada numa inferioridade dos mestiços. Outros identificavam valores positivos no negro. Mas quase todos os exemplos (radicais ou não) de pensamento social desejavam e pensavam numa maneira de branquear a cor, melhorar a raça e tornar as atitudes sociais mais civilizadas²⁴⁶. Para Kehl, esse objetivo teria êxito, a partir de três²⁴⁷ eixos estratégicos. Promovendo condições favoráveis à procriação eugênica através da educação; evitando a reprodução dos degenerados e criminosos, porque esses poderiam transmitir os defeitos morais, físicos e mentais aos descendentes, e por último, o Estado adotando medidas profiláticas para o combate das enfermidades que fortaleciam os fatores disgênicos (degenerativos) de uma saudável sociedade: a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo. Em suma, o projeto eugênico de Kehl, ultrapassava e englobava as ações regeneradoras. E, se fosse possível, haveria de existir o controle através da esterilização. Vejamos a seguir considerações suas a respeito:

²⁴⁵ Ver o artigo de CHALHOUB, Sidney. “Medo Branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro” In: *Discursos Sediciosos*, número 1, 1996.

²⁴⁶ Sobre a articulação entre os ideais eugênicos e o racismo científico presente no pensamento social brasileiro ver o livro de Vera Regina Marques. Neste livro a autora dissecou o discurso médico acerca da eugenia e explica que a eugenia no Brasil “... teria sua razão de ser, na medida em que reforçava a tese de não tomar as teorias eugênicas ao ‘pé da letra’, mas adaptá-las ao contexto político-cultural daqueles tempos”.(MARQUES, 1994:63).

²⁴⁷ Fato observado por Magali Engel: “Vista como a ‘ciência do aperfeiçoamento moral e físico da espécie humana, os objetivos da eugenia orientar-se-iam, segundo Kehl no sentido de estudar os meios pelos quais se evita o abastardamento das raças, determinando as vias pelas quais se perpetua a geração de indivíduos sãos, robustos e belos’. Tais objetivos seriam viabilizados mediante três eixos de atuação. Em primeiro lugar... por meio da educação eugênica. O segundo ponto fundamental seria o de evitar a reprodução... dos degenerados – loucos, vagabundos, criminosos... O terceiro eixo de atuação deveria compreender, ainda segundo Kehl, um conjunto de medidas higiênicas que formuladas pelos médicos e viabilizadas por meio das leis, pelos governantes, combatessem os fatores disgênicos, entre os quais algumas doenças – especialmente a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo.” (ENGEL, 2001: 170)

A esterilização destes milhares de degenerados e criminosos representa, inegavelmente, um grande remédio para salvaguardar a sociedade contra o aumento crescente dos indesejáveis lançados no mundo. O único defeito da medida em questão é a dificuldade de ser praticada em larga escala de modo a que seus benefícios se ampliem (...). Seria absurdo pretender que se praticasse a intervenção em todos estes indivíduos (...) pretende-se apenas, sob uma lei que circunscreva exatamente os casos, atingir os grandes criminosos e degenerados; os indivíduos positivamente perigosos para a sociedade. (KEHL, 1933:73).

A Educação e a Higiene por mais perfeitas que sejam, não conseguiram nem conseguirão impedir a decadência. O otimismo infantil de tantos políticos, pedagogos e filósofos que esperam estender as gerações futuras os benefícios atuais de assistência social, do esporte, da higiene física, da educação, etc, não é senão o exemplo típico da mais grosseira ignorância biológica ou da falta mais completa de raciocínio. (1933:78)

Comumente, o conceito de *Habitus* de Bourdieu é explicado como um conjunto de pensamentos, comportamentos e atitudes que se interligam simbolicamente e que dão ordem ao mundo social. Ou seja, um conjunto de práticas e concepções características de um grupo de agentes sociais. Os símbolos e as representações que dão sentido a sociedade são partilhados pelos agentes que constituem, interferem e organizam a construção, difusão e institucionalização dos sistemas simbólicos e as práticas sociais desses mesmos agentes. Portanto, os textos de Kehl podem ser compreendidos como produções simbólicas da construção da identidade nacional. São representações que acrescentavam significados às ações humanas. A construção da identidade nacional brasileira não acarretou nada de consensual ou pacífico. Envolveu uma série de disputas. No entanto, o poder não é um exercício mecânico de dominação. Pelo contrário, ele é repressão e normas regulares de convivências; assumindo, por vezes, ambas as facetas simultaneamente.

Tratamos de construções discursivas que organizavam um mundo social em intensa transformação. Visões do Brasil, interpretações que proporcionavam sentidos às ações dos homens. Algumas leituras sobre a identidade nacional identificavam o clima e a natureza do país como privilegiados pela beleza e riquezas do solo. Outras explicitavam os problemas. Surgiam interpretações baseadas na miscigenação racial imoral. Alguns ainda diziam que o clima hostil e a localização geográfica geraram um arremedo fracassado de nação. De maneira geral, as explicações sobre o Brasil atribuíam fatores hereditários que breavam o desenvolvimento que as nações do velho mundo haviam trilhado. Acreditamos, no entanto, que muitas dessas diversas visões, embora diferentes, não eram antagônicas. Assinalamos, que as interpretações do Brasil seguiam uma lógica própria. Embora a origem das diferentes opiniões sobre os diagnósticos dos Brasil fossem as correntes de pensamento oriundas de

autores estrangeiros, eles assumiam um modelo brasileiro que era articulado com a hierarquia social e a dinâmica da sociedade.

No Brasil, a preocupação com a miscigenação uniu-se a outros símbolos que eclodiam no seio das preocupações dos intelectuais, indignados com o cenário encontrado pelos sanitaristas em missões científicas pelo interior do país. A partir desse quadro, em um projeto de modernização e reorganização do Estado, definiram-se formulações higiênicas e eugênicas capazes de integrar o país, sanear as cidades, mudar os hábitos e transformar os indivíduos em cidadãos educados. Esses discursos não foram privilégio de médicos e educadores. Envolveram também engenheiros, políticos e juristas que participaram do movimento que influenciou o imaginário social. O discurso que pretendia regular a sociedade estava articulado a um determinado conjunto de práticas. Nesse sentido, seu objetivo era obter dos indivíduos uma conduta racional frente às doenças. A estratégia do plano de educação e regeneração social desejava enquadrar as atitudes sociais. Sua atuação transcendeu a transmissão de conhecimentos médicos²⁴⁸.

Diante da sociedade revelada e diagnosticada, os intelectuais, médicos e homens da ciência empenharam-se na construção de um mundo novo. Sonhavam com uma sociedade organizada, cuja construção exigiria o planejamento de todos os espaços e de todas as relações sociais. Nesta sociedade utópica, o discurso científico assumiria um *status* de verdade, atribuindo-se um poder de organização da formação social. Esse discurso representou um importante papel na criação do Brasil moderno e na produção de representações. Nessa construção de uma sociedade organizada em função dos procedimentos científicos, o cientificismo procurou apreender todos os aspectos da realidade social. Assim, a figura do homem pobre e doente representaria o símbolo privilegiado das estratégias disciplinares. A afirmação destes modelos justificaria a realização do sonho de uma sociedade formada por indivíduos racionais e saudáveis. E esse sonho seria realizado, ainda que intrusos (vadios, alcoólatras, criminosos) fossem expulsos do futuro paraíso. Para Kehl, os sub-homens deveriam ser totalmente eliminados: mestiços, degenerados ou apenas indivíduos sem saúde e sem educação.

²⁴⁸Na tese não tratamos da eficácia ou aplicação das idéias eugênicas. Contudo, as práticas de esterilização foram usadas como uma ação terapêutica. “... um certo Dr. Álvaro Ramos teria chegado a ponto de acatar o conselho de Juliano Moreira, Diretor do Hospital Nacional de Alienados, e fizera a esterilização ‘eugênica’ de mulheres com diagnóstico do desajuste sexual conhecido como ‘síndrome da perversidade’”. (Hochman e Armus, 2004: 352).

A primeira condição será a eliminação paulatina dos sub-homens, isto é, dos defeituosos, cacogênicos, e a supressão das causas blastofóricas, esterelizando por um ato de vontade espontânea os portadores de maus germes (células germinais), tudo fazendo para que os homens perfeitos, felizes e sociáveis, se multipliquem cada vez mais. Parecerá aos leigos impraticável semelhante processo selecionador, mas não aos que estudaram os seus intuítos e fundamentos, aos cientistas que, com tenacidade e esforço, multiplicam, as possibilidades, fundadamente racionais, respeitando os princípios morais e sentimentais da época. Não será de realização fácil e rápida com desejam espíritos impacientes, mas difícil e laboriosa, como todas as transformações que beneficiam a humanidade, e que devem ser realizadas, evolutivamente e não revolucionariamente.²⁴⁹

O melhor aproveitamento do trabalhador nacional, portanto, tinha sua solução proposta por um amplo contingente de reformadores autoritários, ainda que alguns se apresentassem como liberais. O que também não transforma esses intelectuais em inocentes personagens.²⁵⁰ A raça passou a ser algo a ser moldado. A nova análise provocou um debate sobre instrução pública e saúde pública. Queremos frisar que as idéias racistas, sem dúvida, foram enfraquecidas em face das novas interpretações. Mas, isso não significou o abandono das considerações demeritórias sobre a sociedade e seus membros: os brasileiros. O racismo ao estilo dos sócios do clube de *Gobineau* perdeu força. Todavia, as idéias do racismo científico foram, de certa maneira, reafirmadas quando se considerava que o branqueamento do país poderia ser comprometido pela vinda de raças inferiores de outros países, fossem negros americanos, judeus ou japoneses. A vinda de negros e judeus para o Brasil causava reações as mais destemperadas. Em *O Estado de São Paulo* nos dias 11/10/26 e 6/8/29, encontramos as seguintes frases: “O Continente americano não deve ser o logradouro onde se despeje o que de ruim haja no Velho mundo”; “não constituem fortes elementos de civilização, nem garantem à raça tipos aperfeiçoados física, mental e moralmente”; “hospedeiro de raças decaídas, perseguidas ou infelizes.”²⁵¹

Destacamos a importância do impacto provocado pela descrição dos sertões, representado simbolicamente através da frase do médico Miguel Pereira: *O Brasil é ainda um imenso hospital*.²⁵² Esta afirmação, os “instantâneos cruéis”, os artigos de Kehl, Penna e Lobato e a criação das associações – como a Liga Pró-Saneamento do Brasil e a Sociedade Eugênica de São Paulo – foram marcos significativos. O discurso pronunciado por Miguel Pereira, em outubro de 1916, representando o país como um imenso hospital, aconteceu

²⁴⁹ KEHL, Renato. *O homem puro-sangue. A possibilidade da sua criação*. 13 abr. 1923. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

²⁵⁰ Sobre as posições autoritárias dos intelectuais denominados de liberais no Brasil, ver SANTOS (1996).

²⁵¹ Ver MOVESCHOVITZ (2001).

²⁵² Uma narrativa deste momento está em HOCHMAN (1998).

durante a saudação ao professor Aloysio de Castro (Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro), num contexto nacionalista próprio da época da Primeira Guerra Mundial. Miguel Pereira atacava uma posição manifestada pelo deputado federal Carlos Peixoto, que declarou a respeito da possibilidade de o Brasil entrar na Primeira Guerra Mundial que partiria aos sertões para convocar os fortes e valentes sertanejos para defender o país no conflito.

A divulgação dada às condições dos sertões transformou o discurso ufanista sobre os nossos caboclos guerreiros em motivo de acirrada polêmica. No entanto, se a frase de Miguel Pereira gerou controvérsias, o debate sobre as condições sanitárias ganhou um público maior. Afinal, quais seriam as verdadeiras condições de vida dos habitantes do mundo rural? O país era um paraíso tropical ou um inferno verde? Por conseguinte, o caráter da identidade nacional e a possibilidade de construção da nação foram questionados. A revelação do interior pelas expedições científicas ajudou a repensar as interpretações vigentes. Após esse diagnóstico, estávamos definidos. Éramos uma população de doentes, no entanto, poderíamos ser resgatados ou regenerados com o auxílio da higiene e da eugenia. O camponês havia sido representado pelo personagem de Lobato, o Jeca Tatu indolente. As razões para a incapacidade sofreram uma modificação, após o contato de Lobato com a campanha pelo “Saneamento do Brasil”. O desconhecimento do Brasil real e a adoção de modelos políticos estrangeiros foram considerados como obstáculos para a construção da nacionalidade brasileira. Os problemas nacionais resultavam do cruzamento da realidade com modelos institucionais e políticos estrangeiros.

Segundo essas idéias, adotadas por pensadores identificados com o pensamento autoritário e crítico dos desmandos e corrupção da Primeira República, era preciso dar fim à mentalidade artificial das elites políticas com os olhos voltados para os outros países. Com base no pressuposto de uma sociedade desorganizada e incapaz, essas interpretações iriam conferir um papel central ao Estado. Ao expressarem um anseio de fortalecimento do poder estatal, os intelectuais consolidaram um modelo de Estado. Muitos dos componentes desse modelo estão presentes nas análises efetuadas pelos intelectuais eugenistas. Simplificando, esses elementos podem ser enumerados. O predomínio do princípio governamental sobre o privado, visão organicista e corporativa da sociedade, crença absoluta nas ciências, os conflitos sociais são frutos de desordeiros e vagabundos. Em suma, os militantes dos movimentos pela reforma da educação e saúde afirmavam a possibilidade de superar os graves problemas mediante a intervenção do Estado.

As imagens do Brasil doente e analfabeto foram representações sociais utilizadas na construção de um eficiente instrumento político e simbólico: a construção da Nação. A campanha pelo saneamento não surtiu um efeito imediato e eficaz para a melhoria das condições de vida das populações. Mas, a publicação do relatório ajudou na produção das interpretações. Com o decorrer dos anos, a construção da nação permanecia como ideal a ser alcançado. Era preciso reconstruir este país e os intelectuais, guiados pela força das novas disciplinas que explicavam o mundo, haviam feito disto um projeto político. Para tanto, era preciso conhecer o país. Seria este o verdadeiro retrato do Brasil: pobre e doente? Certamente um triste retrato, no qual a razão científica não se reconhecia. O projeto de construção nacional poderia assim ser resumido: a politicalha republicana deveria ser substituída por homens capazes, tornando-se uma política científica, e não fruto de paixão ou interesse. Teríamos então uma administração competente, pois de acordo com os princípios científicos. As políticas públicas deveriam tornar-se um procedimento de laboratório. O Estado redefiniria sua face²⁵³ colocando-se como a garantia das condições de vida e de integração de toda a sociedade. Essa era grande tarefa dos eugenistas e sanitaristas:

Não nos cansamos de repetir as frases: O Brasil será o Brasil de nossa aspiração, será o grande Brasil de amanhã, quando nele se implantar a consciência sanitária e cívica, quando todos os brasileiros souberam zelar a saúde física e psíquica, quando todos os brasileiros, enfim, se tornarem aptos para o trabalho e para a cidadania. (KEHL, 1929:207).

Ao analisarmos o pensamento social e a obra dos eugenistas, constatamos que em paralelo às propostas de transformação da sociedade por meio de estratégias educacionais, Renato Kehl e os demais agentes sociais, recomendavam que deveriam ocorrer outras ações. Estamos falando, por exemplo, de exame pré-nupcial e esterilização. Durante as décadas de 1920 e 30, as idéias de formação de uma nova ordem social tiveram uma sofisticada articulação de tendências.

Somos melhoristas, isto que dizer, que nos guiamos pela Eugenia, por essa grande idéia do aperfeiçoamento incessante moral e físico dos nossos semelhantes, pela progressiva regeneração enfim, dos mesmos, no presente e dos seus descendentes no futuro. E como nós, é melhorista grande numero

²⁵³ Hegemonia armada de coerção, negociação, convencimento e consenso. A construção da identidade nacional contou com canções aveludadas, mas também com muita pancada ou pelo menos com ameaça. Diz Sonia Mendonça sobre Gramsci: “Para o filósofo italiano, a peculiaridade do estado Capitalista Ocidental de seu tempo consistia no fato dele guardar um espaço de consenso – e não só de coerção – entre os grupos cujos interesses faziam-se nele inscritos, consenso este entretecido e construído a partir dos sujeitos coletivos organizados nos aparelhos privados de hegemonia – ou seja, antes de mais nada, na própria Sociedade Civil – bem como através da ação do próprio Estado restrito, que igualmente promove e generaliza a visão de mundo da fração de classe hegemônica”. (MENDONÇA, 2005:11).

de paladinos da eugenização que dia a dia vem se juntar às hostes dos deptos do galtonismo.²⁵⁴

Concluindo, nas décadas iniciais do século passado, a eugenia ultrapassaria e absorveria as idéias sanitaristas. Uma definição clássica para a eugenia seria um aperfeiçoamento genético para a eliminação de traços defeituosos físicos e morais. No entanto, intelectuais como Belisário Penna, Renato Kehl e Monteiro Lobato construíram uma linha flexível entre higiene, eugenia e educação.

²⁵⁴ KEHL, Renato. “*A Eugenia em São Paulo*”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 03 mar. 1920. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

5.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os produtos desses caldeamentos heterogêneos são, indubitavelmente inferiorizados. O mulato, por exemplo, é o produto da fusão de duas energias hereditárias diversas, um produto da fusão de cromossomos quase irreconciliáveis, e que só a benevolência da natureza permite a se associarem.²⁵⁵

Uma pergunta se impõe: por que o tema da representação do Jeca Tatu²⁵⁶ e, por conseguinte, da identidade nacional vem ganhando um lugar de destaque nas ciências sociais? Um número impressionante de teses, artigos e palestras. Talvez porque venha cada vez mais ocupando um lugar político em nossa sociedade. Há pouco tempo, os jornais de grande circulação gastaram papel discutindo a presença de um tradutor nas viagens internacionais do Presidente Lula. Ele domina apenas a língua portuguesa. Houve até uma charge ironizando a dificuldade do próprio dirigente norte-americano George Bush no domínio da língua inglesa. Satirizava dizendo que ambos (Lula e Bush) não falavam inglês. Pois não é que o nosso Jecatuzinho, após sua transformação de homem parasita e incapaz em próspero empreendedor, teve entre suas mudanças justamente a aprendizagem da língua inglesa! Fala o

²⁵⁵ KEHL, Renato. *Correio da Manhã*, 4 mar. 1937. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

²⁵⁶ O Jeca Tatu surgiu em 1914 num artigo escrito por Monteiro Lobato. Mas foram as charges que ajudaram na popularização do personagem, a ponto de ele se tornar um reflexo da identidade do brasileiro da primeira metade do século passado. Essa é uma das conclusões da tese de mestrado do sociólogo Márcio José Melo Malta. Este autor investigou a presença do personagem na revista de humor político *Careta*. Ele pesquisou as edições lançadas entre 1919 e 1960. O pesquisador constatou que o Jeca apareceu mais 500 vezes nas capas e páginas da publicação. (MALTA, 2007).

Jeca: “— Quero falar a língua (...) para ir aos Estados Unidos ver como é lá a coisa. O seu professor dizia: — O Jeca só fala inglês agora. Não diz porco; é pig!” (LOBATO, 1957: 338).

Parece que estamos sempre definindo a identidade de ser brasileiro. Uma identidade muitas vezes criada a ferro e a muita pancada. Mas também com idéias e canções suaves. Mas, afinal, onde estará nossa verdadeira identidade? Inúmeros intelectuais responderam a essa questão, dentre eles, Renato Kehl, Belisário Penna e Monteiro Lobato. Somos uma nação? Nas primeiras décadas do século XX, indagações semelhantes demonstravam uma característica bastante relevante do pensamento social e político brasileiro da época. Momento fundamental, pois trazia à tona a questão nacional. O horizonte intelectual daquela conjuntura possuía fronteiras fortemente delimitadas. Havia uma sensação de inferioridade frente às nações que viviam a era industrial. *Não éramos uma nação!* Como imaginar uma Nação Brasileira olhando para a miséria, a doença e o analfabetismo? Uma possibilidade consistia em, esquecendo das adversidades, assumir um ufanismo romântico. Outra atitude procurou ver o país do prisma de suas doenças e problemas. Porém, naquele período, a pergunta que incomodava era: *Seria possível construir uma nação a partir deste Caldeirão de Raças?*²⁵⁷

Entre o início do século XX e os últimos anos da década de 1930, diferentes grupos de intelectuais voltaram-se para a questão da identidade nacional. Atribuindo-se uma missão patriótica e científica, diversos atores sociais empenharam-se em criar um conhecimento sobre o país. Construíram discursos sobre um conjunto de representações que pretendiam orientar os indivíduos em direção a um mundo moderno e civilizado. Para realizar esta tarefa, estes homens foram bacharéis, poetas, literatos, médicos e educadores. E pensaram e veicularam suas idéias a respeito de raça, amor, sexualidade, doenças, economia, identidade nacional e nação. Havia uma expectativa de mudanças sociais e culturais que mobilizava diversos segmentos urbanos, identificados e preocupados em viabilizar as condições para a emergência de uma nova nação. Partindo de uma visão cosmopolita do que constituiria um modo de viver e compreender a sociedade, estes segmentos sociais não se omitiram em expressar e lutar por suas crenças. Uma das questões centrais para estes grupos foi o debate sobre a identidade e a forma de mudar as condições de vida dos brasileiros. Como conciliar os miseráveis, analfabetos e doentes com os cafés, cinemas e as grandes avenidas? São perguntas

²⁵⁷ Ronaldo Conde Aguiar sintetizou esse sentimento de perplexidade frente à questão nacional da época: “Na virada do século, porém, a questão nacional estava relacionada à seguinte indagação: era possível existir uma nação brasileira constituída majoritariamente de negros, índios e mestiços, gente que a ciência importada – e plenamente aceita pelo pensamento social e político dominante – dizia ser inativamente inferior e incapaz?” (AGUIAR, 2000:503).

que os escritores, cientistas, médicos e políticos respondiam e que formavam a literatura e a ciência daquela conjuntura.

Recentemente, alguns economistas e sociólogos nas TVs e jornais da grande imprensa vêm analisando as crises sociais do país com um monumental desprezo pela vida das pessoas. Parece que estão em algum frio e asséptico laboratório ou numa longínqua e exótica ilha dos mares distantes, descrevendo costumes e atitudes. Por exemplo, atualmente, ocorre um debate intelectual e político sobre as políticas de promoção à igualdade racial, em especial, sobre a implantação de cotas nas universidades. Um número razoável de artigos têm surgido em revistas científicas e jornais diários, procurando justificar as opiniões em confronto. Partidários das iniciativas de inclusão social defendem a maior representação dos negros na sociedade mediante o ingresso no ensino superior através de cotas. Para eles, as políticas de ação afirmativas seriam respostas às desigualdades históricas vividas por tais grupos. De outro lado, observamos argumentos que criticam essas medidas por estimularem a ‘racialização’ da sociedade brasileira e, no limite, o próprio racismo. Os partidários desta perspectiva argumentam que mudanças na qualidade do ensino básico e médio e/ou cotas por critérios socioeconômicos poderiam propiciar o acesso de jovens pobres de origens étnicas diversas à educação de qualidade e, conseqüentemente, a melhores condições de vida. Argumentos históricos têm sido buscados por ambos os lados. Um livro ainda recente na literatura sobre o tema merece alguns comentários. *Diploma de Brancura*, editado em português no ano de 2006 desempenha um importante papel nessa polêmica.

Nesse livro, o historiador porto-riquenho Jerry Dávila, além de contribuições – mesmo que involuntárias – ao debate mencionado, faz um relevante estudo das políticas de educação do Brasil entre 1917 e 1945, quando esta foi valorizada pelo ideário eugênico, para a construção da nação brasileira. Dávila esmiúça a influência que a eugenia exerceu no pensamento social brasileiro e como ela orientou a política educacional, marcando o cotidiano nas escolas do Rio de Janeiro na primeira metade do século passado. Nos seis capítulos que compõem a obra, encontramos uma profícua análise das instituições e dos intelectuais empenhados em projetos que visavam tornar as escolas públicas acessíveis aos brasileiros pobres e não-brancos. Entre os atores analisados estão alguns dos intelectuais brasileiros daquele tempo: Anísio Teixeira, Francisco Campos, Gustavo Capanema, Afrânio Peixoto e Fernando de Azevedo.

O texto demonstra que no período entre as duas grandes guerras buscou-se formar indivíduos saudáveis, produtivos e plenamente integrados, numa reação às concepções deterministas que influenciaram os pensadores brasileiros, fazendo-os acreditar que a população brasileira, em sua maioria, era constituída por homens degenerados, indolentes, analfabetos e doentes. Assim, Dávila argumenta que as décadas iniciais do século passado foram marcadas pelo esforço de muitos intelectuais em divulgar a eugenia, então considerada como um antídoto para os males do país, através da publicação de livros, panfletos e da organização de associações e congressos. A eugenia teria sido, então, uma tentativa científica de aprimorar os indivíduos por meio do melhoramento de seus traços genéticos. Segundo as teorias racistas que associavam degeneração à miscigenação, a união de indivíduos de etnias diferentes produzia incapazes, degenerados, indolentes, ou mesmo com tendências para a criminalidade. Isto porque, segundo os partidários da teoria da degeneração racial, os mestiços recebiam traços muitos diversos e mesmo antagônicos dos seus pais de raças diferentes. Portanto, essa herança racial diversa entrava em conflito ao se miscigenar, produzindo indivíduos instáveis e incapacitados para a vida civilizada que exigia disciplina, trabalho e ordem. Dávila argumenta que, diante dessa interpretação pessimista do país, uma ciência que prometia aperfeiçoar a raça nacional logo alcançaria prestígio: o pessimismo racial seria superado quando as práticas do eugenismo fossem adotadas. A Eugenia foi distinguida como uma arma capaz de melhorar a raça e salvar o futuro do Brasil, encontrando entre educadores e médicos seus mais importantes prosélitos.

Como poderíamos construir uma nação moderna diante desse quadro tão desalentador, em que a miscigenação de raças inferiores era elemento explicativo para a nossa miséria? Tínhamos um território potencialmente rico, mas ainda não éramos uma nação. Como vimos, esta era a perspectiva hegemônica no pensamento social brasileiro até a década de 1910. No entanto, essa visão determinista e negativa sobre o Brasil sofreria pequenas mudanças. Como se explica tal reorientação? Que interpretação auxiliou a repensar o ‘improdutivo’ homem brasileiro? A expedição científica pelos ‘abandonados sertões’ do Brasil constituiu, conforme observamos, uma inflexão sobre o diagnóstico do país. A viagem de Penna e Neiva aos rincões desconhecidos e o impacto causado pela publicação do relatório ajudaram a transformar o paradigma interpretativo dominante. A esse respeito, Dávila corretamente atribui um peso considerável à repercussão da epopéia para a revelação dos problemas do Brasil. (DÁVILA, 2006:58). Segundo o historiador, dos médicos sanitaristas, ao negarem as teses da indolência transmitida geneticamente, surgiram os remédios para o futuro venturoso:

a educação higiênica e as ações públicas sanitárias. Afinal, os Jecas encontrados por Penna e Neiva nos locais mais recônditos do país, se não eram valorosos guerreiros, tampouco eram inaproveitáveis.

Cotejando o pensamento social e político brasileiro, o professor da Universidade da Carolina do Norte (EUA) comenta com sucesso o emaranhado de teorias que buscavam explicar a real condição do ‘homem brasileiro’. Reorganizando as idéias que associavam a herança negra à degeneração, médicos, educadores e formuladores de políticas públicas passaram a considerar que, com reformas na saúde e na educação, poder-se-ia fugir da determinação biológica, que afirmava peremptoriamente a inferioridade nacional, e constituir uma raça saudável e um Brasil alinhado com o progresso. Como? Substituindo a noção de ‘degeneração herdada’ pela de ‘degeneração adquirida’ e, portanto, remediável ou, ao menos, melhorada.

Dávila afirma que os eugenistas brasileiros se diferenciavam dos eugenistas de outros países no grau em que levavam as idéias e práticas eugenistas para fora dos laboratórios de genética e para dentro das políticas públicas. (DÁVILA, 2006:55). Portanto, o autor não ignora a originalidade da eugenia em terras brasileiras. Indubitavelmente, no Brasil, como venho demonstrando, coexistiam teorias que adotavam uma seleção racial capaz de embranquecer a população, produzindo um tipo nacional pelas sucessivas miscigenações, com teses de que o futuro eugênico seria resultado também do aperfeiçoamento das políticas públicas de saúde e educação. Seguindo a perspectiva neolamarckista, que aceitava a influência do ambiente na transmissão de características hereditárias, médicos e educadores acreditavam que as reformas sanitárias aprimorariam a capacidade hereditária de transmitir boa carga eugênica. Por exemplo, para eles, as campanhas contra o alcoolismo e as doenças venéreas melhorariam a ‘raça nacional’. As condições do meio deveriam modificar-se para que, transformando os indivíduos, os seus descendentes fossem beneficiados. A eugenia brasileira, além de produzir homens saudáveis, pretendia também recuperar ou melhorar os Jecas degenerados e, conseqüentemente, ‘salvar’ a nação.

Para tratar os produtos da degeneração racial, intelectuais e cientistas eugenistas valiam-se da eugenia preventiva, positiva e negativa. A primeira, responsável por promover a higiene individual, a educação e o saneamento do país. Julgando que a modificação das condições ambientais levaria a uma capacidade genética superior, e que esta seria transmitida aos descendentes, tal visão influenciou as políticas públicas no Brasil. Sob a perspectiva da

eugenia negativa os seres imperfeitos seriam eliminados através da esterilização compulsória, sendo condenados a não gerarem descendentes. O aspecto negativo da eugenia não prosperou no Brasil, ao contrário, na Alemanha Nazista, as práticas eugenistas chegaram às últimas consequências, o holocausto, e os Estados Unidos onde dezenas de milhares de pessoas foram esterilizadas sem prévia autorização. No entanto, já ressaltamos que não é fato desconhecido que experiências esterilizadoras foram realizadas nas colônias e hospícios. Essas operações, geralmente eram realizadas em mulheres negras e pobres. Além disso, institutos de assistência eugênica existiram no Brasil até a década de 70 do século passado, onde era realizado o chamado exame pré-nupcial, sendo os futuros noivos desaconselhados a não casarem em virtude de algum problema eugênico. Também, nesse âmbito, eram feitas as intervenções cirúrgicas denominadas “ligaduras de trompas”, onde muitas das mulheres nem eram comunicadas da operação²⁵⁸ realizada em seus corpos.

Assim, para os eugenistas, o objetivo de branquear a sociedade teria êxito, a partir da promoção de condições favoráveis à procriação eugênica através da educação, da higiene e do combate à reprodução dos degenerados e criminosos, porque estes poderiam transmitir os defeitos morais, físicos e mentais aos descendentes. Também encontramos políticas eugênicas nas propostas para que o Estado adotasse medidas profiláticas para o controle das enfermidades que beneficiavam os fatores disgênicos (degenerativos) da sociedade, como a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo²⁵⁹. Já declaramos que é um risco acompanharmos, sem uma devida crítica, os conceitos e explicações dos intelectuais. Em relação a este aspecto, Dávila adota a distinção – muito presente nas pesquisas – entre os eugenistas ‘leves’, que aceitavam a melhoria racial por meio da atenção à saúde pública, às influências ambientais e aos valores culturais, e os ‘pesados’, que propunham a eliminação de características degeneradas por meio do controle estrito da reprodução humana:

Os eugenistas ‘leves’ aceitavam a melhoria racial por meio da atenção à saúde, influências ambientais, valores culturais e circunstâncias de reprodução. Os eugenistas ‘pesados’ não aceitavam a modificação de traços,

²⁵⁸ Entre 1956 e 1975, existiu na cidade do Rio de Janeiro, o Serviço Municipal de Eugenia. O objetivo do órgão consistia em realizar exames pré-nupciais para obtenção de “filhos sadios e famílias equilibradas”. Também eram feitos exames pré-natais e pós-natais. Criação e inspiração do político Wilson Passos, o “Instituto de Eugenia” era freqüentemente acusado de realizar a operação para “ligadura de trompas” sem comunicar o fato às pacientes.

²⁵⁹ “A sífilis é a principal causa da fealdade infantil; ela inicia sua ação cacogênica com a formação do ovo, durante a vida embrionária e fetal”. Renato Kehl em ‘O cupim da Raça’. Em 21/10/1923. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

e se concentravam na eliminação de traços indesejáveis por meio do controle da reprodução. (DAVILA, 2006: 53).

Identificado o baixo nível educacional do país como causa da pobreza e das doenças, uma proposta para superar os obstáculos que dificultavam a entrada do Brasil na civilização – momento da evolução que os outros países experimentavam – seria a difusão da educação. Pretendeu-se fazer da escola, portanto, o centro irradiador da moderna nação. E regenerar a raça nacional pela educação passou a ser um dos pilares do discurso eugênico, que entendia ser necessário instruir o povo, pois somente a educação conduziria o país à condição de nação moderna. Todavia, Dávila argumenta que, mesmo com a absorção dos negros nas escolas, a ascensão social de afros-descendentes e membros das classes populares não ocorreu. O historiador porto-riquenho explica o fato demonstrando que embora participantes na educação pública, os alunos pobres e não-brancos foram tratados pelo sistema educacional como deficientes. O autor afirma que esses alunos não foram excluídos, recebendo dos administradores da educação pública a oportunidade de participar da expansão educacional ocorrida nas primeiras décadas do século XX. Mas, paradoxalmente, pobres e não-brancos teriam sofrido constrangimentos que limitaram sua presença nas escolas, reproduzindo a posição subordinada dos negros e mestiços na sociedade brasileira.

Dávila argumenta que houve uma reorganização de estratégias mantenedoras da distância social entre as ‘raças’, impedindo que a desigualdade fosse alterada, ainda que procedimentos para a superação das barreiras tenham sido criados. Neste ponto, merece destaque a análise de Dávila sobre os testes psicológicos. Ele explica que os procedimentos para aferir capacidades de aprendizagem ficaram diluídos numa política de isolamento racial. De antemão, esperava-se um mau desempenho das crianças das camadas populares. Por meio desses medidores de inteligência, como a Escala de Binet (também chamada de Teste de Q.I.), eram atribuídas distinções entre os alunos, estabelecendo rótulos como ‘não inteligente’, ‘rebelde’ ou ‘imaturo’. Acabava-se perpetuando e institucionalizando pressupostos de raça e classe. Para Dávila as políticas escolares integravam e segregavam ao mesmo tempo. Para ele, isto era uma incongruência porque reforçava diferenças inerentes à hereditariedade.

Ao final do século XIX e início do XX, a fé no progresso como caminho inevitável da humanidade, manifestava-se em diversos campos. Ao longo de conquistas de novos espaços, reproduzindo as conquistas coloniais do século XV e XVI, o mundo assistia entre impávido e extasiado, o nascimento de novos discursos que afirmavam a dominação do homem sobre a natureza e a sociedade. A Eugenia, nascida dos esforços de intelectuais, como Francis Galton,

Victor Delfino (Argentina), Charles Davenport (EUA), Kehl e demais, apresentou-se como a possibilidade de aperfeiçoamento e controle da espécie humana. Os primeiros eugenistas acreditavam que existia uma evolução natural da raça humana, mas o homem poderia através da ciência, no caso, eugênica, acelerar e dominar este processo, tornando-o manipulável aos desígnios humanos. Em uma época marcada por profundas transformações técnicas e sociais, em que a industrialização e a urbanização traziam problemas sanitários, a eugenia afirmava que a condição precária dos trabalhadores operários resultava da uma incapacidade -adquirida ou não -em se adaptar a evolução da espécie. Como solucionar? Quais as medidas propostas pela eugenia? Seus propagandistas afirmavam ser positiva a educação sexual dos jovens, visando o casamento dos devidamente autorizados a uma procriação sadia e proveitosa. Do mesmo viés, consideravam preventivas sob o ponto de vista eugenista as medidas combativas de vícios morais, como o alcoolismo, ou doenças, como a sífilis e a tuberculose, e por fim, os intelectuais eugenistas definiam que restringir a união sexual ou esterilizar eram medidas negativas.

(...) a humanidade é extraordinariamente alterável e, portanto, melhorável, desde que as condições de vida sejam modificadas(...) a biologia, por si só, não permite prever nada em relação com o futuro humano (...) o progresso condiciona novos surtos humanos mas, ao mesmo tempo, traz consigo a proteção aos incapazes. Prometeu, dando o fogo à humanidade, concorreu definitivamente para a conservação dos débeis. A vacinação enche o mundo de gente fraca. (ROQUETTE-PINTO, 1982: 54).

A Vacinação enche o mundo de gente fraca! Esse é um aspecto pouco notado pelos estudos que analisam a eugenia. No decorrer do crescimento e desenvolvimento das lutas sociais do século XIX, cresceram as leis para proteger os trabalhadores. A eugenia, para os intelectuais eugenistas, surgia para corrigir os desvios desse processo. Os fracos estavam sendo “salvos” e a eugenia tentaria fazer com que eles não nascessem. Se nascessem, suas vidas seriam controladas. Os fracos e degenerados (criminosos, loucos) deveriam ser encarcerados ou vigiados e não poderiam ter filhos. A sociedade precisaria adotar regras para impedir que fatores disgênicos progredissem. Os eugenistas argumentavam que a origem e a necessidade da eugenia estavam no desenvolvimento e conquista dos direitos sociais ao final do século XIX. A explicação sob o ponto de vista eugenista era que o processo de seleção natural eliminava os indivíduos menos adaptados. Com o surgimento cada vez maior de leis de proteção social (Assistência Médica, Filantropia, Previdência Social) os degenerados de todos os tipos, alcançavam uma sobrevida. Isto acarretaria uma série de problemas. Afinal, para os intelectuais alinhados com este pensamento, a ajuda dos mais fortes, belos e saudáveis

aos necessitados só prejudicaria o progresso da raça humana. Sobre este ponto de vista cruel, Khel era, sem dúvida, uns dos mais radicais. Como podemos ver em vários trechos de sua obra, passagens com o seguinte teor:

(...) o número de médiocres, de débeis mentais, de incapazes, de cacoplastas, em suma, cresce, de modo assustador, afligindo, constringendo, quase esmagando a parcela boa e progressista da humanidade. Se a lei inexorável da luta pela vida ainda se impusesse, completamente, sob a qual sucumbem os fracos e triunfam os fortes, a maior arte dessa residualha, que vem surgindo clandestinamente, violando os preceitos da boa geração, estaria condenada a perecer logo nos primeiros lances da áspera peleja. Tal, infelizmente não acontece, não mais se podendo contar com a seleção que outrora constituía o crivo eficaz contra os indesejáveis e que agora sobrevivem em grande número para sofrer e para sobrecarregar os elementos úteis e produtivos. (KEHL, 1933: 35).

O eugenismo não foi um discurso isolado e monolítico. Tendo sido incorporado por diversos movimentos sociais, dividiu-se em múltiplas correntes. Vários eugenistas viam como prejudicial à sociedade o avanço das leis de proteção social, assistência médica, previdência e qualquer política ou ação de alcance assistencial. Tais iniciativas, segundo esses eugenistas, diminuía o rigor da seleção natural dos homens, permitindo a sobrevivência dos menos aptos para a vida. Seres incapazes, que em outros tempos da história humana, sem as ações filantrópicas, uma ajuda equivocada da sociedade, teriam perecido. Por meio dessa análise, o desenvolvimento das leis de proteção era ruim para a humanidade, pois permitia que elementos incapazes sobrevivessem. Pelas idéias e normas eugênicas mais rígidas, os indivíduos considerados impróprios para viver e procriar, não deveriam receber nenhum tipo de ajuda. Indivíduos sãos não deveriam ajudar os doentes. Sob o ponto de vista da eugenia:

A filantropia mal orientada é um fator de viciação, de indigência, de degradação social. Infelizmente, via de regra, procura-se tudo favorecer aos médiocres, aos doentes, aos incapazes, que por isso conseguem vencer, em prejuízo da parte boa, sacrificada pela concorrência desleal ‘filantrropicamente’ estabelecida pela sociedade(...) Impõe-se, pois a sociedade o dever de orientar melhor a sua filantropia, afim de não agravar a mediocrinização do gênero humano(...). Como medida fundamental, portanto, deve-se esforçar para que a filantropia se torne seletiva e não contra-seletiva, como ora se apresenta. (KEHL, 1933: 227)

Dessa maneira, o equilíbrio estável da humanidade estava comprometido. As alterações da natureza faziam que a sobrevivência do mais forte funcionasse como uma seleção dos mais aptos. A sociedade estava sofrendo de um mal que era o assistencialismo. Seguindo esse pensamento, a mistura de raças também era condenável, dado que ocorreria uma contaminação com partes ruins. Entre as primeiras leis do estado nazista figurou a

proibição de uniões entre representantes da raça ariana e os judeus. Kehl, muitas vezes, criticaria as ações de filantropia, previdência e assistência social. De maneira geral, os eugenistas achavam que a caridade ou qualquer ato ou política social semelhante, contribuiria para a manutenção dos doentes, criminosos e vadios.

Admitindo artifícios, inventando recursos salvadores, multiplicando filantropias contra-seletivas, a civilização quase sacrificou os propósitos da seleção natural, sem dúvida ditados pela necessidade imperiosa da espécie. À proporção que o progresso avança, maiores as condescendências, maiores as protelações. Os fracos, os degenerados, protegidos pela generosidade social (aliás, louvabilíssima), são na maioria poupados. Essa protelação implica, entretanto, no amontoado de resíduos humanos que não são eliminados a seu tempo. Daí o nosso planeta apresentar-se, no presente século, pejado de elementos nocivos e de pesos mortos que impedem a vida normal da sociedade humana. (KEHL, 1933: 36)

De uma forma ampla, os eugenistas mais radicais tendiam a diferenciar-se dos sanitaristas e demais membros do campo. Geralmente, consideravam as propostas originárias fora do campo eugênico medidas insuficientes para a redenção do Brasil. As políticas de reformas urbanas e educacionais não agradavam totalmente. Achavam que essas ações isoladas não modificariam as condições e modos de vida da sociedade, porque provocavam desarranjos na seleção natural. Melhorar a vida dos grupos degenerados era, de certa forma, para o eugenismo “radical”, incentivar o “mau” exemplo. Um estímulo à degeneração. Uma ameaça ao progresso humano. A multidão representava a escória. Isso não quer dizer, que as reformas não fossem bem vindas. Afinal, era necessário erradicar as fontes das doenças. As habitações operárias e os hábitos e costumes das classes trabalhadoras eram, quase sempre, identificados como a origem das enfermidades. Além das demolições das moradias populares, eram feitas dragagens de rios e lagoas. Mas, para os agentes do campo eugênico, que essas providências fossem tomadas em concomitância à criação de restrições a entrada livre de imigrantes no país, ao estabelecimento de leis para a esterilização compulsória dos degenerados e criminosos, a divulgação do valor da educação higiênica e a exigência de exames pré-nupciais para a realização de casamentos e geração de filhos.²⁶⁰

(...) o fato natural é o esmagamento dos fracos. O fato social é a proteção dos fracos. Pelo estado social, acha-se, pois, viciada a grande lei de seleção que representa, essencialmente, a sobrevivência dos fortes. Eis, porém que surge uma nova e genial concepção para corrigir os efeitos da viciação do fato social, da proteção dos fracos, sem que se torne necessário persegui-los por

²⁶⁰ Havia um alegado sentimento humanitário. As ações eugenistas eram justificadas como benéficas para toda a humanidade.

meios draconianos, contrários aos sentimentos de humanidade. (KEHL, 1933: 67).

A multidão, este novo personagem político das cidades urbanas e modernas, reclamando direitos era uma ameaça. Provocava medo. Muitas das conquistas sociais vinham das reivindicações sociais e trabalhistas. O atendimento de um bem estar social e político surgiu derivado das pressões políticas para responder as demandas da população proletarizada e urbanizada. Assim, emergiram organismos e serviços estatais de “assistência social”. Diante desse quadro, os eugenistas não aceitavam que o Estado amparasse (sem selecionar) as massas crescentes dos “parasitas”. Era necessário eliminar o fardo social, que sobrecarregava o estado e, além disso, era necessário promover os nascimentos daqueles que elevariam a produção da sociedade.²⁶¹

Na verdade, nem só de greves operárias se constrói a imagem da ‘ameaça urbana’ em São Paulo do início do século, mas também de epidemias, de levas de forasteiros, negros libertos com sua pobreza exposta, ladrões, prostitutas, jogadores, bêbados, escroques, aventureiros, pobres amontoados nos cortiços, crianças abandonadas pelas ruas, desordeiros de todos os tipos, biscateiros, mendigos e todas as rubricas componentes das ‘classes perigosas’ que povoam as ruas da cidade. (CUNHA, 1986: 40).

Diante da população emancipada da escravidão, a explicação que buscava entender a sociedade por meio de justificativas científicas, atribuiu uma base genética inferior aos brasileiros de origem africana. Muitos dos intelectuais na virada do século XIX para o XX diziam, inclusive, que a debilidade e fraqueza biológica dos negros conjugada à miscigenação eram bem vindas, pois assim, o elemento inferior desapareceria. A parte boa da miscigenação prevaleceria. O campo eugênico brasileiro encampou a “ideologia do branqueamento”. A mestiçagem aliada com a imigração seletiva levaria ao *embranquecimento* da população brasileira e a depuração da raça. Ao longo das décadas de 20, 30 e 40, as propostas de cercar qualquer imigração não-branca para o país -alem de outros constrangimentos étnicos e de classes - acabaram por resultar em leis. Nesse contexto político e intelectual, a constituição de 1934, além de mencionar a educação eugênica (o que não significou muita coisa em termos concretos), trazia a regulamentação das cotas para os imigrantes. Com base no número de imigrantes nos anos anteriores, dever-se-ia obedecer a um percentual de 2% para cada nacionalidade. Com isto esperava-se restringir a entrada de elementos racialmente desfavoráveis para a garantir a homogeneidade do povo brasileiro. Assim, justificava-se a criação de mecanismos impeditivos a entrada de judeus ou de grupos que, sob o ponto de vista

²⁶¹ Desde Galton, os intelectuais eugenistas alardeavam o perigo de que “as elites” procriavam menos que as classes pobres, portadoras de características degenerativas.

hegemônico, poderiam comprometer a unidade e a identidade da nação. Indivíduos com tendências políticas, religiosas ou nacionalidades de “difícil” adaptação ao país foram considerados inapropriados.

Em fins da década de 1930, um fato ocorrido em torno de uma escultura, ajuda-nos a entender as vicissitudes do pensamento social nacional. O Ministro Gustavo Capanema procurando materializar a imagem ideal do homem brasileiro encomendou uma obra a um escultor. Esse monumento deveria ficar em frente ao majestoso prédio do Ministério da Educação e Saúde Pública. Para Capanema, o edifício do Ministério era a prova de que o Brasil estava encontrando sua verdadeira identidade, colocando-se como um país do futuro, abandonando o passado.²⁶² Não era mais uma nação fraca. Assim, a estátua representaria alegoricamente a redenção do brasileiro. Significaria que a educação e a saúde haviam transformado definitivamente os Jecas. No entanto, há alguns acontecimentos interessantes sobre esse fato. A primeira escultura foi recusada. Mostrava um homem mestiço e com uma barriga grande. Nada lembrando um grego de músculos fortes e belos. Mas, afinal qual era a real imagem do brasileiro? E qual seria a representação ideal? Éramos feios, doentes e mestiços? Na verdade, a obra apresentada era quase uma homenagem ao Jeca. O escultor Celso Antonio afirmou: ao olhar para o Brasil era aquilo que ele via.

Um inquérito foi formado. Os intelectuais e cientistas dariam sua opinião. Roquette-Pinto, então diretor do Museu Nacional, respondia em nome do Estado e da Antropologia. Desaconselhava a escolha de um tipo racial que, na sua opinião, desapareceria. Em vez disso a figura deveria ser, para Roquette-Pinto, um branco de expressão mediterrânica. Assim, estaria representado o tipo que para ele era “a evolução morfológica dos outros tipos raciais do Brasil.”²⁶³ No mesmo tom, seguiriam Oliveira Vianna e outros. No seio das diferenças existentes no campo eugênico intelectual brasileiro, em determinados momentos, critérios de cor e comportamentos interfeririam nas formulações de um país ideal.

(...) uma multidão de indivíduos inadaptáveis e inadaptados ao meio e a época em que vivem, a turbulência, a agitação, as idéias anti-sociais, o embate entre prosélitos de um radicalismo anárquico e da ordem nacional, a loucura coletiva, explodindo aqui e ali sob a forma de greves ou de retaliações políticas; daí em suma, a acentuada degradação moral (...). (KEHL, 1933: 66).

²⁶² Carta de Gustavo Capanema a Getúlio Vargas. 14 jun. 1937. (LISSOVSKY e SÁ, 1996: 224).

²⁶³ Carta de Roquette-Pinto a Capanema. 30 ago. 1937. (LISSOVSKY e SÁ, 1996: 226).

No mesmo período da construção da estátua, o médico Renato Kehl, em livros e jornais manifestava repulsa com as atitudes e comportamentos dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro. É de se supor o nojo com que os intelectuais médicos crentes da superioridade do homem branco, ou “embranquecido” pelo conjunto formado pela Esterilização, Educação e Saneamento, ou seja, a Eugenia como a estamos descrevendo, que deveria ser o alicerce moral da nação, viam aquela população de um milhão e meio de habitantes. Brancos pobres, mestiços, negros recém-saídos da escravidão e dos campos, desempenhando tarefas simples. Com baixa qualificação profissional, mulheres e crianças trabalhavam nas mais diversas ocupações e recebiam uma remuneração muito menor. Então, um grande número de habitantes do Rio de Janeiro trabalhavam muito, ganhavam pouco e moravam mal. Mas, Kehl imaginava uma outra nação e não aceitava que o brasileiro fosse diferente de seus sonhos. Ele pensava em uma nação sem conflitos sociais. Já alertamos para o grande número de greves e movimentos sociais, que reivindicavam melhores condições de vida e até mesmo a alteração das relações sociais. Fico a imaginar os intelectuais eugenistas sonhando com um país de seres racionais, rígidos e o gritante contraste com a dura realidade tropical de uma cidade em ebulição onde eram construídas outras racionalidades completamente diferentes daquelas que, por exemplo, o personagem central do romance “O Presidente Negro” desejava:

Estava ansioso por voltar à cidade e nos cafés, na rua, no escritório, pregar a Eugenia e insultar a estúpida gente que não vê as coisas mais simples. A consequência foi que só dormi de madrugada. E Sonhei, agitado. Sonhei a cidade tão limpa dos seus aleijões que ficava reduzida unicamente a duas criaturas de mãos presas – eu e miss Jane (...). (LOBATO, 1961: 285).

ANEXOS

6.1 Lista dos Periódicos

Anais da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro (1885-1982)

Anais da Assistência a Psicopatas – Rio de Janeiro (1931-41)

Anais da Colônia Gustavo Riedel – Rio de Janeiro (1942-43)

Anuário do Departamento de Saúde Pública – Recife (1932-33)

Arquivos Brasileiros de Higiene Mental – Rio de Janeiro (1925-47)

Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria – Rio de Janeiro (1920-57)

Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal – Rio de Janeiro (1908-18)

Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins – Rio de Janeiro (1905-07)

Arquivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro (1930-50)

Arquivos da Assistência a Psicopatas do Estado de São Paulo (1941-50)

Arquivos da Assistência Geral a Psicopatas do Estado de São Paulo (1936-37)

Arquivos da Coordenadoria de Saúde Mental do Estado de São Paulo (1936-86)

Arquivos da Diretoria de Higiene do Interior – Recife (1940-41)

Arquivos da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo (1924-52)

Arquivos de Higiene. Departamento Nacional de Saúde – Rio de Janeiro (1927-68)

Arquivos de Medicina Legal e Identificação – Rio de Janeiro (1931-40)

Arquivos de Neuro-Psiquiatria – São Paulo (1943-96)

Arquivos do Departamento de Assistência a Psicopatas do Estado de São Paulo (1951-65)

Arquivos do Manicômio Judiciário Heitor Carrilho – Rio de Janeiro (1951-66)

Arquivos do Serviço de Assistência a Psicopatas do Estado de São Paulo (1938-41)

Arquivos do Serviço Nacional de Doenças Mentais – Rio de Janeiro (1945-55)

Arquivos dos Hospitais e das Faculdades de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (1954-74)

Boletim da Academia Nacional de Medicina – Rio de Janeiro (1885-1982)

Boletim da Colônia Juliano Moreira – Rio de Janeiro (1948-54)

Boletim de Eugenia – Rio de Janeiro e São Paulo (1929-33)

Memórias do Hospício de Juquery – São Paulo (1928-33)

Memórias do Hospital de Juquery – São Paulo (1924-25)

Memórias do Instituto Oswaldo Cruz (Suplemento) – Rio de Janeiro (1928-29)

Revista Brasileira de Saúde Mental – Rio de Janeiro (1955-71)

Revista de Higiene e Saúde Pública – Rio de Janeiro (1925-38)

A Tribuna Médica – Rio de Janeiro (1899-1972)

Tribuna Médica - Notícias – Rio de Janeiro (1967)

6.2 Artigos de Renato Kehl

KEHL, Renato, 1925. A consangüinidade e a surdo-mudez. In: Revista de Hygiene e Saúde Pública. Publicação Mensal. Anno I. Jan. n.1. Rio de Janeiro: Revista Judiciária Militar.

KEHL, Renato, 1925. A esterilização dos grandes degenerados e criminosos. In: Archivos Brasileiros de Hygiene Mental. Anno I. Dezembro. n.2. Rio de Janeiro: Typo. do Jornal do Commercio.

KEHL, Renato, 1925. Eugénia (a eugénia e a guerra, o casamento entre surdo-mudos). In: Revista de Hygiene e Saúde Pública. Publicação Mensal. Anno I. Fev. n.2. Rio de Janeiro: Revista Judiciaria Militar.

KEHL, Renato, 1929. Educação e Eugenia. In: Boletim de Eugenia. Anno I. Set. n.9. Rio de Janeiro.

KEHL, Renato, 1929. Eugenia e Eugenismo. In: Boletim de Eugenia. Anno I. Ago. n.8. Rio de Janeiro.

KEHL, Renato, 1929. Familia de Hemophilicos. In: Archivos Brasileiros de Hygiene Mental. Anno II. n.1. Rio de Janeiro.

KEHL, Renato, 1929. Limitação da natalidade. In: Boletim de Eugenia. Anno I. Dez. n.12. Rio de Janeiro.

KEHL, Renato, 1929. Médicos, Curandeiros e Charlatães. In: Boletim de Eugenia. Vol. I. Mar. n.3. Rio de Janeiro.

KEHL, Renato, 1929. O progresso racial. In: Boletim de Eugenia. Vol. I. Fev. n.2. Rio de Janeiro.

KEHL, Renato, 1929. Pelo Aperfeiçoamento da nacionalidade - a I Brasileira Eugenizada. In: Boletim de Eugenia. Vol. I. Maio. n.5. Rio de Janeiro.

KEHL, Renato, 1929. Questões da raça. In: Boletim de Eugenia. Anno I. Jun./Jul. n.6-7. Rio de Janeiro.

KEHL, Renato, 1930. Crescei e Multiplicai-vos. In: Boletim de Eugenia. Anno II. Jun. n.18. Rio de Janeiro.

KEHL, Renato, 1930. Família de hemophilicos. In: Boletim de Eugenia. Anno II. Jan. n.13. Rio de Janeiro.

KEHL, Renato, 1930. Famílias sem passado. In: Boletim de Eugenia. Anno II. Set. n.21. Rio de Janeiro.

KEHL, Renato, 1930. Galton. In: Boletim de Eugenia. Anno II. Ago. n.20. Rio de Janeiro.

KEHL, Renato, 1930. Linhagens - paes e avós. In: Boletim de Eugenia. Anno II. Fev. n.14. Rio de Janeiro.

- KEHL, Renato, 1930. Nobreza Eugenica. In: Boletim de Eugenia. Anno II. Out. n.22. Rio de Janeiro.
- KEHL, Renato, 1930. Nova Theoria sobre a Hereditariedade. In: Boletim de Eugenia. Anno II. Nov. n.23. Rio de Janeiro.
- KEHL, Renato, 1930. O problema da educação sexual. In: Boletim de Eugenia. Anno II. Dez. n.24. Rio de Janeiro.
- KEHL, Renato, 1930. O sabio de Concord. In: Boletim de Eugenia. Anno II. Maio. n.17. Rio de Janeiro.
- KEHL, Renato, 1930. Qual o mecanismo da hereditariedade normal e morbida? In: Boletim de Eugenia. Anno II. Abr. n.16. Rio de Janeiro.
- KEHL, Renato, 1931. A campanha da Eugenia no Brasil. In: Archivos Brasileiros de Hygiene Mental. Anno IV. Mar./Maio. n.2. Rio de Janeiro.
- KEHL, Renato, 1931. A campanha da Eugenia no Brasil. In: Boletim de Eugenia. Anno III. Set. n.33. Rio de Janeiro.
- KEHL, Renato, 1931. Casamentos e natalidade nas classes media e inferior. In: Boletim de Eugenia. Anno III. Nov. n.35. Rio de Janeiro.
- KEHL, Renato, 1931. Serei um indivíduo normal? In: Boletim de Eugenia. Anno III. Maio. n.29. Rio de Janeiro.
- KEHL, Renato, 1931. Tal pae, tal filho? Filhos de gordos e filhos de magros. In: Boletim de Eugenia. Anno III. Fev. n.26. Rio de Janeiro.
- KEHL, Renato, 1932. A Eugenia na prática individual. In: Boletim de Eugenia. Anno IV. Out./Dez. n.40. São Paulo.
- KEHL, Renato, 1932. Considerações em torno da plethora humana. In: Archivos Brasileiros de Hygiene Mental. Anno V. Out./Dez. n.2. Rio de Janeiro.
- KEHL, Renato, 1932. Segregação dos deficientes, dos criminosos e dos socialmente inadaptados. In: Boletim de Eugenia. Anno IV. Jul./Set. n.39. São Paulo.
- KEHL, Renato, 1933. Irmãos gêmeos. In: Boletim de Eugenia. Anno V. Abr./Jun.. n.42. São Paulo.
- KEHL, Renato, 1935. Personalidades pathológicas à luz da psychocritica. In: Archivos Brasileiros de Hygiene Mental. Anno VIII. Jan./Set. n.1-3. Rio de Janeiro.

6.3 Artigos de Octavio Domingues

- DOMINGUES, Octavio, 1930. Os programmas de ensino e a genetica. In: Boletim de Eugenia. Anno II. Jan. n.13. Rio de Janeiro.
- DOMINGUES, Octavio, 1930. Saúde, Hygiene e Eugenia. In: Boletim de Eugenia. Anno II. Jun. n.18. Rio de Janeiro.
- DOMINGUES, Octavio, 1930. Transmissão congênita da tuberculose. In: Boletim de Eugenia. Anno II. Abr. n.16. Rio de Janeiro.

DOMINGUES, Octavio, 1931. “Birth-control”, esterilização e pena de morte. In: Boletim de Eugenia. Anno III. Jun. n.30. Rio de Janeiro.

DOMINGUES, Octavio, 1931. Poderemos ser melhores? In: Boletim de Eugenia. Anno III. Fev. n.26. Rio de Janeiro.

DOMINGUES, Octavio, 1932. Limalhas de um eugenista. In: Boletim de Eugenia. Anno IV. Jul./Set. n.39. São Paulo.

DOMINGUES, Octavio, 1932. Limalhas de um eugenista. In: Boletim de Eugenia. Anno IV. Out./Dez. n.40. São Paulo.

6.4 Livros de Renato Kehl, Octavio Domingues e Roquette-Pinto

DOMINGUES, Octavio. *A Hereditariedade em face da Educação*. São Paulo: Melhoramentos, 1929.

DOMINGUES, Octavio. *Hereditariedade e Eugenia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

DOMINGUES, Octavio. *Eugenia. Seus Propósitos. Suas Bases. Seus Meios*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

KEHL, Renato. *Aparas Eugênicas. Sexo e Civilização. Novas Diretrizes*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

KEHL, Renato. *A Cura da Fealdade. Eugenia e medicina social*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.

KEHL, Renato. *Pais, médicos e mestres – Problemas de educação e hereditariedade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1939.

KEHL, Renato. *Lições de Eugenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

KEHL, Renato. *Catecismo para adultos*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Seixos Rolados*. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & Companhia, 1927.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaio Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaio de Antropologia Brasileira*. Brasília: UNB, 1982.

6.5 Lista dos trabalhos apresentados no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia

- 1) Contribuição ao estudo da raça nos pontos de vista antropológico e sociológico – Geraldo de Andrade.
- 2) Tipos raciais brasileiros – Alfredo Ellis Junior.
- 3) A eugenia paulista nos I, II, III séculos – Alfredo Ellis Junior.
- 4) Imigração Japonesa – Alfredo Ellis (pai).
- 5) Aspectos médico-eugênicos da assistência materna – Victor Russomano.

- 6) Lués y embarazo – Vergara Keller.
- 7) Da esterilização dos degenerados – Alberto Farani.
- 8) A esterilização eugênica dos degenerados – Levi Carneiro.
- 9) Registro individual e arquivo genealógico de família – Renato Kehl.
- 10) A educação física na moderna prática pedagógica – Mario Cardim
- 11) O alcoolismo como fator disgênico – Gustavo Augusto de Rezende.
- 12) A finalidade eugênica da luta anti-alcoólica – José de Moraes Mello.
- 13) Tentativas eugênicas através da história – Alberto Childe.
- 14) Registro Genealógico – Affonso de Taunay.
- 15) Alguns Casos autênticos de prolificidade – Padberg Drenkpol.
- 16) Exame pré-nupcial e certificado médio – Boccanera Neto.
- 17) O exame pré-nupcial com fator eugênico – Julio Porto-Carrero.
- 18) Exame pré-nupcial e alcoolismo – Galdino do Valle.
- 19) Alguns aspectos sobre o problema sanitário das zonas rurais do Brasil e especialmente do Amazonas – Samuel Uchoa.
- 20) Mortalidade Infantil e a Casa da Criança, de Jahú – Celso Barroso.
- 21) Profilaxia social da toxicomania – José Ignácio Lobo.
- 22) Organização prática da Ação eugênica no Brasil – Achilles Lisboa.
- 23) Zea-Mais – F. R. Silveira.
- 24) Educação Moral e eugenia – Achilles Lisboa.
- 25) Legislação Social e eugenia – Clemente Ferreira.
- 26) Algunas Consideraciones em relacion com su aspecto científico y social – W. E. Coutts.
- 27) Proyecto de Ley sobre investigación de la partenidad ilejitima – Vergara Keller.
- 28) Educação antivenérea – Américo Valério.
- 29) As Mães solteiras, sua proteção e dignidade – Astholpho de Rezende.
- 30) A maternidade consciente – Edgar Braga.
- 31) O feminismo e a raça – Fernando Magalhães.
- 32) O feminismo e a raça – Moreira Guimarães.
- 33) A procriação consciente e a cultura social da raça – Carlos Penafiel.
- 34) O problema do alcoolismo no Brasil – Severino Lessa.
- 35) Delito de contaminação – Oscar Fontenelle.
- 36) Delito de contaminação – Edgar Altino de Araújo.
- 37) A luta contra a sífilis e moléstias venéreas em São Paulo – Mendes de Castro
- 38) A influencia da Educação sanitária na redução da mortalidade infantil – Maria Antonieta de Castro.
- 39) Educação moral e eugenia – Barbosa de Oliveira.
- 40) A educação como elemento primacial na eugenia – Cesídio da Gama e Silva.
- 41) Educação eugênica em geral – Alfredo Ferreira de Magalhães.
- 42) A luta contra as doenças venéreas no exército brasileiro – Arthur Lobo.
- 43) A ação eugênica dos exércitos – Arthur Lobo
- 44) A profilaxia do espiritismo como higiene mental – Mario Ferreira de Carvalho.
- 45) Imigração – Oscar Coelho de Souza.
- 46) O problema imigratório no Brasil – Raul Reynaldo Rigo.
- 47) Política eugênica conjugal – Medeiros e Albuquerque.
- 48) A eugenia no Brasil – Renato Kehl.
- 49) Os grandes problemas da antropologia – Álvaro Fróes da Fonseca.
- 50) O estado atual do problema de hereditariedade – André Dreyfus.
- 51) Biométrica – Fernando da Silveira.
- 52) Educação e eugenia – Levi Carneiro.

- 53) Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil – Edgard Roquette Pinto.
- 54) Ghiandole ebacee libecce libere della mucosa geniana in varie razze Umane – Alfonso Bovero.
- 55) Situação do apêndice verminose em relação ao ceco em diversas raças humanas – R. Lochi.
- 56) Considerações em torno do índice radio-pelvico de Lopicque e túbio-pelvico de Fróes da Fonseca – Emiro Lima.
- 57) Estado atual da questão dos grupos hemáticos – Roberto F. Hinricksen.
- 58) Da aplasia clavicular – Benjamin Vinelli Baptista.
- 59) Genética vegetal – A.J de Sampaio.
- 60) Contribuições ao estudo dos psychogrammas – Ubirajara da Rocha e Arnauld Bretãs.
- 61) Estatística dos tarados no Brasil – Bulhões de Carvalho.
- 62) Quadro demonstrativo das moléstias mentais observadas no hospital de Juquery, de 1925 a 1928 – Pacheco e Silva.
- 63) Herencia psíquica intra-uterina – Waldemar E. Coutts.
- 64) Procriação voluntária do sexo de acordo com a época da coabitação – Jorge de Lima.
- 65) Consangüinidade – Newton Belleza.
- 66) Casamento e eugenia – Joaquim Moreira da Fonseca.
- 67) O dispensário psíquico como elemento da educação eugênica – Gustavo Riedel.
- 68) Da educação física como fato eugênico – Jorge de Moraes.
- 69) Fatores de degeneração observados nas praças da polícia militar – Motta Rezende.
- 70) Maternidade consciente – Castro Barreto.
- 71) O problema eugênico da imigração – Azevedo Amaral.
- 72) A influência da educação sanitária na redução da mortalidade infantil – Maria Antonieta de Castro.
- 73) A idade e o casamento – Leonídio Ribeiro.
- 74) A luta contra a sífilis e moléstias venéreas em São Paulo – Mendes de Castro.

6.5. Caderno de imagens

1. Expedição Neiva-Penna. Belisário Penna “dando consultas” sob uma jurema. Lages (PI), maio de 1912.



2. Capa do periódico **HYGIA**.

HYGIA		
REVISTA POPULAR DE MEDICINA E EDUCAÇÃO SANITÁRIA		
ANNO II	JULHO DE 1928	NUMERO 2
DIRECÇÃO PROF. DR. U. NONOHAU DR. RENATO BARBOSA DR. ADHEMAR TORELLY	ASSIGNATURAS Anno -- 30.000 -- Numero Avulso 3.000 A importância das assignaturas ou annuncios deve ser enviada em cheque, carta ou vales postal á redacção. A Revista é publicada uma vez ao mez.	REDACÇÃO RUA DOS ANDRADAS 1232 CAIXA POSTAL 261 PORTO ALEGRE

Plano de Educação de Hygiene na Escola e no Lar

"Conhecer o que é o homem, o que elle necessita, o que o eleva e deprime, o que o fortifica e debilita, é um dever tanto para os dirigentes de povos, como para o habitante da mais humilde choupana".

Estas poucas e sabias palavras de Pestalozzi indicam o rumo a seguir na educação nacional.

A biologia humana, estudando o organismo normal, a sua estrutura, a sua formação e evolução, os seus órgãos e respectivas funções, dá a conhecer o homem e suas necessidades; a hygiene, complemento da biologia, ensina a defender e prevenir o organismo contra os factores de natureza physica, chimica e biologica, naturaes, uns; preparados pelo proprio homem, outros; causas de doenças, de vicios e de taras pathologicas que deprimem, debilitam, degradam e matam os povos relaxados ou ignorantes.

Não ha como fugir ao ensino dessas disciplinas fundamentaes, cujos conhecimentos se impõem a todo professor primario digno da elevada missão de orientador e saneador da mentalidade collectiva, e criador da consciencia nacional.

Precisamos fazer desaparecer o espaço que medeia entre as notaveis descobertas para a defeza da saude e eficiencia da vida, e a sua pratica e applicação.

Basta-nos executar o patrimonio já adquirido pela sciencia da prevenção e preservação da saude, para diminuir de mais de metade a mortalidade infantil, as devastações do alcoolismo, da tuberculose, das doenças venereas, e de 4/5 as da opilação e da malária.

São immensos os progressos alcançados pela hygiene em todos os ramos do seu vasto dominio; palpaveis, evidentes e inestimaveis os beneficios que, com o concurso de outras sciencias, ella tem proporcionado á humanidade.

Graças á hygiene, extinguem-se e evitam-se muitas doenças, que devastavam outrora as populações; modificam-se e sanciam-se os ambientes, adaptando-os á vida normal do homem; estabelecem-se normas peculiares de vida sadia para cada idade, cada profissão, para quaesquer circunstancias ou contingencias da vida, isolada ou em sociedade, estando, por isso, elevada progressivamente a media da vida humana.

No emtanto quanto desprezo existe ainda pelos seus dictames! Que apego terrivel a velhos preconceitos! Quanta affronta contra os seus sabios preceitos, por negligencia, por imprudencia e por ignorancia!

Aos professores, mais que tudo aos das classes primarias, cabe a tarefa gloriosa da formação da consciencia sanitaria, pela implantação de habitos salutaes, pelo exemplo e por solidos conhecimentos de noções basicas de biologia e de hygiene.

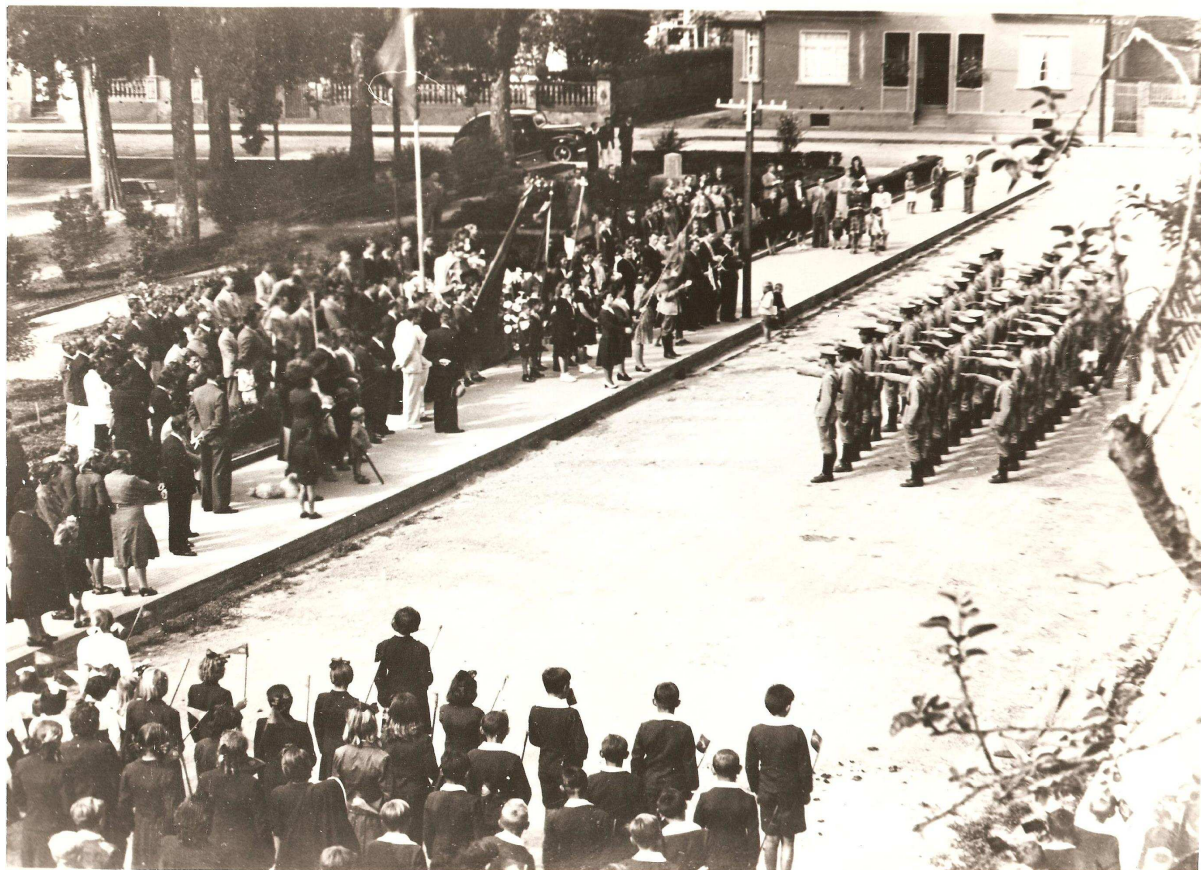
E' inutil, contraproducente e perigosa a simples alfabetisação, sem a educação higienica e moral, aliás intimamente ligadas; sem a implantação de habitos de asseio, de sobriedade, de trabalho e de castidade, grandes virtudes higienicas, que asseguram a saude e a felicidade.

O asseio, além de contribuir para o bom estado dos órgãos, é um elemento primordial de belleza e o melhor preservativo das molestias transmissiveis; a sobriedade, isto é, a moderação em tudo quanto possa entreter a vida, é o factor mais notavel de conservação, de melhoramento da saude e de prolongamento da vida, porque condemna os excessos, que alteram a estrutura dos órgãos, perturbam e prejudicam o seu funcionamento; o trabalho é condição imprescindivel para a actividade funcional dos órgãos. Sobriedade e trabalho, em conjuncto, são o melhor preservativo das mo-

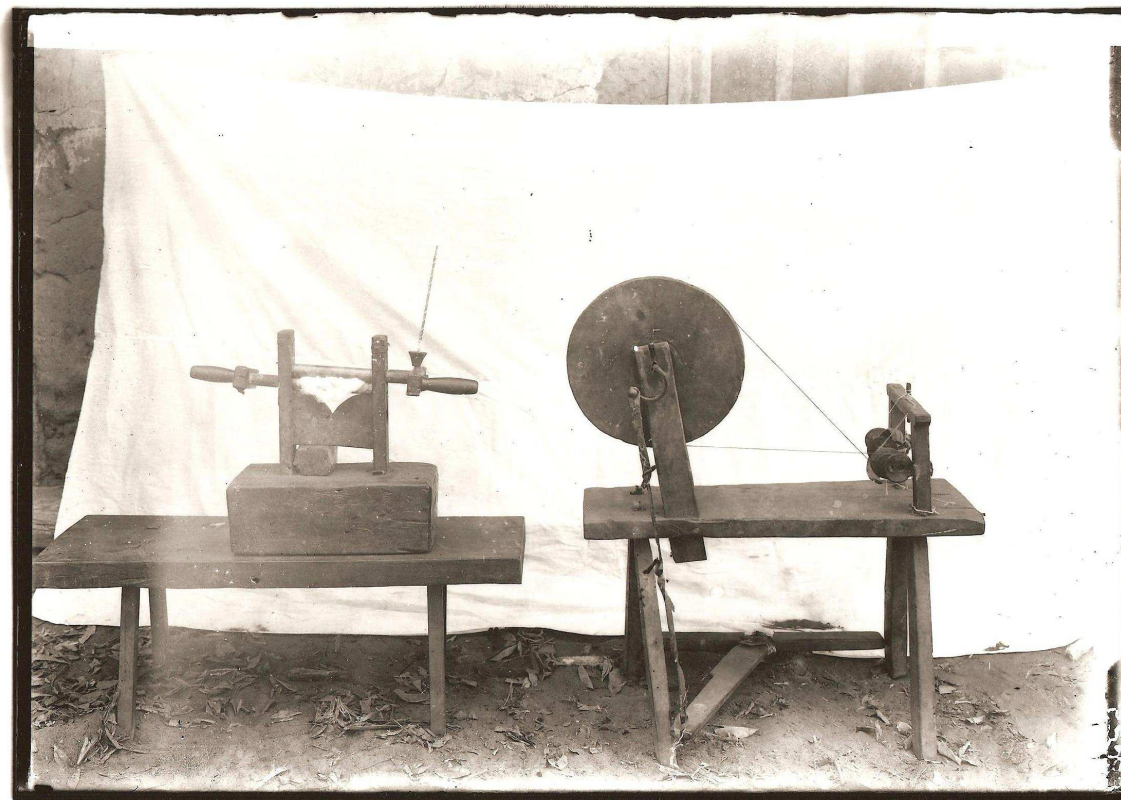
3. Manifestação comemorativa do “Dia da Raça”. Durante o Estado Novo a “raça brasileira” tinha sua celebração no primeiro domingo de setembro.



4. Manifestação comemorativa do “Dia da Raça”. Durante o Estado Novo a “raça brasileira” tinha sua celebração no primeiro domingo de setembro.



5. Expedição Neiva-Penna. Engenho de fiar. Peri-Peri (BA), julho de 1912.



6. Capa do periódico SANEAMENTO.



7. Separata do Periódico BRAZIL-MÉDICO. Fundo Pessoal Renato Kehl.

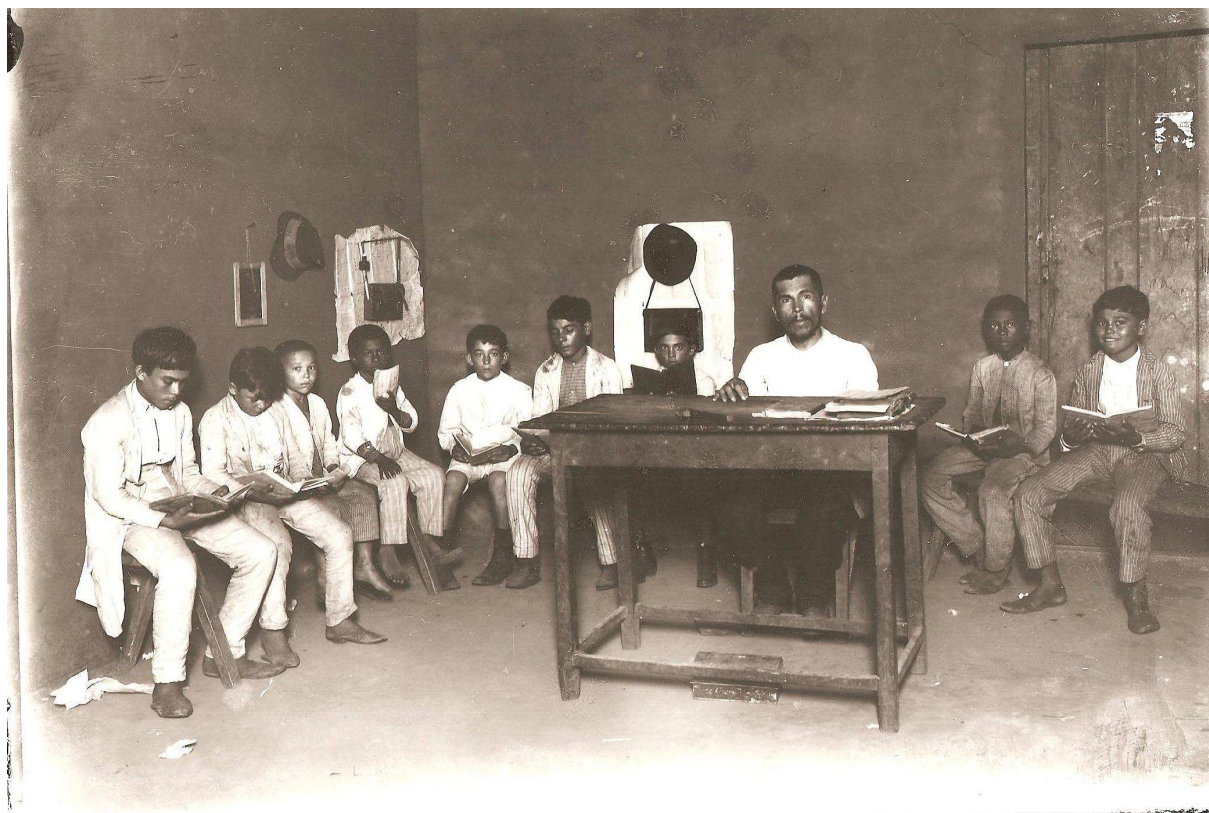
DR. RENATO KEHL

Certificado medico pré-nupcial. —
Regulamentação eugenica do
casamento

Separata do "BRAZIL-MEDICO"
N. 6, 8-2-930. Pag. 162

SODRÉ & Cia. — Editores
5, Rua dos Ourives — Rio de Janeiro
1930

8. Expedição Neiva-Penna. Escola. São Raimundo Nonato (PI), maio de 1912.



9. Capa do folheto Jeca Tatuzinho, distribuído com o medicamento Biotônico Fontoura.



7.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Mark B. (org). *The Wellborn Science: Eugenics in Germany, France, Brazil e Russia*. New York: Oxford University Press, 1990.

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ALVES FILHO, Aluisio. *Pensamento político no Brasil – Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

-----, *As Metamorfoses do Jeca: A questão da identidade do brasileiro em Monteiro lobato*. Rio de Janeiro: Inverta, 2003.

-----, *Manoel Bomfim. Combate ao racismo, educação popular e democracia radical*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

-----, A Crise Geral dos Paradigmas Dissensuais da Sociologia. *Revista Achegas*, Número 23.

AMARAL, Antonio Jose de Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Editora Unb, 1981.

ANNAES DE EUGENIA. São Paulo: Sociedade Eugênica de São Paulo. Edições da Revista do Brasil, 1919.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *A Vitória da Razão. O IDORT e a Sociedade Paulista*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

-----, Institucionalizar Ciências e Tecnologia em Torno da Fundação do IDORT. (São Paulo, 1918/1931) in: *Revista Brasileira de História*, nº 14, São Paulo: Marco Zero, 1987.

ALVES, Fernando Antonio Pires. *As Imagens Fotográficas das Expedições Científicas do Instituto Oswaldo Cruz (1911-1913)*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, Mimeo., 1989

- BARBOSA, Rui. *A questão social e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1958.
- BARRETO, Lima. *Toda Crônica*. (Org. Resende, Beatriz & Valença, Rachel). Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- BENCHIMOL, Jaime. *Manguinhos. Do sonho à vida*. Rio de Janeiro, COC/FIOCRUZ, 1990.
- BENCHIMOL, Jaime Larry e TEIXEIRA, Luiz Antonio. *Cobras, Lagartos e outros Bichos: Uma História comparada dos Institutos Oswaldo Cruz e Butantan*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.
- BLACK, Edwin. *A Guerra contra os fracos. A Eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior*. São Paulo: Girafa, 2003.
- BOARINI, Maria Lucia. *Higiene e raça como projetos. Higienismo e eugenismo no Brasil*. Maringá: UEM, 2003.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- , *A Economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- , *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense: 2004.
- BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: A construção de um mito da ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- BRITTO, Nara & LIMA, Nísia Trindade. *Saúde e Nação: a proposta de saneamento rural; um estudo da Revista Saúde (1918-1919)*. Rio de Janeiro: COC/FIOCRUZ, 1991.
- CAMPOS, André L. Vieira de. *A República do Pica-pau Amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo, Martins Fontes, 1986.
- CARDOSO, Vicente Lício. *À Margem da História da República*. Brasília: UNB, 1981.
- CARRARA, Sérgio. *Tributo a Vênus: A Luta Contra a Sífilis no Brasil, da Passagem do Século aos Anos 40*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.
- CARVALHO, Alexandre Magno de. *O elemento psíquico no trabalho humano: a Liga Brasileira de Higiene Mental e o processo de produção discursiva do campo Trabalho e Higiene Mental no Brasil entre 1925 e 1934*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados – escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- , (Org.). *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas. *Molde Nacional e Forma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação – 1924-1931*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.
- CASA DE OSWALDO CRUZ. *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil, entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: COC/FIOCRUZ, 1991.
- CASTEÑEDA, Luzia Aurélia. “Apontamentos Historiográficos sobre a fundamentação biológica da Eugenia”, In *Episteme*, Porto Alegre, v.3, n.5, 1998, pp.23-48.

- CHALOUB, Sidney. “Medo Branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro” In: *Discursos Sediciosos*, número 1, 1996.
- CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro. 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- COSTA, Jurandir Freire. *História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- , *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e gesto. Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro. 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 2002.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo – Juqueri: a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CUKIERMAN, Henrique. *Yes, nós temos Pasteur. Manguinhos, Oswaldo Cruz e a História da ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
- DÂNGELO, Newton. “Escolas sem Professores”: *O Rádio Educativo nas décadas de 1920/1940*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC, 1994.
- DÁVILA, Jerry. *Diploma de Brancura. Política Social e Racial no Brasil-1917-1945*. São Paulo: UNESP, 2006.
- DENIS, Pierre. *O Brasil no século XX*. Lisboa, Bertrand, s/d.
- DIWAN, Pietra. *Raça Pura. Uma História da Eugenia no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.
- DOMINGUES, Octavio. *A Hereditariedade em face da Educação*. São Paulo: Melhoramentos, 1929.
- EDLER, Flavio Coelho. *As reformas do Ensino Médico e a profissionalização da medicina na Corte do Rio de Janeiro, 1854-1884*. Dissertação de mestrado, USP, São Paulo: 1992.
- ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da Razão. Médicos, Loucos e Hospícios.(Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- , *Meretrizes e Doutores: Saber Médico e Prostituição no RJ (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FARIA, Lina Rodrigues de. Os primeiros anos da reforma sanitária no Brasil e a atuação da Fundação Rockefeller (1915-1920). In: *Physis. Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 109-127, 1995.
- FARIA, Luiz de Castro. *Oliveira Vianna*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- , *Antropologia. Escritos Exumados*. Niterói: EDUFF, 1998.
- FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; CHOR, Marcos; MONTEIRO Simone; VENTURA Ricardo. *Divisões Perigosas*, Rio de Janeiro: Record, 2007.
- FORJAZ, Maria C. Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1988.

- FONTENELLE, J. P. Higiene e saúde pública. In: *Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Instituto Histórico e geográfico Brasileiro, 1922.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- , *A Verdade e as formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.
- , *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- , *O que é um Autor?* Lisboa: Passagens, 2002.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, Rio de Janeiro: Record, 1989.
- HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. “Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato Criou”: *Raça, Eugenia e Nação*. Campinas: UNICAMP, 2003.
- GAHYA, Helga da Cunha. *O inimigo do século: um estudo sobre Arthur de Gobineau (1816-1882)*, Iuperj, 2006.
- GOBINEAU, Joseph Arthur. *Ensayo sobre la desigualdad de las razas humanas*. Barcelona: Apolo, 1937.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- GUIMARAES, Antonio da Palma. *Arnaldo Vieira de Carvalho. Biografia e Critica*, São Paulo: Faculdade de Medicina, 1967.
- HERSCHMANN, M. & MESSEDER, C. (org.) *A invenção do Brasil moderno – medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- HOCHMAN, Gilberto e ARMUS, Diego. *Cuidar, Controlar, Curar*. Rio: Fiocruz, 2004.
- KEHL, Renato. *Aparas Eugênicas. Sexo e Civilização. Novas Diretrizes*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.
- , *A Cura da Fealdade. Eugenia e medicina social*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.
- , *Catecismo para adultos*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.
- , *Lições de Eugenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.
- , *Pais, médicos e mestres*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1939.
- , *Eugenia e medicina social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1920.
- KOIFMAN, Fábio. *Porteiros do Brasil: O Serviço de Visto do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1941-1945)*. RJ, 2007. Tese de Doutorado em História Social – IFCS/UFRJ.
- LACERDA, João Batista de. *Sur les métis au Brésil*, Londres, 1911.
- , *O Congresso Universal das Raças*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1912.
- LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato. Um Brasileiro sob Medida*. São Paulo: Moderna, 2000.
- , “Jeca tatu em três Tempos”. In: SCHWARCZ, R. (Org.) *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LANDERS, Vasda Bonafini. *De Jeca a Macunaíma. Monteiro Lobato e o Modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

- LOBO, L.D. *Os Infames da História: a instituição das deficiências no Brasil*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, PUC, 1997.
- LEITE, Sylvia Helena T. de Almeida. *Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas: a caricatura na literatura paulista 1900-1920*. São Paulo: Unesp, 1996.
- LE MOS, Maria Teresa Toríbio Brittes. *Alberto Torres: contribuição para o estudo das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Quartet Editora e Comunicação, 1995.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza Lima. *Um grande cerco de Paz. Poder Tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LIMA, Trindade Nísia. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revam, 1999.
- LISSOVSKY, Mauricio; MORAES DE SA, P.S.(Orgs). *As colunas da Educação: A construção do Ministério da Educação e Saúde*. Rio de Janeiro: Iphan, 1996.
- LOBATO, Monteiro. *Urupês*. In: *Obras completas de Monteiro Lobato*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- , O problema vital. In: *Obras completas de Monteiro Lobato*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- , Prefácios e entrevistas. In: *Obras completas de Monteiro Lobato*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- , O Presidente Negro. In: *Obras completas de Monteiro Lobato*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.
- LUZ, Madel Terezinha. *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MACHADO, Roberto et alii. *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MACIEL, Laurinda Rosa. *A Loucura Encarcerada: Um estudo sobre a criação do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro (1896-1927)*. Dissertação de mestrado, UFF, 1999.
- MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura.(orgs.) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.
- MALTA, Marcio Jose Melo. *O Jeca na Careta - charges e identidade nacional*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2007.
- MARSON, Adalberto. *A Ideologia Nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo: Ed. Duas Cidades, 1980.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça. Médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas, Editora Unicamp, 1994.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Cotas, raça, classe e universalismo. In: *Outubro*, São Paulo: número 16, 2007.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói: Eduff, 2006.
- , *O Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: Eduff, 2005.
- MEDEIROS, Valéria Antonia. *O Jornal O Estado de São Paulo como principal divulgador das propostas educacionais da Liga Nacionalista de São Paulo (1916-1924)*. Disponível em

<<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/282ValeriaAntoniaMedeiros.pdf>>.

Acesso em: 16 ago. 2008.

MERHY, Emerson Elias. *A Saúde pública como política*. São Paulo: Hucitec, 1992.

-----, *Poder, sexo e letras na república velha*. São Paulo, Perspectiva, 1977.

-----, *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel, 1979.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

MONARCHA, Carlos. *A reinvenção da cidade e a multidão: dimensões da modernidade brasileira*. A Escola Nova. São Paulo: Cortez, 1990.

MOOG, Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros. Paralelos entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MORAES, Nilson Alves de. *Saúde e Poder na República Velha. 1914/1930*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1983.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas / CPDOC, 1992.

MOVESCHOVITZ, Jeronymo. *Nem Negros, Nem Judeus. A política imigratória de Vargas a Dutra (1930-1954)*. UERJ, 2001.

NAGLE, Jorge. Educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano*. São Paulo, DIFEL, 1985. (Tomo III, Vol. 1)

NALLI, Marcos Alexandre Gomes. *Antropologia e Segregação Eugênica (Uma Leitura do Lições de Eugenia de Renato Kehl)*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá 1999.

NAVA, Pedro. *Bau de Ossos*. São Paulo: Círculo do Livro, 1983.

NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. *Viagem Científica pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte ao Sul de Goiás*. Brasília: Senado Federal, 1999.

OLIVEIRA, Lúcia L.; VELLOSO, Mônica P. e GOMES, Angela M. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

ORTIZ, Renato. *Pierre Bordieu*. Sociologia, São Paulo: Atica, 1983.

PALHARES-BURKE, Maria Lucia. *Gilberto Freyre. Um vitoriano nos Trópicos*, São Paulo, Unesp, 2005.

PASSIANI, Enio. *Na Trilha do Jeca: Monteiro Lobato e a Formação do Campo Literário no Brasil*. USP/SP, 2001.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, Ciência e Política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, 1999, vol.13, n. 35.

PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo, Editora Ática, 1990.

PEIXOTO, Afrânio. *Noções de Higiene*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

PELAÉZ, Raquel Alvarez. *Sir Francis Galton, Padre de la Eugenesia*. Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1985.

PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora dos Tribunais, 1918.

- , O Cancro Nacional. 1929.
- , *O Clamor da Verdade*. Rio de Janeiro: s.d., 1921.
- , "O idealismo na Evolução Política do Império e da República". In: *Revista do Brasil*, n. 81, setembro de 1922.
- PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Atas e trabalhos*. Rio de Janeiro: v. 01, 1929.
- RAEDERS, George. *O Conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- , *O Inimigo cordial do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- , *Dom Pedro II e o Conde de Gobineau*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- RAMOS, Jair de Souza. "Ciência e Racismo: Uma Leitura Crítica de *Raça e Assimilação* em Oliveira Vianna". In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol.10, n.2, Rio de Janeiro, mai/ago 2003.
- REIS, José Roberto F. "De pequenino é que se torce o pepino: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental." In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol.7, n.1, Rio de Janeiro, Mar/Jun 2000.
- , *Higiene Mental e Eugenia: o projeto de regeneração nacional da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-40)*. Dissertação de Mestrado. Campinas/Unicamp, 1994.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim... Inventário da saúde pública*. São Paulo: Edusp, 1993.
- ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *Imagens do analfabetismo: a educação na perspectiva do olhar médico no Brasil dos anos 20*. Dissertação de Mestrado. Campinas, 1995.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Seixos Rolados*. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & Companhia, 1927.
- SADEK, Maria T. Aina. *Machiavel, Machiavéis: a tragédia otaviana*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, Editora da Unicamp: 2001.
- SANTOS, Ricardo Augusto dos. "Lobato, os jecas e a questão racial no pensamento social brasileiro". *Achegas*, www.achegas.net, número 7, 2003.
- , *A ilusão Democrática. Sociedade e Política no Brasil. 1943-1948*. Rio de Janeiro, 1996.
- SANTOS, Luiz A. Castro. "O pensamento sanitário na Primeira República: uma ideologia da construção da nacionalidade". In: *Revista Dados*, Rio de Janeiro, Vol. 28, 1985.
- SANTOS, Luiz A. Castro. *Power, Ideology and Public Health in Brazil (1889-1930)*, Tese de Doutorado, Harvard, 1987.
- SCLIAR, Moacyr. *Saturno Nos Trópicos - A Melancolia Européia Chega Ao Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. As teorias raciais, uma construção de finais do século XIX. O contexto brasileiro. In: *Raça e Diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996.

-----, *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEYFERTH, Giralda. *Eugenia, Racismo e o Problema da Imigração do Brasil*. In: VI Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 1997, Rio de Janeiro. Anais do VI Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia: ALVES, I. A GARCIA, H.M. (eds.). Rio de Janeiro, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

SOUZA, Wanderlei Sebastião de. *A Política Biológica como Projeto: A Eugenia Negativa e a Construção da Nacionalidade na Trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Casa de Oswaldo Cruz, 2006.

-----, Limites e fronteiras da eugenia no Oeste dos Estados Unidos. In: *Historia, Ciências, Saúde -Manguinhos*, vol. 14, n. 1, pp. 363-367, 2007,

STEFANO, Waldir. *Octavio Domingues e a Eugenia no Brasil: uma perspectiva "mendeliana"*. PUC/SP, 2001.

STEPAN, Nancy. *A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

STERN, Alexandra Minna. *Eugenic nation: faults and frontier of better breeding in modern América*. Califórnia: University of California Press, 2005.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. *Na Arena de Esculápio*. São Paulo: UNESP, 2007.

TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

-----, *O Problema Nacional Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

THIELEN, Eduardo Vilela & SANTOS, Ricardo Augusto dos. Monteiro Lobato e a Fotografia Como Diagnóstico. In: *Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro, n. 1, Vol. 1, 1989.

-----, Belisário Penna: notas fotobiográficas". *Manguinhos. História, Ciências e Saúde*, Volume 9, número 2, Rio de Janeiro, maio/agosto 2002.

TURACK, Cynthia Fevereiro. *Mulher-Mãe: representações femininas no periódico A Mãe de Família (1879-1888)*. UNIRIO, 2008.

TURAZZI, Maria Inez. *A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do séc. XIX ao XX*. Rio de Janeiro: Coppe, São Paulo: Marco Zero, 1989.

VANDERLEI, Maria Izabel Braga Weber. *O Organizacionismo em Azevedo Amaral*. São Paulo: CopyMarket, 2000.

VACHER, Georges de Lapouge. *Les Sélections Sociales*. Paris: Librairie Thorin & Fils, 1896.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1987.

-----, *Populações Meridionais do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1987.a

-----, O idealismo da Constituição. In: *À Margem da História da República*. Brasília: UNB, 1981.

-----, *Raça e Assimilação*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1959.

Weltman, Wanda Latmann. *A Educação do jeca: Ciência, Divulgação Científica e Agropecuária na Revista Chácaras e quintais (1909-1948)*. Tese, COC/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2008.